



ORGANIZADORES

Valdecy de Oliveira Pontes

Márluce Coan

Sávio André de Souza Cavalcante

Hebe Macedo de Carvalho

Aluíza Alves de Araújo

SOCIOLINGUÍSTICA

interfaces
e aplicações



ORGANIZADORES

Valdecy de Oliveira Pontes

Márluce Coan

Sávio André de Souza Cavalcante

Hebe Macedo de Carvalho

Aluíza Alves de Araújo

SOCIO LINGUÍSTICA

interfaces
e aplicações

I São Paulo I 2024 I



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S678

Sociolinguística: interfaces e aplicações / Organização Valdecy de Oliveira Pontes... [et al.]. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

Demais colaboradores: Márluce Coan, Sávio André de Souza Cavalcante, Hebe Macedo de Carvalho, Aluíza Alves de Araújo.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-923-9

DOI 10.31560/pimentacultural/2024.99239

1. Sociolinguística. 2. Interfaces teóricas. 3. Aplicações.
4. Descrição e análise linguística. I. Pontes, Valdecy de Oliveira (Org.). II. Título.

CDD: 306

Índice para catálogo sistemático:

I. Sociolinguística

Simone Sales – Bibliotecária – CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

[<https://creativecommons.org/licenses/>](https://creativecommons.org/licenses/).

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patrícia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patrícia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Bianca Bieging
Estagiária	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini Milena Pereira Mota
Imagens da capa	Freepik - Kanawatth, milanmarkovic, natalia-shtorm, wavebreakmedia_micro, boggy, seventyfour, user18526052, drobotdean
Tipografias	Acumin
Revisão	Os autores
Organizadores	Valdecy de Oliveira Pontes Márluce Coan Sávio André de Souza Cavalcante Hebe Macedo de Carvalho Aluíza Alves de Araújo

PIMENTA CULTURAL

São Paulo - SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 4

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidade Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patrícia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Prefácio 11

CAPÍTULO 1

Marcia dos Santos Machado Vieira

Marcos Luiz Wiedemer

Sávio André de Souza Cavalcante

Sociolinguística e gramática de construções:
texto e discurso na perspectiva socioconstrucionista.....14

CAPÍTULO 2

Edair Maria Görski

Carla Regina Martins Paza

Variação socioestilística:
um olhar multidimensional.....54

CAPÍTULO 3

Marilucia de Oliveira Cravo

O significado social da não resposta:

uma contribuição dos estudos de terceira

onda à metodologia Geossociolinguística.....78

CAPÍTULO 4

Maria Alice Tavares

Nara Jaqueline Avelar Brito

**Sociofuncionalismo e funções semântico-
pragmáticas como contexto de variação:**
o caso da condição contrafactual..... 108

CAPÍTULO 5

Angela Cristina Di Palma Back

Márluce Coan

Sociolinguística e Teoria Histórico-Cultural:

aproximações epistemológicas, teóricas e didáticas 129

CAPÍTULO 6

Ronaldo Manguiera Lima Júnior

Leonardo Antonio Silva Teixeira

Sociofonética:

escopo, aplicação e perspectivas 154

CAPÍTULO 7

Leandro Silveira de Araujo

Contribuições da Sociolinguística

para a Gramaticografia.....174

CAPÍTULO 8

Leandra Cristina de Oliveira

Livya Lea de Oliveira Pereira

Valdecy de Oliveira Pontes

Temporalidade linguística

e dinâmicas sociais:

debates sociolinguísticos na perspectiva da tradução..... 202

CAPÍTULO 9

Patrícia Araújo Vieira

Valdecy de Oliveira Pontes

Rodrigo Nogueira Machado

Stephanie de Lima Lessa

Mariana Farias Lima

**Línguas em contato, variação
e mudança linguística na Libras:**

mapeamento de estudos brasileiros sob

a perspectiva da Sociolinguística Laboviana..... 236

CAPÍTULO 10

Maria Odileiz Sousa Cruz
Maria do Socorro Melo Araújo

Amazônia militarizada pró-topônimos 254

CAPÍTULO 11

Fabricao Paiva Mota
Rosane de Andrade Berlinck

Contato linguístico em textos escritos por venezuelanos aprendizes de português: o caso das interferências do tipo betacismo277

CAPÍTULO 12

Valdecy de Oliveira Pontes
Hebe Macedo de Carvalho
Fernanda Almeida Freitas
Beatriz Maria Neri Oliveira
Izabelle de Vasconcelos Costa

Variação linguística e livro didático: a abordagem da expressão de futuro..... 300

Organizadores(as)324

Autores e autoras 326

Índice Remissivo..... 332

PREFÁCIO

O livro *Sociolinguística – Interfaces e Aplicações* é um convite para explorar a Sociolinguística contemporânea, significativamente abrangente e dinâmica, envolvendo múltiplas conexões teórico-metodológicas e domínios de aplicação. Estamos também perante uma excelente iniciativa de divulgação de trabalhos elaborados por investigadores de prestígio, de diversas instituições de ensino superior do Brasil, reconhecidos pelas suas rigorosas investigações, e que aceitaram explorar abordagens multifacetadas e interdisciplinares da Sociolinguística.

O leitor encontrará doze estudos que tratam da complexidade da variação linguística nas sociedades atuais, menos rígidas, mais fluídas e permeáveis, e em constante evolução. A publicação destes trabalhos contribui para a renovação da Sociolinguística clássica, que se fundamenta nos princípios labovianos formulados nos anos 60 do século XX; transporta-a, assim, ao incorporar influências teóricas, técnicas e métodos experimentais inovadores, além de ferramentas tecnológicas mais recentes, para novos patamares científicos, demonstrando inequivocamente a sua vitalidade. Seja bem-vindo a um livro que não apenas estimula a leitura de textos de ciência, como também abre trajetórias para novas descobertas num campo tão vasto e complexo quanto o da língua que falamos.

Os estudos reunidos neste volume examinam a natureza social da variação linguística nos seus vários domínios – lexical, fonológico, morfossintático e pragmático – sob diferentes ângulos, entrecruzando teorias, métodos, disciplinas e cenários sociais. Deste modo, configuram-se como formas inovadoras e promissoras de fazer ciência. A diversidade sociolinguística é observada através de uma multiplicidade de perspectivas, como nas denominadas

Socioconstrucionista, Geossociolinguística, Sociofonética, Sociofuncionalismo e Socioestilística e que refletem a complexidade e a riqueza do processo criativo subjacente, não só de tipo relacional, como integrador das componentes envolvidas. Nas propostas de interfaces entre Sociolinguística e Teoria Histórica-Cultural e entre Sociolinguística e Gramaticografia em dois dos trabalhos presentes, o processo relacional não resulta na criação de compostos lexicais, como no primeiro conjunto mencionado. Outras contribuições incidem sobre diferentes cenários ou ambientes multilingues, como as comunidades de fala de Libras e as comunidades fronteiriças (Brasil / Venezuela), ambas sujeitas ao efeito de intenso contacto linguístico. A variação linguística de tipo lexical, no contexto da atividade de nomeação de lugares, é observada do ponto de vista da sua motivação Sócio-Histórica num dos trabalhos integrados neste livro, ilustrando de igual modo uma prática de investigação interdisciplinar. Esta obra apresenta ainda duas outras contribuições, no eixo de uma Sociolinguística aplicada às práticas de Tradução, por um lado, e às práticas pedagógicas, de que resulta uma Sociolinguística Educacional, por outro. Estes doze trabalhos de investigação, bem documentados e fundamentados, desenvolvidos com grande rigor teórico-metodológico, evidenciam a complexidade das práticas reflexivas e descrições linguísticas, quando orientadas pelo exercício da interdisciplinaridade; deste modo tornam-se fontes de conhecimento mais ricas e abrangentes.

Os leitores encontrarão nestas páginas trabalhos significativos e inspiradores, que oferecem indicações sólidas e consistentes, sobretudo no quadro de práticas interdisciplinares, dentro da vasta área de estudos sociolinguísticos. Estes trabalhos enriquecem o conhecimento sociolinguístico e estimulam os investigadores a desenvolverem novas formas de analisar os dados linguísticos. Estão de parabéns todos os envolvidos nesta publicação.

Em síntese, *Sociolinguística – Interfaces e Aplicações* cumpre o propósito dos seus organizadores e autores e inscreve-se numa

Sociolinguística com horizontes mais amplos e enriquecida por novas influências teóricas e métodos inovadores. Os estudos aqui reunidos oferecem *insights* profundos e formam um rico conjunto de perspectivas sociolinguísticas nas suas diversas interfaces e aplicações. A sua leitura contribuirá certamente para uma compreensão mais aprofundada da língua que falamos, bem como para a realização de futuras descobertas e conquistas científicas no fascinante campo da Sociolinguística.

Aline Bazenga
(Universidade da Madeira / CLUL, Portugal)

8 de novembro de 2023



1

*Marcia dos Santos Machado Vieira
Marcos Luiz Wiedemer
Sávio André de Souza Cavalcante*

**SOCIOLINGUÍSTICA
E GRAMÁTICA
DE CONSTRUÇÕES:**
TEXTO E DISCURSO NA
PERSPECTIVA SOCIOCONSTRUCIONISTA

DOI: 10.31560/pimentacultural/2024.99239.1

INTRODUÇÃO

No âmbito de estudos de línguas, como os feitos em Gramática de Construções (GC) e em Sociolinguística, diversos meios e fenômenos de conceptualização e expressão linguísticas são objetos de atenção. E isso ocorre, naturalmente, mediado por olhares de cientistas com percepções e abordagens teórico-metodológicas diferentes, entre os quais olhares que prospectam articulações, como o socioconstrucionista.

O exame da literatura na área de Gramática de Construções revela que nem todos os níveis de organização de língua têm despertado igual grau de interesse descritivo e representacional. Isso se deve ao fato de que muitos textos, na literatura, concentram-se particularmente em aspectos observáveis nos níveis lexical e morfosintático. Também sobressai, em muitos textos, uma visão de língua como instituição cognitiva homogênea, às vezes sob a alegação de que a Gramática de Construções é uma teoria da representação cognitiva do conhecimento linguístico que está na mente dos falantes (de uma mente de um falante também abstrato ou real?), até no que se chama de Gramática de Construções Baseada no Uso. Que noção de “uso” está em jogo: dados de *corpora* (recortes de amostras de experiências de outros) ou dados da experiência que o pesquisador alcança (a dele e a de alguns outros, a de uma norma *standard*)? Mesmo na primeira acepção do termo, será que há a compreensão de que só se capturam, em *corpora*, parcelas de experiências linguísticas inevitavelmente mais ricas? Enfim, é crucial esclarecer o que se entende exatamente por “uso” nesse contexto.

Temos o intuito de, neste capítulo, trazer à tona, muito brevemente, um fenômeno que mobiliza atenção, na descrição e representação construcionistas, para o nível suprassentencial ou intrasentencial, além do sentencial: o da conectividade linguística – quer

via coesão referencial, quer via coesão sequencial, quer via ambas as operações. Esse nível é denominado “paradigma discursivo”.

Além disso, temos a intenção de explorar a perspectiva socioconstrucionista, seguindo a linha de pensamento defendida por Machado Vieira (2016, 2020). Buscamos conciliar os olhares construcionista e sociolinguístico no enfrentamento da descrição e representação da gramática de uma língua como uma entidade diassistêmica. Acreditamos que qualquer esforço para explicitar o conhecimento linguístico que está na mente dos indivíduos de uma comunidade linguística não pode prescindir do que lhe é inerente: heterogeneidade linguística, social, político-cultural, educacional, discursivo-comunicativa, afetivo-emocional.

Quando optamos por descrever o conhecimento presente na mente do indivíduo, não é a experiência limitada do pesquisador ou a que ele alcança num conjunto limitado de dados da realidade que serve de baliza para a explicitação desse conhecimento, mas o plurilinguismo e/ou o multidialealismo das comunidades linguísticas, e, nestas, das comunidades de fala ou de prática comunicativa, a se revelarem em *corpora* múltiplos que são recortados da vivência linguística por linguistas, com base em certos interesses de perspectivação (possivelmente, diafásica, sin/diacrônica, diatópica, diastrática, por exemplo), e, assim, são encarados como alvos de observação e fontes de descrições. Por meio delas, os linguistas geralmente buscam acessar generalizações socioconstrucionistas pautadas em amostras de dados e sempre sujeitas à reorganização (dado o caráter heterogêneo e emergente do conhecimento gramatical). Os dados manifestam-se em práticas de comunicação as mais diversas possíveis (não limitadas a contextos de letramento, de certas normas de uso) e estruturam-se por meio do acionamento de padrões construcionais (e da combinação ou da coerção de padrões construcionais) que são processados, capturados e retidos cognitivamente a partir de rica experiência sociocomunicativa.

SOCIOLINGUÍSTICA E GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES: ATENÇÃO PARA UMA PERSPECTIVA DE DISCURSO MULTILÍNGUE/MULTIDIALETAL/MULTIMODAL

Em geral, identificamos, na literatura construtivista, três macroabordagens para o tratamento do que vamos denominar de “contexto/discurso” (cf. ÖSTMAN; TROUSDALE, 2013). A primeira abordagem parte de atributos pragmáticos, analisando, por exemplo, questões de tópico/foco ou acessibilidade cognitiva (MICHAELIS; LAMBRECHT, 1996; LAMBRECHT, 2004; LEINO, 2013). A segunda abordagem baseia-se na análise de frequências e estatísticas de dados, considerando, por exemplo, a colocação e correlações entre lexemas/construções (STEFANOWITSCH; GRIES, 2003, 2005; GRIES; STEFANOWITSCH, 2004a, 2004b) ou do peso da coerção/ atração de *s/ots* de uma construção (MACHADO VIEIRA; WIEDEMER, 2018). Por fim, a terceira abordagem é indutiva e qualitativa, fazendo uso do arcabouço teórico-metodológico da sociopragmática, linguística interacional e modelos do discurso para modelar o comportamento variável (ÖSTMAN; TROUSDALE, 2013; MACHADO VIEIRA; WIEDEMER, 2020; WIEDEMER; MACHADO VIEIRA, 2022).

Vale destacar, ainda, que existem diversos modelos baseados no uso que oferecem explicações fundamentais a partir de efeitos de frequência (BYBEE, 2002, 2010) e/ou do papel do contexto de usos (DIEWALD, 2002, 2006; DIEWALD; SMIRNOVA, 2012) na variação/mudança linguística, algo compartilhado pela sociolinguística variacionista.

Além disso, o que se percebe é que a ideia de Gramática de Construções mais difundida por todos “põe em proeminência

uma perspectiva homogênea da língua” (WIEDEMER; MACHADO VIEIRA, 2022, p. 235) ou, pelo menos, não destaca claramente o caráter de heterogeneidade da gramática, seja na perspectiva do falante monolíngue ou monodialetal, seja na do falante bi/multilíngue ou multidialetal. Uma das poucas propostas para uma abordagem multilíngue é a delineada na perspectiva diassistêmica de Gramática de Construções (HÖDER, 2014a, 2014b; BOAS; HÖDER, 2018, 2021), que considera os limites do que chamamos de língua como algo difuso e abarca uma concepção multidialetal da linguagem. Essa perspectiva diassistêmica não é nova e está nas bases da Dialectologia, da Sociolinguística e da Sociolinguística de Contato. Além disso, essa concepção resgata a noção de diassistema em Weinreich (1954). Assumir essa postura nas pesquisas construcionistas é urgente, uma vez que ressalta uma visão heterogênea da linguagem e reflete uma realidade linguística mais complexa dos falantes.

Uma proposta promissora para a modelagem da variação no âmbito da GC e realizada no cenário brasileiro é a abordagem “socioconstrucionista”, desenvolvida por Marcia dos Santos Machado Vieira (UFRJ) e Marcos Luiz Wiedemer (UERJ) (WIEDEMER; MACHADO VIEIRA, 2018; MACHADO VIEIRA; WIEDEMER, 2019, 2020, entre outros). Essa abordagem é fundamentada em duas premissas teóricas: (i) variação/alinhamento de construções independentes; e (ii) variação por compatibilização de (co)lexemas a *slots* de construção. Para dar conta desses dois encaminhamentos teóricos, os autores propõem as seguintes possibilidades teórico-metodológicas para o tratamento da variação de construções: (i) variação por aloconstruções e metaconstrução; (ii) variação por semelhança simbólica; e (iii) variação por paradigma discursivo (MACHADO VIEIRA; WIEDEMER, 2020). Esse modelo permite uma compreensão mais profunda da variação linguística, considerando os aspectos sociolinguísticos e construcionistas de forma integrada.

A diferença e a vantagem distintiva desta proposta socioconstrucionista em relação a outras reside na sua capacidade de

integrar as propostas de Leino e Östman (2005), Cappelle (2006) e Perek (2012). A proposta socioconstrucionista busca estabelecer a correlação entre atributos/valores associados às aloconstruções, que atuam como parâmetros/fatores condicionantes de usos de cada construção, conforme ilustrado da seguinte forma:

Esquema 01 – Metaconstrução com aloconstruções associadas a valores/atributos

aloconstrução [a <v1;v2;v3>]	aloconstrução [a<v1;v2;v3>]	aloconstrução [a<v1;v2;v3>]	aloconstrução [a<v1;v2;v3>]
<i>dar uma olhadinha</i> [a<Brasil; modal; papel temático – não identificável/agente>]	<i>dar uma olhadela</i> [a<Portugal; aspecto não-durativo; papel temático – não identificável/agente>]	<i>dar uma olhada</i> [a<modal; predicador complexo; papel temático – não identificável/agente>]	<i>lançar um olhar</i> [a<aspecto não-durativo; predicador complexo; papel temático – não identificável/agente>]
metaconstrução			

Fonte: Machado Vieira, Wiedemer e Travassos (2023, p. 156).

No esquema 01, temos o retângulo no espaço em cinza, de representação da metaconstrução (correspondente, em alguma medida, a *constructeme* em PEREK, 2012). Além disso, são identificadas as aloconstruções (CAPPELLE, 2006), e os valores associados a essas aloconstruções são indicados entre colchetes (em “[a < v1; v2 >]”, onde “a” significa “atributo” e “v” é usado para “valor”) (LEINO; ÖSTMAN, 2005).

A presente abordagem procura abranger o nível textual, o que significa que ela também considera, por exemplo, os gêneros/tipos textuais como paradigmas discursivos, tratando-os como construções discursivas e relacionando-as ao nível esquemático de (proto) construção. Dessa forma, faz parte do inventário de construções, com que lidamos para organizar nossos pensamentos e emoções

em linguagem verbal, um conjunto de generalizações sobre padrões construcionais de ordem textual-discursiva. Esses padrões são instanciados, entre outros mecanismos, pelos (sub)gêneros e tipos textuais. Dessa maneira, paradigma discursivo é entendido como:

também uma construção de contorno procedural, uma vez que reúne generalizações, estabilizadas a partir das mais diversas **práticas discursivas**, que são, assim como as chamadas construções gramaticais que dizem respeito a representações de unidades que operam (intra ou inter) sentencialmente, norteadoras do acionamento de construções desta natureza e de natureza lexical. É, então, uma representação mental de (sub)conjuntos de atributos formais e funcionais pareados que se consolidam por convencionalização sociocultural e que funcionam como **tradições textuais-discursivas** nas quais e/ou segundo as quais operamos a formulação de nossas expressões linguísticas de toda a ordem de complexidade. (cf. WIEDEMER; MACHADO VIEIRA, 2022, p. 234, grifos nossos).

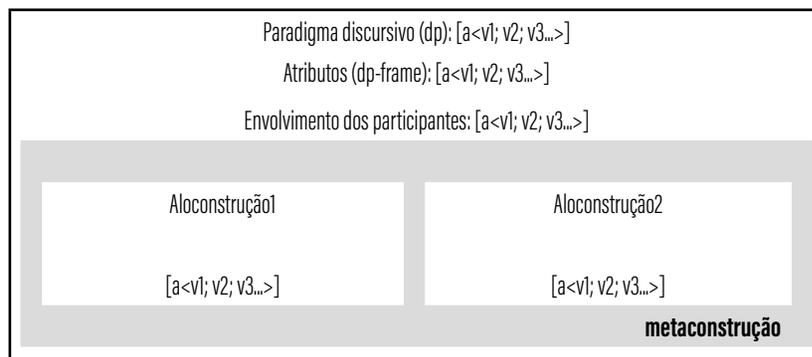
Neste jogo discursivo, é crucial lembrar que o conceito de gênero discursivo engloba tanto as convenções socioculturais quanto os recursos léxico-gramaticais acionados. Além disso, utilizamos nosso sistema cognitivo, através do qual moldamos nossa organização mental do conhecimento (LAKOFF, 1987), e nossas experiências, influenciando assim a expressão linguístico-cultural de conceitos (BAICCHI, 2015). Em outras palavras, paradigmas discursivos estão também entrincheirados (MACHADO VIEIRA; WIEDEMER, 2020; WIEDEMER; MACHADO VIEIRA, 2022), ou seja, apresentam-se como esquemas de conhecimento complexo que têm *status* ontológico na mente dos usuários da língua como construções.

Mesmo em meio a diversos modelos de GC, até o momento, pouco se tem explorado para estudar/pesquisar construções no nível textual. Embora existam estudos sobre a temática (por exemplo, ÖSTMAN, 2005; LEINO; ÖSTMAN, 2005), é somente no trabalho de Östman (1999, 2005) que encontramos uma aproximação do que

constitui uma construção de discurso, ou seja, uma associação convencionalizada de um tipo/gênero. Nesse contexto, Östman (1999, 2005) defende a ideia de um inventário de padrões discursivos, um *discursicon*, que uma língua tem como parte do repertório do qual os falantes fazem uso.

Diferentemente, na abordagem socioconstrucionista (MACHADO VIEIRA; WIEDEMER, 2020; WIEDEMER; MACHADO VIEIRA, 2022), ocorre a adaptação e a ampliação da noção de paradigma discursivo. Os autores estabelecem uma correlação de aloconstruções à metaconstrução (conforme esquema 01, anterior), associam esses dois construtos teóricos à noção de paradigma discursivo e, para dar conta da variação, à noção de 'value pool' (combinação de valores quanto a um atributo da face forma ou função do pareamento). Com isso, temos a seguinte representação, conforme esquema (02).

Esquema 02 - Paradigma Discurso/Protoconstrução



Fonte: adaptado de Machado Vieira e Wiedemer (2020) e Wiedemer e Machado Vieira (2022).

No esquema 02, temos o paradigma do domínio discursivo, representado por (dp), que evoca um cenário (dp-frame), em que a expectativa em relação à construção textual se caracteriza, prototipicamente, por determinados gêneros, que estão representados pelos atributos (a) e valores (v). Sobre isso,

ainda, Machado Vieira e Wiedemer (2022, p. 248) apresentam a seguinte definição:

o protótipo de um paradigma discursivo é caracterizado pelos valores de atributos de forma e significado fortemente associados numa construção textual-discursiva que, por sua vez, se configura em termos de slots com ligação às construções gramaticais e lexicais. Quanto maior for certa prática de configuração linguístico-textual (situada no tempo, cultural e socialmente contextualizada) de uso/produção de um determinado gênero textual-discursivo (seja ele oral ou escrito), mais associada como prototípica do gênero essa prática passa a ser; quanto menor for a prática, menos prototípica; denominamos esse constructo teórico de protoconstrução (MACHADO VIEIRA; WIEDEMER, 2002, p. 248).

Em um panorama linguístico cada vez mais diversificado e interconectado, a interseção entre a sociolinguística, a GC e a abordagem multilíngue ou multidialetal de conhecimento gramatical revela-se crucial para a compreensão abrangente da linguagem humana. A proposta socioconstrucionista, neste contexto, emerge como um valioso instrumento analítico, capaz de analisar as nuances da variação linguística sob a correlação dos fatores socioculturais e discursivos a fatores do contexto linguístico. Ao abarcar a heterogeneidade linguística e reconhecer a complexa interação entre as construções e os cenários comunicativos, essa abordagem não apenas proporciona *insights* mais profundos sobre a estrutura linguística, mas também destaca a vitalidade e adaptabilidade da linguagem, refletindo a riqueza da experiência humana em sua manifestação verbal.

PARADIGMA DISCURSIVO COMO CONSTRUÇÃO: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE "REFERENTE" EM DIFERENTES DISCURSOS/TEXTOS

A consolidação de paradigmas discursivos na mente dos usuários de uma língua é regulada por rotinas que sobressaem na modelagem das experiências textual-discursivas processadas e produzidas em uma rede de práticas de expressão, interação e comunicação nas comunidades linguísticas de que eles participam ou a que têm acesso. Para a manifestação linguística de tais paradigmas, recorreremos a uma variedade de mecanismos linguísticos (alguns mais convencionalizados e estabilizados, outros menos estabilizados e (mais) inovadores e criativos). Nessa engenharia dos paradigmas discursivos que licenciam as formas como concretizamos linguisticamente pensamentos, intenções, atitudes e pontos de vista sobre estados de coisas no mundo, lidamos inevitavelmente com heterogeneidade e convencionalização sociolinguísticas.

Um ingrediente na configuração textual licenciada por paradigma discursivo diz respeito ao ponto de vista adotado quanto à relação entre o eu-enunciador e o interlocutor ou outrem na representação de um evento ou na interação comunicativa ou quanto à relação entre proposições (eventivas ou estativas) na construção de uma cena enunciativa. A perspectiva defendida pelo eu-enunciador ou autor de um texto norteia o acionamento entre alternativas de expressão linguística disponíveis e/ou esperadas num paradigma discursivo. Em pesquisa socioconstrucionista, entendemos que a inclinação ao acionamento de uma variante ou aloconstrução em vez de outra equivalente pode ser regulada por valores de atributos formais e funcionais (neste caso, semânticos, pragmáticos,

discursivos, sociais) mais condizentes com o propósito do eu-enunciador na enunciação.

Dessa forma, o usuário da língua ativa determinadas funções comunicativas, ou seja, modos de funcionamento, que se manifestam concretamente em enunciados, que se refletem nos recursos linguísticos gramaticais acionados. Mesmo que nem todos os textos tenham uma visada argumentativa explícita, “a linguagem é utilizada por sujeitos falantes de modo a influenciar seus parceiros, quer seja para sugerir maneiras de ver, para fazer aderir a uma posição, ou para gerir um conflito” (AMOSSY, 2018, p. 44). Nessa empreitada discursiva, o enunciador articula formas e processos linguísticos, tendo em conta as limitações e possibilidades expressivas previstas pelo padrão discursivo que desenvolve. Uma importante operação discursiva no desenvolvimento argumentativo da língua é a construção de referente.

No que diz respeito ao processo de referenciar, Neves (2021, p. 67) comenta que

os falantes compõem seus enunciados instituindo os referentes que, oriundos de uma construção mental, e não de um mundo real, representarão, na organização sintática, os termos das predicções, o que significa que a primeira noção de referência é a de uma ‘construção’ de referentes. Por outro lado, na outra ponta da interação linguística, revela-se uma segunda noção de referência, que é a de ‘identificação’ de referentes (NEVES, 2021, p. 67).

Neste jogo de modos de referenciar – o construtivo e o identificador (cf. NEVES, 2021, p. 67-68) –, “no modo construtivo o falante usa um termo para que o ouvinte construa um referente para esse termo e introduza esse referente em seu modelo mental” e “no modo identificador, o falante usa um termo para que o ouvinte identifique um referente que já de algum modo esteja disponível, mediante uma fonte para a identificação”. Em essência, Neves (2021) destaca que o processo de referenciar envolve a criação de referentes através de

construções mentais, que posteriormente são organizadas na estrutura sintática dos enunciados. Essa construção mental dos referentes é o primeiro estágio da referência. Por outro lado, a identificação de referentes ocorre na outra ponta da comunicação, quando os interlocutores reconhecem e atribuem significado aos referentes estabelecidos previamente. Esse processo de referência não apenas envolve a criação inicial dos referentes, mas também a interpretação e compreensão desses referentes por parte dos interlocutores durante a interação linguística. Assim, o indivíduo faz uso de estratégias discursivas para retomada e/ou indicação de referente, entre elas, a dêixis.

Nesta seção, consideramos brevemente três exemplos de estudos de variação que são passíveis de serem explicitamente contextualizados através da abordagem socioconstrucionista, especialmente, no que se refere ao conceito de Paradigma Discursivo: (i) a construção de personalização e impersonalização discursiva em construções com *se*, pronominais e nominais de impessoalidade discursiva; (ii) a construção de contraste dêitica; e (iii) a construção oracional temporal.

IMPERSONALIZAÇÃO DISCURSIVA – OPACIDADE E DESFOCALIZAÇÃO EM JOGO

A predicação verbal envolve predicadores que, sendo pessoais e (in)transitivos, preveem espaços/slots que se destinam à conceptualização de papéis participantes, os quais, por sua vez, se combinam em espaços/slots de termos com papéis argumentais em construções de estrutura argumental (cf. MACHADO VIEIRA, 2022). Assim, na formulação de predicação verbal em contexto discursivo, o enunciador pode escolher, a depender de seu papel na situação comunicativa ou da funcionalidade de seu discurso nela, a via da

referenciação por personalização discursiva ou por impessoalização discursiva. E o direcionamento por um ou outro caminho de referenciação vai demandar um repertório de padrões construcionais do conhecimento linguístico: recursos pronominais, recursos nominais, recursos verbais, por exemplo. Em outras palavras, o enunciador tem a flexibilidade de escolher entre personalizar o discurso, expondo o referente e enfatizando a agência ou a indução de participantes específicos na ação, ou impessoalizar o discurso para destacar a ação/o evento em si, sem necessariamente apontar para agentes individuais, para a força indutora, para um referente específico. Essa escolha direciona a modelagem da predicação verbal e, por extensão, a construção de estrutura argumental da sentença. O amplo repertório de padrões construcionais disponíveis permite ao enunciador moldar o discurso de acordo com sua intenção comunicativa e a dinâmica do contexto que forja ou lhe impõe certa expectativa de comportamento linguístico.

De acordo com Saraiva de Pontes (2022a, 2022b), diferentes contextos de referência podem ser impessoalizados segundo feições distintas de predicação: construção de predicação impessoalizada determinada, construção de predicação impessoalizada indeterminada e construção de predicação impessoalizada relativamente (in)determinada. E a esses contextos que se apresentam mais frequentemente também em certas configurações textuais estão mais produtivamente ou menos associadas certas predicações. Assim, a escolha entre os diferentes tipos de impessoalização influencia a forma como a referência é estabelecida no discurso. A relação entre a impessoalização e as predicações verbais mostra a interconexão entre o contexto discursivo e a estrutura linguística.

Saraiva de Pontes (2022a, 2022b) descreve, por exemplo, predicações transitivas diretas com predicador simples ou predicador complexo ou, ainda, predicador TER seguido de pronome clítico SE com as quais é viável, na dinâmica de construção de referências em textos que circulam nos domínios jornalístico e acadêmico,

representar um dos participantes da predicação (o que fica suspenso na estruturação sintática) como arbitrário, indeterminado ou determinado, mas, neste caso, desfocalizado. Em textos acadêmicos, esses padrões construcionais são mais acionados para promover a demissão da primeira pessoa discursiva (*"Analisam-se dados de corpora/tem-se a análise de dados de corpora por Analisei dados de corpora"*, exemplo extraído de SARAIVA DE PONTES, 2022), ou seja, a opacificação do eu-enunciador, autor; e, nos jornalísticos, tendem a opacificar a terceira pessoa discursiva (*"pode-se dizer, contudo, que a ineficiência estatal no mínimo contribuiu para ampliar o número de vítimas"*, exemplo extraído de SARAIVA DE PONTES, 2022). Vejamos, no esquema 03, a exemplificação das três possibilidades, representadas pelas aloconstruções.

Esquema 03 – Impersonalização-indeterminação

Aloconstrução

[Predicador_{TP} + SE, Participante 2 (SN/SO não agentivo)]

“OBSERVA-SE, ainda, uma estratégia de discurso estruturada”.

[a <v1: enquadre impersonalizado da força indutora; v2: referência (in)determinada; v3: participante 1 suspenso, de 1ª ou 3ª pessoa discursiva; v4: predicação ativa ou estativa (de ação, cognição, experiência); v5: comportamento de predicador pessoal >]

Aloconstrução

[Verbo_{(semi)auxiliar} + SE + Verbo Principal_{TP}, Participante 2 (SN/SO não agentivo)]

“PODE-SE OBSERVAR que a justaposição quando mencionada, tem sua definição estritamente relacionada ao aspecto formal”.

[a <v1: enquadre impersonalizado da força indutora; v2: + referência indeterminada genérica; v3: participante 1 suspenso, de 3ª ou 1ª pessoa discursiva; v4: predicação ativa ou estativa (de ação, cognição, experiência); v5: comportamento de predicador pessoal >]

Aloconstrução

[Predicador_{TER} + SE, Participante 2 (SN/SO não agentivo)]

“No primeiro caso, TEM-SE A OBSERVAÇÃO da realidade”.

[a <v1: enquadre impersonalizado da força indutora; v2: + referência arbitrária ou determinada; v3: participante 1 suspenso, de 1ª pessoa discursiva, ou inexistente; v4: predicação estativa (de existência, cognição); v5: comportamento correspondente ao de verbo impessoal (TER/HAVER impessoal)>]

metaconstrução

Fonte: dados extraídos de Saraiva de Pontes (2022a, p. 72).

A representação em metaconstrução captura a potencialidade de os três padrões construcionais descritos serem empregados de maneira a atender a objetivos comunicativos específicos em diferentes contextos discursivos e a opacificar ou desfocalizar um participante, o participante agente ou força indutora, nas predicções verbais. No caso de desfocalização, esse participante pode ser, em alguma medida, acessado via termo em posição diferente da de sujeito (em adjunto adverbial, por exemplo – *No jornal O Globo, projeta-se...*). A impersonalização discursiva é um procedimento estratégico de conceptualização mobilizado geralmente por atenção

do enunciador a certas necessidades discursivo-pragmáticas: polidez, afastamento do emissor dos fatos apresentados (quando o referente agente ou força indutora coincide com a primeira pessoa discursiva ou eu-enunciador) e, ainda, opacificação do responsável pela predicação diferente do eu-enunciador (a terceira pessoa discursiva, de quem se fala). Naturalmente, nossa perspectiva é de uma impersonalização relativa.

Lida-se com o fato de que, na impersonalização discursiva, por mais que o sujeito social/enunciador busque se afastar do texto, deixar o discurso menos subjetivo e focar nas informações a serem apresentadas, ele poderá ser determinado e ainda será possível reconhecer o sujeito enunciador, seja pelos contextos, seja por se tratar de textos com autoria explícita (SARAIVA DE PONTES, 2022, p. 40).

Dessa forma, o recurso à impersonalização discursiva não implica necessariamente eliminar a presença de um termo agente na predicação, mas, sim, desfocar, opacificar ou reduzir a ênfase de responsabilidade que recai sobre esse agente específico. Isso pode servir a diferentes propósitos comunicativos, como criar uma abordagem mais neutra, polida ou imparcial em textos acadêmicos ou jornalísticos, por exemplo. Afinal, “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como ‘eu’ em discurso” (BENVENISTE, 1976, p. 286). Ou mascarando isso em algum nível.

As três aloconstruções ligam-se, segundo Saraiva de Pontes (2022a, p. 161-163), a um *continuum* de impersonalização discursiva a partir desta perspectiva de esvaziamento da referenciação:

Esquema 04 - Perspectiva de esvaziamento da referência

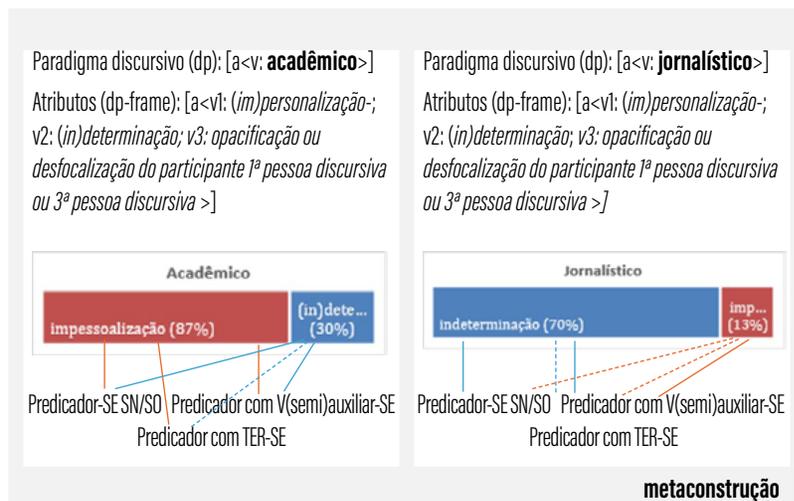
Impersonalização	GRAU 1	1ª p. discursiva Pretende-se demonstrar, assim, que esses discursos negativos ecoam no tecido normativo [...]. (Tese, 2016)
	GRAU 2	1ª e 2ª p. discursivas Frise-se a preocupação, aqui, não é acontinuidade ou não dos ensinamentos da dogmática jurídica [...]. (Tese, 2017)
	GRAU 3	1ª p. discursiva (sem)inclusiva Desse modo, tem-se , respectivamente, a observância das tendências à Universalização e Regularização do D.I. [...] (Tese, 2017)
Indeterminação	GRAU 4	1ª p. do plural (indeterminação genérica) Sabe-se que a rede pública estadual tem problemas de sobra [...] [Editorial, Jornal O Globo, 2020]
	GRAU 5	3ª p. discursiva Abriram-se shoppings, bares, restaurantes, igrejas e academias. [Editorial, Jornal O Globo, 2020]
Esvaziamento da referência	GRAU 6	Predicação sem ação humana Assim, criou-se uma geração que, supostamente, só sabia falar Português[...] [Dissertação, 2017]
	GRAU 7	Predicação sem participante Nesse empreendimento tem-se um estuário das singularidades que caracterizam o gigantismo do Estado [...]. [Editorial, O Globo, 2019]

Fonte: Saraiva e Machado Vieira (2021, s/p.).

Nesse *continuum*, nos três primeiros graus, a primeira pessoa discursiva (articulada ou não com uma segunda pessoa) pode ser determinada (até por conta do domínio discursivo acadêmico e pelo gênero textual de tese). Nos demais graus, sobressai algum grau de indeterminação ou esvaziamento da referência.

Saraiva de Pontes (2022a), em sua análise, observa a influência dos gêneros textuais na ativação da impersonalização e da indeterminação em predicções transitivas diretas com pronome SE. A autora demonstra que “a opacificação da terceira pessoa discursiva é mais acionada nos editoriais e artigos de opinião (textos jornalísticos), por conta de, normalmente, apontarem ações da terceira pessoa discursiva, principalmente, de personalidades políticas” (SARAIVA DE PONTES, 2002a, p. 75).

Esquema 05 – Paradigmas discursivos – acadêmico/jornalístico – para ativação de impessoalização-(in)determinação vs. impessoalização-indeterminação



Fonte: dados extraídos de Saraiva de Pontes (2022b, p. 102).

Ao examinarmos os dados provenientes da pesquisa conduzida por Saraiva de Pontes (2022b), dispostos no esquema 05, torna-se evidente a influência dos paradigmas discursivos na escolha e utilização das construções verbais de predicação transitiva direta. É possível perceber que há uma correlação entre os propósitos comunicativos dos textos e o acionamento de construções específicas. Quando o objetivo é promover a opacificação da 3ª pessoa discursiva, observa-se um maior uso das construções com SE no âmbito do contexto jornalístico. Isso implica que, nos gêneros jornalísticos, a estratégia de opacificar o agente da ação é empregada para realçar o argumento afetado/efetuado ou o conteúdo em si, em detrimento do destaque aos agentes envolvidos. Por outro lado, nos textos acadêmicos, tais construções são mais associadas à funcionalidade de alcançar a opacificação da 1ª pessoa discursiva, tendem a dizer respeito às predicações em que o agente ou força indutora coincide com o referente eu-enunciador. Isso sugere que a construção com

SE é estratégia de reduzir o foco na 1ª pessoa/autor, ou seja, opacificar o “eu-enunciador”, para apresentar informações de maneira mais imparcial e focada nos resultados e argumentos em si, em vez de deixar evidente a perspectiva pessoal do autor.

Essa análise demonstra a complexa relação entre os paradigmas discursivos, as alternativas linguísticas e objetivos comunicativos. Diversos outros padrões construcionais podem ser mobilizados para representar, com (relativa) impersonalização discursiva, entidades/objetos do discurso, segundo pode ser visto em Machado Vieira (2017, 2020, 2021 entre outros) e Machado Vieira *et al.* (2019). É possível acionar pronomes de natureza indeterminadora (*nós, a gente, você*), formas verbais noutras pessoas gramaticais (primeira pessoa gramatical do plural, segunda pessoa gramatical do singular/plural – esta, variante na variedade de Portugal), formas nominais, por exemplo, “man-constructions” – o homem, a pessoa, o indivíduo –, ou mesmo expressões referenciais que permitem recategorizações genéricas – um bandido, um traficante, um pobre coitado –, além de, em alguma medida, terem o potencial de deixar entrever a orientação argumentativa da textualização na tessitura do discurso.

CONTRASTE ARGUMENTATIVO DÊITICO – A IRONIA EM JOGO

O uso da dêixis para o apontamento do referente a ser comparado e contrastado entre porções textuais pode ser interpretado como “a capacidade de um discurso de conquistar a adesão do auditório àquilo que se pretende defender; logo, os argumentos (ou as estratégias argumentativas) materializam essa ação” (cf. SILVA; MARCHON, 2021, p. 1). Tal estratégia mostra-se bastante recorrente na **comédia**, sobretudo em **stand-up**, quando um enunciador

aciona dêiticos para criar um referente comum com a plateia. Isso permite que todos cheguem a um “lugar comum” (ainda que imageticamente), para que a piada seja compreendida e seus argumentos sejam válidos para convencer o público. O exemplo (01) a seguir ilustra essa dinâmica.

(01)

*“Antigamente viajar era mais fácil (essa porra) os terroristas fuderam com as viagens tudo, quer matar as pessoas? Mata, mas não atrapalha a minha viagem, sabe? Antigamente viajar era fácil, a máquina de detector de metal não apitava pra porra nenhuma; na verdade apitava, mas ele “perguntava tem arma?” “Não” então a leva a tua então, era uma alegria viajar; e **agora não**, tem essa preocupação e tal”.*

Fonte: <https://youtu.be/C6iW2rMUXTU> (21min07seg - 21min29seg).

Em (01), podemos observar a correlação entre o contraste acionado pelo *chunk* “*agora não*”, bem como o lexema “*antigamente*”, que aponta para uma ação localizada em determinado tempo. A primeira porção textual em um tempo pretérito (*era, fuderam, apitava, perguntava*), ancorado no dêitico *antigamente*, estabelece a comparação por contraste com a segunda porção textual, na qual ocorre uma mudança na indicação do tempo da ação para o presente (*tem*). Nesse contexto, ocorre a comparação entre o ato de viajar e o funcionamento do aeroporto em dois momentos distintos: “*antigamente*” e “*agora*”. Através dessa estratégia, a mudança no tempo verbal e o uso da negação associada ao dêitico permitem ao enunciador criar um contraste evidente entre as duas situações, enfatizando as diferenças entre o passado e o presente no contexto da viagem e do aeroporto.

Neves (2018, p. 256) esclarece que “lugar e tempo são categorias dêiticas, isto é, categorias que fazem orientação por referência ao ***aqui-agora***, que constituem o complexo modo-temporal que

fixa o ponto de referência do evento de fala". Além disso, na primeira porção textual, temos uma descrição das características do ato de viajar, que reforça o uso dêitico para que os ouvintes compartilhem o mesmo referente pretendido pelo locutor, para que todos cheguem num lugar comum, tal como descreve Marmaridou (2000), quando define que uma expressão dêitica é aquela que constrói um espaço mental comum entre o falante e o destinatário, algo característico em *stand-ups*. É por meio dessa descrição que conseguimos distinguir o juízo de valor do locutor, que, em outras palavras, diz que viajar antigamente era melhor do que viajar agora. Em resumo, temos a argumentação a partir de duas acepções: (i) criar um referente comum com os ouvintes; e (ii) apontar as características dos elementos comparados/contrastados. A referência dêitica estabelecida não é anafórica, mas sim a um elemento contextual sempre contrário ao dêitico que inicia o discurso. Essa contrariedade é acentuada pelo advérbio de negação, que promove a negação do referente construído na primeira porção textual e incide na inversão/contraste do referente na segunda porção textual. O referente é comparado/contrastado por meio do acionamento do dêitico associado ao elemento de negação, favorecendo o desenvolvimento de comparação lógica de ideias, na busca de enfatizar/persuadir que o referente na segunda porção textual é oposto ao referente anterior.

Vejamos outro excerto, (02), que mostra esta relação de comparação por contraste entre dois ambientes distintos marcados por dêitico espacial.

(02)

– *Mas e teus vizinhos lá? Pessoal ali da área deve tá com saudade do senhor, vamos lá!*

– *Que saudade de mim o que? Tão não, 27 anos que eu moro lá nunca nem me convidaram pro aniversário de ninguém, só sabem reclamar dos meus cachorro. **Aqui não!** Aqui graças a Deus é pet friendly.*

Fonte: <https://www.facebook.com/PortaDosFundos/videos/2366285856958073/> (02min18seg - 02min29seg).

Tipicamente, conforme se observa em (02), este tipo de construção é utilizado no português brasileiro (doravante PB), na função discursiva de contraposição/contraste argumentativa, em que “*aqui não*”, promove a comparação¹ entre duas porções textuais, ou seja, apresenta uma estruturação lógica de comparação, onde a porção textual (a) é comparada com a porção textual (b), que é realizada pela construção comparativa de contraste. O quadro a seguir ilustra esse processo.

Quadro 01 – [dêitico espacial + não]

Porção textual (a)	Dêitico + Advérbio	Porção textual (b)
<p><i>Mas e teus vizinhos lá? Pessoal ali da área deve tá com saudade do senhor, vamos lá!</i></p> <p><i>– Que saudade de mim o que? Tão não, 27 anos que eu moro lá nunca nem me convidaram pro aniversário de ninguém, só sabem reclamar dos meus cachorro.</i></p>	<p>Aqui não!</p>	<p>Aqui graças a Deus é pet friendly.</p>

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Neste excerto, o personagem fala sobre sua antiga casa “*lá*” para depois negar e apontar como é o lugar onde mora agora “*aqui*”, comparando os dois ambientes através do acionamento de elemento dêitico (*aqui*). Ele realiza um apontamento espacial e um advérbio de

1 Entre os macrodomínios gramaticais explorados por Givón (1995, 2011, entre outros), além de TAM, estão negação, coerência referencial, quantificação, voz, posse, comparação, contraste, atos de fala, nominalização, subordinação e concordância.

contraste (*não*), que não apenas realiza uma asserção negativa, mas que corresponde a um operador de inversão polar, na qual ocorre o significado de comparação. A estratégia argumentativa é empregada pela intenção do falante que não quer voltar para a antiga residência e, para argumentar em seu favor, cria uma comparação entre as duas moradias, e pelo uso de diversos elementos dentro da comparação.

Além dos exemplos (01) e (02), no PB, é possível encontrar outros lexemas capazes de preencher os *slots* dêitico e adverbial, tais como: *aqui não*, *aqui nunca*, *eu não* entre outros. Assim, diversos tipos de dêiticos podem ocupar esta posição do esquema, incluindo sintagmas nominais, como em (03), a seguir, em que percebemos que, antes de definir a loja do pobre, a enunciadora cria uma vasta descrição da loja do rico para fortalecer o seu argumento de oposição à loja do pobre; assim, contrapõe as duas lojas em situação de cotejo e estabelece uma relação de comparação de proposições entre elas. Vejamos o exemplo.

(03)

*A loja do rico, o provador é extremamente confortável, o chão é macio, (sei porque já dormi várias vezes), a luz te emagrece, o espelho te emagrece, se nada disso emagrecer te dão uma Herba Life na saída; só tem uma coisa de bom na loja do rico que tudo que você pedir pra provar a menina vai trazer; **na loja do pobre não**, eles contrataram um ser humano pra contar quantas peças que cê tá levando e não basta essa humilhação, ela ainda te dá uma placa desse tamanho dizendo cinco.*

Fonte: <https://www.facebook.com/abrunalouise/videos/173382197006565/> (01min45seg – 02min22seg).

Se observarmos os exemplos de (01) a (03), fica evidente que a construção de contraste pode ser preenchida com diferentes lexemas, ou seja, a depender do dêitico acionado e da cena

enunciativa (tempo, espaço, circunstância, entre outros). Isso resulta em diferentes graus de esquematicidade e produtividade, ou seja, espaço para variação. Goldberg (1995) destaca a importância da similaridade entre construções, ou seja, construções estão intimamente relacionadas quando compartilham um número significativo de recursos. Essa similaridade gradual entre construções contribui para a produtividade, pois a semelhança entre elas ocorre de forma gradual, através de analogia. Por sua vez, a produtividade dos esquemas da construção varia ao longo de um contínuo, dependendo de quão amplamente um esquema de construção se aplica a diferentes possibilidades da estrutura linguística. Portanto, quanto maior a aplicabilidade de um esquema de construção a diversas estruturas linguísticas, maior sua produtividade e esquematicidade. Dessa forma, podemos pensar no seguinte caminho: [esquemas de construção] ---> [variação de estruturas linguísticas] ---> [aumento da produtividade e esquematicidade].

Esquema 06 – Paradigma discursivo – comédia

Paradigma discursivo (dp): [a<v: comédia >]				
Atributos (dp-frame): [a<v1: contraste-; v2: localização no tempo, espaço, pessoa; v3: stand up>]				
Envolvimento dos participantes:				
[a<v1: ironia; v2: envolvimento do ouvinte; v3: comparação dêitica, contraste de espaço mental entre o falante e o destinatário]				
Esquema:				
[X é contrastado a Y] (função)				
[referente a ser contrastado + Dêitico + Contraste + referente de oposição ao referente anterior] (relação simbólica)				
[porção textual _(referente) + advérbio _(dêitico) + elemento de negação _(negação/contraste) + porção textual _(referente)] (forma)				
aloconstrução	aloconstrução	aloconstrução	aloconstrução	aloconstrução
agora não	aqui não	aqui nunca	aqui nem	eu não
				metaconstrução

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Em síntese, o quadro acima evidencia o papel crucial da dêixis na construção de comparações por contraste em contextos discursivos, notadamente, como em comédia. Através de elementos dêíticos, o enunciador estabelece uma conexão com a plateia, guiando-a para um “lugar comum” de entendimento e preparando o terreno para a argumentação que se segue. A estratégia discursiva – contraste – é ancorada em elementos dêíticos para acentuar as divergências entre os referentes comparados. Além disso, a presença da ironia, tão frequente em comédia, age como um elemento adicional nesse contexto. A aparente simplicidade das construções dêíticas contrasta com a intenção subjacente das construções do enunciador, que, por meio da negação, subverte expectativas e reforça seu ponto de vista, muitas vezes de forma irônica. A estrutura dêítica, portanto, é um recurso multifacetado que serve tanto à busca por coesão discursiva quanto à argumentação.

O *CONTINUUM* REFERENCIALIDADE E SEQUENCIALIDADE EM JOGO NO DOMÍNIO JORNALÍSTICO

O paradigma discursivo do domínio jornalístico conta, em sua composição, com gêneros textuais que demandam o uso do registro formal da língua e que são construídos, comumente, em torno dos tipos: narrativo e argumentativo. Nas notícias, por exemplo, narra-se um fato, tentando-se imprimir um efeito de maior objetividade. Por outro lado, nos artigos de opinião, a subjetividade do autor prevalece, o que leva o veículo midiático a ressaltar que as opiniões expressas não necessariamente refletem seu posicionamento, mas são de responsabilidade do articulista. Nesse domínio, podemos ilustrar a inter-relação entre referencialidade e sequencialidade por meio da análise das construções de tempo nesses textos. Tais construções, ainda

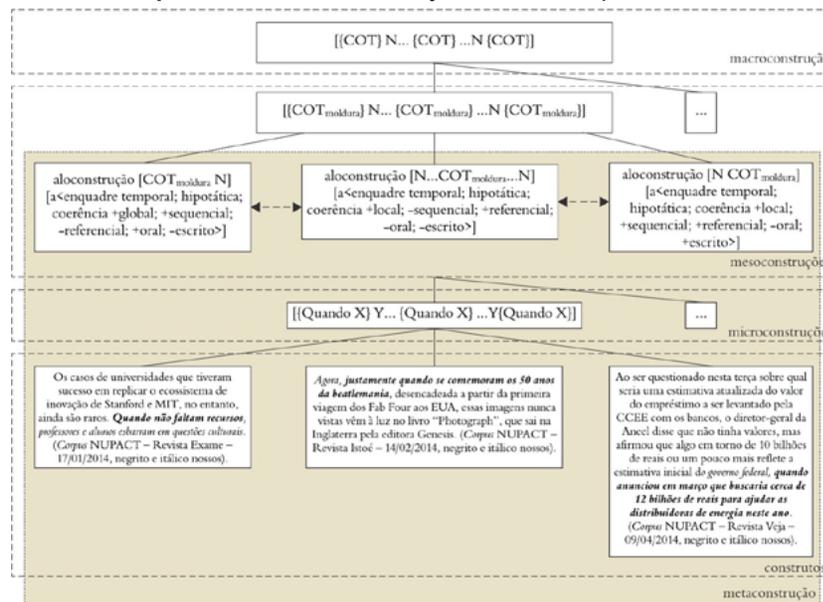
que associadas com frequência ao tipo narrativo, não se restringem a esse domínio e, ao servirem a diferentes padrões discursivos, ilustram a variação construcionista da maneira que se delinea aqui.

Dentre os variados meios de instanciar as construções temporais, na fronteira entre referencialidade e sequencialidade, destacam-se as cláusulas temporais, cuja função em que se especializam com maior frequência é a de indicar a localização temporal de determinado estado-de-coisas, servindo, portanto, precipuamente, à função de moldura temporal. Embora estejam associadas à hipotaxe, essas cláusulas também podem atuar em contextos de encaixamento e justaposição, conforme evidenciado por estudos de Lima-Hernandes (2004) e Cavalcante e Coan (2021).

A apregoada liberdade de variação posicional desses enunciados temporais é reexaminada quando se observam suas funções textual-discursivas, entre elas, por exemplo, a de *especificação nominal* (CAVALCANTE; COAN, 2021), em que o significado de um termo anterior é expandido ou restringido. No que diz respeito à variação aludida, a análise dessas construções pode ilustrar (i) a variação por aloconstruções e metaconstrução e (ii) a variação por semelhança simbólica, neste caso, no paradigma discursivo do domínio jornalístico.

Em relação ao primeiro tipo de variação, observa-se que a Construção Oracional de Tempo (COT) com a função *moldura* permite alternância posicional da hipotática em relação à nuclear (N), seja antes (COT_{anteposta} N), no meio (N...COT_{intercalada}...N) ou depois (N COT_{posposta}). Essas aloconstruções compartilham a função de apresentação do enquadre temporal no qual os eventos da nuclear estão inseridos (BECHARA, 1999; NEVES, 2018), por meio da hipotaxe. Para tanto, haveria três possibilidades de usos para a expressão desse conceito, cada um trazendo nuances distintas de coerência, conforme ilustrado no esquema 07, a seguir:

Esquema 07 – Rede da Construção Oracional Temporal (COT)



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Nesta função moldura, a COT_{moldura} pode servir tanto à sequencialidade quanto à referencialidade, com diferentes contornos de coerência, a depender de sua posição em relação à sua respectiva nuclear. Dessa forma, são perceptíveis os variados graus de esquematicidade e produtividade/extensibilidade que essa construção exerce no PB. Assim, a esquematicidade, de acordo com Tomasello (2013), é vista a partir da similaridade perceptiva e corresponde à extração de partes estáveis (corresponde, neste caso, aos *slots* "variáveis") em vários eventos de usos, o que conduz ao requisito de que todas as construções instanciadas devem ter pelo menos um "item/parte" em comum. Já a analogia, por outro lado, está associada à semelhança relacional, ou seja, diferentes construções desempenham um mesmo papel por semelhança simbólica (por exemplo, um agente) em uma série de enunciados. Como afirmado por Perek (2015, p. 168), a "esquematização leva à formação de construções

baseadas em itens (ou ilhas construtivas), enquanto a analogia é responsável pela formação de construções totalmente abstratas que não retém nenhum item particular”.

No âmbito da sequencialidade, o lexema *quando*, conector prototípico da COT, estabelece uma relação de temporalidade na conexão entre duas orações, denotando, por exemplo, a noção de simultaneidade temporal (exata, pontual) (cf. KOCH, 2016), como em (04):

(04)

Os casos de universidades que tiveram sucesso em replicar o ecossistema de inovação de Stanford e MIT, no entanto, ainda são raros. **Quando não faltam recursos**, professores e alunos esbarram em questões culturais. Fonte: *Corpus NUPACT – Revista Exame – 17/01/2014*, negrito e itálico nossos².

No desenvolvimento do tópico sobre instituições de ensino que conseguiram integrar ações de empreendedorismo como as iniciadas pela Universidade Stanford e pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, em inglês), são inferidos possíveis impeditivos a essa prática: falta de recursos e questões culturais. Na cláusula “quando não faltam recursos”, institui-se uma moldura temporal que funciona como *background* para outra situação, expressa na nuclear. Isso quer dizer que a sequencialidade apresentada por essa COT_{an-} indica que, na ausência de um problema na implantação da ^{teposta} ideia, pode haver outro.

Além disso, no entender de Givón (1995), as adverbiais antepostas tendem a atuar como pontes de coerência (*coherence*

2 Estamos adotando o seguinte padrão para o destaque dos padrões oracionais: em *itálico*, todo o período composto em que se encontra a cláusula sob análise, a qual também é destacada com **negrito**.

bridges). Essas cláusulas articulam elementos de forma mais global, retomando-os anaforicamente e estabelecendo relações com porções textuais anteriores, tal como a COT_{anteposta} em (04), a qual, implicitamente, sugere que os recursos são para a replicação do “ecossistema de inovação de Stanford e MIT”. Já a COT_{posposta} tenderia a apresentar coerência mais local, centrando-se de maneira mais imediata nos elementos da cláusula nuclear, como se pode ver a seguir:

(05)

São Paulo - Desde que abriu as portas, há cinco anos, o Empório Alto dos Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, tornou-se um reduto da cerveja complicada. *O incauto que pedir um chope e dois pastéis vai se surpreender **quando o garçom disser que o bar não vende pastéis***, mas que o cliente pode escolher entre 33 tipos de chope — com ingredientes como coentro, pitanga, bacon e abóbora.

Fonte: *Corpus* NUPACT – Revista Exame – 17/12/2014, negrito e itálico nossos.

Em (05), os referentes “garçom” e “pastéis” da COT_{posposta} são ativados, respectivamente, por “pedir” e “dois pastéis”, que estão presentes na cláusula nuclear imediatamente anterior. A COT_{posposta} utilizada é uma espécie de justificativa da surpresa de um cliente, mencionada na nuclear. Portanto, essa COT_{posposta} contribui para uma coerência mais restrita, focando-se de forma mais imediata nos elementos da própria cláusula nuclear.

Uma terceira alternativa à disposição do enunciador na expressão da função moldura é a COT_{intercalada}, que ensejaria mais recursos formais, uma vez que COT pode se intercalar entre diferentes termos da nuclear, mais ou menos agregados entre si (CAVALCANTE, 2020). Essas cláusulas podem, por exemplo, ampliar um elemento dêitico,

como *agora* em (06), em uma estratégia similar à aposição, tendo em vista a identidade funcional com o elemento anterior:

(06)

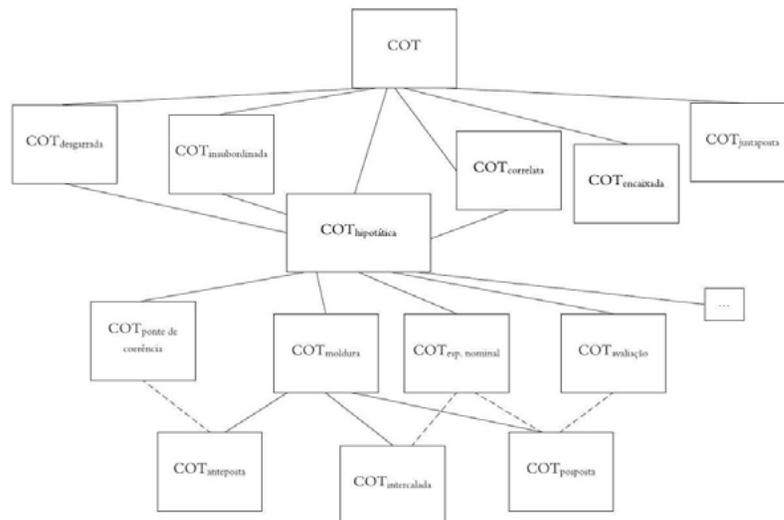
Agora, justamente quando se comemoram os 50 anos da beatlemania, desencadeada a partir da primeira viagem dos Fab Four aos EUA, essas imagens nunca vistas vêm à luz no livro “Photograph”, que sai na Inglaterra pela editora Genesis.

Fonte: *Corpus* NUPACT – Revista Istoé – 14/02/2014, negrito e itálico nossos.

O dado apresentado evidencia um contexto crítico (nos moldes de DIEWALD, 2002, 2006), no qual se observa uma certa ambiguidade semântico-pragmática e estrutural, pois não se pode afirmar com exatidão se o escopo da COT é o elemento dêitico *agora*, expandindo-o, ou se, conjuntamente com ele, forma-se uma espécie de estrutura complexa que incide sobre a cláusula nuclear, emoldurando-a.

Nesse cenário, por exemplo, a função moldura coexiste com outras possibilidades, o que sinaliza para o múltiplo recrutamento da COT a variadas funções, situação que podemos ilustrar a partir do ponto de vista da variação por semelhança simbólica. Assim, a construção COT_{intercalada} pode ser recrutada para um novo subesquema, ou seja, participar de outra função, a de especificação nominal. De maneira semelhante, a construção COT_{anteposta}, em vista de seu escopo mais global, pode atuar como ponte de coerência; e a construção COT_{posposta} pode, por exemplo, tendo em vista a posterioridade posicional, ensejar uma avaliação de um fato anteriormente apresentado. Esse comportamento pode ser ilustrado da seguinte forma:

Esquema 08 - Relações de semelhança simbólica entre as Construções Oracionais Temporais (COT)



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Em outras palavras, a função moldura, mais prototípica, pode coexistir com outras funções: ponte de coerência, especificação nominal, avaliação, entre outras. Essas funções também podem recrutar as COT em posições específicas. É o resultado de um processo de codificação de “novos significados relacionados ao significado anterior ou motivados por este, que passam a ser rotinizados, reanalisados ou convencionalizados pelos usuários da língua” (MACHADO VIEIRA, WIEDEMER, 2020, p. 285).

Como visto em (04), a COT_{anteposta} também pode atuar como ponte de coerência. No que diz respeito à COT_{intercalada}, permite-se a construção e progressão de referentes no discurso. Por isso, a sequencialidade pode se suavizar e dar lugar à referencialidade, como visto em (06). O mesmo pode acontecer também com a COT_{postposta}, em que se podem articular sequencialidade e referencialidade. Como o conector prototípico das COT, *quando*, retém traços de sua

função de advérbio relativo (BÉCHARA, 1999; AZEREDO, 2008), não é difícil mapear usos em que as construções temporais atuam em um espaço de convivência com as adjetivas (HAUY, 2015; NEVES, 2018) na expressão da função de especificação³ nominal, como em (07):

(07)

Ao ser questionado nesta terça sobre qual seria uma estimativa atualizada do valor do empréstimo a ser levantado pela CCEE com os bancos, o diretor-geral da Aneel disse que não tinha valores, mas afirmou que algo em torno de 10 bilhões de reais ou um pouco mais reflete a estimativa inicial do *governo federal*, **quando anunciou em março que buscaria cerca de 12 bilhões de reais para ajudar as distribuidoras de energia neste ano.**

Fonte: *Corpus* NUPACT – Revista Veja – 09/04/2014, negrito e itálico nossos.

Em (07), o referente “governo federal” é (re)elaborado como aquele que anuncia a busca de um aporte financeiro para auxílio às distribuidoras de energia. Nesse enunciado, a comutação de *quando* por *que* parece bastante viável. No entanto, ao contrário do uso do *que* relativo, o emprego de *quando* acrescenta uma nuance temporal à retomada referencial, corroborada pelo adjunto *em março*. Ou seja, além de retomar o referente, (re)elaborando-o, a construção temporal situa um recorte temporal na existência dessa entidade. A partir de um viés argumentativo, entendemos que esse referente é avaliado positivamente, pois o enunciador poderia haver recortado um momento temporal em que o governo não estava disposto a auxiliar as distribuidoras de energia. Nesse exemplo, é perceptível que

3 Usamos o termo “especificação” com dois sentidos: “(i) tornar um termo mais específico (ou detalhado), expandindo seu significado ou (ii) torná-lo mais específico, restringindo-lhe o significado, distinguindo-o de outro grupo dentro da mesma categoria” (CAVALCANTE; COAN, 2021, p. 137).

a função de especificação nominal requer a apresentação prévia do referente em foco, o que exclui a opção pela COT_{anteposta}.

A COT_{posposta} também pode ser utilizada para expressar, por exemplo, a função de avaliação, como podemos observar em (08):

(08)

O uso de robôs virtuais que disparam milhares de mensagens (muitas delas mentirosas) na internet para influenciar mecanismos de busca e formar um clima de opinião é visto por Branco com reservas: “Os chamados bots podem pesar um pouco, mas o grande enganado é o cliente que pensa *que muitas pessoas estão repercutindo um assunto, quando na verdade essas pessoas não existem*”.

Fonte: *Corpus* NUPACT – Revista Istoé – 27/03/2015, negrito e itálico nossos.

No exemplo apresentado, a COT_{posposta}, em texto que trata sobre a manipulação de usuários na internet por meio do *Facebook*, realiza uma avaliação ao indicar que aqueles que pagam pelo impulsionamento de *posts* na rede social podem estar sendo enganados, já que a suposta repercussão de seu conteúdo é feita por robôs, e não por pessoas reais. A inclusão de elementos como o marcador discursivo “na verdade” e a emergência do valor concessivo nessa cláusula contribuem para criar um contexto mais subjetivo e avaliativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – FECHANDO O PARADIGMA DISCURSIVO “CAPÍTULO DE LIVRO”

Neste capítulo, exploramos conceitos da abordagem socioconstrucionista: particularmente, as noções de metaconstrução e aloconstruções e o nível esquemático da protoconstrução ou paradigma discursivo. Perspectivamos aqui variação por aloconstruções e metaconstrução, variação por paradigma discursivo e por semelhança simbólica. Como escolhemos focalizar tais construtos, tratamos, neste capítulo, de aloconstruções, ou variantes construcionais, ligadas a três metaconstruções da gramática do Português que põem em pauta o mecanismo de referência e/ou sequenciação linguística(s): construção de predicação com referência impersonalizada e (in)determinada; construção de comparação por contraste; e construção oracional temporal.

Mostramos as relações entre as variantes construcionais em jogo em cada um dos três fenômenos e valores de atributos do contexto discursivo que lhes são associados segundo certos estudos mencionados aqui. Entre tais atributos (e valores salientes), estão, por exemplo, domínio discursivo (acadêmico, jornalístico, cômico) e gênero discursivo (artigo científico, stand-up, artigo de opinião, notícia).

Com isso, procuramos mostrar a relação entre repetições de eventos sociolinguísticos e práticas sociocomunicativas, efeitos de armazenamento e entrincheiramento (*cf.* SCHMID, 2020) de pareamentos de forma-função na memória, efeitos de convencionalização e automação discursivo-linguística. Também buscamos ilustrar a relação entre construções morfossintáticas similares e variantes (alocnstruções) em metaconstruções e destas em construções textual-discursivas.

Nosso intuito é, em linhas gerais, colaborar para que a variação de construções linguísticas que se podem alinhar por similaridade seja um fenômeno perspectivado na Gramática de Construções tendo em vista tanto a potencialidade de equivalência semântica, pragmática, discursiva e/ou social quanto a viabilidade de propensão (frequentemente, relativa) para especialização semântica, pragmática, discursiva e/ou social. Por isso, importa, ao lidar com dados de *corpora* advindos de experiências linguísticas diversas, detectar os valores dos atributos (socio)linguísticos observados nos dados e descrever a relação entre sua produtividade e esquematicidade.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. Tradução de Angela M. S. Corrêa *et al.* São Paulo: Contexto, 2018.
- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAICCHI, A. **Construction learning as a complex adaptive system**: Psycholinguistic evidence from L2 learners of English. Berlin: Springer, 2015.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1966] 1976.
- BOAS, H. C.; HÖDER, S. **Constructions in contact**. Constructional perspectives on contact phenomena in Germanic languages (Constructional Approaches to Language 24). Amsterdam/ Philadelphia: Benjamins, 2018.
- BOAS, H. C.; HÖDER, S. **Constructions in Contact 2**. Language change, multilingual practices, and additional language acquisition (Constructional Approaches to Language). Amsterdam/ Philadelphia: Benjamins, 2021.

BYBEE, J. L. Word frequency and context of use in the lexical diffusion of phonetically conditioned sound change. **Language Variation and Change**, 14, p. 261- 290. Cambridge University Press, 2002.

BYBEE, J. L. **Language, Usage and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CAPPELLE, B. Particle placement and the case for 'allostructions'. *In*: SCHÖNEFELD, D. (ed.) **Constructions All Over: Case Studies and Theoretical Implications, Special volume of Constructions SV1- 7/2006**, 2006. p. 01-28.

CAVALCANTE, S. A. de S. **Efeitos prototípicos da intercalação de Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais no Espanhol mexicano oral**. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal Ceará, Fortaleza, 2020.

CAVALCANTE, S. A. de S.; COAN, M. Um mapeamento funcional das cláusulas temporais: variação, processamento e codificação. **Intertexto**, v. 14, n. 1, p. 117-145, set. 2021.

DIEWALD, G. A model for relevant types of contexts in grammaticalization. *In*: WISCHER, I.; DIEWALD, G.; (eds.) **New reflections on grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 103-120.

DIEWALD, G. Context types in grammaticalization as constructions. **Constructions**, 1 (9), Special, Vol. 1, **Constructions all over: case studies and theoretical implications**, 2006, p. 1-29.

DIEWALD, G.; SMIRNOVA, E. Paradigmatic integration: the fourth stage in an expanded grammaticalization scenario. *In*: KRISTIN, D.; BREBAN, T.; BREMS, L.; MORTELMANS, T. (eds.), **Grammaticalization and Language Change: New Reflections**. Amsterdam: John Benjamins, 2012. p. 111-133.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, T. **Ute reference grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 2011.

GOLDBERG, A. **A Construction Grammar Approach to Argument Structure**. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1995.

GRIES, S.; STEFANOWITSCH, A. Extending collostructional analysis: A corpus-based perspective on 'alternations'. **International Journal of Corpus Linguistics**, 9(1), p. 97-129, 2004a.

GRIES, S.; STEFANOWITSCH, A. Co-varying collexemes in the into-causative". *In*: ACHARD, M.I.; KEMMER, S. (eds.), **Language, culture, and mind**. Stanford: CSLI, 2004b. p. 225-236.

HAUY, A. B. **Gramática da Língua Portuguesa Padrão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

HÖDER, S. Constructing diasystems. Grammatical organization in bilingual groups. *In*: ÄFARLI, T.; MAEHLUM, B. (eds.) **The sociolinguistics of grammar** (Studies in Language Companion Studies 154), p. 134-152. Amsterdam: Benjamins, 2014a. p.137-152.

HÖDER, S. Phonological elements and Diasystematic Constructions Grammar. **Constructions and Frames 6**, p. 202-231, 2014b.

KOCH, I. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2016.

LAKOFF, G. Cognitive models and prototype theory. *In*: NEISSER, U. (Ed.), **Concepts and conceptual development: Ecological and intellectual factors in categorization**. Cambridge University Press, 1987. p. 63-100.

LAMBRECHT, K. On the Interaction of Information Structure and Formal Structure in Constructions: The Case of French Right-detached *comme* -N. *In*: FRIED, M.; ÖSTMAN, J-O. (eds.). **Construction Grammar in a Cross-Language Perspective: Constructional Approaches to Language 2**. Amsterdam: John Benjamins, 2004. p. 99-157.

LEINO, J. Information Structure. *In*: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. **The Oxford Handbook of Construction Grammar**, 2013. p. 329-346.

LEINO, J.; ÖSTMAN, J-O. Constructions and variability. *In*: FRIED, M.; BOAS, H. (eds.) **Grammatical Constructions: Back to the roots**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 191-213.

LIMA-HERNANDES, M. C. Estágios de gramaticalização da noção de tempo – processos de combinação de orações. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 8, n.1 e n. 2, p. 183-194, jan./dez. 2004.

MACHADO VIEIRA, M. dos S. Variação e mudança na descrição construcional: complexos verbo-nominais. **Revista Linguística**, v. especial, p. 152-170, 2016.

MACHADO VIEIRA, M. dos S. Expressões impessoais no discurso acadêmico brasileiro. *In*: **Revista Letrônica**. Porto Alegre, v. 10, n. 1, jan-jun 2017, p. 65-84.

MACHADO VIEIRA, M. dos S. Predicação verbal e impersonalização discursiva: gradiência e alternância na Gramática de Construções do Português. **Estudos da Língua(gem)**, vol. 18, n. 1, p. 65-84, 2020.

MACHADO VIEIRA, M. dos S. Impersonalização discursiva na predicação verbal em variedades escritas do Português. **Apresentação no I Colóquio Internacional Variar**, 2021. Disponível em: <https://variar.wixsite.com/variar/confer%C3%A2ncias>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MACHADO VIEIRA, M. dos S. "Predicação por Predicador Simples e Predicador Complexo", p. 27 -50. *In*: MACHADO VIEIRA, M. dos S. (org.). **Ensino de Português: Predicar em (Con) texto**. São Paulo: Blucher, 2022.

MACHADO VIEIRA, M. dos S.; SANTOS, J. L.; KROPF, M. P. A. Variação construcional por analogia: padrões construcionais de predicação verbal na voz passiva. **Revista Solettras**, n. 37, jan.-jun., 2019, p. 154-178.

MACHADO VIEIRA, M. dos S.; WIEDEMER, M. L. Lexemas e construção: atração, coerção e variação. **Caderno Seminal Digital** (Rio de Janeiro), v. 30, número especial, p. 81-132, 2018.

MACHADO VIEIRA, M. dos S.; WIEDEMER, M. L. Sociolinguística Variacionista e Gramática De Construções: Os Desafios e as Perspectivas de Compatibilização. *In*: MACHADO VIEIRA, M. dos S.; WIEDEMER, M. L. (org.). **Dimensões e Experiências em Sociolinguística**, 1ed. São Paulo: Editora Blucher, 2019, p. 85-120.

MACHADO VIEIRA, M. dos S.; WIEDEMER, M. L. A variação no modelo construcionista da Linguística Funcional-Cognitiva. *In*: BRESANCINI, C. R.; MONARETTO, V. N. (orgs.) **Sociolinguística no Brasil: textos selecionados**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, v. 1. p. 265-304.

MACHADO VIEIRA, M. dos S.; Wiedemer, M. L.; TRAVASSOS, P. F. **Metodologia no tratamento da variação construcional**. *In*: ROSÁRIO, I. C. Metodologia de pesquisa funcionalista. Porto Velho: EDUFRO-Editora da Universidade Federal de Rondônia, 2023. p.151-174.

MICHAELIS, L. A.; LAMBRECHT, K. Toward a Construction-Based Model of Language Function: The Case of Nominal Extraposition. **Language 72**, p. 215-47, 1996.

MARMARIDOU, S. On Deixis. **Pragmatic meaning and cognition**. (Pragmatics & Beyond, New Series) 72ed. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000.

NEVES, M. H. M. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

NEVES, M. H. M. Gramática e texto. Texto e gramática. A funcionalidade em questão. **Confluência**. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, Especial 30 anos, 2021, p. 56-77.

ÖSTMAN, J.-O. Construction Discourse: a prolegomenon. *In*: FRIED, M. (ed.). **Construction Grammars**: cognitive grounding and theoretical extensions. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 121-144.

ÖSTMAN, J.-O.; TROUSDALE, G. Dialects, Discourse, and Construction Grammar. *In*: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. **The Oxford Handbook of Construction Grammar**, 2013. p. 476-490.

PEREK, F. Alternation-based generalizations are stored in the mental grammar: Evidence from a sorting task experiment. **Cognitive Linguistics**, v. 23, n. 3, p. 601-635, 2012.

SARAIVA DE PONTES, E. Construções com o pronome se a impersonalização: reflexões sobre o ensino. *In*: MEIRELLES, V.; MACHADO VIEIRA, M. dos S. **Variação e ensino de português no mundo**. São Paulo: Blucher, 2022a. p. 65-82.

SARAIVA DE PONTES, E. "Impersonaliza-Se? Indetermina-Se? Usos de Construções Transitivas Diretas com Pronome Se em Textos do Português do Brasil". *In*: MACHADO VIEIRA, M. dos S. **Ensino de português**: Predicar em (con)texto. São Paulo: Blucher, 2022b. p. 91-108.

SARAIVA, E. S.; MACHADO VIEIRA, M. dos S. Indeterminacy and impersonalization in Brazilian Portuguese discursive practices. (Apresentação de Trabalho/Comunicação/ SOCIETAS LINGUISTICA EUROPAEA (SLE) **54th ANNUAL MEETING**, 2021. Disponível em: <https://osf.io/yvpfg/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SCHMID, H.-J. **The Dynamics of the Linguistic System**: Usage, Conventionalization, and Entrenchment. Oxford University Press: Oxford, 2020.

STEFANOWITSCH, A.; GRIES, S. Collostructions: Investigating the interaction between words and constructions. **International Journal of Corpus Linguistics**, **8(2)**, p. 209-243, p. 2003.

STEFANOWITSCH, A.; GRIES, S. Covarying collexemes. **Corpus Linguistics and Linguistic Theory**, **1(1)**, p. 1-43, 2005.

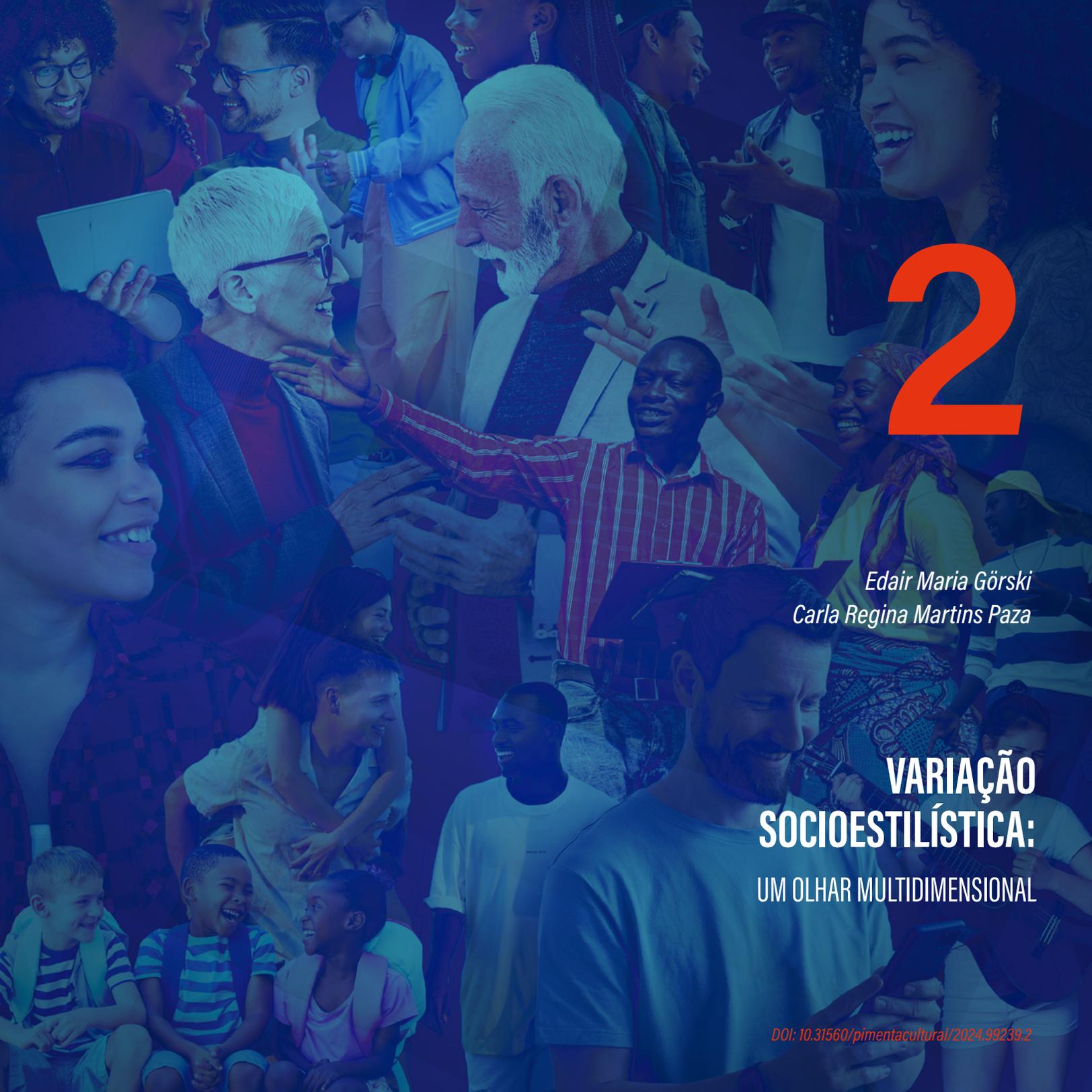
SILVA, W. P.; MARCHON, A. H. Argumentação multimodal: uma proposta teórico-metodológica. **Acta Scientiarum**, p. 1-14, 2021.

TOMASELLO, M. **Constructing a language**: A usage-based theory of language acquisition. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.

TRAVASSOS, F. P. **Variação e mudança construcional: um olhar funcional-cognitivo sobre usos de construções com verbo-suporte DAR no PB**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

WEINREICH, U. Is a structural dialectology possible? **WORD, Journal of the linguistic circle of New York**, v. 10, p. 388-400, 1954.

WIEDEMER, M. L.; MACHADO VIEIRA, M. dos S. Paradigma Discursivo como (Proto) construção: alternância linguística via práticas sociocomunicativas. *In*: MACHADO VIEIRA, M. dos S. (Orgs.). **Variação em Português e em outras línguas românicas**. São Paulo: Blucher, 2022, v. 01. p. 60-102.



2

*Edair Maria Görski
Carla Regina Martins Paza*

VARIAÇÃO SOCIOESTILÍSTICA: UM OLHAR MULTIDIMENSIONAL

DOI: 10.31560/pimentacultural/2024.99239.2

INTRODUÇÃO

A área da Sociolinguística, notadamente o campo variacionista, tem se desenvolvido desde a década de 1960 com especial atenção para a correlação entre fenômenos linguísticos e a estrutura social, em busca de padrões sociolinguísticos gerais e regulares na comunidade de fala. Mas, como bem pontua Hernández-Campoy (2016), a variação sociolinguística é constituída por uma interface de três dimensões: a variação linguística (intra-linguística), a variação social (interfalantes) e a variação estilística (intrafalante); e esta última, como já sinalizava Gadet (2005, p. 1353, tradução nossa), “tem recebido consideravelmente menos atenção dos sociolinguistas ao longo dos anos do que os outros tipos de variação”⁴.

Atualmente, precisamos levar em conta que i) fatores culturais, políticos e econômicos, fortemente associados à globalização, têm impactado as formas de constituição da sociedade contemporânea (COUPLAND, 2010), provocando, por exemplo, a “produção de novas identidades” e/ou “um efeito pluralizante sobre as identidades” de modo a torná-las menos fixas e mais plurais (HALL, 2006 [1992], p. 86-87); e que ii) as mudanças sociais que vêm acontecendo têm reflexos na área, levando a “uma reconfiguração que desloca a relação entre as três dimensões que constituem a interface da variação sociolinguística” (GÖRSKI; VALLE, 2019, p. 98). Nesse realinhamento, não só a variação social mas também a estilística vão sendo reposicionadas para um lugar central nos interesses do campo, considerando-se que é no contexto estilístico que os significados sociais ganham especificidade (ECKERT, 2016a), de modo que essas duas facetas da variação aparecem cada vez mais integradas numa *dimensão socioestilística*.

4

No original: “Single-speaker variation has received considerably less attention from sociolinguists over the years than other types of variation” (GADET, 2005, p. 1353).

Eckert (2022 [2012]), com base nos critérios de significado social e práticas analíticas, sistematiza os estudos variacionistas em três ondas, ao longo das quais a dimensão estilística também vem sendo reposicionada:

de lugar periférico e a reboque de macrocategorias sociais onde atua como parâmetro correlacional independente (1ª onda) passa a ser associada a categorias demográficas e socioculturais locais, expressando significados identitários de grupo (2ª onda), e, por fim, confunde-se com a própria variação linguística, sendo colocada como ponto central nos estudos de práticas estilísticas (3ª onda) (GÖRSKI; VALLE, 2019, p. 98-99).

Os estudos de terceira onda (que vêm se fortalecendo a partir dos anos 2000), em perspectiva fortemente etnográfica, buscam analisar a variação a partir de práticas estilísticas intersubjetivas situadas num amplo cenário ideológico-cultural. Nessa fase, as dimensões social e estilística se integram na construção e projeção de personas/identidades; e os significados sociais emergem de inferências sobre características, posturas e atitudes dos interlocutores no momento da interação (HALL-LEW; MOORE; PODESVA, 2021).

Além da sistematização dos estudos variacionistas em ondas, os trabalhos voltados à dimensão estilística têm sido caracterizados a partir de três abordagens principais: uma de natureza psicológica, centrada no grau de atenção à fala (proposta de Labov (1972, 2001)); uma de natureza interacional, que focaliza a audiência (*Audience Design*, proposta de BELL (1984)); e outra mais focada na identidade do falante agentivo (*Speaker Design*) (cf. SCHILLING, 2013; COUPLAND, 2007).⁵ Essas abordagens sociolinguísticas de estilo acionam diferentes campos teóricos com os quais estabelecem, em alguma medida, certas articulações; e são, em geral, perpassadas

5 Existe uma clara aproximação entre a primeira abordagem da variação estilística e a primeira onda variacionista; e entre a terceira abordagem de estilo e a terceira onda variacionista. Não é, contudo, o intuito deste capítulo explorar essas aproximações.

por uma tensão entre “restrição comunicativa” – quando o falante é submetido a algum tipo de controle ou norma social que rege seu comportamento linguístico em termos de adequação ao contexto – e “abertura comunicativa” – quando o falante faz escolhas agentivas (COUPLAND, 2011, p. 139).

Feito esse esboço panorâmico, nosso objetivo é tecer reflexões acerca da *dimensão socioestilística da variação*, considerando i) o caráter *unidimensional* e *multidimensional* da variação; e ii) a relação de usos linguísticos e significados socioestilísticos com *discurso*⁶ e com *identidade* – tendo como pano de fundo a tensão entre restrição e abertura comunicativa.

ABORDAGEM UNIDIMENSIONAL DA VARIAÇÃO ESTILÍSTICA

A abordagem variacionista clássica de estilo é aquela que caracteriza o programa variacionista de Labov (e daqueles que replicam seu tipo de pesquisa *survey*), integrando os estudos de primeira onda. O autor, postulando que não existe falante de estilo único, propõe dois modelos unidimensionais aplicáveis a entrevistas sociolinguísticas para estudos de variação estilística: o modelo de *estilos contextuais* (LABOV, 2008 [1972]) e o de árvore de decisão (LABOV, 2001).⁷ Ambos os modelos operam com critérios pré-estabelecidos, os quais permitem isolar contextos na fala do informante ao longo da entrevista e dispô-los num *continuum* – de estilo mais cuidado

6 O termo “discurso” e derivados são usados neste capítulo em sentido amplo, remetendo tanto a aspectos de ordem textual como a aspectos contextuais – seja situacionais (mais locais), seja socioculturais e ideológicos (mais amplos).

7 Para uma visão detalhada desses modelos, conferir Görski e Valle (2014); e para uma aplicação do modelo de árvore de decisão, ver Battisti *et al.* (2021).

a mais casual – em função da própria configuração da entrevista, que suscita, por exemplo, um maior envolvimento emocional do falante com determinados tópicos, o que supostamente o levaria a um menor monitoramento da fala. O próprio autor alerta que se trata de um artifício metodológico pensado como um modo de organizar a variação intrafalante que ocorre na entrevista e não com vistas a uma descrição geral do funcionamento das trocas estilísticas na fala cotidiana (LABOV, 2001).

Essa concepção de estilo associado a uma escala unidimensional e linear de formalidade em decorrência do audiomonitoramento do falante é a que tem predominado nos estudos sociolinguísticos brasileiros, notadamente naqueles que seguem uma orientação laboviana e analisam fenômenos variáveis extraídos de entrevistas sociolinguísticas. Como esse tipo de abordagem opera com a noção de *restrição* ao tratar de covariação de fenômenos linguísticos variáveis e condicionadores externos (no caso, os estilos contextuais relacionados a graus de atenção/formalidade), isso implica que “a variação estilística é, de fato, uma resposta do falante (e, de fato, uma resposta regular e previsível) a circunstâncias sociais impostas pelo pesquisador” (COUPLAND, 2011, p. 139, tradução nossa)⁸, tendo em vista os protocolos que costumam nortear a realização das entrevistas.

Ainda no que diz respeito à abordagem laboviana de estilo, vale mencionar que Labov (2010) chega a considerar que estudos sociolinguísticos recentes mostram que

- i) a função expressiva fornece informações sobre a identificação do falante (seu estado emocional, idade, sexo/gênero, etnia, *status* socioeconômico, identidade local);
- e ii) a função diretiva envolve acomodação à audiência (adequação ao grau de distância social, polidez e defe-

8

No original: “stylistic variation is indeed a speaker’s response (and indeed a regular and predictable response) to social circumstances imposed by the researcher” (COUPLAND, 2011, p. 139).

rência, troca de estilo e *audience design*) (GÖRSKI; VALLE, 2014, p. 56).

Mas, como o interesse principal do autor é a difusão da mudança linguística (mais do que a variação), ele postula que, dentre os fatores citados, os mais relevantes são as categorias mais amplas “gênero” e “classe”, que correspondem à estratificação social e são atreladas à função expressiva da linguagem, justamente aquela que identifica o falante. O papel do estilo é, portanto, visto como secundário no que diz respeito à mudança linguística e, como já apontado, para Labov importa em termos de um gradiente de estilos contextuais correlacionados com a hierarquia socioeconômica no condicionamento de fenômenos variáveis.

A abordagem unidimensional do estilo tem recebido várias críticas. Coupland (2007), entre outros, questiona a linearidade do modelo que, em geral, situa num extremo do *continuum* o estilo cuidado/ formal/ padrão/ prestigiado e no outro extremo o estilo casual/ informal/ não padrão/ estigmatizado. O autor lembra que a variação linguística se dá simultaneamente em muitas dimensões e que os significados são construídos na contextualização dos atos de fala, por isso usos linguísticos vernaculares podem ser feitos conscientemente para produzir certos efeitos pragmáticos ou sociais, e não necessariamente associados a um menor grau de atenção à fala.

As críticas direcionadas à abordagem laboviana, contudo, não descartam a entrevista sociolinguística como *locus* de análise da variação estilística, mas sugerem explorar novas facetas: “usando abordagens mais matizadas, a entrevista sociolinguística continua um rico lugar para se obter e explicar dados de variação estilística”⁹ (SCHILLING-ESTES, 2007, p. 976, tradução nossa). A seção seguinte busca tratar de “abordagens mais matizadas” (não limitadas a entrevistas), colocando em relevo o caráter multidimensional do estilo, o

9

No original: “using more nuanced approaches, the sociolinguistic interview remains a rich site for obtaining and explaining data on stylistic variation”. (SCHILLING-ESTES, 2007, p. 976).

que requer um olhar mais amplo para a relação entre linguagem e sociedade e uma articulação com conceitos de áreas afins.

ABORDAGENS MULTIDIMENSIONAIS DA VARIAÇÃO ESTILÍSTICA

Na contemporaneidade, a globalização existe como “uma nova condição social” e tem sua importância como “um foco para algumas novas maneiras de entender a linguagem em sociedade”¹⁰ (COUPLAND, 2010, p. 2, tradução nossa). No entanto, a globalização é não linear e muitas vezes produz hibridismo e multiplicidade, envolvendo tensões entre o mesmo e o diferente, entre tendências centrípetas e centrífugas, entre o global e o local, entre consenso e fragmentação (COUPLAND, 2010); e essas tensões provocam rápidas mudanças sociais. *Como abordar o estilo nesse cenário?*

Consideramos que i) as diferentes visões sobre estilo não são contraditórias ou mutuamente exclusivas, e que a divisão entre restrições sociais e estilísticas é altamente permeável (RICKFORD; ECKERT, 2001) – o que justifica uma abordagem *socioestilística*; e ii) nas últimas décadas tem havido um “cruzamento crescente e frutífero entre os [níveis]” (BELL, 2014, p. 297) a) micro – que concebe o estilo como parte da variação linguística, em que as variantes se alternam em reação a contextos linguísticos altamente específicos, distribuídos num *continuum* de formalidade; e b) macro – que concebe o estilo como uma escolha pró-ativa de uma gama de níveis linguísticos que envolve desde microvariáveis de pronúncia até o discurso mais amplo ou padrões de gênero, bem como fatores situacionais. É nessa linha que Eckert (2016b) propõe que uma teoria

10

No original: “globalization currently exists as a new social condition [...] as a focus for some new ways of understanding language in Society”. (COUPLAND, 2010, p. 2).

de variação robusta deve integrar as escalas micro e macro, ligando práticas estilísticas locais com padrões macrossociais, de modo que os significados associados a variantes no nível mais local emergem relacionados a padrões sociais mais amplos.

Nessa perspectiva, a língua não é vista apenas como estrutura, mas como prática, integrando um sistema semiótico social dinâmico que envolve, por exemplo, vestimenta, gostos e interesses, atividades, posturas, padrões de consumo etc. (ECKERT, 2016a); e o estilo é visto como coocorrência de traços estruturados em diferentes semioses (HERNÁNDEZ-CAMPOY, 2016), de modo que padrões de estilo de comportamento coocorrentes criam distintividade social (IRVINE, 2001).

Em termos de prática analítica, Hernández-Campoy (2019) considera que o estilo é um fenômeno multidimensional complexo que não pode ser modelado em uma única teoria unidimensional e sugere que os estudos estilísticos devem avançar por meio de abordagens multidimensionais, multidisciplinares e interdisciplinares. A ideia de multidimensionalidade também é enfatizada por Coupland (2014, p. 294, tradução nossa) quando defende que “uma análise de estilo deve ser holística, atenta a múltiplas dimensões de significado simultaneamente”¹¹ e deve considerar diferentes instrumentalidades.

Há um amplo leque de fatores a serem considerados numa abordagem multidimensional de estilo, os quais acionam i) fatores de natureza discursiva, considerando aspectos pragmáticos, antropológicos, sociológicos e ideológicos – audiência, tópico, configuração das situações interacionais, grupos sociais, gêneros textuais/

11

No original: “[a] style analysis has to be holistic, attentive to multiple dimensions of meaning concurrently”. (COUPLAND, 2014, p. 294).

discursivos¹², fatores prosódicos etc.; e também ii) fatores internos ao falante – ponto de vista sobre seu lugar no mundo e sua relação com o outro, sobre valores ou normas sociais, desejo de projetar um certo tipo de persona/identidade etc. (ECKERT, 2001; SCHILLING-ESTES, 2007). Uma análise multidimensional busca não apenas identificar o *como* os indivíduos usam recursos estilísticos para produzir significados sociais, mas também entender o *porquê* de tais usos.

Para dar conta dessa ampla gama de fatores, a Sociolinguística Variacionista precisa expandir seu campo e buscar articulações teóricas com outras disciplinas. Vamos focalizar aqui, brevemente, abordagens que buscam uma integração com teorias do discurso e com a Linguística Antropológica, notadamente no que diz respeito à relação de usos linguísticos e significados socioestilísticos com aspectos discursivos e identitários.

ESTILO E DISCURSO

Nosso foco é direcionado aqui para gêneros e seu papel na variação socioestilística, os quais têm sido considerados em alguns estudos, seja como fator condicionador, seja como o “evento comunicativo que impulsiona a seleção de uma ou outra variante, abrangendo tanto questões formais como aspectos contextuais que o constituem” (BIAZOLLI; BERLINCK, 2021, p. 7-8), ou ainda como “um quadro para a compreensão da prática estilística”¹³ (BAUMAN, 2001, p. 58, tradução nossa).

12 Usamos o termo “gêneros textuais/discursivos”, seguindo a proposta de Biazolli e Berlinck (2021) que contempla os gêneros como práticas sociais e textual-discursivas. Estamos cientes de que, nos estudos do círculo de Bakhtin, o termo usado é “gênero discursivo”. Faremos a distinção terminológica quando necessário.

13 No original: “genre as a framework for the comprehension of discursive practice”. (BAUMAN, 2001, p. 58).

Na linha da proposta de Bauman (2001) e com base em Bragança (2017), Lacerda e Görski, em uma perspectiva bakhtiniana, afirmam que

estilo é do gênero, isto é, da atividade linguística na qual se inscrevem, concomitantemente: (i) posturas ideológicas, nascidas no âmbito de um quadro cultural de referências ou do diálogo com outras posturas, também indicadas nos gêneros; (ii) outros enunciados; (iii) os interlocutores; (iv) a situação social (pragmática e histórico-cultural) da interação; (v) modos sociais (e mais estáveis) e modos individuais (e mais evênticos) de dizer (LACERDA; GÖRSKI, 2022, p. 19).

Considerando-se a tensão entre “restrição comunicativa” e “abertura comunicativa” (COUPLAND, 2011), podemos ser levados, num primeiro momento, a pensar que os gêneros – vistos como padrões relativamente estáveis social e historicamente constituídos – atuam como força de restrição sobre as escolhas linguísticas dos falantes. Esse caráter coercitivo, no entanto, é relativizado pelo papel agentivo do sujeito. É o que aponta o item (v) da citação anterior, ao atrelar o gênero concomitantemente a modos sociais (mais estáveis) e modos individuais (mais evênticos) de dizer. Esse tipo de tensão entre o padrão convencional e o que escapa para as margens também é problematizado por Bauman (2001), o que o leva a propor que o gênero não seja concebido como um constructo usado para “classificação de produtos textuais acabados com propriedades formais imanentes”, mas que seja entendido, como já mencionado, “como um quadro para a compreensão da prática discursiva” (BAUMAN, 2001, p. 58, tradução nossa).¹⁴ Lidar com gêneros discursivos em práticas sociais orais e escritas em diferentes esferas de circulação envolve, portanto, a tensão mencionada acima.

14

No original: “classification of finished textual products with immanent formal properties [...] as a framework for the comprehension of discursive practice”. (BAUMAN, 2001, p. 58).

O estudo de Sarate (2023) ilustra a tensão entre a regularidade e a singularidade, ao analisar formas verbais de expressão de futuridade (futuro simples e perífrase com *ir* + Infinitivo) em *dissertações de mestrado*, contemplando a relação entre diferentes instâncias do gênero discursivo (esfera acadêmica, gênero dissertação, área de conhecimento e autor) e a questão do estilo. Considerando diferentes relações entre formas e funções, a autora mostra que o estilo é dado pelo gênero, mas é também dependente da área/subesfera e de suas especificidades, e que, em última instância, é o sujeito que dá o acabamento estilístico-composicional ao gênero. No que diz respeito às áreas de conhecimento, por exemplo, a autora evidencia que, enquanto na Linguística e no Direito as formas verbais são usadas predominantemente para expressar tempo futuro indeterminado e futuro histórico, na Matemática, há preferência pelo futuro determinado e pela modalidade deôntica imperativa (como em *vamos supor = suponhamos*), um convite ao leitor para acompanhar o desenvolvimento de certo raciocínio. Além disso, a autora identifica uma função metadiscursiva, que orienta o leitor quanto à localização de informações em dado ponto do texto, sendo tal função associada ao gênero.

Esse jogo entre formas e funções é trazido à tona por Traugott (2001), ao salientar que, para uma melhor compreensão do estilo, não apenas as *formas* linguísticas mas também suas *funções* semântico-pragmáticas devem ser consideradas; portanto, além de computar as ocorrências das formas, é importante contemplar i) sua multifuncionalidade e a frequência com que as funções são usadas pelos sujeitos e em que contextos discursivos; e ii) a possível interação entre funções semântico-pragmáticas com funções socialmente simbólicas ou estilísticas específicas (SARATE; GÖRSKI, 2023).

No que diz respeito a *entrevistas sociolinguísticas*, entendidas como um gênero do discurso acadêmico, especificamente da pesquisa sociolinguística (FREITAG *et al.*, 2009), Görski e Valle (2014), enfatizando a pertinência de uma interface discursiva para a análise

da variação estilística, colocam em cena as noções de *modos de textualização*, conceitualmente elaborados como sequências textuais – narrativa, descritiva, explicativa, argumentativa e dialogal – que se estabilizam em virtude de sua recorrência em práticas discursivas, mas que podem se manifestar mescladas a depender dos gatilhos do entrevistador e do projeto discursivo do falante (ADAM, 2011). Um modo de textualização distinto a ser considerado e que está relacionado ao modo dialogal (com trocas de turno) e dialógico (com invocação de múltiplos pontos de vista) é o discurso reportado, caracterizado por Bakhtin (1986 [1929]) como estilo linear (discurso direto) e estilo pictórico (discurso indireto e indireto livre). Os elementos que compõem essas duas tendências encontram-se, segundo o autor, na fronteira da gramática (esquema de base) e da estilística (variantes), e é nas variantes que se estabilizam novas formas de representação linguística. Vale salientar que o modo dialogal, com todas as suas nuances, está diretamente associado a relações de poder e solidariedade (BROWN; GILMAN, 2003 [1960]), presentes nas diferentes relações interpessoais e que se manifestam em distintas formas de tratamento ao interlocutor.

ESTILO E IDENTIDADES

Como já sinalizado na Introdução, a reconfiguração por que vem passando a Sociolinguística tem levado a um deslocamento da abordagem essencialista da linguagem – que estratifica *a priori* o indivíduo para explicar seu comportamento sociolinguístico –, para a defesa de que as pessoas têm múltiplas identidades sociais e de que as identidades são híbridas, contextualizadas localmente e, portanto, potencialmente efêmeras (HALL, 2006 [1992]).

Eckert (2019) considera que os estudos de segunda e de terceira onda permitem perceber os movimentos de pertencimento

atualizados pelos indivíduos e também abrem espaço para o papel das escolhas individuais e o que elas revelam sobre a postura do indivíduo em uma dada paisagem semiótica. É possível considerar, portanto, que: i) a observação da comunidade de fala não exclui a observação pormenorizada de grupos ou indivíduos, sendo que as pesquisas sociolinguísticas mais recentes estariam ampliando o foco de atenção da coletividade para a individualidade, da generalidade dos meios estatísticos para a observação atenta do desvio da média, dos estudos de larga escala para o uso individual, das posturas reativas para o colocar-se agentivo dos sujeitos (HERNÁNDEZ-CAMPOY, 2020); assim como ii) “a construção da identidade não é local ou global, micro ou macro, mas representa uma dialética entre esses níveis”¹⁵ (KIESLING, 2013, p. 465, tradução nossa). Nesse sentido, “[p]or um lado, a estrutura social restringe a forma como vivemos. [...]. Por outro lado, a agência é a nossa liberdade de viver como escolhemos” (BELL, 2016, p. 399, tradução nossa).¹⁶

Partindo desse deslizamento entre coletivo e individual e entre estrutura e agência, entendemos que i) as *identidades*, apesar de se materializarem em instâncias individuais, também são mobilizadas por instâncias coletivas/dialógicas e se (re)constróem e se atualizam no jogo comunicativo, imbricando tanto aquilo que é herdado quando aquilo que o sujeito escolhe performar; e ii) a *variação estilística* expressa tanto aspectos identitários mais assentados, como também revela efeitos de sentido que se dão momentaneamente no jogo comunicativo, envolvendo a história dos interlocutores e o conhecimento compartilhado. Ressaltamos, ainda, que é nesse jogo discursivo *on-line*, durante a interlocução, que o sujeito leva a cabo uma certa performance (como eu atuo e quero ser visto no jogo) que é estilizada na fala – envolvendo a relação mais ampla

15 No original: “Identity construction is neither local nor global, micro nor macro, but represents a dialectic between them.” (KIESLING, 2013, p. 465).

16 “On the one hand, social structure constrains how we live. [...] On the other hand, agency is our freedom to live as we choose.” (BELL, 2016, p. 399).

entre ideologia/cultura, os aspectos sócio-históricos que constituem os sujeitos e também a situação comunicativa imediata (contexto de fala) –, ou seja:

[...] identidade não envolve a oposição entre o individual e o social; em vez disso, os dois polos são entrelaçados e é a continuidade do sujeito que trabalhamos para manter por meio de atos de fala. Apresentamos um self social estável, fornecendo internamente narrativas consistentes sobre nós mesmos e nossas ações em um mundo mutável. Se a identidade é comunicada por meio de atos de fala, então podemos pensar nos estilos de fala como representações de tais identidades¹⁷ (GUMPERZ; COOK-GUMPERZ, 2007, p. 477, tradução nossa).

Nessa mesma direção, Kiesling (2013) considera que as identidades se apresentam em três dimensões interligadas – grandes grupos socialmente estratificados e distribuídos por região, papéis sociais desempenhados e posturas na interação – e as performances individuais ou as identidades de grupos sociais locais não se descolam das categorias mais amplas. Nessa perspectiva, entendemos que há dois contextos de análise bastante produtivos para lidar com questões de identidade em suas múltiplas camadas e sua relação com estilo: o contexto local, com seus movimentos de perencimento, e o contexto dos grupos jovens, agregados por conta do papel das novas mídias e das redes sociais.

Valle (2014), por exemplo, realizou pesquisa no bairro da Barra da Lagoa, comunidade pesqueira na região leste de Florianópolis-SC, que até a década de 1980 manteve-se bastante isolada por conta das condições de acesso e, a partir daquela década, passou a receber

17

No original: "We can now see that identity involves not the opposition between the individual and the social; rather, the two are intertwined and it is the continuity of the person that we work to maintain through acts of speaking. We present a stable social self by providing internally consistent narratives about ourselves and our actions in a changing world. If identity is communicated through acts of speaking then we can think of speaking styles as representations of such identities." (GUMPERZ; COOK-GUMPERZ, 2007, p. 477).

grande fluxo turístico sazonal e também representativa quantidade de novos moradores, vindos principalmente do Rio Grande do Sul e de São Paulo. O foco de interesse da autora estava em um grupo específico de marcadores discursivos (MDs), chamados *requisitos de apoio discursivo* (RADs), itens como *sabe?, sabes?, entende?, entendeu?, (en)tendesse, tá entendendo? e tás entendendo?*, que, além de muitas funções, também atuam como marcas de identidade¹⁸.

Na Barra da Lagoa, os RADs em geral estão relacionados a uma identidade jovem (jovens – 53%; meia idade – 33%; mais velhos – 14%), corroborando resultados de pesquisas que têm mostrado que há forte correlação entre MDs e identidade jovem (*cf.* KIESLING, 2004; BUCHOLTZ, 2009; BENTES; MARIANO, 2013). Para além dessa identidade social, alguns dos RADs analisados (*entendesse?, sabes? e tás entendendo?*) estão associados à identidade local, como marcas de pertencimento. Valle (2014) salienta que, com a abertura para o turismo e novos moradores, Florianópolis e especialmente as comunidades por muito tempo isoladas, como a Barra da Lagoa, se vêem às voltas com conflitos que emergem do cenário migratório do início século XXI. Nesse cenário, a cultura local ganha força, e o chamado “manezinho da ilha” passa a ser valorizado. Em razão desse rearranjo social, especialmente *(en)tendesse?* é usado para expressar o posicionamento dos indivíduos sobre a valorização de uma cultura local, fato reforçado pelo uso frequente desse item em páginas de mídias sociais, notícias, propagandas e por personagens que representam a cultura local. Essa nova camada de significação de *(en)tendesse?*, ligada a relações de *filiação/pertencimento a grupo local*, é bem ilustrada no trecho abaixo, em que o RAD é usado quando entra em jogo temática polêmica relacionada à vinda de novos moradores, instaurando-se momento de cumplicidade entre entrevistadora e entrevistada, que se conhecem e são do local.

18

Para mais detalhes, ver Valle (2014) e Valle e Görski (2019).

(01)

Mas assim esse povo que vem, que vem e que finca a:: a sua raiz aqui... eu acho que é um povo::... mais difícil de se trabalhar porque ele acaba descaracterizando o teu ambiente (est)... SABE? é u (hes)...tipo a Barra como tem gaúcho, é tonelada de- nunca vi tanto (est)... e tu percebe isso quando tu pega ônibus Carla... sendo da/ daqui... tu percebe.. é só tu... ou tu ou mais um... TENDESSE? é difícil tu encontrar daqui... os demais são pessoas de fora que vem, que vão parando nessas paradas, que vão entrando nessas ruas (est)... povo que mora aí (BARRA09FJS-45:58; 46:13). (VALLE, 2014, p. 230).

Ademais, a autora ressalta que *(en)tendesse?* tem o potencial de caracterizar indivíduos, sendo usado na *construção de personas* que emblematicamente representam o nativo florianopolitano, como é o caso do personagem *Darci*, interpretado pelo ator e cantor Moriel Costa em shows de *stand up comedy*, e das animações produzidas pela loja *Dezarranjo Ilhéu*,¹⁹ para a divulgação de seus produtos.

Além de movimentos identitários que se desenvolvem em espaços locais e se expressam na fala, cabe ressaltar que grupos que se vinculam por meio das grandes mídias digitais também acionam identidades múltiplas e merecem olhar atento da área da Sociolinguística. É necessário, portanto, considerar o que vem mudando na língua, mas também o que tem mudado na vida social e como essas estruturas se impactam mutuamente. Os jovens, que lidavam com marcadores de sexo/gênero e classe mais estáveis na década de 1970, têm vivido mudanças expressivas nos tempos atuais por conta: i) das novas formas de trabalho; ii) das novas dinâmicas de mobilidade, não somente demográfica e espacial, mas também da mobilidade global de práticas econômicas, normas culturais, estilos de vida e valores (superdiversidade); iii) das novas mídias, das trocas

19

<https://www.dezarranjoilheu.com.br/>

mediadas eletronicamente e da midiatização da diferenciação sociolinguística (COUPLAND, 2016). Mais agentivos e menos submetidos a estruturas socioculturais como religião, tradição, moralidade, família, classe, nação, por exemplo, os indivíduos da pós-modernidade situam-se na dialética entre estrutura e agência (BELL, 2016). Nesse sentido, movimentos coletivos, tais como os Novos Movimentos Sociais, emergem liderados pela população juvenil, colocando no centro de suas agendas “aspectos voltados à vida pessoal (sexualidade, etnia, ecologia)” (VANDENBERGHE, 2014, p. 306).

As mídias, a midiatização e as trocas e consumo mediados eletronicamente assumem papel central em nossos tempos e na vida dos jovens, levando a importantes mudanças sociolinguísticas que ainda carecem de investigação. O comportamento passivo de ver e consumir produtos midiáticos dá lugar à postura agentiva de produzir os próprios conteúdos, instaurando novas instâncias para pesquisas envolvendo identidade e estilo. De um lado, a *linguagem digitalmente mediada* (por aplicativos de mensagens) revela muito mais do que a representação da variabilidade da fala na escrita, expandindo os limites da heterogeneidade linguística, e a escrita não regulamentada tem ganhado mais espaço, enfrentando os dispositivos normativistas (ANDROUTSOPOULOS, 2016). Além disso, a noção de redes sociais digitais amplia o conceito de comunidade, menos restrita a limites geográficos e físicos e mais ligada à noção de agrupamentos mobilizados por forças ideológicas confluentes, como é o caso das comunidades de práticas virtuais. De outro lado, as *práticas midiatizadas de linguagem* dizem respeito a como as mudanças na mídia promovem mudanças linguísticas, sociais e culturais (ANDROUTSOPOULOS, 2016). Blogs, páginas, perfis nas diferentes mídias são usados para construir uma identidade regional ou de grupo a partir de vários recursos semióticos, incluindo a linguagem. Tipos sociais, os conhecidos influenciadores digitais, em performances encenadas, tornam-se líderes de mudanças e estabelecem tanto novos usos linguísticos

quanto novos significados sociais que viralizam entre seu público e podem alcançar outros grupos.

Nessa ótica, Rodrigues (2021) investiga significados sociais da não marcação padrão da concordância nominal como elemento de identidade e vínculo na página Jhowsiel, no Instagram (@jhowsiel), por meio de uma etnografia virtual silenciosa. A página, com mais de dois milhões de seguidores, foi fundada por um rapaz chamado Josiel Souza, residente em Ipatinga MG, de aproximadamente 25 anos. A maior parte das ocorrências de não marcação padrão de concordância nominal é realizada por Jhowsiel, parecendo expressar atitude jovem e de resistência às normas e contribuindo para compor o estilo do influenciador. A autora percebe que as motivações socialmente simbólicas acerca da não marcação de concordância nominal estão atreladas a aspectos identitários e de pertencimento de grupo, revelando-se, principalmente, como um índice de perfil jovem e trabalhador. Nesse caso, o criador da página configura-se como persona virtual, construindo uma *reputação* (cf. RECUERO, 2009) entre seus seguidores, que é capaz de gerar o engajamento necessário para a incorporação de usos linguísticos que expressam alinhamento identitário entre os integrantes de cada grupo, como é o caso da não marcação padrão da concordância nominal.

Squires (2014) distingue três momentos relacionados à incorporação de usos de falantes icônicos (potenciais influenciadores) via práticas mediatizadas: i) a adoção, quando o público capta diretamente construções/fragmentos mediatizados; ii) a circulação, que consiste na propagação dos usos entre novos usuários consumidores de mídias; iii) a difusão, momento de disseminação para novos usuários que são ou não consumidores de mídias. A autora sugere, ainda, que traços de um dialeto poderiam ser tomados como marca saliente de fala local e usados de forma estereotipada em performances mediatizadas, sendo depois adotados e incorporados entre os usuários das mídias a fim de demonstrar alinhamento com o estilo ou conteúdo da fonte de mídia. Tal consideração revela não somente

a relevância do contexto local, com seus movimentos de pertencimento, e do contexto dos grupos jovens, vinculados pelas novas mídias, como também o entrelaçamento entre esses dois contextos que envolvem movimentos identitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, tratamos do caráter multidimensional e multicamadas da variação socioestilística, à luz de avanços teórico-metodológicos da área de Sociolinguística, que, atenta a mudanças na sociedade contemporânea, vem se abrindo para abordagens interdisciplinares e atualizando seus focos de interesse. Damos ênfase à relação de usos linguísticos variáveis com discurso e com identidade, considerando a interação dialética entre restrição e abertura comunicativa e entre diferentes dimensões que perpassam as práticas discursivas, envolvendo desde aspectos ideológicos mais amplos, passando por aspectos locais e de grupos sociais até a agência do sujeito – mediados tanto presencial como virtualmente. Acreditamos que os tópicos trazidos à reflexão contemplem a agenda atual da Sociolinguística Variacionista e merecem a atenção de pesquisadores da área.

REFERÊNCIAS

ADAM, J.-M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDROUTSOPOULOS, J. K. Grammaticalization in young people's language: The case of German. **Belgian Journal of Linguistics**, v. 13, n. 1, p. 155-176, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1075/bjl.13.09and>.

ANDROUTSOPOULOS, J. K. Theorizing media, mediation and mediatization. *In*: COUPLAND, Nikolas. (ed.). **Sociolinguistics: theoretical debates**. New York: Cambridge University Press, 2016. p. 282-302.

BAKHTIN, M. / VOLOSHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986 [1929].

BAUMAN, R. The ethnography of genre in a Mexican market: form, function, variation. *In*: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (eds.). **Style and Sociolinguistic Variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 57-77.

BATTISTI, E.; SANTOS, B. S. dos S.; GUTERRES, R. L.; TEIXEIRA, T. T.; CUNHA, V. G. Alternância de estilo em entrevistas sociolinguísticas: uma aplicação dos critérios da árvore de decisão laboviana. **Revista do GEL**, v. 18, n. 3, p. 311-334, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v18i3.3152>.

BELL, A. Language style as audience design. **Language in Society** n. 13, p. 145-204, 1984.

BELL, A. **The guidebook to sociolinguistics**. Malden, Massachusetts/Oxford, U.K.: Wiley-Blackwell, 2014.

BELL, A. Succeeding waves: Seeking sociolinguistics theory for the twenty-first century. *In*: COUPLAND, N. (ed.). **Sociolinguistics: theoretical debates**, New York: Cambridge University Press, 2016, p. 391-416.

BENTES, A. C.; MARIANO, R. D. A linguagem dos manos: é possível falar sobre um registro popular paulista? *In*: CEZARIO, M. M.; CUNHA, M. A. F. da (orgs.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013. p. 147-161.

BIAZOLLI, C. C.; BERLINCK, R. de A. (orgs.) **Gêneros textuais-discursivos no estudo de processos de variação e mudança**. São Paulo: Pontes, 2021.

BRAGANÇA, M. L. L. **Uma proposta de articulação teórico-metodológica entre os campos variacionista, funcionalista e dialógico para o tratamento de variação/mudança**: reflexões a partir da expressão do futuro do presente. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. *In*: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (eds.). **Sociolinguistics: The essential readings**. United Kingdom: Blackwell, 2003 [1960].

BUCHOLTZ, M. From stance to style: Gender, interaction, and indexicality in Mexican immigrant youth slang. *In*: JAFFE, A. (ed.). **Stance: Sociolinguistic perspectives**. Oxford, U.K.: Oxford University Press, 2009. p. 146-170.

COUPLAND, N. **Style: language variation and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

COUPLAND, N. Introduction: Sociolinguistics in the global era. *In*: COUPLAND, N. (ed.). **The handbook of language and globalization**. Malden, MA, USA: Wiley-Blackwell, 2010. p. 1-27.

COUPLAND, N. The sociolinguistics of style. *In*: MESTHRIE, R. (ed.). **The Cambridge handbook of Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

COUPLAND, N. Five Ms for sociolinguistic change. *In*: COUPLAND, N. (ed.) **Sociolinguistics: theoretical debates**. New York: Cambridge University Press, 2016.

ECKERT, P. Style and social meaning. *In*: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (eds.). **Style and Sociolinguistic Variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 119-126.

ECKERT, P. **Third wave variationism**. Oxford Handbooks Online, 2016a. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199935345.013.27>.

ECKERT, P. Variation, meaning and social change. *In*: COUPLAND, N. (ed.) **Sociolinguistics: Theoretical debates**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016b, p. 68-85.

ECKERT, P. The individual in the semiotic landscape. **Glossa: a journal of general linguistics** 4(1): 14. p. 1-15, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5334/gjgl.640>.

FREITAG, R. M. K.; REIS, M.; BACK, A.; ROST SNICHELOTTO, C. A.; DAL MAGO, D. O controle do gênero textual/seqüências discursivas na motivação da variação sociolinguística: apontamentos metodológicos. **Odisseia**, n. 3, p. 1-15, nov. 2009.

GADET, F. Research on sociolinguistic style. *In*: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K. J.; TRUDGILL, P. (eds.). **Sociolinguistics: An international handbook of the science of language and society**, vol. 2. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2005. p. 1353-1361.

GOFFMAN, E. The neglected situation. **American Anthropologist** 66/6, p. 133-36, 1964.

GÖRSKI, E. M.; VALLE, C. R. M. A variação estilística em entrevistas sociolinguísticas: uma (re)leitura do modelo laboviano. *In*: GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L.; NUNES DE SOUZA, C. M. (orgs.). **Varição estilística**: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise. Florianópolis: Insular, 2014. p. 67-92.

GÖRSKI, E. M.; VALLE, C. R. M. Reconfiguração da sociolinguística variacionista e repercussões para o ensino: questões estilísticas e identitárias. **Estudos linguísticos e literários**, Salvador, n. 63, n. especial, p. 97-117, 2019.

GUMPERZ, J. J.; COOK-GUMPERZ, J. A postscript: Style and identity in interactional sociolinguistics. *In*: AUER, P. (ed.). **Style and social identities**: Alternative approaches to linguistic heterogeneity. Walter de Gruyter, 2007. p. 477-502.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. [1992].

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M. **Sociolinguistic styles**. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, 2016.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.. Entrevista com o sociolinguista Juan Manuel Hernández-Campoy. Entrevista concedida a Egisvanda Isys de Almeida Sandes, Antonio Manjón-Cabeza Cruz e Elena Fernández de Molina Ortés. **Rev. EntreLínguas**, Araraquara, v. 6, n. 1, p. 22-36, jan./jun., 2020. DOI: <https://doi.org/10.29051/el.v6i1.13728>.

IRVINE, J. "Style" as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. *In*: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (eds.). **Style and Sociolinguistic Variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 21-43.

KIESLING, S. F. Dude. **American Speech**, v. 79, n. 3, p. 281-305, 2004.

KIESLING, S. F. Constructing identity. *In*: CHAMBERS, J.; TRUDGILL, P.; SCHILLING, N. (eds.). **The handbook of language variation and change**. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 2013. p. 448-467.

LABOV, W. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Working Papers in Sociolinguistics**, Southwest Educational Development Laboratory, Austin, n. 44, 1978. 1978.

LABOV, W. The anatomy of style-shifting. *In*: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (eds.). **Style and Sociolinguistic Variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 85-108.

LABOV, W. **The social stratification of english in New York City**. 2. ed. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics. Cambridge: Cambridge U. Press, 2006 [1966].

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, W. **Principles of linguistic change: cognitive and cultural factors**. v. 3. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

LACERDA, M. L.; GÖRSKI, E. M.; PAZA, C. R. M. A terceira onda variacionista – continuidade ou descontinuidade de fases? **Revista da Abralín**, v. 21, n. 1, p. 1-27, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v21i1>.

LACERDA, M.; GÖRSKI, E. M. Potencial analítico dos gêneros do discurso para os estudos variacionistas. *In: SciELO Preprints*, submetido a 08 de novembro de 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5030>.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RICKFORD, J.; ECKERT, P. Introduction. *In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (eds.). Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 1-18.

RODRIGUES, T. B. A. **Os significados sociais da concordância nominal**: um olhar etnográfico para página Jhowsiel. Trabalho de conclusão de curso. Curso de Graduação em Letras – Língua portuguesa e literaturas de língua portuguesa, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SARATE, K.; GÖRSKI, E. M. Usos da perífrase ir + Infinitivo em dissertações de mestrado: um olhar estilístico-funcional no enquadre do gênero discursivo. **Entretextos**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 290–312, 2023. DOI: 10.5433/1519-5392.2023v23n2p290-312. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/47911>. Acesso em: 25 set. 2023.

SCHILLING-ESTES, N. Stylistic variation and the sociolinguistic interview: a reconsideration. *In: MONROY CASAS, R.; SÁNCHEZ PÉREZ, A. (eds.). 25 años de lingüística en España: hitos y retos*. XXV Congreso internacional de la Asociación Española de Lingüística Aplicada (AESLA). Murcia, 2007. p. 971-986. Disponível em: <https://www.um.es/lacell/aesla/contenido/pdf/9/schilling.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SCHILLING, N. Investigating stylistic variation. *In*: CHAMBERS, J.; TRUDGILL, P.; SCHILLING, N. (eds.). **The handbook of language variation and change**. 2 ed. Cambridge: Blackwell, 2013. p. 327-349.

SQUIRES, L. From TV personality to fans and beyond: Indexical bleaching and the diffusion of a media innovation. **Journal of Linguistic Anthropology**, v. 24, n. 1, p. 42-62, 2014.

VANDENBERGHE, F. Globalização e individualização na modernidade tardia. Uma introdução teórica à sociologia da juventude. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 265-316, 2014.

VALLE, C. R. M. **Multifuncionalidade, mudança e variação de marcadores discursivos derivados de verbos cognitivos**: forças semântico-pragmáticas, estilísticas e identitárias em competição. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VALLE, C. R. M.; GÖRSKI, E. M. Por um tratamento multidimensional da variação estilística na entrevista sociolinguística. *In*: GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L.; NUNES DE SOUZA, C. M. (orgs.). **Variação estilística** – reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise. Coleção Linguística. v. 3. Florianópolis: Insular, 2014. p. 93-121.

VALLE, C. R. M.; GÖRSKI, E. M. A entrevista sociolinguística como lócus de significados socioestilísticos: categorias macrossociológicas, identidade local e individual. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 13, n. 3, p. 1228-1265, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL39-v13n3a2019-16>.



3

Marilucia de Oliveira Cravo

O SIGNIFICADO SOCIAL DA NÃO RESPOSTA:

**UMA CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS DE TERCEIRA
ONDA À METODOLOGIA GEOSOCIOLINGUÍSTICA**

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que a Dialetologia se beneficia de contribuições da Sociolinguística, e que esta, por sua vez, tem se apropriado de técnicas daquela. A adoção da estratificação social pela Dialetologia moderna e o uso da Geografia Linguística pela Sociolinguística, método já há muito usado pela Dialetologia que culminou com a proposição de uma Geossociolinguística (RAZKY e CARDOSO, 2010), confirmam isso.

Para Lima *et al.* (2020), a Geossociolinguística foi um termo proposto por Razky em 1996.²⁰ Trata-se de “uma abordagem da variação linguística sustentada num tripé composto por três fatores condicionantes: o espacial, o social e o linguístico” (LIMA *et al.*, 2020, p. 15), sendo, portanto, a estratificação social muito relevante na cartografia linguística usada dentro dessa orientação, em que se tem privilegiado no Brasil principalmente a perspectiva da primeira onda, para quem é cara a análise de macrocategorias sociais. Dizem ainda os autores (LIMA *et al.*, 2020) que “um arranjo metodológico que permita inquerir a realidade em várias linguagens pode obter várias respostas, e ter várias respostas é melhor do que apenas uma”. A Geossociolinguística, nessa perspectiva, é entendida como uma metodologia que “combina técnicas da Geolinguística e da Sociolinguística” (LIMA *et al.*, 2020, p. 15).

Há, atualmente, várias dialetologias, entre elas, podemos citar a Dialetologia Pluridimensional (THUN, 1999), abordagem que trouxe importantes contribuições para o estudo da variação, propondo uma análise pluridimensional e relacional da variação. Dessa

20

Para mais detalhes sobre o tema, consultar Razky e Cardoso (1997), Razky (1998, 2003, 2004, 2010), Razky *et al.* (2016) e Lima (2003).

abordagem, vamos trazer para o presente estudo, talvez debate²¹, a técnica da sugerência (THUN, 1999) já adotada nos trabalhos de orientação geossociolinguística. Essa técnica tem sido usada como uma estratégia para evitar vazios dialetológicos que podem resultar da não resposta²² (cf. OLIVEIRA, *et al.*, 2018). As variantes que resultam da aplicação da sugerência são, geralmente, devidamente indicadas na maioria dos trabalhos acadêmicos, como é o caso de Costa (2019), a fim de sinalizar as condições em que a resposta foi obtida; mas nem sempre é assim, o que dificulta saber se a forma cartografada resulta da aplicação da sugerência ou não, ignorando-se seu real *status*. Figueiredo Jr. *et al.* (2021) ressaltam a importância de se cartografar em cartas distintas as respostas obtidas por meios distintos na Técnica de Três Tempos (TTT): perguntar, insistir e sugerir. A aplicação da TTT consegue preencher, na maioria das vezes, o vazio dialetológico, mas, em alguns casos, os dados que dela resultam não são explorados adequada e minuciosamente, o que pode levar a uma cartografia inconsistente. Isso é um ônus, especialmente quando se trata da orientação geossociolinguística, para quem são caras a estratificação social e o significado social da variação. Isto é, nem sempre os estudos que usam a técnica deixam claro se o resultado de sua aplicação pode preencher a célula representativa do falante na cartografia, pois ele pode mencionar a variante, mas dizer que não a usa, por exemplo, ou que a comunidade investigada não a usa, tal como registrado em Oliveira *et al.* (2018), como veremos mais adiante. Em outras palavras, uma forma pode ser apontada pelo falante como conhecida, mas não ser usada por ele porque não faria parte do seu repertório, das escolhas daquele falante. Se isso não for perguntado, podemos ter resultados inconsistentes. Há motivações

21 Agradeço à professora Eliane Soares que gentilmente aceitou ler este texto e fazer observações muito úteis.

22 É importante esclarecer aqui que entendemos a não resposta como ausência de resposta a uma pergunta do questionário ou a ausência de uma resposta específica prevista como resposta pelo falante, o que em geral aciona a sugerência. É, sobretudo, a segunda possibilidade que mais nos interessa no presente estudo.

ideológicas para isso que interessam a qualquer orientação que adote a perspectiva sociolinguística, como é o caso da Geossociolinguística, especialmente quando se trata da terceira onda. Assim, não é recomendável que a não resposta seja entendida, na Geossociolinguística, apenas como ausência que deveria ser preenchida, resultante de questões ligadas à memória ou à passividade, como propõe a TTT, mas também como uma escolha do falante, como resultado da avaliação que ele elabora.

A sugerência é uma técnica que tem sido adotada em vários trabalhos de cunho geossociolinguístico. Por isso, pretendemos discutir esse uso, em relação à não resposta ou ausência de formas previstas de ocorrerem em uma dada comunidade, que podem gerar vazios dialetológicos, refletindo sobre alguns cuidados necessários quando de sua utilização nos trabalhos de cunho geossociolinguístico.

Para concretizar esta proposta, chamamos para o debate Eckert (2012), que trata das três ondas da sociolinguística, dando primazia à terceira onda. Para isso, apresentaremos de forma breve, com base no referido texto, as três perspectivas mencionadas pela autora, destacando a importância de se dar primazia ao significado social da variação²³, bem como levantando reflexão sobre a ausência de formas previstas na pesquisa de campo, no sentido de produzir, propor uma interpretação mais refinada do uso e resultados da sugerência na abordagem geossociolinguística. Antes, abordaremos a técnica de três tempos (THUN, 1999) e a Técnica TET (cf. FIGUEIREDO JR. *et al.*, 2021), bem como apresentaremos dados empíricos de alguns trabalhos que discutem a não resposta, vazios dialetológicos e sugerência, com a finalidade de problematizar e discutir o tratamento da resposta que resulta da aplicação da sugerência para a cartografia linguística dos resultados.

23

Apesar de o significado social da variação parecer ter menos importância na primeira onda, está no protocolo laboviano. Ele recebe tratamento diferenciado nas três ondas, como veremos mais adiante.

Para auxiliar essa empreitada, apresentaremos resultados de um estudo em que foi usada a sugerência. A forma como ela foi utilizada induziu à “manutenção do vazio”, embora a forma esperada tenha sido registrada quando de sua aplicação, pois os comentários dos colaboradores e informações sobre as práticas socioculturais da comunidade pesquisada assim o recomendaram. Usaremos dados empíricos oriundos de uma comunidade afrodescendente do Amapá, a comunidade de Mazagão Velho, que também integra o elenco de comunidades que são investigadas sob a orientação da Geossociolinguística, mas cujos dados são usados, no presente estudo, apenas para um tratamento sob a perspectiva da terceira onda da Sociolinguística, no sentido de demonstrar um tratamento alternativo da não resposta nos estudos geossociolinguísticos, sobretudo com perspectiva de terceira onda²⁴.

Este texto, além da Introdução, apresenta as seguintes seções: “Revisitando a não resposta: o caminho da subgerência”, “A caminho das três ondas da Sociolinguística”, “Passos para a construção do caminho”, “O caminho de Santiago e o significado social da não resposta”, e “Considerações do meio do caminho”.

24

As reflexões e proposições aqui apresentadas contemplam, sobretudo, uma geossociolinguística que adote a perspectiva de terceira onda, mas pode, também, ser útil ao tratamento da sugerência que adote outras perspectivas, já que determinados cuidados, procedimentos mencionados têm impacto sobre a distribuição diatópica dos dados, preenchimento de células diatráticas etc. A discussão pode ser produtiva, já que algumas formas adotadas, quando do uso da sugerência, para se obter a forma desejada, recolhem comentários, informações que podem ser, com sucesso, exploradas para a avaliação e percepções linguísticas, como os comentários metalinguísticos mencionados em Carlos (2022).

REVISITANDO A NÃO-RESPOSTA: A CAMINHO DA SUGERÊNCIA

É tradição nos estudos dialetológicos o uso de questionários. Obviamente, as questões são acompanhadas por um número reduzido de possibilidades de variantes a serem encontradas que, certamente, não dão conta de toda a complexa gama de possibilidades, já que as comunidades sofrem mudanças no seu cenário sociocultural. São várias as técnicas utilizadas para a coleta de dados; uma delas, proposta mais recentemente, a sugerência, é usada no sentido de se obter a resposta que, em tese ocorreria, quando da aplicação do questionário, mas não foi usada pelo falante. Ela é conhecida do entrevistador. A técnica implica em apresentar designações ao entrevistado, perguntar se ele a conhece e obter comentários sobre a forma, a fim de validar se ela corresponde ao conceito apresentado. A sugerência é uma técnica que trouxe muitas contribuições para os estudos dialetológicos, mas apresenta alguns limites que discutimos aqui muito resumidamente; ou talvez não venha sendo devidamente conduzida e explorada nos estudos geossociolinguísticos. Isso traz implicações importantes para a cartografia estratificada dos dados e o significado da variação, caras aos estudos sociolinguísticos, e, portanto, também aos estudos de orientação geossociolinguística.

Se a sugerência, por um lado, revela formas inicialmente não usadas pelos colaboradores²⁵ e consegue preencher o vazio dialetológico, por outro lado, não dá conta, nos limites de seu uso, algumas vezes, de indicar restrições de uso, ou mesmo uma estratificação segura, em alguns casos, se as perguntas não forem bem elaboradas, e as respostas e discursos sobre as variantes não forem bem avaliadas. Poderia, assim, indicar um falso uso no contexto da pesquisa

25

Optamos por usar o termo "colaboradores", e não "informantes", porque os dados que avaliaremos são oriundos de uma comunidade tradicional que não se sente confortável com o termo "informante". Também por conta da natureza da pesquisa de campo realizada.

e, portanto, fazer emergir como uso num dado espaço ou categoria social aquilo que não é usual, como veremos adiante. O que resulta da sugestão poderia mesmo apresentar-se como segunda variante e fazer supor que é pouco ou menos usada numa dada comunidade, por um dado falante, o que pode não ser o caso. Talvez não seja usada por falantes representativos de um determinado grupo pesquisado, ou não seja usada no contexto em que o falante se encontra (*cf.* comentários sobre a variante “caçula” mais adiante). Essas são apenas algumas questões para reflexão. Dito isso, passamos a uma breve explanação sobre a técnica de três tempos e a uma formulação que teve origem nela, com foco na cartografia dos dados.

A sugestão, proposta por Thun (1999), consiste em uma técnica para se obter respostas que não são identificadas quando da coleta de dados, mas que poderiam fazer parte do repertório dos falantes. Assim, o pesquisador apresenta a variante não registrada perguntando se o falante a conhece. Ela é assim descrita em Carlos (2022):

São características da Dialetologia Pluridimensional a utilização de algumas técnicas e métodos na coleta dos dados, como o método da sugestão e a pluralidade de informantes. O método da sugestão (*sugestão*) busca registrar não apenas a primeira resposta e espontânea do informante, mas também outras respostas conhecidas, que podem ser usadas por ele ou não. Dessa forma, perguntamos, insistimos, para depois sugerirmos. Com as sugestões, podemos conseguir comentários metalinguísticos acerca dessas respostas. No entanto, para isso o inquiridor deve estar preparado, realizando um estudo anterior à coleta de dados, com uma lista de possíveis variantes para variável a ser documentada. De acordo com Thun (1999, p. 483), “[...] com as sugestões procura-se registrar também os dados que, momentaneamente na situação da entrevista ou com permanência na cabeça do entrevistado, pertencem a estratos não espontaneamente ativados ou de disponibilidade só passiva” (CARLOS, 2022, p. 40).

A forma que ocorre na primeira resposta do falante seria a principal, já que seria espontânea. As formas identificadas depois da sugestão apresentariam um menor grau de espontaneidade e, portanto, são denominadas de formas de disponibilidade passiva. Mas será que se trata só de espontaneidade mesmo? O que não aparece como primeira variante não é a espontânea ou não é a que o falante usaria naquele contexto? Mais adiante, veremos o que acontece com o uso de “caçula”.

Uma outra questão a discutir refere-se à possível lista de palavras que os usuários da sugestão deveriam construir, já que devem dispor de um conjunto amplo de possíveis formas para sugerir aos colaboradores. Perguntamos: até que ponto essa lista seria satisfatoriamente exaustiva ao ponto de dar conta de formas importantes que o falante utiliza? Poderiam ficar de fora variantes importantes para o falante, mas que, por questões de avaliação, não aparecem em seu discurso? O que a cartografia da sugestão revela: o uso de uma dada variante no espaço pesquisado ou conhecimento do falante de sua existência? Como essas informações estão registradas/cartografadas? Essas questões poderiam até “ficar de molho” no âmbito de trabalhos de outra natureza, mas, em se tratando de uma pesquisa geossociolinguística, precisa de atenção, já que há estratificação social, e o significado social da variação deve ser levado em consideração, nas três diferentes perspectivas adotadas na Sociolinguística, como prevê Labov (1972), mesmo que em maior ou menor proporção. A seguir, segue um trecho descritivo do uso da sugestão:

No T1, o inquiridor/entrevistador procura obter respostas espontâneas do inquirido/entrevistado/informante. Este, no T2, é estimulado a enunciar variantes adicionais às respostas espontâneas. No T3, o inquiridor apresenta um rol previamente preparado de variantes não contempladas no T1 e no T2. Esse último tempo objetiva captar formas passivamente conhecidas pelo falante. Um pressuposto importante da TTT concerne ao funcionamento da memória. Enquanto o T1 e o T2 orientam-se à obtenção de

formas ativas na mente do entrevistado, T3 explora a existência de variantes passivas. A diferença de status ativo e de status passivo das formas não é trivial. Pelo contrário, ela contribui para identificar se uma forma é velha (ou regressiva), se ela é nova (ou progressiva) ou ainda se ela é estável na comunidade de fala. A lista adiante mostra a TTT em termos de enunciação prototípica, em que 'QO' significa 'questão onomasiológica' e 'QS', 'questão semasiológica', cada qual vinculada a um questionário próprio (FIGUEIREDO JR. *et al.* 2021, p. 7).

Em “o objetivo é captar formas passivamente conhecidas”, pelos menos dois pontos chamam a atenção: primeiro, deseja-se saber se o falante conhece a forma, mas não se ele a usa ou se sua comunidade a usa; segundo, que as formas que não constam como primeira resposta são consideradas não espontâneas. Mas em que circunstâncias não o são?

Nessa perspectiva, a técnica superaria a não resposta, preencheria o vazio, mas a sequência dos procedimentos não dá conta de dizer se a forma é efetivamente usada pelo falante, pois essa pergunta não integra o rol de procedimentos geralmente usados na sugerência. Talvez porque se entenda que o fato de o falante conhecer a variante implique que ele necessariamente a use indistintamente em todos os contextos²⁶.

Figueiredo Jr. *et al.* (2021), ao tratarem da metodologia geolinguística, mencionam as implicações da coleta e tratamento de dados para a qualidade da cartografia de dados, e, a partir de reflexões sobre a Técnica de entrevista orientada à contundência responsiva/anuente (TE) (FIGUEIREDO, 2019), a Técnica de Três Tempos (TTT),

26

Um exemplo grosseiro pode ser mencionado: muitos brasileiros conhecem o pronome “vós”, mas quem o usa?

(THUN, 1999), os autores propõem, orientados por uma série de atualizações delas, a TET²⁷.

Figueiredo Jr. *et al.* (2021) definem para a TE, o que denominam de “*Estatutos qualitativos primários*”, quais sejam: a) forma espontânea positiva, b) forma espontânea negativa, c) forma resultante de insistência, d) forma sugerida aceita e e) forma sugerida rejeitada; por meio dos quais, grosso modo, indicam a ordem das variantes, quando da pergunta, insistência e sugerência. Propõem ainda o estatuto qualitativo secundário que é composto por: retificação, hesitação, suspeição de designação. A avaliação dos dados com base nesses três últimos teria implicações para a relevância das variantes. É a ordem de relevância que interessa à presente discussão, pois os autores mencionados avaliam que a ordem em que foram obtidos os dados pode ser alterada se, por exemplo, encontram-se elementos na produção do falante, ao que chamam de postura contextual. Como exemplo, apresentam:

Pecinha de madeira

Inq.: — Como se chama aquela pecinha de madeira que gira ao redor de um prego para fechar porta, janela?

Inf.: — Tem um nome... Uma “trinca”, uma “trava”... Mas tem outro nome... {Vários segundos se passam.}

Inq.: — Já ouviu “tramela”?

Inf.: — Isso! “Tramela” que eu estava tentando lembrar. Isso é uma “tramela” (FIGUEIREDO JR. *et al.*, 2021, p. 10).

Aqui, os autores (FIGUEIREDO JR. *et al.*, 2021) encontram argumentos para dizer que “tramela”, pelo critério de relevância, passaria a ter prioridade sobre os outros elementos, afirmando que

27

“Genealogicamente, a TET é legatária direta da ‘técnica de entrevista orientada à contundência responsiva/anuente’ (TE) — de Figueiredo Jr. (2019) — e indireta da ‘técnica de entrevista de três tempos’ (TTT) — de Thun (2000). Em outras palavras, a TET tem seu desenvolvimento a partir da TE, enquanto a TE tem seu desenvolvimento a partir da TTT (Figueiredo Jr. *et al.*, 2021, p. 6).

a forma aceita pode ser mais relevante que a forma denominada espontânea na TTT. Essa reflexão traz à tona a questão do *status* da forma espontânea, e corrobora que nem sempre a forma usada primeiro parece ter mais relevância para o falante que faz questão de lembrar “tramela”. Mas nossos argumentos para o tratamento da não resposta diferem em muitos aspectos dos que são usados pelos autores, como veremos mais à frente.

Oliveira *et al.* (2018), ao discutirem os vazios dialetológicos, apresentam a seguinte interlocução entre a pesquisadora e colaborador:

INQ.- Como é que chama aquilo que dá no chão, que é gran::de com uma casca grossa vermelho-amarelada por dentro que se cozinha pra comer:.... faz o cozidão ...come com carne... faz a carne e põe os pedaços também?

COL.- Não é jerimum?

INQ.- Isso.

COL.- Abóbora, né? Que vocês chamo, né? (risos)

INQ.- É (riso)

COL.- Tem muita gente que chama abóbora. Nós chama jerimum aqui, né?

INQ.- Quem é que chama abóbora?

COL.- Muita gente. Muita gente chama de abóbora. Mas o pessoal pr’aí pra fora (risos), aí nós aqui é mais jerimum.

O falante mostra que seu uso é resultado de sua agentividade²⁸. Ele estabelece limites, afirmando que quem usa abóbora é o entrevistador, gente de fora, não ele. E completa: *Nós chama jerimum aqui, né?* Isso corrobora que conhecer a forma não garante seu uso.

A CAMINHO DAS TRÊS ONDAS DA SOCIOLINGUÍSTICA

De acordo com Eckert (2012), a variação é entendida como um sistema semiótico. A autora apresenta três ondas da sociolinguística que devem ser entendidas como perspectivas de análise. Segundo Eckert (2012), o significado social da variação recebeu tratamento diferenciado a depender dessas perspectivas. Na primeira onda, a variação é entendida como marca de categorias sociais, grandes categorias como idade, sexo, classe social, por exemplo. Elas marcam *status* socioeconômico. O estudo de Labov (1972) nas lojas de Nova York é representativo desse tipo de perspectiva.

Nessa onda, as macrocategorias investem num empirismo às vezes exagerado. Isso pode ser identificado em alguns trabalhos de sociolinguística produzidos no Brasil na década 90, pois muitos estudos se dedicavam demasiadamente à análise estatística, já que se desenhavam no âmbito da sociolinguística quantitativa, que omitiam aspectos linguísticos, sociais importantes na análise. Quanto ao vernáculo, é entendido como aquisição primeira e automática. Assim, o estilo está atrelado ao monitoramento, e não ao significado social. O estilo é entendido como atenção à fala. Os estilos mais formais exigem formas consideradas padrão proporcionalmente, portanto, as formas estigmatizadas são atreladas às classes mais baixas. Um problema dessa onda, segundo Eckert (2012), é o contato breve com falantes que integram as categorias representadas, o que poderia causar impressões imprecisas ou apressadas. A agentividade do falante está ligada à autocorreção, fala cuidadosa. A variação é distribuída pelas classes que representam.

A segunda onda, ainda de acordo com Eckert (2012), investe em categorias locais para esclarecer as macrocategorias adotadas na sociolinguística. Há investimento na maneira etnográfica de

fazer a pesquisa, e o foco dessa onda se dá sobre o vernáculo que é entendido como identidade social e de classe. Nessa perspectiva, há destaque para os valores positivos do vernáculo, o que é evidenciado no trabalho de Labov (1972) sobre estudo do Inglês Vernacular Afro-Americano. Na sociolinguística etnográfica, como é denominada a segunda onda, destaca-se a agentividade do falante sobre o vernáculo que é entendido como uma identidade local e que pode indicar pertencimento e sua classe. Os traços linguísticos são tomados como identidade local que, mesmo opondo-se às formas padrão, podem receber valor positivo. Essa onda já faz críticas à passividade que é atribuída ao falante na primeira onda. Os estudos desenvolvidos dentro dessa perspectiva dão relevância ao vernáculo, valores locais e positivos das variáveis. O estudo da variação considera as redes sociais em relação à densidade e multiplexidade (cf. MILROY; GORDON, 2003). O estilo é abordado de forma mais ampla, considerando-se para sua compreensão aspectos que vão além do linguístico, como alimentação, vestimentas etc. (cf. SOUZA; LOPES, 2021).

A terceira onda adere à prática estilística, entendendo a variação como um sistema semiótico geral. Traz para o cerne da discussão da prática estilística a questão indexical, segundo a qual, *grosso modo*, um signo, um traço pode ser utilizado como índice de pertencimento, ideologias, posturas. Nesse sentido, os falantes se posicionam por meio de práticas estilísticas. As variantes não têm marcadores fixos, mas subespecificados; eles seriam acionados no contexto estilístico e ganham significados a partir deles. Os traços podem ser acionados para provocar movimentos ideológicos; enquanto a identidade é concebida como posturas localmente construídas. Na terceira onda, acrescenta Eckert (2012), o foco sobre a mudança é preterido em favor da ocupação com o significado social da variação que é instável e flexível. Nessa perspectiva, dá-se especial atenção às avaliações e percepções dos falantes, entendendo as variáveis como representativas de uma heterogeneidade ordenada. Nesse

sentido, os significados das variações são móveis, e os índices estão disponíveis para interpretações, atribuição de novos significados.

Na terceira onda, ou sociolinguística estilística, “diferentes maneiras de dizer são entendidas como diferentes maneiras de ser”, opondo-se à concepção limitada de agentividade do falante na primeira onda. Nesse sentido, o foco não recai sobre o vernáculo, diferentemente do que se priorizou nas duas primeiras ondas, mas sobre todos os usos. A prática estilística tem papel de interpretação do mundo e posicionamento diante dele.

Posto isso, reiteramos que a ausência de uma dada variante pode ter significado social importante a ser avaliado nas pesquisas sociolinguísticas se entendemos que o silenciamento ou denegação são representativos de posturas, ideologias, pertencimento que resultam de avaliação do falante, e isso não tem relação com espontaneidade ou memória. O falante pode usar uma determinada forma e omitir outra com a finalidade de fazer uma narrativa de si; manifestar uma maneira de ser. Assim, o uso da sugerência, precária, para uma cartografia mais consistente, acionar outras informações que guardam relação com a avaliação e percepção dos falantes e não apenas com o conhecer ou não uma determinada variante²⁹.

Na seção seguinte, vamos fazer uma breve contextualização sobre Mazagão Velho, comunidade negra de onde são oriundos os dados que usaremos no presente estudo. Pretendemos mostrar como a presença da não resposta carrega um significado social importante, evidenciado nos comentários, percepção, avaliação dos moradores da comunidade, e parecem indicar um estilo selecionado pela comunidade ou pelos menos por parte dela.

29

Apesar de haver diferenças claras entre as três perspectivas da sociolinguística, independentemente da adotada para o estudo geossociolinguístico, o tratamento da sugerência tem implicações para a cartografia dos resultados.

PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CAMINHO

Nesta seção, vamos apresentar informações sobre a comunidade pesquisada, coleta de dados, estratificação e tratamento dos dados³⁰.

SOBRE A COMUNIDADE PESQUISADA³¹

Segundo Oliveira (2019), Mazagão Velho fica localizada no município de Mazagão, no Amapá, estado que integra a região amazônica do Brasil. Essa comunidade afro-brasileira fica a 62 quilômetros da capital do estado, Macapá. Nova Mazagão, local onde se localiza atualmente a comunidade de Mazagão Velho, foi fundada no século XVIII como consequência de um projeto geopolítico da coroa portuguesa. Em 1769 decidiu-se que Mazagão, colônia portuguesa localizada no Marrocos, seria trasladada para a Amazônia, a fim de ocupar as terras brasileiras e protegê-las da invasão de espanhóis, franceses, ingleses. O início do transporte da Mazagão marroquina para Nova Mazagão, nome que recebeu a vila que acolheu os mazaganeses na Amazônia, só se deu em 1772. Até esse ano os

30 Os dados usados neste estudo integram um projeto de pesquisa maior que tem em vista investigar a variação e diversidade linguísticas em comunidades afro-brasileiras. A coleta de dados mais ampla visa ao estudo dialetológico, mas, dentre as comunidades, selecionamos algumas que são foco de estudo geossociolinguístico e sociolinguístico, como é o caso de Mazagão Velho. Os dados coletados também são usados em estudos toponímicos porque temos considerado a narrativa da comunidade nesse tipo de investigação. Quando da coleta, usamos questionários, entrevistas, conversas etc.

31 Nesta seção, por questões relativas ao número de páginas, vamos apresentar informações sobre a comunidade pesquisada de forma resumida. Alguns outros dados serão apresentados quando da análise dos resultados para otimizar o espaço.

mazaganezes ficaram em Belém. Mas antes disso, passaram pelo menos seis meses em Lisboa (cf. VIDAL, 2008; SILVA; TAVIM, 2013).

A comunidade de Mazagão Velho conta com 7.598 habitantes (IBGE, 2010). Apresenta uma história de imigração fascinante que tem impacto sobre sua vida sociocultural, especialmente sobre sua cultura religiosa. Apenas parte da comunidade se considera quilombola³² e, por conta desse impasse, ainda não tem o reconhecimento da Fundação Palmares³³. A comunidade celebra a festa de São Tiago em período semelhante à que é celebrada em Santiago de Compostela, na Espanha. Em Mazagão Velho, celebra-se o São Tiago Guerreiro. Isso também está ligado à sua história de imigração; afinal de contas, a população que foi deslocada para o Brasil se compunha de muitos militares, já que defendia o território e a fé portuguesa no Marrocos, e celebrava o defensor da fé católica, o São Tiago Matamouros. Aspectos ligados à imigração e à sua forte cultura religiosa têm impacto sobre os usos linguísticos da vila. É sobre aspectos ligados à sua “sócio-história” que nos debruçaremos para apontar aspectos híbridos da cultura da vila que se manifestam, inclusive, na escolha lexical ou na ausência de uma determinada lexia.

A atual vila de Mazagão Velho é formada por uma comunidade de negros que guarda no seu imaginário a descendência de negros marroquinos que teriam vindo com as famílias portuguesas, quando do transporte dos moradores da fortaleza de Mazagão. Recentemente, a comunidade ganhou destaque na vida cultural do estado, muito especialmente porque se anuncia, com base no seu

32 “Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), ou simplesmente Comunidades Quilombolas, que são grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada”. (IBGE, 2020). Na prévia do IBGE (2020), a comunidade não consta como território quilombola.

33 Trata-se de uma fundação que avalia os processos de reconhecimento de comunidades afro-brasileiras. No Brasil, uma comunidade pode ser denominada de negra, afro-brasileira, por exemplo, mas não se reconhecer nem ser reconhecida como quilombola. Esse procedimento precede, necessariamente, a reivindicação da titulação da terra que ocupam essas comunidades. Para mais detalhes, consultar www.palmares.gov.br.

imaginário, como uma comunidade negra que descende de negros vindos da África, marroquinos, e por celebrarem até os dias atuais a festa de São Tiago que, dada sua importância, tem duração de duas semanas e reúne um número significativo de turistas. A festa é celebrada em julho, de 16 a 28. Em 2022, esperava-se receber em torno de 40 mil pessoas na festa.

O CORPUS: COLETA E TRATAMENTO

A coleta de dados foi feita partir da aplicação dos questionários QFF e QSL³⁴ (COMITÊ ALiB, 2001). Além disso, aplicamos uma entrevista que teve como um dos objetivos conhecer a história da comunidade, a partir da narrativa dos moradores da vila. A entrevista também demandou informações sobre preconceitos, cultura, participação nas atividades da comunidade, origem e outros. Por meio das entrevistas, foi possível também identificar lideranças da comunidade.

Foram entrevistados, até o momento, 16 falantes estratificados por sexo, faixa etária e escolaridade. Para nosso propósito, usaremos os dados referentes à questão 33 do QSL e as respostas de três colaboradores que responderam à sugestão, bem como as percepções que têm do Santiago guerreiro e do Santiago peregrino. Este é celebrado em Santiago de Compostela³⁵. O objeto é analisar, com base em dados já coletados sobre a sócio-história da comunidade e resultantes da aplicação da sugestão, a natureza agentiva

34 Mazagão Velho integra o rol de comunidades que são tema de pesquisa dialetológica e sociolinguística, por isso a diversidade de instrumentos de coleta de dados.

35 Por conta da natureza etnográfica da pesquisa que adotamos em Mazagão Velho, a pesquisa iniciou-se em 2017, e se estende até os dias atuais. Visitamos a comunidade em 2017, 2019, 2020, 2022. Não foi possível visitá-la em 2018, pois estávamos fora do Brasil e, em 2021, por causa da covid.

do falante, evidenciando que a não resposta tem significado social e, portanto, deve ser avaliada como tal.

O CAMINHO DE SANTIAGO E O SIGNIFICADO SOCIAL DA NÃO RESPOSTA

Em 2019, dispúnhamos de dados já transcritos de 12 falantes da comunidade de Mazagão Velho³⁶. Ao avaliarmos os dados de natureza lexical, selecionamos a questão 33: *“No fim do dia ou à noite, aparece uma faixa fora a fora no céu, onde tem muitas estrelas muito perto umas das outras. Como chamam essa banda ou faixa? Como se tratava de uma comunidade que celebrava a festa de São Tiago, imaginávamos que encontraríamos uma variante comumente encontrada em vários trabalhos sobre variação lexical, a variante caminho de Santiago.*

Os resultados mostraram seis falantes que não responderam à questão. Todos pertenciam à primeira faixa etária, falantes mais jovens. Eles mostraram também quatro ocorrências de *constelação*, uma ocorrência de *sete estrelas*, e uma ocorrência de *lua*, que consideramos inválida porque não corresponde ao conceito apresentado. Não houve uma única ocorrência de *caminho de Santiago*.

Chamou-nos a atenção o fato de essa variante não ter ocorrido em Mazagão Velho. Pareceu-nos estranho que essa comunidade que festeja de forma intensa a festa de São Tiago, e a tem como maior representação de sua expressão cultural e religiosa não conhecesse nem usasse a variante. Parecia que estávamos diante de um resultado conflitante.

Dada a importância que essa celebração tem para a comunidade, e mesmo para o estado do Amapá, e os resultados registrados, voltamos à comunidade, no intuito de aplicar a técnica da sugestão e coletar novas informações que envolvessem essa questão. Já tínhamos, em tese, dados de como os mazaganenses falavam, mas não de o porquê se comportavam assim em se tratando desse item. Decidimos que alguns falantes deveriam ser ouvidos sobre conhecer a variante e, em caso positivo, dizer por que não a usavam. Também queríamos saber, para além das informações de que já dispúnhamos por meio das entrevistas, qual a percepção e avaliação dos falantes sobre aspectos ligados à celebração de São Tiago na comunidade e em Santiago de Compostela, pois, como diz Oshiro (2021, p. 321), “os resultados de produção linguística não podem ser interpretados diretamente como índices de identidade”. Assim, selecionamos três falantes que já tinham sido entrevistados, dois deles, um homem e uma mulher que podem ser considerados liderança na comunidade. Essa escolha suportava o entendimento de que o falante, além de pertencer à comunidade, precisaria estar muito envolvido com ela, para nos dar informações consistentes sobre a representação de São Tiago para a comunidade.

Os três colaboradores entrevistados estão diretamente envolvidos na organização da festa de São Tiago. Os três confirmaram conhecer a variante “caminho de Santiago” e saber ao que se refere. A e B, colaboradoras femininas, quando perguntadas sobre se conheciam o Santiago peregrino ou se usavam “caminho de Santiago”, usaram expressões como “já ouvi falar”, “já ouvi”; quanto à variante, “já usei”, “já ouvi, ouço (com ar duvidoso, como acho que ouço), é difícil”. A colaboradora B afirmou que os jovens não usam a variante, o que está confirmado nos dados coletados. A colaboradora A diz que são o mesmo santo, Santiago Peregrino e São Tiago Guerreiro; mas que se trata de fases diferentes da vida do santo. Quanto à imagem dos santos, a colaboradora A afirma que foram trazidas pelos marroquinos; as mais recentes teriam sido produzidas

no Brasil. Quando perguntamos se havia imagem de outro São Tiago na igreja matriz, além da do guerreiro, a colaboradora disse que não. Depois disse que havia uma imagem de Compostela que foi trazida por um governador do estado, e completa: “Nós temos um compostela aqui, mas foi “fulano” que trouxe”. O povo diz que “é o São Tiago do fulano”. Ou seja, esse São Tiago não é o guerreiro, portanto, não pertence à comunidade, não tem espaço nesse território. Essa imagem encontra-se quase escondida na igreja matriz de Mazagão Velho. O político que a trouxe acompanha o círio com ela; é quando a imagem vem a público. A colaboradora B afirma não conhecer São Tiago peregrino. Diz que só conhece o “guerreiro que é o nosso mesmo”, evidenciando mais uma vez a relação de pertencimento com o São Tiago guerreiro, como é conhecido.

O colaborador masculino diz haver distinção entre um e outro santo. Que a imagem do guerreiro foi trazida de Marrocos pelos portugueses. Afirma conhecer São Tiago de Compostela, e diz que já ouviu falar de “caminho de Santiago”. Diz que até houve uma conversa na comunidade sobre “isso”, mas que ela não deu atenção ao tema. Termina dizendo que se trata de duas figuras, e que é necessário respeitar a fé de cada um.

Todos reiteram o pertencimento a São Tiago guerreiro, referindo-se a ele como “nosso São Tiago” que, marcadamente, não é o de Compostela. Há silenciamento dos outros “Santiagos” na comunidade, e isso também se manifesta no uso linguístico. A não resposta assume um significado importante para a compreensão não apenas da variedade linguística usada na comunidade, mas como essa escolha compõe o estilo dessa comunidade que se entende negra, mas não quilombola; que se entende descendente de africanos, mas

especificamente de marroquinos, embora suas características físicas, morfológicas contrariem isso³⁷.

Abaixo, segue uma imagem do círio de São Tiago, que confirma o pertencimento da comunidade ao santo; o guerreiro que aparece na foto com instrumento de guerra na mão.

Figura 01 – Terra de São Tiago Guerreiro



Fonte: pesquisa de campo (2018).

Como foi dito, Mazagão Velho celebra a festa mais importante do Amapá, cujo auge se dá no dia 25 de julho, quando acontece um teatro a céu aberto em que se passam episódios da luta dos

37

Essa postura a torna distinta das demais comunidades afrodescendentes do Amapá e lhe garante um prestígio particular no contexto das comunidades negras. Em 2022, o embaixador de Portugal esteve na festa de São Tiago, primeira festa depois do recuo da pandemia. Em 2006, estiveram na comunidade representantes de Portugal e Marrocos. Chegaram de canoa ao local, tal qual os primeiros portugueses que chegaram à terra.

cristãos contra os mouros. A encenação tem a participação de São Tiago e São Jorge, considerados guerreiros da fé, mas a prioridade é de São Tiago³⁸.

A comunidade guarda no imaginário que, embora seus antepassados tenham sido escravizados, não eram submetidos aos mesmos sofrimentos que os demais escravizados no Brasil. Afirmam também que a festa de São Tiago, comemorada desde 1772, era celebrada em parceria com os portugueses, o que destoa das práticas adotadas durante a escravidão no Brasil, de acordo com registros históricos. Uma parcela da população insiste no imaginário de que foram os marroquinos, no oitocentos, que vieram para o local em que hoje se encontra a comunidade³⁹, e, assim, rejeita a hipótese mais provável de que tem sua origem na formação de quilombos (cf. GOMES, 1999). A comunidade encontra nesse imaginário o motivo de ser diferente das demais comunidades se autodenominando uma comunidade *sui generis*. De fato, a celebração de São Tiago é grandiosa. E a comunidade goza de um prestígio nas festas comemoradas no Amapá.⁴⁰

Ainda sobre o silenciamento dos outros “santiagos”, em 2021, fomos à igreja de Mazagão Velho com a intenção de ver a imagem de São Tiago que teria sido trazida da Espanha por um político influente da cidade⁴¹, e que teria dado a imagem à igreja. Tivemos de procurar muito para encontrá-la. Depois de algum tempo a encontramos, meio

38 São Tiago tem tanto destaque na comunidade que frequentemente é preciso lembrá-la de que ele não é seu padroeiro, mas Nossa Senhora de Assunção. No entanto, mesmo que isso seja afirmado (cf. <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/mazagao>), São Tiago é mencionado como padroeiro nos cantos da comunidade, como na letra de Manuel Duarte: **Em julho tem Piedade/ São Tiago o padroeiro/ Tem batuque, tem batalha/E tem festa o mês inteiro.**

39 Os escravizados foram enviados pela coroa portuguesa como pagamentos às famílias trasladadas.

40 Em 2021 estivemos no Amapá na semana da consciência negra. Houve manifestações culturais na praça de Amapá. Foi uma festa linda. Havia grande expectativa quando da entrada da comunidade de Mazagão. Os puxadores conseguiram fazer levantar todos os expectadores.

41 Já mencionado pela colaboradora A.

escondida⁴². Essa imagem só tem espaço durante o círio quando o seu doador acompanha o círio com ela nos braços.

Mas é só em Mazagão Velho que se escondem palavras e imagens?

Em 2014, foi publicado no *El país* uma reportagem sobre a imagem de Santiago Mata-mouros, o guerreiro celebrado em Mazagão Velho. Havia quem quisesse tirar a imagem da catedral de Santiago. Mas o patrono da fé espanhola manteve-se firme e continua lá até hoje (cf. OLIVEIRA, 2019). É certo que meio escondido entre flores, tal como se encontra o Santiago Apóstolo em Mazagão Velho. Se compostelanos se constrangem da imagem forte do matamouros, e do que ele representou, em contrapartida, em Mazagão Velho, ele é motivo de celebração⁴³; tenta-se esconder, denegar, silenciar qualquer outro que por lá apareça. Isso evidencia que os signos ganham significados específicos no contexto.

A relação com as raízes de Mazagão marroquina e a rejeição ao Santiago Peregrino também estão evidenciadas nos intercâmbios que faz a comunidade. Curiosamente, um dos mais importantes líderes da comunidade já visitou o Marrocos, com financiamento do estado, mas nunca foi a Santiago de Compostela, que atrai milhares de peregrinos das mais diferentes religiões todos os anos. Uma das lideranças afirma que o santo festejado lá não é o mesmo que se festeja na comunidade. No tom da voz dos entrevistados, daqueles que dizem não conhecer o Santiago de Compostela, há uma demons-

42 Os moradores da comunidade dizem que se trata da imagem de Santiago Peregrino, mas o professor Domingos L. González Lopo, da Universidade de Santiago de Compostela, afirma que se trata da imagem de Santiago Apóstolo.

43 Em 2004, uma imagem de Santiago Matamouros foi retirada da Catedral de Santiago de Compostela. A imagem, do século XVIII, apresenta Santiago como "martelo dos mulçumanos". A decisão tomada tinha em vista não ferir outras etnias. Para mais detalhes, conferir https://elpais.com/diario/2004/05/02/cultura/1083448804_850215.html. A imagem retornou à catedral e está exposta com flores que escondem o Santiago Matamouros pelejando contra os mouros.

tração de falta de desejo de conhecê-lo. O São Tiago de Mazagão Velho lhes basta, pois a singularidade que a comunidade demanda é concedida pelo santo que lhe deve ser também único. Ora, a variante “caminho de Santiago” está associada ao Santiago peregrino que a comunidade tenta esconder física e simbolicamente; ele está ligado a uma celebração espanhola. Em contrapartida, o guerreiro, com quem a comunidade tem pertencimento, está associado aos portugueses que desde o oitocentos celebravam com os mazaganistas o São Tiago, nas palavras dos entrevistados. Lá, não há espaço para dois santiaços. O santo e a comunidade devem ser singulares.

O tratamento dispensado ao santo espanhol por Mazagão Velho é bem distinto do que lhe dispensa Santiago de Iguapé, uma comunidade de pescadores, quilombola, localizada na Bahia. Lá, Santiago é que dita o caminho. A comunidade pratica, inclusive, uma trilha de aproximadamente 18 quilômetros desde 2016.

Infelizmente, o Atlas prévio dos falares baianos não registra resultados referentes à variação desse item em Santiago de Iguapé. Mas, em artigo publicado por Cardoso e Teles (2018), há registro da variante em vários pontos. A carta linguística apresentada pelas autoras aponta a presença frequente da variante nos arredores.

Posto isso, pode-se conjecturar que, em Mazagão Velho, a não resposta é uma forma de interpretar o mundo e de se manifestar diante dele. É uma resposta. Em outras palavras, o silêncio foi recrutado como recurso indexical nessa disputa ideológica, corroborando o que afirma Silverstein (2009, p. 756), “a indexicalidade é evidenciada pela maneira como os signos apontam, para os interlocutores, os discursos mobilizados na interação”. É a percepção dos falantes sobre a língua, sobre a religião, sobre sua história que dá pistas que nos levam a compreender a ausência de “caminho de Santiago” na amostra. Novamente, fica evidente que os falantes não se comportam de forma passiva diante do dialeto, mas assumem posturas que podem ser índices representativos de crenças

importantes. “A variação linguística, em outras palavras, é componente de um espectro de um sistema semiótico ainda mais abrangente” (cf. ECKERT, 2012).

Mazagão Velho é uma comunidade que apresenta um estilo particular, nos termos da terceira onda da sociolinguística, pois, diferentemente das demais comunidades negras do Amapá, não se considera quilombola. Uma avaliação assistemática do sistema verbal da comunidade aponta o uso do paradigma verbal sem simplificação morfológica, comum em muitas comunidades quilombolas. O desejo de usar a norma padrão também se manifesta em entrevistas realizadas na comunidade; são elementos emergentes que nos ajudam a compreender o cenário investigado.

A avaliação desses resultados evidencia que a sugerência pode ser usada para além de uma técnica com vistas a preencher vazios. A volta à comunidade, com uso da sugerência, apontou o conhecimento da variante “caminho de Santiago”, mas não preencheu o vazio nos termos em que tradicionalmente isso é entendido. No entanto, acentuou seu significado social na comunidade investigada, explicitando o porquê de a variante não ter sido usada. Portanto, mais do que preencher vazios, importa ao sociolinguista buscar também por que ocorreu a não resposta e qual seu significado sociocultural no território em que foi identificado. Os resultados revelam que os falantes da comunidade conhecem a forma, mas não a usam. Não se trata de memória, de espontaneidade, mas de crenças ligadas a essa postura.

Finalmente, a fim de problematizar e reafirmar o tratamento da não resposta como significado social importante, remontamos a 2020, quando realizávamos coleta de dados na capital paraense. Curiosamente, uma colaboradora não usou a variante “caçula”, prevista nos questionários usados, como resposta para a pergunta 131 do QSL “como se chama o filho mais moço”. Nós insistimos com ela que repetidamente disse, *filho mais moço, filho mais novo*. Não usamos

a sugerência à época. Terminada a entrevista, gentilmente nos convidou para tomar um refresco. Ao que dissemos sim. Disfrutávamos do refresco quando um jovem chega ao portão. Ela diz: Esse é meu filho “caçula”. Perguntei por que ela não tinha usado a palavra antes, quando tinha feito a pergunta sobre o filho mais moço. Ela respondeu que, numa conversa como a nossa, não achava adequado dizer “caçula”. Para Figuiere do Jr. (2021), “um pressuposto importante da TTT concerne ao funcionamento da memória. Enquanto o T1 e o T2 orientam-se à obtenção de formas ativas na mente do entrevistado, T3 explora a existência de variantes passivas”. Nesse caso, claramente não se trata de memória, de forma passiva, mas de escolha, entendida na perspectiva da terceira onda da sociolinguística como elemento central para compreensão do significado social da variação linguística. Como afirma Le Page (2018), “somos camaleões a depender do que pretendemos projetar” (LE PAGE, 2018). O vocábulo deve ser cartografado, obviamente; mas deve também vir acompanhado de observações importantes sobre o significado social desse uso, especialmente numa abordagem geossociolinguística pelos motivos já expostos. Outro dado importante é que “caçula” aparece depois, sem o uso do recurso da sugerência, o que recomenda uma outra organização na cartografia geossociolinguística. Não é a sugestão que obtém a variante, mas a prática estilística.

CONSIDERAÇÕES DO MEIO DO CAMINHO

O presente texto abordou o significado social da não resposta, tradicionalmente discutido na Dialetologia, e que agora assume uma importância particular dentro da Geossociolinguística, abordagem recente da variação que adota o protocolo da sociolinguística.

Apresentamos algumas abordagens da não resposta e as técnicas utilizadas no seu tratamento, no sentido de evitar vazios

dialetológicos, como a sugerência, apontando alguns limites dessa técnica e refletindo sobre algumas possibilidades de uso, especialmente quando se trata de uma análise na perspectiva geossociolinguística que, portanto, deveria priorizar o significado social da variação, para além de apontar variedades regionais, por exemplo, especialmente quando se adota a perspectiva de segunda e terceira ondas.

A reflexão construída a partir de alguns estudos que trataram do vazio dialetológico, que resulta da não resposta, mostra que há questões complexas relacionadas a esse vazio que deveriam acionar técnicas e análise que extrapolassem o mero reconhecimento ou não de uma determinada variante apresentada quando do uso da técnica da sugerência. Os dados empíricos de Mazagão Velho evidenciam que a ausência da variante esperada no falar da comunidade deve ser entendida como representativa de um significado social no conjunto de características que podem ser tomadas como índices de um dado estilo na comunidade investigada. Obviamente, a sugerência é importante no âmbito dos estudos da variação, mas seus resultados devem ser avaliados com cuidado sob pena de se registrar formas conhecidas do falante como formas que ele usa (nem sempre é assim), colocando-o na posição de um portador passivo e estável de um dialeto. Ademais, a não resposta parece se apresentar, em alguns casos, como uma resposta social do falante que age, por vezes, por meio do silêncio e da denegação.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, S. A. M.; TELES, A. R. T. F. **Revista Galega de Filoloxía**: monografias. Aproximacións á variación lexical no domínio galego-portugués. Universidade da Coruña/ A Coruña, n. 11, p. 29-42, 2017.
- CARLOS, V. G. Geolinguística: desafios da metodologia pluridimensional. **Working Papers em Linguística**, 23(1), Florianópolis, 2022, p. 38-51.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. **Atlas Linguístico do Brasil**: questionários 2001. Londrina: Ed. UEL, 2001.
- COSTA, C S. **Varição e territorialização linguísticas**: um estudo geolinguístico da diversidade lexical em comunidades quilombolas do Baixo Amazonas. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- ECKERT, P. Three waves of variation study: The emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual Review of Anthropology**, San Mateo, v.41, p. 87-100, 2012.
- FIGUEIREDO JR., S. R. **Atlas linguístico pluridimensional do português paulista**: níveis semântico-lexical e fonético-fonológico do vernáculo da região do Médio Tietê. Orientadores: Manoel M. Santiago-Almeida & Harald Thun. 2018. 2.120 p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- FIGUEIREDO JUNIOR, S. R.; MARGOTTI, F. W.; ALMEIDA, M. M. S.; NASCIMENTO, J. F. do. Metodologia geolinguística: agentes em geral e técnicas de inquérito semântico-lexical em específico. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 63, n. 00, p. e021010, 2021. DOI: 10.20396/cel.v63i00.8661526. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8661526>. Acesso em: 27 out. 2022.
- GOMES, F. dos S. **Fronteiras e Mocambos**: o protesto negro na Guiana Francesa. *In*: GOMES, F. dos S. Nas terras do cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Francesa- séculos XVII/ XIX. Belém, Editora Universitária/UFGPA, 1999. p. 225-308.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Base de informações sobre povos indígenas e quilombolas 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LABOV, W. **Sociolinguistic Paterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972a.

LABOV, W. **Language in the inner city**: studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972b.

LE PAGE, R. B. The Evolution of a sociolinguistic theory of language. *In*: COULMAS, F (Ed.), **The handbook of sociolinguistics**. Blackwell Publishing, 1998. Disponível em: <http://pt.bookzz.org/book/963370/1ef2e1>. Acesso em: 05 out. 2022.

LIMA, A. F. de. **Varição do (r) posvocálico em Cametá-PA**: uma abordagem geossociolinguística. 2003. 95 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará: Belém, 2003.

LIMA, A. F. de; RAZKY, A.; OLIVEIRA, M. B. de. A metodologia geossociolinguística. *In*: RAZKY, A.; OLIVEIRA, M. B. de; LIMA, A. F. de. (Orgs.). **Estudos geossociolinguísticos do português brasileiro**. v. 2. Campinas: Pontes, 2020. p. 11-47.

MILROY, L.; GORDON, M. **Sociolinguistics**: method and interpretation. Oxford: Blackwell, 2003.

OLIVEIRA, M. B.; COSTA, C. S.; PAZ, F. H. da S. Reinterpretando vazios dialetológicos no norte do Brasil. **Signum**: Estudos da Linguagem, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 12–31, 2018. DOI: 10.5433/2237-4876.2018v21n1p12. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/29918>. Acesso em: 10 out. 2022.

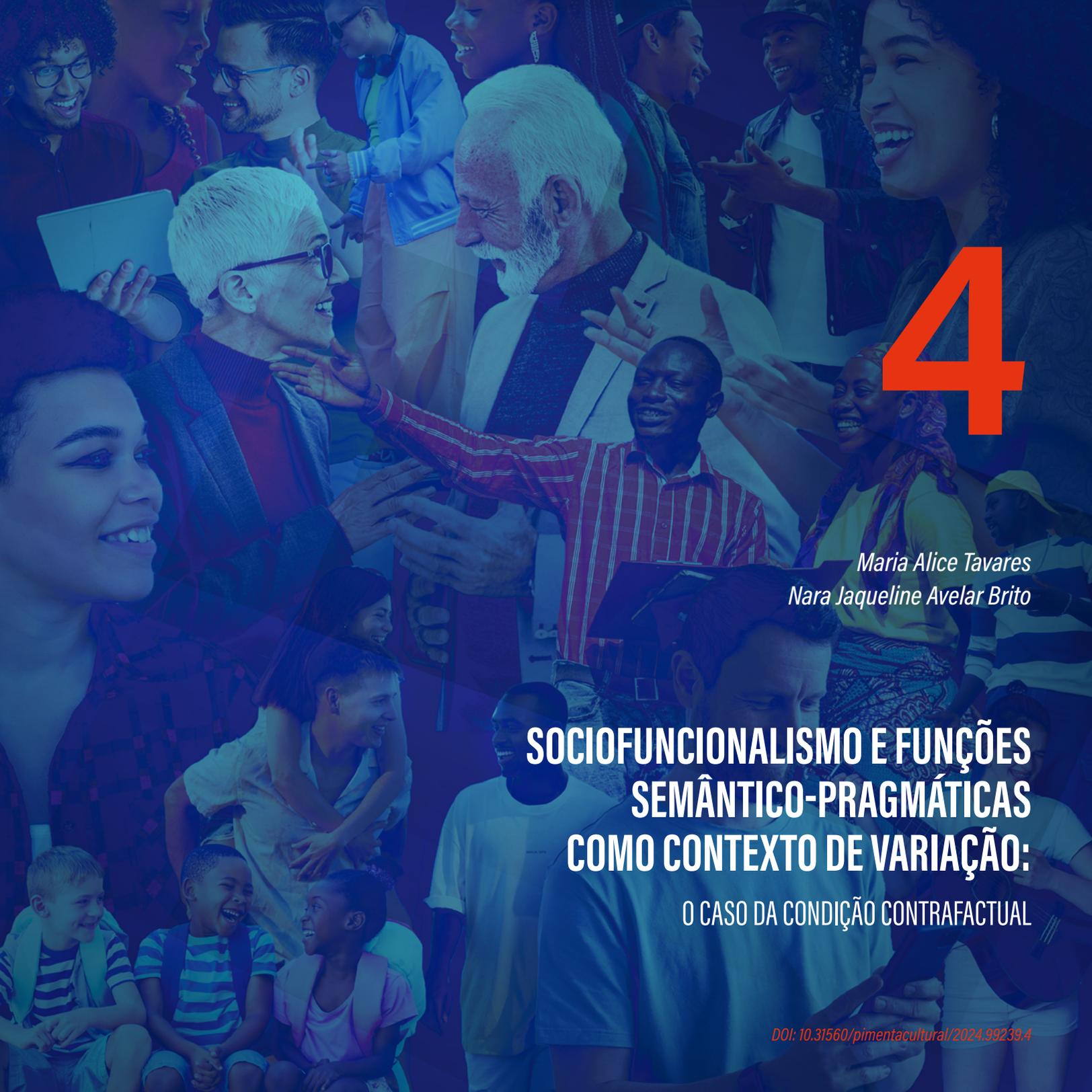
OLIVEIRA, M. B. Santiago em Mazagão Velho (Amapá/Brasil): cultura religiosa e língua. **Revista Compostela**, v. 61, p. 35-41, 2019. Disponível em https://issuu.com/archicofradiaapostolsantiago/docs/compostela_revista_2019/s/10539343. Acesso em: 22 out. 2022.

OUSHIRO, L. (2021). Avaliações e percepções sociolinguísticas. **Estudos Linguísticos (São Paulo, 1978)**, 50(1), 318–336.

RAZKY, A.; CARDOSO, S. A. M. O Atlas Geossociolinguístico do Pará: o projeto piloto. **MOARA** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA. v. 4. Belém, 1997. p. 47-58.

RAZKY, A. O Atlas Geo-sociolinguístico do Pará: abordagem metodológica. *In*: AGUILERA, V. de A. (Org.). **A Geolinguística no Brasil**: caminhos e perspectivas. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 155-164.

- RAZKY, A. **Estudos Geossociolingüísticos no Estado do Pará** (org.), v. 1. Belém: Gráfica, 2003.
- RAZKY, A. **Atlas lingüístico sonoro do estado do Pará** – ALiSPA 1.1. Belém: [s. e.], 2004. CD-ROM.
- RAZKY, A. Pour une approche géo-sociolingüistique de la variation phonétique. **Lenguaje**. Universidad del Valle, v. 32. 2010. p. 313-330.
- RAZKY, A. *et al.* Estado de arte do atlas geossociolingüístico do Pará. *In*: AGUILERA, V. de A.; ROMANO; V. P. (Orgs.). **A geolingüística no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados**. Londrina: Eduel, 2016. p. 47-59.
- SILVA, M. C. da; TAVIM, J. R. S. **Marrocos no Brasil: Mazagão (Velho) do Amapá em festa- a festa de São Tiago**. 2003.
- SILVERSTEIN, M. Pragmatic indexing. *In*: MEY, J. L. **Concise encyclopedia of pragmatics**. London: Elsevier, 2009. p. 756-759.
- SOUZA, C. C. B. N. de; LOPES, N. da S. Sobre o estilo na sociolingüística de terceira onda: perspectivas teórico-metodológicas. **A Cor das Letras**, 22 (Esp.), p. 7-17, 2021.
- THUN, H. O tratamento do material etnográfico no Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU). *In*: ENCONTRO SOBRE CULTURA POPULAR, 1. 1999, Ponta Delgada. **Anais**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1999. p. 481-499.
- VIDAL, L. **Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico (1769-1783)**. São Paulo: Martins, 2008.



4

*Maria Alice Tavares
Nara Jaqueline Avelar Brito*

SOCIOFUNCIONALISMO E FUNÇÕES SEMÂNTICO-PRAGMÁTICAS COMO CONTEXTO DE VARIAÇÃO:

O CASO DA CONDIÇÃO CONTRAFACTUAL

INTRODUÇÃO

O sociofuncionalismo é uma vertente de pesquisa de interface sociolinguística-funcionalismo que focaliza a variação linguística do ponto de vista da função partilhada pelas formas variantes. O nome *sociofuncionalismo* teve origem no PEUL/RJ (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua) (cf. NEVES, 1999) em referência a “estudos que procuravam integrar diretrizes da sociolinguística variacionista e do funcionalismo norte-americano com o objetivo de analisar tendências de uso variável como sendo reflexo da organização do processo comunicativo” (TAVARES, 2014, p. 141).

Entre as características desse viés teórico, destacam-se: (i) o exame de fenômenos de variação e mudança e suas motivações funcionais; (ii) a busca de regularidades via quantificação de dados de acordo com fatores condicionadores de diferentes ordens (sociais, estilísticos, linguísticos, discursivos, cognitivos), com o intuito de observar a ação de forças internas e externas subjacentes à organização da língua; (iii) a associação de princípios da sociolinguística e do funcionalismo para a interpretação dos resultados (cf. TAVARES, 2003, 2013; TAVARES; GÖRSKI, 2015).

A unidade de análise da sociolinguística variacionista é a variável linguística. Nos níveis gramaticais mais altos que o da fonologia, trata-se de um significado ou função que pode ser codificada por duas ou mais formas, ditas variantes. Segundo Labov (2008, p. 1), “tudo começa com o simples ato de perceber uma variação – que existem duas maneiras alternativas de dizer a mesma coisa”.

A definição da variável linguística também é o primeiro passo de uma pesquisa sociofuncionalista. A adoção desse enfoque teórico requer que seja delimitada como variável uma função semântico-pragmática codificada por duas ou mais formas passíveis de intercâmbio em contextos comunicativos similares. Em situações reais

de uso, não é exercício fácil distinguir traços semânticos e pragmáticos da significação, já que ambos são mobilizados ao mesmo tempo e aparecem imbricados. À vista disso, optamos pelo rótulo “função semântico-pragmática”.

Entendemos o conceito de função semântico-pragmática como correspondendo ao conceito de domínio funcional. Conforme Lehmann (2011, p. 13), o “total dos significados gramaticais transportados pelos formativos e as construções gramaticais das línguas do mundo se deixam organizar num conjunto não demasiado grande de domínios que têm certa coerência funcional”, domínios esses subordinados, segundo o autor, às duas funções mais abrangentes da língua, a comunicativa e a cognitiva.

São diversas as funções semântico-pragmáticas. Temos, entre outras, a indicação de aspecto, causa, condição, consequência, contrafactualidade, concordância, contraste, foco, ilocução, modalidade, negação, participação, posse, predicação, quantificação, referenciação, reiteração, tempo, topicalização (GIVÓN, 1995, 2002; LEHMANN, 2011). Algumas funções semântico-pragmáticas podem: (i) “configurar-se num escopo funcional gradiente” (GÖRSKI *et al.*, 2003, p. 109) em que macrofunções englobam funções, que, por sua vez, podem englobar microfunções;⁴⁴ e/ou (ii) ser complexas, constituídas pela intersecção de duas ou mais (macro/micro)funções.

Além de comporem variáveis linguísticas, as funções semântico-pragmáticas podem constituir o contexto da variação, isto é, o contexto em que as variantes de uma dada variável linguística são utilizadas alternadamente. Quando o contexto da variação é demarcado de modo preciso, a explicação dos resultados torna-se mais acurada. Essa observação é válida não apenas para a abordagem

44

Para exemplos de funções superordenadas, podem ser conferidos os trabalhos de Görski *et al.* (2003), Tavares e Görski (2015), Görski e Tavares (2017), Tavares, Pedro e Albano (2021), entre outros.

sociofuncionalista, mas para quaisquer outros quadros teóricos que sejam mobilizados para a análise de fenômenos variáveis.

O recorte de uma (macro/micro) função como contexto da variação pode se mostrar uma tarefa exaustiva. Trazemos para o palco, a título de ilustração, o caso da condição contrafactual, uma função semântico-pragmática que coaduna duas macrofunções, a condição e a contrafactualidade. Mais especificamente, colocamos em evidência a condição contrafactual codificada na estrutura que pode ser representada como 'se p, então q', sendo 'se' a conjunção condicional por excelência, 'p' o condicionante (prótase, oração subordinada) e 'q' o condicionado (apódose, oração principal). A interpretação das orações como reportando fatos contrafactuais exige que se considere a correlação entre o fato condicionante e o fato condicionado: a não realização daquele acarreta a não realização deste, emergindo um valor modal de *irrealis*.

Na estrutura 'se p, então q', ocorre, no português brasileiro, alternância tanto entre formas verbais nucleares da oração subordinada (os verbos que expressam o fato condicionante), quanto entre formas verbais nucleares da oração principal (os verbos que expressam o fato condicionado). A condição contrafactual em 'se p, então q' é, portanto, a função semântico-pragmática que serve de contexto para a variação entre essas formas.

Neste texto, apresentamos uma proposta de circunscrição da condição contrafactual como contexto da variação. Partimos de duas funções semântico-pragmáticas complexas, a condição e a contrafactualidade, seguindo para a condição contrafactual, função que combina os valores condicional e contrafactual, e chegamos a diferentes situações de uso em que "se p, então q" assinala condição contrafactual. Ressalvamos que o recorte da condição contrafactual em "se p, então q" como contexto da variação entre formas verbais pode ser aplicado independentemente do quadro teórico adotado.

Os dados que ilustram a discussão provêm de dois *corpora*: um de língua falada, composto por reportagens televisivas levadas ao ar entre 2010 e 2013 nas cinco regiões brasileiras, e outro de língua escrita, composto por comentários feitos a postagens na rede social Facebook entre 2014 e 2017. Os comentaristas são brasileiros oriundos de todo o território nacional.⁴⁵

CONDIÇÃO CONTRAFACTUAL COMO CONTEXTO DA VARIAÇÃO

A condição pode ser definida como uma situação necessária para a realização de outra. Embora seja frequentemente sinalizada através da estrutura 'se p, então q', essa função semântico-pragmática pode ser notada em outras construções. Por exemplo, Hirata-Vale (2008a) mostrou que o valor condicional emerge em construções paratáticas, tanto as de orações justapostas, quanto as de orações coordenadas aditivas e disjuntivas, e Hirata-Vale (2008b) encontrou instâncias de condição em orações adverbiais temporais com *quando*. Além disso, quanto à conjunção, *caso* pode substituir *se*, bem como as locuções conjuntivas *a menos que*, *sem que*, *a não ser que*, *salvo se*, *exceto se*. Outras locuções, como *desde que*, *contanto que*, *uma vez que*, *dado que*, embora geralmente indiquem causa, também podem indicar condição (*cf.* NEVES, 2000).

A contrafactualidade, por sua vez, pode ser definida como uma situação que não ocorreu/ocorre/ocorrerá, isto é, uma situação irreal, latridou (2000) pontuou que a contrafactualidade "pode ser encontrada em dois ambientes". Um deles é o das orações subordinadas condicionais e o outro o do desejo contrafactual, em que "os sujeitos expressam um desejo de que as coisas sejam diferentes de

45

Esses corpora serviram, respectivamente, como fonte de dados para as pesquisas de Brito (2014, 2018).

como são ou foram” (IATRIDOU, 2000, p. 231). Van Linden e Vestraete (2008) registraram ainda um outro tipo de contrafactualidade, aquela denotada através de orações simples em que há um verbo auxiliar de modalidade epistêmica (correspondendo, no português, a *deveria*, *poderia* etc.) em eventos não concretizados.

As orações subordinadas em ‘se p, então q’ veiculam hipóteses. No que concerne a seu valor modal, “a prótase expressa uma condição que pode ser realizada, não realizada ou eventualmente realizada” (NEVES; BRAGA, 2016, p. 141). Ou seja, o fato referido na prótase pode ser factual/real (*realis*), contrafactual/irreal (*irrealis*) ou potencial/eventual (*potentialis*).

A condição poderia ser em si delimitada como contexto da variação entre formas verbais. Contudo, nesse recorte, seriam deixadas de lado as distinções entre as funções semântico-pragmáticas modais – factualidade, contrafactualidade e potencialidade –, distinções essas passíveis de restringir a seleção de uma ou outra das formas variantes. Outra estratégia é a delimitação do contexto da variação incidindo sobre uma das três funções modais, como propomos aqui, ao lançar o olhar apenas sobre a condição contrafactual.

A condição contrafactual em “se p, então q” envolve a codificação, na oração principal/apódose/condicionada “então q”, de um fato cuja realização depende da realização do fato codificado na oração subordinada/prótase/condicionante “se p”. No entanto, o fato referido na oração condicionante não se realiza/realizou/realizará, e, assim, o fato referido na oração condicionada também não se realiza/realizou/realizará.

O primeiro passo para a circunscrição da condição contrafactual como contexto da alternância entre formas variantes verbais é discernir o valor contrafactual dos valores factual e potencial, visando a excluir esses dois últimos como contextos da variação. A distinção é mais nítida quando se trata da factualidade, uma vez

que a concretização dos fatos reportados é comprovada em confronto com a realidade: “dada a realização/verdade de *p*, segue-se, necessariamente, a realização/verdade de *q*” (NEVES, BRAGA, 2016, p. 141). As condicionais factuais trazem, em sua maioria, verbos no tempo presente na prótase, o que assegura que o fato nela reportado seja entendido como factual/real.⁴⁶

Em contraste, as diferenças entre as condicionais contra-factuais e potenciais são mais sutis devido à possibilidade de coincidência, em algumas instâncias, da relação modo-temporal das orações subordinadas e principais: verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase e verbo no futuro do pretérito do indicativo ou no pretérito imperfeito do indicativo na apódose.⁴⁷ Consideremos o seguinte exemplo:

(1) Se o Botafogo vencesse, voltaria à liderança.

A condição em (1) poderia ser classificada como potencial, visto que é válida a inferência de que há *possibilidade futura* de o Botafogo voltar à liderança; para tanto, basta que ele vença um jogo. Porém, inserindo a ocorrência em seu contexto real de uso, temos:

(2) Pois é, se o Botafogo vencesse, voltaria à liderança, mas o Flamengo conseguiu um empate e no último lance do jogo no Maracanã. (reportagem televisiva)

46 Neves e Braga (2016) apontam como exceção: (i) prótase no passado e apódose no futuro – como o fato condicionante foi concretizado no passado, a concretização presente ou futura do fato condicionado é tida como certa; (ii) prótase no passado e apódose no presente – na prótase, é predicada uma mudança, e o fato referido na apódose é dado como consequência real, no presente, dessa mudança.

47 Entre as relações modo-temporais mais recorrentes para a codificação da condição eventual, estão também futuro do subjuntivo na prótase e presente do indicativo na apódose e futuro do subjuntivo na prótase e futuro do presente na apódose (cf. NEVES; BRAGA, 2016).

Passamos, assim, da *possibilidade* à *impossibilidade* de o Botafogo vencer, já que agora não resta dúvida de que o evento é passado, encerrado (houve empate com o Flamengo, e não vitória), ou seja, a potencialidade de realização não mais existe. O antecedente 'p', o condicionante, é falso, contrafactual, provocando a contrafactualidade do conseqüente 'q', o condicionado, que se mostrará também inconsistente com a materialização dos fatos (o Botafogo não voltou à liderança, pois não venceu o jogo).

Cotejando os dois subtipos de condição, Neves (2000) pontua que um fato eventual no condicionado gera uma eventualidade no condicionante, isto é, um fato potencial; e um fato não realizado e não realizável no condicionante gera um não fato no condicionado, caracterizando-se, assim, a contrafactualidade. Similarmente, Neves e Braga (2016, p. 141) assim definem os dois subtipos de condicionais: nas potenciais/eventuais, "dada a potencialidade de *p*, segue-se a eventualidade de *q*", ao passo que, nas contrafactuals/irreais, "dada a não realização/falsidade de *p*, segue-se, necessariamente, a não realização/falsidade de *q*". A condição contrafactual é, portanto, aquela em que ambos os fatos referidos são contrafactuals.

Uma vez circunscrita a condição contrafactual na estrutura 'se *p*, então *q*' como contexto da variação entre formas verbais aptas a ocuparem o papel de núcleo das orações condicionantes e condicionadas, resta mapear essas formas variantes. Começemos pela oração condicionada/apódose, retomando o exemplo (1):

- (1a) Se o Botafogo vencesse, *voltaria* à liderança.
- (1b) Se o Botafogo vencesse, *voltava* à liderança.
- (1c) Se o Botafogo vencesse, *iria voltar* à liderança.
- (1d) Se o Botafogo vencesse, *ia voltar* à liderança.

Há, na prótase, um verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo. Na apódose, podem se alternar verbos e locuções verbais no futuro do pretérito e no pretérito imperfeito do indicativo – essas são, pois, formas variantes no papel do verbo nuclear da oração condicionada.

Entretanto, a dificuldade de discernir, fora do contexto de uso, se a condição é potencial ou contrafactual persiste. Isso ocorre porque os verbos e locuções verbais destacados de (1a) a (1d) podem ser empregadas variavelmente na sinalização do fato condicionado tanto nas condicionais contrafactuais (o que se comprova a seguir com o acréscimo de “mas não venceu”), quanto nas condicionais potenciais (o que se comprova a seguir com o acréscimo de “tomara que isso aconteça no próximo jogo”). Em casos como esse, “a identificação do subtipo de construção condicional fica na dependência da informação textual/pragmática do ouvinte” (NEVES; BRAGA, 2016, p. 153).

(1a) Se o Botafogo vencesse, *voltaria* à liderança (mas não venceu/tomara que isso aconteça no próximo jogo).

(1b) Se o Botafogo vencesse, *voltava* à liderança (mas não venceu/tomara que isso aconteça no próximo jogo).

(1c) Se o Botafogo vencesse, *iria voltar* à liderança (mas não venceu/tomara que isso aconteça no próximo jogo).

(1d) Se o Botafogo vencesse, *ia voltar* à liderança (mas não venceu/tomara que isso aconteça no próximo jogo).

Como mostramos a seguir, o contexto de uso real em (2b) torna evidente que se trata de uma condição contrafactual: o Botafogo não vencera o jogo, e, assim, não voltara à liderança. Se substituíssemos o verbo *voltaria* originalmente empregado por qualquer uma de suas variantes – *voltava*, *iria voltar*, *ia voltar* –, a interpretação contrafactual seria mantida, já que ela é garantida pelo contexto:

(2b) Pois é, se o Botafogo vencesse, *voltaria/voltava/iria voltar/ia voltar* à liderança, mas o Flamengo conseguiu um empate e no último lance do jogo no maracanã.

Outras variantes que podem ser agenciadas como núcleos da apódose nas condicionais contrafactuais são as formas de futuro do pretérito composto do indicativo e de pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo:

(1e) Se o Botafogo vencesse, *teria voltado* à liderança.

(1f) Se o Botafogo vencesse, *tinha voltado* à liderança.

Os excertos (3) e (4), apresentados a seguir, ilustram ocorrências desse tipo. Em ambos, seria possível a utilização, na apódose, tanto da forma no futuro do pretérito composto, quanto da forma no pretérito mais-que-perfeito composto (e qualquer uma das outras variantes elencadas de (1a) a (1d)).

(3) Então deixe-me ver, se o Eduardo não fosse aliado do PT então Pernambuco não *teria recebido* os recursos que recebeu??? Bom saber (comentário no Facebook).

(4) Owow primo sabia do bazar, mas não sabia que você ia expor, se soubesse *tinha dado* um jeito de ir... Quero essa foto da flor do maracujá se não tiver sido vendida, separe para mim! Bjão (comentário no Facebook).

Enfim, em razão de desempenharem o papel de núcleo da apódose das condicionais contrafactuais, podem compor um mesmo conjunto de variantes: verbos no futuro do pretérito do indicativo (simples e composto), no pretérito imperfeito do indicativo (simples

e composto), no futuro do pretérito composto do indicativo e no pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo.

Vale pontuar que a coleta de dados das duas primeiras variantes exige mais cuidado que a coleta das duas últimas variantes. Como vimos, a utilização de verbos no futuro do pretérito (*voltaria, iria voltar*) e no pretérito imperfeito (*voltava, ia voltar*) não esclarece, fora de contexto, se há contrafactualidade ou potencialidade, o que requer que o analista leve em conta fatores contextuais que auxiliem a diferenciá-las (*cf.* a próxima seção). Em contraste, a alternância entre verbos no futuro do pretérito composto e no pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo conduz a uma única interpretação: contrafactualidade. A contrafactualidade é assegurada porque esses tempos verbais situam os fatos em um passado acabado e, em decorrência, como não mais passíveis de concretização. Em (3), Pernambuco já havia recebido os recursos e, em (4), o indivíduo que escreveu o comentário não havia conseguido ir ao bazar, já encerrado. As formas verbais em causa “carregam consigo um aspecto conclusivo e propõem uma situação acabada, que afasta da realidade a possibilidade de realização da proposição” (BRANDÃO, 2017, p. 338).

Passemos agora ao caso da alternância entre verbos nucleares na oração condicionante/prótase. Nela, são formas variantes as de pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo (como em (5) e (6) a seguir) e de pretérito imperfeito do subjuntivo (como nas demais ocorrências até aqui listadas).⁴⁸

48 Outras variantes de codificação do núcleo verbal da prótase são as formas de presente do indicativo e de pretérito perfeito do indicativo. São ilustrativas as seguintes ocorrências descritas em Neves (2000, p. 852): “Se eu não chego a tempo, o senhor bebia todo o rio Paraíba” e “Eu morra se mandei matar esse novinho!”. Brandão (2017, p. 342) reconheceu ainda outra forma verbal na prótase de uma condicional contrafactual, uma forma de pretérito imperfeito do indicativo: “então é uma área muito sacrificada... é uma área que/ aliás nem ne/ nem todos gostam dessa área... a gente trabalha nisso porque a gente precisa me(s)mo... porque se a gente num precisava a gente num trabalhava não”. No entanto, essas três formas são pouco utilizadas, o que dificulta que sejam consideradas em uma investigação quantitativa.

(5) Entrevistada: Será que se eu *tivesse ido* tudo mudaria na minha vida? Poxa! (reportagem televisiva).

(6) Se *tivesse comido* a barra toda n tava assim kkk (comentário no Facebook).

As formas variantes na prótase distinguem-se pelo fato de que as de pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo asseguram a interpretação contrafactual, prescindindo de contexto de uso, dado que esse tempo verbal “garante a irrealidade dos estados de coisas apresentados nas construções condicionais” (NEVES; BRAGA, 2016, p. 153). Já as formas de pretérito imperfeito do subjuntivo não asseguram a interpretação contrafactual devido à possibilidade de haver também uma leitura potencial, como mostramos nos exemplos de (1a) a (1d).

Portanto, se o contexto da variação delimitado para a análise for estritamente a condição contrafactual na estrutura ‘se p, então q’, a observação criteriosa dos dados no contexto de uso é fundamental para que não sejam incluídas instâncias de condicionais potenciais sempre que a forma verbal na prótase estiver no pretérito imperfeito do subjuntivo.

É preciso ter em mente que a interpretação dos fatos referidos nas orações ‘p’ e ‘q’ como sendo contrafactuais é motivada por diferentes fatores característicos das situações de uso. A avaliação desses fatores é fundamental para a identificação de casos de condição contrafactual e, assim, para o refinamento da circunscrição dessa função semântico-pragmática como contexto da variação. A seção seguinte é dedicada a essa questão.

SITUAÇÕES DE USO DAS CONDICIONAIS CONTRAFACTUAIS

A condição contrafactual em 'se p, então q' manifesta-se em situações variadas. Conforme dito, a de reconhecimento mais imediato é aquela marcada por forma verbais na prótase e/ou na apódose que claramente conduzem a uma leitura contrafactual por expressarem aspecto conclusivo. As demais situações exigem que outros fatores sejam levados em conta.

Brito (2014, 2018) flagrou seis situações de utilização das contrafactuais condicionais:

- 1:** Situação passada denotada pelo verbo da prótase e/ou da apódose;
- 2:** Situação passada inferida através do contexto de uso;
- 3:** Situação não válida no momento presente da enunciação;
- 4:** Situação em que é impossível a substituição do indivíduo originalmente referido;
- 5:** Situação genérica impossível;
- 6:** Situação absurda.

O tipo 1, *situação passada denotada pelo verbo da prótase e/ou da apódose*, é o que mais facilmente permite a identificação de uma condicional contrafactual, visto que a contrafactualidade estará garantida se a oração condicionada e/ou a oração condicionante contiver verbos em uma forma composta de pretérito, a qual deixará claro, graças a seu aspecto conclusivo, que os fatos referidos não se concretizaram, como em (7), (8), (9) e (10) a seguir.⁴⁹

49

É interessante notar que, em (10), há dupla marcação de contrafactualidade com as formas verbais no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo na prótase e futuro do pretérito composto do indicativo na apódose.

(7) Me sentindo traumatizada... Naaaaaam... Sensacao d q, se eu *tivesse ficado* em casa dormindo, era melhor... (comentário no Facebook).

(8) Se houvesse um contingente razoável de policiais, com certeza mais alunos *teriam chegado* ao local de prova. (reportagem televisiva).

(9) Repórter: Tem vontade de se mudar daqui?

Entrevistada: Já, se pudesse, já *tinha saído*, mas vai abandonar tudo o que a gente tem, né, pra sair. Aí a gente tem que ficar levando do jeito que Deus quiser. (reportagem televisiva).

(10) Se o atentado da França *tivesse sido* aqui e o terrorista estivesse encurralado, você *teria ido* lá defendê-lo também? (comentário no Facebook).

Nas demais situações, a condição contrafactual tem esquema modo-temporal idêntico a um dos esquemas da condição potencial: verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase e verbo no futuro do pretérito do indicativo (simples ou composto) ou no pretérito imperfeito do indicativo (simples ou composto) na apódose. Assim sendo, é preciso recorrer a outros indícios do contexto de uso para distinguir contrafactuais de potenciais.

O tipo 2, *situação passada inferida através do contexto de uso*, é aquele em que se chega à leitura contrafactual através de informações que sinalizam que os fatos estão restritos a um tempo passado concluído, apesar de não terem sido empregados verbos no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo na prótase e/ou no futuro do pretérito composto do indicativo na apódose. Vejamos:

(11) “[...] e se *pussem* o Neymar, *iria ser* do mesmo jeito, pois nem ele jogou essas ‘coisas’ durante a copa”. (comentário no Facebook).

O dado acima foi extraído de um comentário a uma postagem no Facebook no ano de 2016. Com base nas informações fornecidas na postagem, descobrimos que o assunto abordado é a Copa do Mundo de futebol masculino de 2014, mais especificamente a ausência do jogador Neymar no jogo em que o Brasil perdeu com um placar de 7x1 para o time da Alemanha. No tocante ao valor temporal, não resta dúvida de que se trata de um evento passado – o ano em que foi feita a postagem foi 2016, e a Copa do Mundo aconteceu em 2014. Trata-se, pois, não de uma condicional potencial, e sim de uma contrafactual. A forma verbal plural ‘pussem’ remete à comissão técnica da Seleção Brasileira de Futebol, que optou por não pôr o jogador em campo em razão de suas limitações físicas naquele momento.

No tipo 3, a leitura contrafactual é assegurada através da referência a uma *situação não válida no momento presente da enunciação*. Esse tipo abarca condicionais contrafactuais que não são codificadas por formas pretéritas compostas e nem podem ser ligadas a eventos passados. O que as caracteriza é a presença de pistas contextuais que implicam a não concretização do evento referido no momento em que a condicional foi escrita/falada, isto é, no momento que era o tempo presente da produção da condicional. Temos um exemplo em (12):

12) “MINHA FILHA se eu *tivesse crédito* eu *estava divando* em Paris o/” (comentário no Facebook).

Após receber uma mensagem de uma amiga que reclamava de não obter retorno em relação às inúmeras ligações efetuadas, o indivíduo que fez o comentário explica à amiga que, devido ao fato de estar naquele momento sem crédito no celular, não teria como retornar chamadas. O comentário poderia ter sido formulado no tempo presente, como em “não retorno porque estou sem crédito” – “ter crédito” é um fato não válido no tempo presente da escrita

da mensagem. Talvez a opção por alertar, através da estrutura 'se p, então q', que não havia crédito no celular tenha sido motivada pela intenção de dar ênfase a esse fato somada à intenção de fazer graça com a menção de que, se o celular tivesse crédito, o indivíduo estaria, naquele momento, "divando em Paris".

Passemos agora ao tipo 4, *situação em que é impossível a substituição do indivíduo originalmente referido*, como no excerto (13), em que o autor do comentário não é o morador de rua cuja imagem foi usada em uma reportagem:

(13) Será que usaram a imagem do senhor sem permissão? É ilegal, pois ele está dormindo. *Se eu fosse ele* processava todos e saía das ruas. Será que algum advogado pegaria essa causa, ganha.

No tipo 5, é reportada uma *situação genérica impossível*, marcada pelo uso de advérbios generalizadores, a exemplo de "todo(a) (s)", "sempre" e "nunca", como em (14):

(14) Lindo o texto gabi... *se todos os brasileiros* tivessem esse mesmo respeito que vc pelo mandamento mais importante que Jesus nos deixou (amai ao próximo como a ti mesmo) não teríamos tanta intolerância.... (comentário no Facebook).

O que permite classificar a condicional em (14) como portadora de uma condição contrafactual é a impossibilidade, no mundo real, de todos os brasileiros adotarem a mesma postura frente à questão levantada na postagem principal a que se refere o comentário, isto é, o respeito ao mandamento deixado por Jesus, "amai ao próximo como a ti mesmo".

O tipo 6 envolve uma *situação absurda* face à realidade, como em (15):

(15) Repórter: Se o senhor fosse um touro, era o quê? O procriador?

Entrevistado: Rapaz, se eu *fosse* um touro, eu *era procurado* por muitos fazendeiros (reportagem televisiva).

Nesse excerto, há um elemento fantasioso: no mundo real, um ser humano não pode ser ou tornar-se um touro. A prótase carrega, então, um fato absurdo, contrafactual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condução da análise da variação em uma ótica sociofuncionalista requer que a função semântico-pragmática das variantes seja alçada à posição central. Além de constituir a variável linguística alvo da investigação, uma função semântico-pragmática pode representar o contexto em que ocorre a variação, isto é, o contexto específico em que variantes de uma variável linguística se alternam.

Apresentamos aqui o caso da condição contrafactual codificada na estrutura 'se p, então q.' Essa estrutura também serve de veículo para a codificação de outras funções semântico-pragmáticas, a condição factual e a condição potencial. Uma vez descartadas essas duas funções, circunscrevemos a condição contrafactual como contexto da variação entre formas verbais que, no papel de núcleo oracional, indicam o fato condicionado (na oração principal) ou o fato condicionante (na oração subordinada). A princípio, as variáveis linguísticas em questão podem ser definidas como a expressão, através do verbo, do fato condicionado e do fato condicionante, respectivamente.

Trata-se de variáveis cujo contexto da variação é o mesmo, sendo cada conjunto de variantes vinculado a uma das partes que

compõem a estrutura 'se p, então q': (i) principal/apódose/condicionada: verbos no futuro do pretérito do indicativo (simples e composto), no pretérito imperfeito do indicativo (simples e composto), no futuro do pretérito composto do indicativo e no pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo; (ii) subordinada/prótase/condicionante: verbos no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo e no pretérito imperfeito do subjuntivo.

Além de propormos a delimitação da condição contrafactual na estrutura 'se p, então q' como contexto da variação, descrevemos fatores que contribuem para a identificação do valor contrafactual em seis situações distintas. Considerar tais fatores resulta em uma análise ainda mais cuidadosa, dada a eventualidade de que nem todas as variantes inicialmente previstas sejam de fato utilizadas, em um *corpus* particular, em todas as situações possíveis. Caso isso aconteça, pode ser necessário excluir variantes e/ou situações, em linha com o requerimento de que todas as formas variantes devem ser intercambiáveis nos mesmos contextos (LABOV, 2008b [1972]).

Ressalve-se, porém, que o grau de refinamento na delimitação de uma função semântico-pragmática como contexto da variação deve ser matizado pelos objetivos da pesquisa, pela natureza dos textos que compõem o *corpus* de onde provêm os dados e pelas particularidades das formas variantes.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, S. M. Fronteiras da variação sociolinguística: grau de hipoteticidade e alternância verbal em construções condicionais. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 336-350, 2017. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1667>. Acesso em: 17 nov. 2022.

BRITO, N. J. A. **A expressão do condicionado contrafactual em construções 'se p, então q' no português brasileiro**. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

BRITO, N. J. A. **Alternância entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo no domínio funcional da condição contrafactual em comentários no Facebook**. 128 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, T. **Bio-linguistics: the Santa Barbara lectures**. Amsterdam: John Benjamins, 2002.

GÖRSKI, E. M.; GIBBON, A.; COAN, M.; PIMPÃO, T.; SILVA, T. S. da. Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. *In*: VANDRESEN, P. (Org.). **Variação e mudança no português falado na região sul**. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 217-268.

GÖRSKI, E. M.; GIBBON, A. de O.; VALLE, C. R. M.; DAL MAGO, D.; TAVARES, M. A. Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. *In*: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). **Português Brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7Letras/FAPERJ, 2003. p. 106-122.

GÖRSKI, E. M.; TAVARES, M. A. O objeto de estudo na interface variação-gramaticalização. *In*: BAGNO, M.; CASSEB-GALVÃO, V.; REZENDE, T. F. (Org.). **Dinâmicas funcionais da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2017. p. 35-63.

HIRATA-VALE, F. B. de M. Para uma interpretação condicional de construções temporais do português: contextos de uso. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 167-177, 2008a. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1473>. Acesso em: 10 dez. 2022.

HIRATA-VALE, F. B. de M. A condicionalidade em construções paratáticas: um uso argumentativo. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 204-213, 2008b. Disponível em: www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N1_21.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

IATRIDOU, S. The grammatical ingredients of counterfactuality. **Linguistic Inquiry**, London, v. 31, n. 2, p. 231-270, 2000.

LABOV, W. Quantitative reasoning in linguistics. 2008a. Disponível em: <https://www.ling.upenn.edu/~wlabov/Papers/QRL.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008b [1972].

LEHMANN, C. Gramática funcional. **Guavira Letras**, Três Lagoas, v. 13, n.1, p. 7-22, 2011. Disponível em: websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/179/157. Acesso em: 15 jun. 2021.

NEVES, M. H. de M. Estudos funcionalistas no Brasil. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 15, n. Esp., p. 71-104, 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/40320>. Acesso em: 17 fev. 2021.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.

NEVES, M. H. de M.; BRAGA, M. L. As construções hipotáticas/adverbais. In: NEVES, M. H. de M. (Org.). **A construção das orações complexas**. Volume V. São Paulo: Contexto, 2016. p. 123-166. (Gramática do Português Culto Falado no Brasil).

TAVARES, M. A. **A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO**: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações: um estudo sociofuncionalista. 2003. 307 fl. Tese (Doutorado) –Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TAVARES, M. A. Sociofuncionalismo: Um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística. **Interdisciplinar**, Itabaiana/SE, v. 17, n. 1, p. 27-47, 2013. Edição Esp. Abralín/SE. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1473>. Acesso em: 20 nov. 2022.

TAVARES, M. A. **A gramaticalização de e, aí, daí e então**: variação e mudança em uma perspectiva sociofuncionalista. Natal, RN: EDUFRN, 2014.

TAVARES, M. A.; GÖRSKI, E. M. Variação e sociofuncionalismo. *In*: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 249-270.

TAVARES, M. A.; PEDRO, F. L. F. da S.; ALBANO, G. F. Para começo de conversa: a variável linguística na interface sociofuncionalista. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 4, p. 267-288, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/8129>. Acesso em: 23 jan. 2022.

VAN LINDEN, A.; VESTRAETE, J-C. The nature and origins of counterfactuality in simple clauses: Cross-linguistics evidence. **Journal of Pragmatics**, New York, v. 40, n. 11, p. 1865-1895, 2008. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378216608000647>. Acesso em: 12 set. 2022.



5

*Angela Cristina Di Palma Back
Márluce Coan*

SOCIOLINGUÍSTICA E TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL:

**APROXIMAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS,
TEÓRICAS E DIDÁTICAS**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2024.99239.5](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2024.99239.5)

INTRODUÇÃO

Visando à busca de convergências entre teorias e à instanciação de uma interface entre Sociolinguística e Teoria Histórico-Cultural, estabelecemos algumas questões de partida, as quais versam sobre (i) fundamentos epistemológicos (especificamente sobre o modelo filosófico-cultural e, no âmbito linguístico, sobre paradigma basilar), (ii) pressupostos teóricos (tais como língua como fato social, interação e língua em uso) e (iii) implicações didáticas.

Se, por um lado, a proposição de interfaces poderia ser vista como um modo de corrupção teórica, por outro, pode ser vista como mecanismo espectral, como na acepção científica, em que o espectro é uma representação de amplitudes/possibilidades. Poderíamos dizer que há riscos nesta ou naquela escolha. Em alusão à Markova (1982), ao tratar dos perigos da não inclusão de pressupostos paradigmáticos, chamamos atenção para dois fatos: (i) desconhecimento e desencorajamento de modos alternativos de percepção e ação, o que pode restringir a abrangência de um fenômeno, e (ii) tendência à generalização irrestrita, o que pode conduzir à exclusão de dados. Relativamente ao primeiro dos perigos (lembrando MARKOVA, 1982), convém observar que estamos tão habituados a seguir certos modelos, que modos alternativos de ver o mundo provocam, por vezes, reações radicais, por isso, cremos que articulações nem sempre são propostas.

Não é nosso propósito, neste momento, apresentar estudos de caso nem mesmo aplicação a propostas curriculares para ensino de línguas, apenas mostrar algumas possíveis implicações didáticas. Consideramos este um primeiro passo de uma longa caminhada, pois não temos, até o momento, notícia de pesquisas na interface aqui proposta, do que decorre um sentimento contraditório: o risco de começar e a vantagem de inovar. Por ora, buscamos aproximações, considerando-se que tanto a Teoria Histórico-Cultural quanto a

Sociolinguística têm tido impacto em propostas curriculares. Sendo assim, a aproximação aqui proposta poderá contribuir, articuladamente, ao desenvolvimento de políticas linguísticas, as quais envolvem ecologia, ideologia e planejamento, nos termos de Spolsky (2004).

Por conveniência expositiva, não podemos considerar a multiplicidade de pesquisas/autorias em cada área em separado, por isso, organizamos o artigo em apenas três seções, quais sejam: uma metateórica, em que consideramos modelo filosófico-cultural e paradigma linguístico em convergência; outra em que fazemos algumas aproximações teóricas, especificamente em relação a três esferas: a social, a interacional e a da língua em uso; por fim, tratamos, em linhas gerais, de implicações didáticas, muito mais como sugestão de aplicação da interface aqui apresentada entre a Sociolinguística e a Teoria Histórico-Cultural.

DOS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

Ao vermos diferentes argumentos em diferentes campos linguísticos, é evidente que não são baseados somente em diferenças teóricas ou metodológicas, mas são mais profundamente pautados em diferenças básicas subjacentes ou pressuposições metateóricas, aquelas que estão além da teoria, transcendem aos postulados teóricos (o que já pode ser detectado pelo uso do prefixo), como natureza do mundo, do conhecimento, da sociedade e da investigação. Premissas como essas têm, conforme Figueroa (1994), considerável peso no campo da Linguística, pois são diferenças metateóricas e muito adicionam ao desenvolvimento dos campos de estudo.

Uma de nossas questões de partida está assentada em epistemologia: refere-se ao fato de Sociolinguística e Teoria Histórico-Cultural terem as mesmas bases filosóficas e, em se tratando de

pesquisas linguísticas, situarem-se no mesmo paradigma. Trata-se de um estabelecimento metateórico antes de seguir a outras premissas, nível no qual somos capazes de perceber similaridades fundamentais e explicar inconsistências.

Para Lass (1980), a separação entre linguística “real” e metalinguística é insustentável. Se o trabalho dos linguistas é profundamente influenciado por pressupostos paradigmáticos (de paradigmas filosófico-culturais), então a relação entre Linguística e metateoria⁵⁰ é um estudo importante. Considerando-se que a Linguística não é uma metateoria em si, é importante olhar para os modelos filosófico-culturais (da tradição intelectual ocidental) que pautaram seu desenvolvimento: o cartesiano e o hegeliano.

No modelo cartesiano, pautado nas leis lógicas do pensamento (da identidade, da não contradição e do terceiro excluído⁵¹), a natureza da mente é individual; passiva em aquisição do conhecimento, o qual é adquirido por meio de algoritmos e é externo, compreendendo “externo” como algo dissociado do sujeito e de suas possibilidades de elaboração/criação por um lado, e de experiência por outro. O modelo hegeliano, por sua vez, pautado no idealismo dialético, considera que a natureza da mente é social; a mente é dinâmica e ativa em aquisição do conhecimento, o qual é adquirido por meio de um ciclo interno, ou seja, decorre de um processo reflexivo: a cada experiência, a consciência é alterada.

Como observado por Figueroa (1994, p. 20, tradução nossa), “é por meio da interação com o mundo que a consciência se desenvolve e muda”⁵², o que se alinha à proposta de Markova (1982) e

50 Terminologia proposta por Lass (1980).

51 Cf. Aristóteles, Livro IV da Metafísica. Markova (1982, p. 24) assim descreve tais princípios: uma coisa é o que é; uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo; uma coisa tem ou não tem uma propriedade, não há terceira possibilidade.

52 No original: “It is through interaction with the world that consciousness develops.” (FIGUEROA, 1994, p. 20).

de Vigotsky (1991). Para este, o “humano” é uma construção social, que resulta da interação entre sujeito e meio sociocultural; imerso nas condições sociais de interação, o sujeito passa dialeticamente a integrar os fatores biológicos e sociais. Disso decorre que toda a atividade humana é mediada (por instrumentos, técnicas, sistemas de signos construídos coletivamente), de modo que a relação com o mundo nunca é direta.

Além do olhar ao modelo filosófico-cultural, a correlação aos paradigmas linguísticos também pode revelar aproximação epistemológica (ou distanciamento). Retomamos, a seguir, com base em Dik (1978), dois paradigmas basilares, o formal e o funcional, este voltado à Linguística macro e integrativa; aquele à Linguística micro e autônoma.

Ao traçar um paralelo entre os paradigmas formal e funcional, Dik (1978) observa que, naquele, a língua é vista como um conjunto de sentenças, cuja função é a expressão do pensamento e cujo correlato psicológico é a competência; esta tem prioridade lógica e metodológica em relação ao desempenho, portanto a descrição linguística independe do funcionamento de uma dada situação, tendo em vista o inatismo da língua e dos universais, sendo, portanto, a Sintaxe autônoma e prioritária relativamente à Semântica e à Pragmática.

Em linha paralela, está o paradigma funcional, no qual a língua é vista como um instrumento de interação social, cuja função primária é a comunicação e seu correlato psicológico é a competência comunicativa, ou seja, a habilidade de conduzir a interação social por meio de significados, por isso deve ser estudada dentro de um modelo de uso. A descrição de elementos linguísticos deve ocorrer, portanto, integrada ao contexto, já que o *input* decorre de dados presentes no contexto, sendo os universais restrições inerentes às metas, aos usuários e aos contextos. Dessa guisa, a prioridade analítica segue da Pragmática via Semântica à Sintaxe (DIK, 1978).

A Sociolinguística encaixa-se no modelo hegeliano e no paradigma funcionalista por seus pressupostos teóricos, historicamente considerados, e por *tema/problema de base/objeto*, os quais são consistentes com tais abordagens. Se considerarmos as definições de Sociolinguística que perpassam as publicações na área, veremos que se tem consolidado, com legitimidade, o estudo da língua articulado à sociedade. Apenas para constar, destacamos aqui a definição de Fishman (1971, p. 04), para quem “a Sociolinguística é o estudo das características das variedades linguísticas, das características de suas funções e das características de seus falantes e de como esses três interagem e mudam numa comunidade.” Os componentes social e interacional perpassam nossa proposta de interface, como veremos na seção dois deste artigo, e correlacionam-se a outras premissas, como língua em uso (dados contextualizados) e organização *top down*, partindo da Pragmática, passando pela Semântica, e chegando à Sintaxe.

Não podemos deixar de tecer uma restrição a essa correlação: se a abordagem de regras variáveis por Labov pode ser vista como uma tentativa de expansão da Fonologia gerativa de Chomsky (regras categóricas e opcionais), conforme observa Figueroa (1994), estaria a proposta vinculada, também, ao modelo cartesiano?

Consideramos que, mesmo na perspectiva da Sociolinguística variacionista, para além das outras vertentes (Sociolinguística Interacional e Sociolinguística Educacional), a proposta como um todo sempre esteve direcionada a premissas basilares mais hegelianas e funcionalistas. De acordo com Labov (2003), todos mostram variação fonológica e sintática, não havendo, portanto, falantes de estilo único, devido às relações entre os interlocutores (particularmente, relações de poder e solidariedade), ao tópico discursivo e ao contexto social, ademais de o comportamento linguístico refletir um conjunto de normas, crenças e atitudes, tendo, portanto, significância social. São considerações que afastam a proposta da perspectiva

cartesiana, embora se possa correlacionar o modelo inicial à proposta analítica de regras categóricas *versus* opcionais.

Igualmente, é seguro correlacionar a Teoria Histórico-Cultural (doravante THC) ao modelo hegeliano bem como, em se tratando de estudo linguístico por esse viés analítico, articulá-la ao paradigma funcionalista. Na THC, a linguagem tem um papel central, por sua capacidade simbólica. A língua desempenha, portanto, uma espécie de dupla função: a primeira ligada à comunicação entre os interagentes e a segunda, em situação de interdependência: por meio da língua, promove-se o desenvolvimento cognitivo, primeiramente de modo intersubjetivo, seguindo-se o intrassubjetivo. Este envolve a intelectualização, que se configura em uma linguagem interior que povoa o pensamento, culturalmente mediado, operado por sistemas simbólicos de que o indivíduo dispõe.

O signo, material do sistema simbólico, torna-se um aparato poderoso, pois, histórica e dialeticamente, materializam-se nele, por meio de enunciados linguísticos, os processos psicológicos fornecidos pela cultura. A linguagem, inerente às características da mediação simbólica, é um signo mediador, carregando em si os conceitos generalizados e elaborados pela cultura humana: medeia a ação sobre os objetos e regula a ação sobre o psiquismo, agindo como um instrumento da atividade psicológica de maneira análoga ao papel de um instrumento de trabalho.

Com relação ao papel da linguagem verbal na construção dos conceitos, podemos designar objetos, ações e suas relações; lidar com objetos ausentes; construir processos de abstração e generalização; organizar o real em categorias conceituais e promover a comunicação entre homens, de modo a preservar, transmitir e assimilar a cultura. Dado o exposto, a linguagem, como sistema simbólico, representa um salto qualitativo na evolução da espécie. Com base nas discussões vigotskianas, é por meio da linguagem que as funções psicológicas superiores são socialmente formadas

e culturalmente transmitidas. Nesse sentido, a exemplo da Sociolinguística, a THC alinha-se ao paradigma hegeliano, cuja prioridade analítica tem sua origem e essência na Pragmática, dado que o contexto discursivo, bem como as condições de produção que o emolduram, são significativos.

Dizer que as duas teorias convergem porque se pautam metateoricamente no mesmo modelo filosófico-cultural e no mesmo paradigma pode ser o primeiro passo (um passo epistemológico), mas outros são necessários. Seguimos com aproximações teóricas, na próxima seção.

EM BUSCA DE CONVERGÊNCIAS TEÓRICAS: O SOCIAL, A INTERAÇÃO E A LÍNGUA EM USO

Teoricamente afastadas de uma orientação associal, Sociolinguística e THC vão se alinhando em suas propostas de observação dos fatos linguísticos, por considerarem: (i) o lócus social da língua, o que implica incorporar heterogeneidade à perspectiva analítica; (ii) a interação (relativamente a culturas, comunidades, grupos sociais, requerendo intersubjetividades...); (iii) a língua em uso (englobando desempenho em um determinado contexto, participantes, restrições comunicativas e significado sociocultural). Nem sempre, no entanto, há convergências em totalidade; talvez mais apropriado fosse pensar em uma escala de aproximações. Vejamos essa perspectiva, considerando-se cada tema em particular.

O SOCIAL

Para iniciar essa temática, parece-nos bem apropriado retomar uma observação de Labov (1972, p. Xiii, tradução nossa) sobre o termo sociolinguística: “eu resisti ao termo sociolinguística por muitos anos, já que implica que pode haver uma teoria linguística bem-sucedida que não seja social.”⁵³ Se a investigação deve ser sociolinguística, logo o lugar da língua é social. Meillet (1921 *apud* CALVET, 2002) já destacava o caráter social e evolutivo da língua, por ser a língua um fato social.

Dessa guisa, poderíamos supor (pautando-nos em FIGUEIROA, 1994, ao discorrer sobre a teoria de Gumperz) que a natureza da mente é social, e a racionalidade é baseada na natureza social da mente (pois a racionalidade decorre de normas sociais, escolhas morais, direitos e deveres, temas permitidos, formas apropriadas de falar..., o que não se confunde com uma racionalidade lógica).

Segundo Gumperz (1982), a comunicação é, então, uma atividade social, pois apenas quando um movimento obtém resposta, poderíamos dizer que a comunicação está acontecendo. À perspectiva de Gumperz (1982) de comunicação como uma atividade social, podem ser correlacionados os conceitos de ‘responsiva ativa’ (BAKHTIN, 2006), de ‘enunciado’ e de ‘fala’ (BAKHTIN, 2006; VIGOTSKY, 1991). Para os autores, ao enunciarmos, produzimos um entre muitos elos no fluxo discursivo, que se constrói a partir de enunciados precedentes historicamente, bem como aqueles que estão por vir, os quais não podem ser dissociados, tendo como consequência atitudes responsivas “diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2003, p. 300). A premissa é que cada enunciado já é passível de resposta, de modo que os interlocutores, ao se apropriarem dos sentidos no processo de interação verbal, passam a ter uma atitude

53

No original: “I have resisted the term sociolinguistics for many years, since it implies that there can be a successful linguistic theory or practice which is not social” (LABOV, 1972, p. xiii).

responsiva ativa. Eis a centralidade do dialogismo, sem a qual a comunicação não tem vida. Daí, conceituar comunicação como atividade social requer que voltemos à concepção de signo, que se materializa na palavra:

Deixando de lado o fato de que a palavra, como signo, é extraída pelo locutor de um estoque social de signos disponíveis, a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais (BAKHTIN, 2006, p. 115).

Associada à enunciação concreta, que se produz no processo de interação verbal, está a *fala*, cuja principal função é o contato social (socialização). Seu funcionamento é impulsionado pela necessidade de se comunicar, de modo que mesmo a *fala* mais primitiva da criança é tida como social (VIGOTSKY, 1991). O social, portanto, relaciona-se com a (formação da) consciência dos indivíduos nas variadas esferas da atividade humana, de modo que o psiquismo e a ideologia estão em interação dialética constante: “o signo ideológico vive graças a sua realização no psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte ideológico.” (BAKHTIN, 2006, p. 16).

A atividade mental empreendida, na relação socialmente estabelecida durante a enunciação (materialidade linguística), envolve a atividade mental do *nós*. A atividade mental do *eu*, à medida que o sujeito vai tendo consciência (sobretudo de classe), caminha efetivamente para a atividade mental do *nós*. (BAKHTIN, 2006, p. 117). A propósito disso, em uma introdução à obra do autor, de 2003, Yaguello observa que:

[...] a distinção essencial que Bakhtin faz é entre “a atividade mental do eu” (não modelada ideologicamente, próxima da reação fisiológica do animal, característica do indivíduo pouco socializado) e a “atividade mental do nós” (forma superior que implica a consciência de classe). “O pensamento não existe fora de sua expressão potencial e, por consequência, fora da orientação social desta expressão e do próprio pensamento (YAGUELLO, 2003, p. 18).

Para Bakhtin (2006), as palavras não são neutras nem imutáveis, sendo signos variáveis, e a mudança linguística é historicamente motivada pelos diferentes contextos de uso da língua, o que bem se articula à proposta da Sociolinguística, considerando-se, nos termos de Weinreich, Labov e Herzog (1968), que a condição normal da comunidade de fala é a heterogeneidade e que a língua é um sistema que muda em associação a mudanças na estrutura social. Observa-se, portanto, a concepção de língua como fato social: por ser a sociedade heterogênea e mutável, a língua também o é. Como consequência, a estrutura gramatical é motivada/determinada pela situação comunicativa.

A INTERAÇÃO

Desde a exposição dos modelos filosófico-culturais, percebemos que a inserção da Sociolinguística no modelo hegeliano decorre do fato de a aquisição da linguagem ser um processo interativo (social). Partindo dessa premissa para uma aproximação entre Sociolinguística e Teoria Histórico-Cultural, trazemos à cena postulados da Sociolinguística segundo John Gumperz, autor que considera a interação humana como constitutiva da realidade social, distinguindo a Sociolinguística interacional de suas predecessoras (Sociolinguística etnográfica e Sociolinguística laboviana), ao apontar, como observa Figueroa (1994), inadequação explanatória sobre o comportamento individual – o comportamento dos usuários da linguagem na comunicação face a face.

Etnografia e Sociolinguística variacionista aplicam-se a tendências comportamentais em grupos populacionais: a primeira envolve uma metodologia de observação participante, análise da situação, do evento e do ato de fala, para investigação dos significados culturalmente distintos por grupos sociais. A segunda, por sua vez, pode ser distinguida da Sociolinguística interacional, em termos

de nível de análise e de interesse: enquanto a Sociolinguística varia-
cionista versa sobre grupos populacionais/comunidade de fala, a
Sociolinguística interacional considera a comunicação face a face
em nível individual (FIGUEROA, 1994). Para a autora, o êxito dos par-
ticipantes em estabelecer temas comuns, manutenção da continui-
dade temática e negociação de mudança de tópico são evidências
sobre o que é realizado, assim sendo, a análise, em Sociolinguística
interacional, versa mais sobre a especificação das condições de pro-
dução, tendo, portanto, a situação social especial relevo, importância
destacada por Goffman (1998 [1966]) em “A situação negligenciada”.

Isso porque, para Gumperz (1982), a comunicação não é defi-
nida em termos de intenção ou desempenho (transmissão de ideias
ou informações), mas em termos (i) do esforço coordenado de dois
ou mais indivíduos e (ii) da evocação de resposta. A comunicação é,
portanto, (inter)ação orientada para atingir alguma meta. Nas pala-
vras de Gumperz (1982, p. 152), convenções conversacionais “são
aprendidas somente por meio de contato face a face prolongado e
intensivo”. Assim, quanto mais semelhantes duas experiências indi-
viduais, mais semelhantes as molduras interpretativas destes indiví-
duos e mais probabilidade para sincronia da comunicação (FIGUE-
ROA, 1994), sincronia que decorre de experiência social e histórica.

É a interação que pauta, outrossim, o estilo. Retomando o
princípio de que não há falantes com estilo único (LABOV, 2003),
pode-se constatar que os estilos decorrem de um conglomerado de
fatores durante as interações comunicativas: poder, solidariedade,
contexto social, tópico discursivo, ademais das funções de
identificação e acomodação (nos termos de LABOV, 1978). Os dife-
rentes estilos refletem um conjunto de normas, crenças e atitudes em
uma sociedade. Isso tem uma consequência interessante ao ensino:
é válido perguntar se lidamos com aspectos funcionais da língua ou
com diferentes estilos, ou seja, se duas formas têm o mesmo signifi-
cado e o mesmo valor, ou o mesmo significado referencial e valores

sociais distintos. Seria uma perspectiva que contemplaria também a significação sociocultural das variantes.

Bakhtin (2003, p. 394) afirma a inegável “interação do horizonte do cognoscente com o horizonte do cognoscível” [...]; “neles se entrecruzam e se combinam duas consciências (a do *eu* e a do *outro*)”. Esse lugar de fala implica outros conceitos, como dialogismo, texto, excedente de visão e ética, entre outros, com base nos quais a realidade precisa ser compreendida.

Dialogismo envolve seres expressivos e falantes que interagem; portanto, opera no contexto das intersubjetividades, também é tensão e silêncio. O que está no horizonte é a atitude responsiva. Compreender já é uma resposta. O enunciado do *eu* tem em perspectiva o *outro* (direcionalidade, intencionalidade). O outro é extremamente relevante na construção e negociação de sentido. “[...] O sujeito como tal não pode ser percebido e estudado como coisa, porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico.” (BAKHTIN, 2003, p. 400).

A historicidade é condição *sine qua non* para nos apercebermos da condição dialógica, em que a interpretação de um dado texto se faz possível na correlação com outros textos, porque este é fechamento provisório no fluxo dialógico, cuja consequência é a compreensão responsiva ativa. O contato com e entre outros textos contribui para a moldura interpretativa: o contexto, em que a compreensão se constitui. A essa dialética, no processo de compreensão do texto, com os sentidos ali apreendidos, tem-se o enunciado: irrepitível, singular, elo na cadeia da linguagem, que, necessariamente, opõe-se à concepção de língua como reduzida ao sistema linguístico, descolado das condições sociais de produção.

A concepção de texto com o qual se lida possui especificidades: conclusibilidade, direcionalidade e materialidade. Apresenta

conclusibilidade, estabelecendo um limite a cada enunciado concreto que tem no horizonte suas condições de produção (tempo, espaço, audiência, intencionalidade, interlocutores); possui *direcionalidade*, na medida em que se dirige a alguém, a uma audiência, sempre considerando a dimensão histórica da linguagem, dado que um enunciado concreto não se limita ao presente, passado ou futuro; e, por fim, *materialidade*, que, em situação de pesquisa, dado o diálogo entre pesquisador (cognoscente) e seu outro (cognoscível), requer a escrita do texto de pesquisa, momento em que se dá uma forma composicional ao conteúdo pesquisado, e o pesquisador (com seu excedente de visão) dá voz, com tudo o que a sua constituição significa.

Nesse processo de compreensão do outro, o pesquisador vale-se do excedente de visão. Essa posição exotópica proporciona ver o outro, como jamais conseguira em relação a si próprio. Trata-se de uma situação única, singular, insubstituível, dado o conjunto de circunstâncias em que se pode observar o outro, com certo distanciamento. Contudo:

Eu devo entrar em empatia com esse indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal como ele o vê, colocar-me no lugar dele, e, depois de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento e do meu sentimento (BAKHTIN, 2003, p. 23).

A pesquisa não é unidirecional, trata-se de interação entre sujeitos, daí a dimensão ética ganha visibilidade, alçada sobretudo no momento da escrita. De acordo com Oliveira (2019), a interação entre o pesquisador e o seu *outro* constitui um evento único e irrepetível (mundo da vida), porém, ao ser registrado o evento, entra em cena a experiência do pesquisador com o *mundo da cultura*. A

pesquisa é, portanto, um ato estético inserido no mundo ético (OLIVEIRA, 2019, p. 144).

Articulando as perspectivas, observamos que a proposta dialógica da THC melhor se articula à vertente da Sociolinguística interacional, principalmente se atentarmos para o direcionamento metodológico, já que se considera a interação humana como constitutiva da realidade: a unidade de análise caracteriza-se como um tipo de atividade em direcionamento a uma meta. Nos termos de Gumperz (1982), a comunicação com inter(ação) é orientada para atingir uma meta, não é mera representação (intenção e transmissão de informações), o que requer esforços coordenados entre indivíduos (como manutenção de um tema, acordo para mudança de tópico, escolhas lexicais, respeito aos turnos etc.).

A LÍNGUA EM USO E A RELAÇÃO ENTRE FORMA E SIGNIFICAÇÃO

Primeiramente, para a pergunta sobre o que significa língua em uso, já que, em geral, o objeto da Sociolinguística é assim caracterizado. Não incorremos aqui na proposição de língua em uso como, exclusivamente, língua falada, pois, assim sendo, deixaríamos à margem todas as pesquisas sociolinguísticas sobre língua escrita e todas aquelas que versam sobre dados de outras eras, em que a fala não podia ser gravada, o que inclusive levou Labov (1994) a mencionar o paradoxo histórico.

Consideramos, na esteira de Figueroa (1994), que a Sociolinguística estuda o enunciado (falado, escrito, sinalizado), ou seja, o desempenho linguístico em um contexto particular, considerando o contexto, os participantes e restrições comunicativas, para além do sistema linguístico em si. Essa língua em uso, além de um conjunto de conexões, é, conforme Aracil (1978), dinâmica, complexa, diversa e variável.

No âmbito da THC, dicotomias como língua e fala não cabem, sob pena de reduzir a linguagem a uma delas, cuja premissa é a de que a fala seria a materialização de um enunciado, que comporta a concepção de uma língua viva, cujos sentidos decorrem dos contextos de produção que vão se constituindo em face da relação social, mediada pela linguagem. A dimensão da escrita seria, portanto, mais uma representação desse enunciado vivo, tecido no fluxo discursivo da relação social entre e por seus interagentes. Vigotsky (1991) observa que o papel da linguagem no desenvolvimento só se dá sob a manifestação da fala, que pode contribuir para controlar o ambiente, produzir novas relações, organizar o pensamento. A fala socializada é de natureza interpessoal, além da intrapessoal. A língua não se confunde com um sistema de formas abstratas, dadas a um caráter inerte de análise linguística; sua vitalidade decorre justamente das manifestações da fala, enunciados, a partir dos quais a “língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta.” (BAKHTIN, 2006, 127). Para Bakhtin (2006), a língua, portanto, não se confunde “com sistema estável de formas normativamente idênticas”. Trata-se de “uma abstração científica que só pode servir a certos fins teóricos e práticos particulares. Essa abstração não dá conta de maneira adequada da realidade concreta da língua” (BAKHTIN, 2006, p. 130).

Se a natureza da mente é social e se a interação é o *locus* da significação, então a Sociolinguística interacional é a vertente com a qual novamente poderíamos traçar uma aproximação à THC, pois a Sociolinguística proposta por Gumperz (1982) é uma teoria da linguagem como comunicação, que se centra, conforme Figueroa (1994), em aspectos marginais da língua (mudança de código, prosódia, fórmulas, ritmo de fala, opções lexicais/fonéticas/sintáticas, aberturas conversacionais, estratégias de encerramento e sequenciação, troca de código, dialeto e estilo, dentre outros) que servem à comunicação de sentimentos, de intenções, de identidades, ou seja, de significados sociais. Dessa guisa, pode ocorrer de participantes de uma situação

causarem mal-entendidos, por não terem as mesmas convenções de contextualização, embora adotem um mesmo código linguístico.

Diferentemente, a perspectiva laboviana restringe sua aplicação ao significado referencial. Em perspectiva clássica, Labov (1978) delimita o significado, considerando que dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas têm o mesmo valor de verdade, ou seja, têm o mesmo significado representacional. Em vez de estender o significado como sugere Lavandera (1978), considerando-o como referencial, social e estilístico (comparabilidade funcional), o uso limita-se a significado representacional.

É fato que a língua varia, segundo as condições de produção no cenário de interação verbal. Há inúmeras evidências na literatura da THC, a exemplo de Vygotsky (1991), que afirmam que o sentido está associado ao contexto, já a significação teria certa estabilidade no tempo. Para o autor:

Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge: em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. O significado dicionarizado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício do sentido, não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas na fala (VYGOTSKY, 1991, p. 125).

A relação entre forma e significação, portanto, na perspectiva da THC, só pode ocorrer na ação dialética, sem limites claramente demarcados, pois a forma é parte constitutiva da significação, cujo sentido se manifesta considerando a intencionalidade do enunciado, a audiência, a situação imediata e o contexto social mais amplo. Bakhtin (2003) observa que um enunciado relativamente estável, com certo acabamento, dada a esfera de atividade humana na qual circula, constituindo um gênero discursivo, reúne três características inerentes: tema, estilo e forma composicional.

Tudo isso faz parte da significação, passível de aproximação ao significado representacional, já o sentido poderia ser correlacionado à comparabilidade funcional (nos termos de LAVANDERA, 1978), focalizando o cenário pragmático-discursivo em que o contexto tem papel preponderante. Disso decorre que os signos, de acordo com Bakhtin (2006), são condicionados tanto pela organização social quanto pelas condições interacionais. Dessa guisa, modificações organizacionais ou interacionais ocasionariam modificação no signo.

IMPLICAÇÕES DIDÁTICAS

Até o momento, concentramo-nos em aproximações epistemológicas e teóricas entre Sociolinguística e Teoria Histórico-Cultural, agora o fazemos considerando aplicação da interface em planejamento para o ensino de línguas. Alguns conceitos até aqui discutidos têm consequências para o fazer metodológico em ciências humanas; se dialética é o método de trabalho, entender isso impacta o percurso.

Do ponto de vista educacional, é importante destacarmos uma observação de Trousdale (2011), ao considerar que a falta de entendimento sobre a natureza da variação tem causado problemas para governo, professores, pais e alunos, pois a linguagem dos adolescentes é uma força motriz para a propagação de inovações linguísticas, algumas das quais podem ser estabelecidas e estigmatizadas enquanto outras são emergentes e ainda não sujeitas à avaliação social. Ocorrem, outrossim, casos em que algumas variantes são usadas para sinalizar aspectos de identidade, não necessariamente implicam desconhecimento da norma. Um exemplo disso foi o estudo etnográfico feito por Moore (2003) sobre grupos de adolescentes em uma escola na Inglaterra, cujos estilos sociais e linguísticos visavam à diferenciação entre grupos. Aquelas que aderem menos às normas

da escola mostraram aumento no uso de formas não-padrão (como o uso de *were* em lugar do padrão *was* – *He was nice*).

Outra situação que perpassa a sala de aula decorre de *switching* [mudança de código] e *crossing* [cruzamento entre códigos]. Conforme Trousdale (2011), sabemos que classes multivariadas são a norma, e essa riqueza de variedades pode ser um recurso útil; sabemos que ensinar sobre formas e funções de variedades promove maior competência em linguagem padrão; sabemos que o desrespeito à diversidade limita o sucesso educacional, mas também que é necessário o ensino da linguagem padrão; sabemos que as crianças podem se acomodar à linguagem normativa da escola; sabemos que os desafios são diferentes a depender da comunidade, do que decorrem políticas e procedimentos mais eficazes em algumas comunidades do que em outras. A questão é: o que fazemos com base em nossas teorias?

Para Trousdale (2011), linguistas e educadores precisam trabalhar juntos para produzir pesquisas funcionais, já que a diversidade linguística em sala de aula tem potencial para ser uma considerável fonte de pesquisa para linguistas interessados em padrões de variação e para professores interessados em desenvolver nos alunos habilidades sobre conhecimento linguístico, com vistas a superar, inclusive, dificuldades de aprendizagem advindas de lacunas do próprio repertório linguístico. É importante destacar que a falta de conhecimento sobre a natureza e a função da variação linguística pode ser perturbadora e prejudicial. Ademais, como observa Siegel (2007), os programas de conscientização, que envolvem o componente contrastivo entre normas, têm obtido mais sucesso.

A busca de convergências teve como uma das premissas pensar, portanto, em suas aplicações, de modo a impactar o ensino de língua, dando visibilidade à variação linguística que é inerentemente social. Em face disso, (re)pensar políticas linguísticas para se constituírem pautas da educação torna ainda mais relevante

possíveis aproximações epistemológicas entre Educação e Linguística, as quais podem nos permitir esse empreendimento, para, a posteriori, propor contribuições ao planejamento linguístico, de modo a ir criando raízes, num efeito rizoma, junto às políticas educacionais.

A defesa é a de que um planejamento linguístico consistente estaria associado à educação linguística, rompendo os muros acadêmicos e consolidando-se na escola, que compreenderia, por exemplo, o ensino de língua para imigrantes em situação de vulnerabilidade, a exemplo do português como língua de acolhimento, ou a difusão de seu ensino também como língua estrangeira a depender da comunidade multicultural alvo. Para compreender a dimensão da práxis, de modo a reivindicar uma pedagogia sociolinguística, cujas reflexões não se reduzam à área das Letras e passem a fazer parte, consistentemente, de uma política mais ampla de formação inicial de professores, o tema deve estar na pauta da educação, como um compromisso de todas as áreas.

Nos idos de 1981, Bortoni-Ricardo (2005) afirmava que “no Brasil, ainda não se conferiu a devida atenção à influência da diversidade linguística no processo educacional” (BORTONI-RICARDO, 2005). Alguns anos depois, a mesma autora observa que a

política educacional no Brasil tem insistido em ignorar as diferenças linguísticas que separam os estratos sociais no país. Nossa tradição confunde o conceito de unidade linguística, relacionada à própria situação de monolingüismo, com o de homogeneidade, apoiando-se no mito da perfeita inteligibilidade entre brasileiros de todos os quadrantes (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 73).

Adicionando ainda à fala da autora o contexto de mobilidade em que nos encontramos, em que o multiculturalismo se instala e, com ele, o multilingüismo, faz-se necessário aproximar Universidade e Escola: as escolas municipais e estaduais carecem de planejamento linguístico junto aos projetos pedagógicos. As línguas de cultura que se instalam devido aos fluxos migratórios recentes

do século XXI impactam sobremaneira a comunidade escolar (não somente as aulas de língua), por nem sempre saber lidar com a diversidade na escola.

A exemplo de Severo (2013), Cortez (2018) afirma que a área da Política Linguística, tanto teórica quanto metodológica, é um campo heterogêneo e pulsante, o que faz a autora não propor uma conceptualização encerrada em si mesma de um construto teórico, correndo o risco de ser reducionista. A associação do tema “política linguística” com a Sociolinguística também parece fazer sentido, dada a simultaneidade de suas aparições no campo científico (SEVERO, 2013). Contudo, advoga-se pela necessidade de sair do campo específico das discussões linguísticas para outras áreas, como a que ora estamos propondo junto à Educação, sobretudo em se tratando de formação de professores. É preciso não só socializar os resultados já obtidos para expô-los à Educação, mas inserir o debate nas teorias críticas da educação.

A política linguística, como um campo multifacetado, nos termos de Severo (2013), discute dimensões estruturais e sociais que carecem de reflexão para posterior intervenção. Essas dimensões, sem entrar no mérito dos limites com o planejamento linguístico que, por vezes, confunde-se com a política linguística, vão, segundo Cortez (2018), desde o momento em que o indivíduo, por exemplo, em um contexto bilíngue, escolhe usar essa ou aquela língua para comunicar-se com seu vizinho, até o momento em que o Estado elege esta ou aquela como língua oficial. Severo (2013), com base em Hill (2010), pondera que:

as formas de estudo, análise e aplicação da política e planejamento linguísticos variam [...] segundo o nível de intervenção (macro, meso, micro), o enfoque (linguístico, linguístico-discursivo, discursivo), a finalidade (planejamento do corpus, da função, do prestígio etc.) e os participantes envolvidos (esferas oficiais, atitudes e crenças dos sujeitos ou práticas de interação) (SEVERO, 2013, p. 457-458).

Esse debate, portanto, precisa chegar à Educação, sobretudo no espaço da escola já multicultural, de modo que, a partir de políticas linguísticas e nunca nos desvinculando delas, haja o planejamento linguístico, que trata da intervenção, implementação e gestão dessas políticas linguísticas. E, assim como Cortez (2018), compreender a política linguística como aquela que trata de toda ação política sobre a língua(gem), entendendo que, sempre que houver a possibilidade de uma decisão sobre uma escolha a respeito da língua, trata-se de uma ação de política linguística: "... o conjunto de escolhas conscientes efetuadas no domínio das relações entre língua e vida social e mais particularmente entre língua e vida nacional" (CALVET, 1987, p.154-155), ao que acrescentamos, entre língua e vida multicultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo Coan e Freitag (2010), também destacamos a importância da Sociolinguística para a Educação, correlacionando-a, desta vez, à Teoria Histórico-Cultural, e assim nos situamos na Linguística crítica prospectada por Rajagopalan (2003), como aquela voltada às questões práticas, não aplicada a fins práticos, mas pensada de forma diferente, "nunca perdendo de vista o fato de que o nosso trabalho tem alguma relevância. Relevância para as nossas vidas, para a sociedade de modo geral." (RAJAGOPALAN, 2003, p. 12).

Pelo exposto, pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Histórico-cultural dialogam com aqueles da Sociolinguística, especialmente em suas vertentes interacional e educacional. Em termos epistemológicos, encaixam-se em um mesmo paradigma filosófico-cultural, o hegeliano, ademais de a metateoria mobilizada ser funcionalista, pois ambas teorias em interface consideram o fenômeno linguístico no contexto, especialmente na interação, que é força motriz para a construção do significado social.

Teoricamente, optamos por considerar o modo como as perspectivas em interface consideram o fato linguístico (como fato social), a busca de dados (por meio de interação) e o tipo de dado (a língua em uso). Conjuntamente, consideramos que as premissas basilares da Sociolinguística e da Teoria Histórico-Cultural podem pautar política e planejamento linguísticos, especialmente em relação a propostas curriculares.

Estudos de caso seriam bem-vindos para demonstrarmos, na prática, a mobilização conjunta dessas duas áreas, o que esperamos fazer em momento oportuno. No contexto de produção deste capítulo, porém, direcionamo-nos somente a dois vieses: mostrar a possibilidade de uma interface e apontar alguns caminhos em pesquisa e planejamento educacional.

REFERÊNCIAS

- ARACIL, L. V. Sociolinguistics: Revolution and Paradigm. *Sociolinguistic Newsletter*, 1978, p. 3-8.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2003. (Tradução Paulo Bezerra).
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo. 2006.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemu na escola, e agora?** São Paulo: Parábola Editorial. 2005.
- CALVET, J-L. **La guerres des langues et les politiques linguistiques**. Paris: Payot. 1987.
- CALVET, J-L. **Sociolingüística: uma introdução crítica**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola. 2002.
- COAN, M.; FREITAG, R. M. K. Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. **Domínios de Lingu@Gem**, Volume 4, nº 2, 2010, p. 173-194.

CORTEZ, D. **Políticas linguísticas em Criciúma**: promoção e ensino da língua portuguesa como língua de acolhimento. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2018.

DIK, S. **Functional Grammar**. Amsterdam: North-Holland. 1978.

FIGUEROA, E. **Sociolinguistic Metatheory**. Language & Communication Library, Vol. 14. Oxford: Pergamon. 1994.

FISHMAN, J. **Sociolinguistics**: a brief introduction. Rowley, MA. Newbury House. 1971.

GOFFMAN, E. A situação negligenciada. *In*: RIBEIRO, B. T.; GARCÉZ, P. M. (Orgs.). **Sociolingüística Interacional**: Antropologia, Lingüística e Sociologia em Análise do Discurso. Porto Alegre, Age. 1998. p. 11-15.

GUMPERZ, J. J. **Discourse Strategies**. Cambridge: Cambridge University Press. 1982.

HILL, L. B. Language and status: on the limits of language planning. **Stellenbosch Papers in Linguistics**, Matieland, v. 39, 2010, p. 41-58.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1972.

LABOV, W. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, 44. Texas, 1978.

LABOV, W. **Principles of Linguistic Change**: internal Factors. Cambridge, MA: Blackwell. 1994.

LABOV, W. Some Sociolinguistic Principles. *In*: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Orgs.). **Sociolinguistics. The essential Readings**. Blackwell Publishing. 2003, p. 234-250.

LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? **Language Society**, nº 7. Printed in Great Britain, 1978, p. 171-182.

LASS, R. **On explaining language change**. New York: Cambridge. 1980.

MARKOVA, I. **Paradigms, Thought and Language**. London: John Wiley and Sons. 1982.

MOORE, E. **Learning style and identity**: a sociolinguistic analysis of a Bolton high school. Ph.D. dissertation, University of Manchester, 2003.

OLIVEIRA, G. de F. P. A metodologia para as ciências humanas do círculo de Bakhtin. **Revista Diálogos**, v. 7, n. 3, out.-dez., 2019, p. 135-148.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola Editorial. 2003.

SEVERO, C. G. Política(s) linguística(s) e questões de poder. **Alfa**, São Paulo, 57 (2), 2013, p. 451-473.

SIEGEL, J. Creoles and minority dialects in education: an update. **Language and Education** 21, 2007, p. 66–86.

SPOLSKY, B. **Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.

TROUSDALE, G. Variation and education. *In*: MAGUIRE, W.; MCMAHON, A. **Analysing Variation in English**. Cambridge University Press. 2011. p. 261- 279.

VYGOTSKI, L. Semyonovich. **A formação Social da Mente**: o desenvolvimento social da mente. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. *In*: LEHMANN, W. P.; MAKIEL, Y. (Orgs.). **Directions for Historical Linguistics**. Austin: University of Texas Press. 1968. p. 97-195.

YAGUELLO, M. Introdução. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2003. (Tradução Paulo Bezerra).



6

*Ronaldo Manguera Lima Júnior
Leonardo Antonio Silva Teixeira*

SOCIOFONÉTICA: ESCOPO, APLICAÇÃO E PERSPECTIVAS

INTRODUÇÃO – O ESCOPO DA SOCIOFONÉTICA

A produção e percepção de sons de uma língua está no coração da sociolinguística desde a sua gênese. Em 1966, em seu estudo seminal da produção do /r/ pós-vocálico em três lojas de departamento de Nova Iorque, Labov (1996) já demonstrou que a variação sociolinguística na produção dos sons de uma língua traz imensa contribuição na descrição dessa língua. Não é coincidência que a investigação sobre a produção do /r/ no português do Brasil também seja bastante profícua (e.g., OUSHIRO; MENDES, 2014). No entanto, diversos avanços científicos, principalmente metodológicos, mas também epistemológicos, fizeram com que a interface entre sociolinguística e fonética recebesse designação própria: sociofonética.

O termo sociofonética suscita por si só importantes reflexões de ordem disciplinar. Considerando que a sociolinguística vem ampliando seu escopo de análise de fenômenos variáveis desde a década de 60 para todos os domínios da gramática (fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática e discurso), o que explicaria o *status* especial da fonética para justificar uma disciplina de interface com a sociolinguística? Afinal, como pontuam Preston e Niedzielski (2010), se a sociolinguística opera com fatores sociais e linguísticos que devem ser levados em consideração para dar conta da distribuição das variáveis linguísticas nos sistemas, então o privilégio teórico do nível fonético em comparação aos demais níveis da gramática não se justificaria. Entretanto, como os próprios autores sugerem, certas especificidades do nível fonético, assim como o atual estágio de desenvolvimento do aparato instrumental-metodológico empregado em pesquisas dessa natureza, legitimam a existência da sociofonética como área de convergência natural entre sociolinguística e fonética.

De acordo com Foulkes e Docherty (2006), o termo sociofonética figurou pela primeira vez na literatura em um estudo sobre o francês de Quebec intitulado *A sociophonetic study of a Quebec French community: Trois-Rivieres* (DESCHAIRES-LAFONTAINE, 1974) e permaneceu em quase desuso pelos 20 anos seguintes. Hoje, no entanto, o termo é amplamente utilizado nos circuitos de fonética e sociolinguística, embora sua definição seja ainda problemática. Fonecistas tendem a conceber a sociofonética como um tipo de estudo de variação dialetal, sem necessariamente um exame dos aspectos sociais da linguagem. Sociolinguistas, por outro lado, utilizam-se das técnicas refinadas de análise fonética, sem considerar questões teóricas essenciais aos estudos fonéticos. Alguns veem a sociofonética como um construto estritamente metodológico, ao passo que outros reconhecem-na como um domínio teórico próprio. Essas múltiplas perspectivas atestam a sociofonética como um campo de estudos emergente e sinalizam a necessidade de delimitação de seu escopo.

Thomas (2002) destaca alguns aspectos metodológicos da pesquisa em fonética e sociolinguística que integrariam a interface sociofonética. O primeiro deles seria o aspecto experimental. A sociofonética é essencialmente experimental, ou seja, conecta objetivos teóricos a métodos empíricos, implicando na observação direta de dados da linguagem como meio de construção de hipóteses mais gerais, tomando o estrato fonético como ponto de acesso à compreensão da linguagem.

A sociofonética também concebe a variação e a mudança como propriedades fundamentais da linguagem. O ajuste ao ambiente e às situações comunicativas se dá pelo ajuste no nível fonético, que é tomado como ponto de partida para acessar as bases cognitivas da linguagem. Esse nível oferece aos usuários mais parâmetros para variar do que outros domínios da linguagem. Portanto, a sociofonética rejeita uma noção estática e homogênea de linguagem, concebendo-a, ao invés disso, como fundamentalmente dinâmica, o que permite aos falantes adaptarem-se às mais diversas situações de uso.

Nesse sentido, a sociofonética alinha-se aos pressupostos da Teoria dos Sistemas Dinâmicos (LARSEN-FREEMAN, 1997; LARSEN-FREEMAN; CAMERON, 2008; BECKNER *et al.*, 2009), que reconhece a linguagem como um sistema complexo, expansível e inerentemente dinâmico, tanto do ponto de vista sincrônico quanto diacrônico.

O método indutivo é outro aspecto metodológico que integra a sociofonética. Thomas (2002) assevera que tanto a fonética quanto a sociolinguística rejeitam o “axioma da categoricidade”, termo cunhado por Chambers (1995) para se referir à primazia nos estudos linguísticos da língua enquanto sistema de regras homogêneas. Tanto a fonética quanto a sociolinguística privilegiam percursos de pesquisa do tipo *bottom-up* e focam na observação direta do comportamento linguístico a partir de dados de uso. É a partir da descrição e análise sistemática desses dados que teorias gerais sobre o funcionamento da linguagem são propostas. Contudo, sociolinguística e fonética diferem quanto a determinadas prioridades metodológicas, conforme explicitado no Quadro 1:

Quadro 1 – Prioridades metodológicas da sociolinguística e da fonética quanto aos dados

Aspecto metodológico	Sociolinguística	Fonética
População	Delimita rigorosamente a comunidade de fala, rede ou comunidade de prática em análise, considerando sua história e estrutura social e enfatizando o falante representativo/típico.	Preocupa-se raramente com uma definição fechada de comunidade de fala, fazendo uso de categorias sociais mais amplas.
Amostra	Muitos participantes, mas não muitos dados de um mesmo indivíduo, exceto em pesquisas sobre variação estilística.	Muitos dados de um mesmo indivíduo.
Controle	Busca minimizar o “paradoxo do observador” e garantir validade ecológica.	Prioriza o controle experimental e laboratorial com vistas à replicabilidade.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

O desafio natural da sociofonética é conciliar as prioridades metodológicas de ambas as disciplinas, ou seja, fomentar práticas para aplicação em campo que possuam validade ecológica e, ao mesmo tempo, se prestem à replicabilidade.

Para além das três ondas da sociolinguística (ECKERT, 2005), Thomas (2013) sugere que a sociofonética representa a continuação de um desdobramento da sociolinguística que aborda a estrutura linguística e seu papel na mudança linguística: o uso variável como pista para a organização cognitiva da linguagem. Constituem áreas de interesse para a sociofonética questões relacionadas à análise vocálica, análise consonantal, análise prosódica, qualidade de voz e percepção.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

A principal mudança de coletas e análises desde a investigação de Labov (1966) do /r/ pós-vocálico em lojas de departamento de Nova Iorque até o presente está em substituir a coleta natural e a análise de oitiva por coletas laboratoriais/quase-experimentais e análises acústicas. Com uma análise acústica no lugar da análise de oitiva, é possível falar com mais credibilidade sobre o que foi de fato produzido. O próprio Labov, ao categorizar as produções de /r/ em sua coleta, precisou etiquetar diversas produções como “dúvida”, produções essas impossíveis de serem analisadas. Além de não perder dados por causa da dúvida, classificações com base em análise acústica geram mais confiança, pois diminuem o efeito da subjetividade da percepção humana. Por fim, análises acústicas permitem analisar fenômenos sonoros não apenas categoricamente, mas também em sua gradiência.

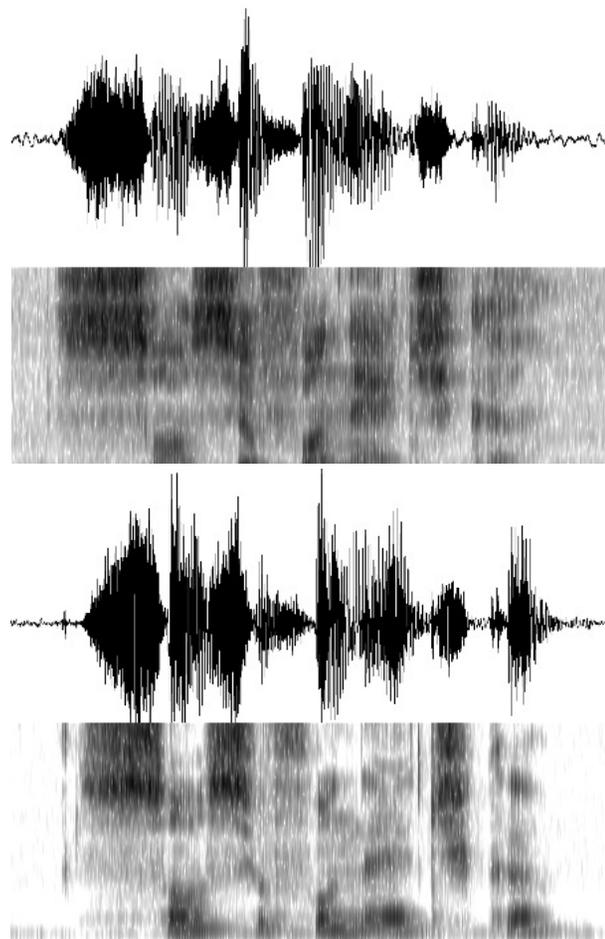
Sendo assim, as escolhas metodológicas da sociofonética envolvem tanto aquelas típicas da sociolinguística como as típicas da fonética. Consequentemente, é preciso coletar dados sobre os participantes de acordo com as variáveis preditoras sociais de interesse, tais como idade/faixa etária, nível de escolaridade, nível socioeconômico, local de nascimento, tempo de residência no local atual, local de nascimento e tempo de residência dos pais etc. Durante a coleta de dados de gravação de voz, além dos cuidados técnicos típicos de coletas sociolinguísticas, como obter o consentimento dos participantes e buscar formas de deixá-los confortáveis e relaxados durante a gravação, para que sua fala seja natural o suficiente para ser representativa de seu idioleto, é necessário ter cuidados especiais para garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados para posterior análise acústica.

É importante selecionar um ambiente silencioso e sem ruídos externos, como trânsito ou conversas de fundo, para evitar interferências no sinal de voz. O ideal é que a gravação seja feita em uma cabine com isolamento acústico; no entanto, caso isso não seja possível, é essencial buscar por um ambiente o mais silencioso possível. Além disso, o equipamento de gravação deve ser adequado e configurado corretamente para capturar a frequência e a amplitude da voz de forma precisa. O ideal é que seja utilizado um gravador profissional, que capte a voz em mono, em uma taxa de amostragem de pelo menos 44kHz, com taxa de quantização de pelo menos 16 bits, salvando-a em um arquivo do tipo .wav. No caso de gravação a ser realizada por computador, o ideal é que não seja utilizado o microfone interno do computador e nem que o microfone externo seja plugado diretamente no computador. Idealmente, uma interface de áudio (placa de som) é utilizada para conectar o microfone ao computador, e um programa que seja capaz de captar e armazenar o áudio com características semelhantes às aquelas já descritas deve ser utilizado, tais como o Audacity (2022) e o PRAAT (2023), ambos gratuitos. Na falta de equipamentos como esses, a gravação

deve buscar se aproximar da melhor qualidade possível dentro das limitações tecnológicas, para evitar que ruídos, até mesmo aqueles gerados pelo computador (ventoinhas e o plugue do microfone, por exemplo), contaminem a gravação e prejudique a análise acústica do sinal da fala.

Para exemplificar como algumas mudanças na forma de coleta podem interferir na qualidade do áudio, a Figura 1 apresenta dois oscilogramas e espectrogramas da gravação da palavra “sociofonética” realizada por um dos autores, primeiramente utilizando um microfone dinâmico USB conectado a um laptop em uma sala razoavelmente silenciosa, sem graves ruídos audíveis; e depois com o mesmo equipamento, porém em uma cabine acústica. É possível ver que os trechos iniciais e finais, em que há silêncio por parte do locutor, estão preenchidos por ruídos na primeira imagem (com oscilação na forma de onda da imagem superior e sombras cinzas no espectrograma da imagem inferior), enquanto a segunda imagem apresenta bem menos oscilações na forma de onda e quase nenhum sombreamento no espectrograma. Na primeira imagem ainda é possível demarcar as fronteiras dos segmentos e analisar a maioria dos parâmetros acústicos, porém com menor exatidão do que na segunda imagem. Os ruídos contaminam o sinal da fala, podendo dificultar a identificação de trechos de fronteira entre segmentos, e até mesmo, em casos extremos, prejudicando possíveis medições de interesse, principalmente se forem sobre a qualidade espectral da fala (como os formantes de vogais).

Figura 1 - Oscilogramas e espectrogramas da palavra “sociofonética” gravada primeiramente com microfone USB em sala silenciosa (acima) e depois com o mesmo equipamento em cabine acústica (abaixo)



Fonte: autores (2024).

Outro cuidado metodológico diz respeito ao *corpus* a ser coletado. Enquanto pesquisas sociolinguísticas buscam coletar dados de fala (semi-)espontânea, a fim de eliciar uma fala natural, a coleta fonética é normalmente laboratorial, com coletas que forcem

o participante a produzir os elementos-chave a serem analisados. É comum que pesquisas fonéticas envolvam a leitura de trechos de textos, ou até mesmo a leitura de palavras-chave em listas ou inseridas em frases-veículo⁵⁴. Isso serve para garantir que o que precisa ser analisado será necessariamente dito pelo participante, controlando o contexto fonético-fonológico em que esses elementos serão produzidos, e certificando que as produções de diferentes participantes serão semelhantes o suficiente para serem comparadas com rigor experimental e, conseqüentemente, com confiança e credibilidade. Um ponto de equilíbrio entre essas duas modalidades de coleta seria uma gravação (semi-)espontânea típica da sociolinguística, porém encerrada apenas quando um certo número de elementos a serem analisados por participante surgisse durante as entrevistas. Outra opção seria uma entrevista um pouco mais guiada, com temas e perguntas que naturalmente suscitem palavras ou frases de interesse para as análises. Por fim, nada impede que, após uma entrevista sociolinguística, sejam feitas coletas mais laboratoriais, e que os dados dos dois tipos de coleta se complementem e sejam utilizados nas análises.

EXEMPLOS DE ESTUDOS

Um estudo que ilustra o desafio de se realizar uma coleta que contemple tanto os preceitos da sociolinguística como os da fonética é o de Araujo (2020), posteriormente reanalisado em Lima Jr. e Araujo (2022). O objetivo do trabalho era investigar a produção das vogais altas /i/ e /u/ em sílabas postônicas finais no falar popular de

54

Frases-guia buscam controlar o contexto fonético-fonológico ao redor das palavras-chave ao mesmo tempo em que uniformizam o padrão entonacional em que a palavra-chave é pronunciada. Alguns exemplos de frases-guia utilizadas em português são "Diga *token* baixinho" e "Diga *token* para Fulano e *token* para Siclano".

fortalezenses. O ponto de partida foram gravações do corpus Norma Oral do Português Popular de Fortaleza-CE (NORPOFOR) (ARAÚJO; VIANA; PEREIRA, 2018), coletado entre 2003 e 2006 para fins de análises variacionistas. O *corpus* é composto por gravações de 198 participantes, fortalezenses natos ou que vieram morar nessa cidade com, no máximo, cinco anos de idade, que possuem pais cearenses, que nunca se ausentaram de Fortaleza por um período superior a dois anos consecutivos, e que mantinham residência fixa na capital cearense. Os participantes estão estratificados de acordo com o sexo (masculino e feminino), faixa etária (I – 15 a 25 anos, II – 26 a 49 anos, e III – a partir dos 50), e o grau de escolaridade (A – 0 a 4 anos de estudos formais; B – 5 a 8 anos de estudos; e C – 9 a 11 anos); e há três tipos de registro no *corpus*: Diálogo entre Informante e Documentador (DID), Diálogo entre dois Documentadores (D2), e Elocução Formal (EF). Em outras palavras, trata-se de um *corpus* precioso do falar fortalezense por sua extensão e por seus cuidados metodológicos.

O apagamento de vogais átonas do português, e consequente rressilabificação das palavras, é um fenômeno emergente e, portanto, gradiente. Palavras como ‘espera’ e ‘chave’ podem ser pronunciadas com uma gama de possibilidades entre a pronúncia total das vogais, como em [es'pɛrɐ] e [ˈʃavɛ], e o apagamento total das vogais átonas, [ˈspɛrɐ] e [ʃav], incluindo produções intermediárias como [ɪs'pɛrɐ] ou [ɪs'pɛrɐ] e [ˈʃavɪ] ou [ˈʃavɪ], além daquelas não representáveis por símbolos fonéticos. Em muitos casos, mesmo com uma coleta laboratorial bastante controlada, não é tão fácil determinar se há ou não há a produção dessa vogal de fato, e muito menos estabelecer de maneira categórica a natureza dessa vogal, pela sobreposição de gestos articulatórios e desvozeamento da vogal átona (DIAS; SEARA, 2013; MENESES, 2016; GUZZO; GARCIA, 2021; SILVA; LIMA JR., 2021).

O propósito inicial do trabalho de Araujo (2020) era investigar possíveis gradiências na redução/apagamento das vogais

átonas finais de fortalezenses; contudo, as gravações do *corpus* utilizado têm limitações que impediram esse olhar, em especial a quantidade de ruído presente nas gravações, que não impedem a maior parte das análises variacionistas, mas impedem a visualização clara de formantes vocálicos nos espectrogramas. Outra limitação é que não há o controle sobre a quantidade e tipo de palavras com vogais /i/ e /u/ átonas finais ditas por cada participante, já que as coletas foram de falas (semi-)espontâneas (entrevistas semiestruturadas). Mesmo assim, foi possível realizar uma análise sociofonética ignorando a gradiência do fenômeno, atribuindo para /i/ e /u/ pos-tônico final o rótulo de “produzido” ou “apagado”, mediante a constatação de vestígios, mesmo que mínimos, de vozeamento no oscilograma e no espectrograma.

Essa classificação foi utilizada na análise de 50 palavras de conteúdo, paroxítonas, com sílaba final do tipo CV, sendo 25 terminadas em /i/ e 25 terminadas em /u/ por gravação, em um total de 16 gravações divididas entre homens e mulheres, e entre os níveis extremos de escolaridade e de faixa etária. Isso gerou um total de 800 palavras analisadas, 400 terminadas em /i/ e 400 em /u/. Em Lima Jr. e Araujo (2022), esses dados foram reanalisados com um modelo de regressão logística bayesiana⁵⁵, tendo como variáveis sociais a faixa etária, a escolaridade e o sexo dos participantes; e como variáveis linguísticas a consoante precedente, a vogal da sílaba tônica, o número de sílabas, e a frequência das palavras. Os resultados mostraram que houve mais apagamentos do que produção das vogais em foco; houve mais apagamento nas palavras terminadas em /i/ do que em /u/, conforme previam estudos anteriores; o aumento no número de sílabas aumenta a probabilidade de apagamento; e a consoante

55

A regressão logística é um modelo estatístico que estima a probabilidade de ocorrência de algum fenômeno, neste caso, a probabilidade de apagamento da vogal átona. A abordagem bayesiana, entre outras características, estima a probabilidade de ocorrência do fenômeno diante dos dados, e não a probabilidade dos dados diante de uma hipótese nula, típica da estatística frequentista.

precedente desvozeada aumenta a probabilidade de apagamento. As demais variáveis não apresentaram efeitos com credibilidade.

Um exemplo de estudo sociofonético no Brasil em que a gradência do fenômeno pôde ser analisada é o de Oushiro (2019), no qual foi analisada a variação na altura de vogais médias pretônicas de 32 migrantes paraibanos e alagoanos (i.e., de regiões com possível rebaixamento vocálico em r[ɛ]médio e m[ɛ]lhor, e m[ɔ]toca e pr[ɔ]jeto, por exemplo) morando em São Paulo, onde há a tendência do uso de médias altas em r[e]médio e m[e]lhor, e m[o]toca e pr[o]jeto. A situação de contato dialetal pode levar à emergência de mudanças sutis, graduais e dinâmicas na fala de migrantes, sendo comum o relato de “migrantes que dizem ter sido admoestados por conterrâneos pelo fato de terem ‘mudado seu modo de falar’, mas que, para os ouvidos da nova comunidade, ainda têm ‘um forte sotaque’” (OUSHIRO, 2019, p. 159). Sendo assim, o estudo investigou a pronúncia dessas vogais pretônicas por meio dos valores contínuos de F1, que é o parâmetro acústico relativo à percepção de altura vocálica, em vez de uma categorização binária do tipo “alta” vs. “baixa”.

Para isso, a pesquisadora utilizou tanto ferramentas conhecidas entre sociolinguistas, como o programa ELAN (HELLWIG; GEERTS, 2018) para transcrições das gravações; mas também ferramentas corriqueiras de foneticistas, como o PRAAT (2023) para extração dos valores de F1 e F2 das vogais a serem analisadas. Foram analisados 50 dados de /e/ e 50 de /o/ por gravação, em um total de 39 gravações, 32 de migrantes da Paraíba e Alagoas, e 7 de paulistanos, como controle. Os valores de F1 das vogais foram utilizados como variável resposta em modelos de regressão linear de efeitos mistos⁵⁶ diante das variáveis preditoras sexo/gênero, faixa etária,

56 Uma regressão linear é um modelo estatístico que estima prováveis efeitos de variáveis preditoras (ou independentes) sobre uma variável resposta (ou dependente). Um modelo com efeitos mistos adiciona a informação de que há variância intrínseca de participantes, visto que cada participante contribuiu com mais de um dado.

escolaridade, idade de migração, tempo de residência em São Paulo, e motivo da migração. Dessas, apenas a idade de migração mostrou um efeito significativo sobre a altura das vogais médias pretônicas: “tanto para a vogal /e/ quanto para a vogal /o/, observou-se que os alagoanos e paraibanos que chegaram mais cedo a São Paulo (até os 17 anos) realizam suas vogais de modo significativamente menos baixo comparativamente àqueles que migraram mais tarde” (OUSHIRO, 2019, p. 177).

Como exemplo recente de estudo sociofonético que examinou diversos parâmetros acústicos, Pinheiro (2022) analisou a prosódia de 22 alagoanos migrantes em Campinas (SP), em comparação a uma amostra controle de 9 falantes oriundos de Campinas, por meio de 17 parâmetros prosódicos distintos, sendo 8 rítmicos e 9 entonacionais. Os dados, advindos de entrevistas sociolinguísticas, tiveram seus parâmetros acústicos extraídos com o programa PRAAT (2023). As análises por meio de modelos de regressão de efeitos mistos mostraram diferenças significativas em oito variáveis, duas rítmicas e seis entonacionais, com correlação destas com a idade de migração (quanto menor a idade de migração, maior semelhança à prosódia paulista). Assim como no estudo de Oushiro (2019), não houve efeito para tempo de residência em SP.

Outros exemplos de estudos sociofonéticos recentes conduzidos no Brasil incluem a comparação prosódica dos dialetos de Belém e Macapá por meio da medição da frequência fundamental (f_0) (LEMOS; BRITO, 2020); a verificação do quanto os brasileiros são capazes de identificar suas próprias variedades regionais a partir apenas da informação entonacional (PERES, 2017) e a partir do /s/ posvocálico com ou sem palatalização (ROCHA; PACHECO, 2022); a identificação de uma queda tonal típica em declarativas no dialeto *manezinho* de Florianópolis (SEARA; SOSA, 2017); a investigação da variação de vogais pretônicas em uma cidade no norte do estado do Espírito Santo, na fronteira com Minas Gerais e Bahia (MEIRELES; GAMBARINI; SCHERRE, 2017); a avaliação da influência do

estilo de leitura nas medidas formânticas, de duração e de ênfase espectral em vogais tônicas e pretônicas (MIRANDA *et al.*, 2017); a avaliação da percepção de cariocas sobre a inserção social de indivíduos com base nas variações da pronúncia de /s/ e /r/ em coda (MELO, 2022); e a análise acústica do /l/ de brasileiros em comunidade dialetal influenciada pelo polonês como língua de imigração (ROSINSKI; FERREIRA-GONÇALVES, 2022); entre outros. Por fim, vale ressaltar que a sociofonética tem sido bastante utilizada pela Linguística Forense na identificação de locutores (e.g., GONÇALVES; BRESCANCINI, 2014; GONÇALVES, 2017; VIEIRA, 2017).

CAMINHOS FUTUROS

As análises acústicas descritas nas duas seções anteriores são as mais comumente utilizadas por tratar-se de métodos com alto poder analítico acoplado a baixo custo operacional. Diante de uma gravação com qualidade passível de análise acústica, apenas um computador com o programa gratuito PRAAT (2023) é suficiente para se conduzir as análises. Um caminho futuro da sociofonética envolve não apenas atrair foneticistas para a sociolinguística, mas também promover a capacitação de sociolinguistas em análise acústica. Atualmente há diversos materiais escritos em língua portuguesa sobre análise acústica, como os de Barbosa e Madureira (2015), Silva *et al.* (2019) e Barbosa (2022).

Análises articulatórias serão muito bem-vindas para analisar detalhes que acabam se perdendo ou ficando sobrepostos na análise acústica. Análises articulatórias, no entanto, envolvem equipamentos de coleta de dados mais custosos, tais como ultrassom, eletropalatógrafo, e EMA (*electro-magnetic articulography*). Há no Brasil crescentes estudos com ultrassonografia na área da fonoaudiologia (e.g., OLIVEIRA; BERTI, 2022) e, mais incipientemente, na área de

aquisição de línguas (e.g., SILVA-GARCIA; LEMES; FERREIRA-GONÇALVES 2021), que podem contribuir para o início da utilização dessa técnica na sociofonética.

Pela natureza de seus dados, a fonética inevitavelmente utiliza-se de análises quantitativas de dados, o que vai ao encontro do movimento natural das investigações variacionistas. Um caminho atual e que deve se manter no futuro é o da capacitação de pesquisadores para realizar suas próprias análises em programas de estatística como o R (R CORE TEAM, 2022). Investir em conhecimento estatístico liberta o pesquisador de programas que fazem análises (semi-)automáticas, como o Varbrul/Goldvarb, proporcionando-lhe maior poder de decisão, e maior controle e entendimento sobre suas análises. Outra tendência atual que também deve permanecer para o futuro é a utilização cada vez maior de modelos de regressão em vez de testes de hipótese nula, principalmente os modelos de efeitos mistos (também chamados de modelos hierárquicos, aninhados, multinível, ou com efeitos aleatórios), por seu maior poder inferencial (e.g., GODOY; NUNES, 2020; LIMA JR.; GARCIA, 2021). O próximo passo, ainda pouco explorado na sociofonética brasileira, é o da utilização da inferência bayesiana (GARCIA; LIMA JR., 2021), que olha para a probabilidade das hipóteses diante dos dados (em vez da tradicional probabilidade dos dados diante da hipótese nula da estatística frequentista), e que traz resultados em distribuições probabilísticas em vez de valores pontuais (*point estimates*), além de permitir que conhecimento prévio de estudos anteriores sejam informados ao modelo. Um exemplo de análise bayesiana sociofonética é o estudo de Lima Jr. e Araujo (2022).

Por fim, a pandemia de COVID-19 demonstrou a necessidade de coletas de dados remotas, que, superada a crise sanitária, se estabelece como uma possibilidade de alcance maior. Um desafio dessa modalidade de coleta de dados para a sociofonética é a qualidade da gravação. Sendo assim, é necessário que os participantes sejam bem instruídos quanto à necessidade de realizarem suas

gravações em ambiente silencioso, com o mínimo de ruído possível, e utilizando o melhor equipamento disponível, priorizando, por exemplo, fones de ouvido em vez de microfones embutidos. Ao escolher o programa em que a gravação será realizada, é importante verificar se a gravação será captada em mono, com as taxas de amostragem e de quantização mencionadas na seção de Questões Metodológicas, e armazenada em arquivo .wav. Alternativas atuais incluem ensinar os participantes a gravar com o PRAAT (2023), ou montar o experimento no Gorilla (Caudron Science Team, 2023), cuja interface é totalmente *on-line* e não exige instalação de programas por parte dos participantes.

Um caminho futuro para a ciência como um todo e que resolve as questões levantadas nesta seção é a colaboração de equipes de pesquisadores. Uma rede de pesquisa que envolva, em um mesmo projeto, especialistas da sociolinguística, da fonética e da análise quantitativa de dados linguísticos desde a concepção da pesquisa até a coleta e análise tem um potencial sem medidas de contribuições valiosas para a área.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. A.; VIANA, R. B. M.; PEREIRA, M. L. de S. O banco de dados NORPOFOR. *In*: ARAUJO, A. A.; VIANA, R. B. M.; PEREIRA, M. L. de S. (Orgs.). **Fotografias sociolinguísticas do falar de Fortaleza-CE**. Fortaleza: EdUECE, 2018. p. 15-65.

ARAUJO, F. A. da S. **Produção das vogais altas /i/ e /u/ em sílabas postônicas finais no falar popular de fortalezenses**. 2020. 85 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

AUDACITY TEAM. **Audacity**: Free Audio Editor and Recorder. (Versão 3.0). <https://audacityteam.org/>, 2022.

BARBOSA, P. **Manual de prosódia experimental**. Campinas: Editora da Abralín, 2022.

BARBOSA, P. A.; MADUREIRA, S. **Manual de fonética acústica experimental: aplicações a dados do português**. São Paulo: Cortez editora, 2015.

BECKNER, C.; BLYTHE, R.; BYBEE, J.; CHRISTIANSEN, M.; CROFT, W.; ELLIS, N.; HOLLAND, J.; KE, J.; LARSEN-FREEMAN, D.; SCHOENEMANN, T. Language is a Complex Adaptive System: Position Paper. **Language Learning**, v. 59, n. 1, p. 1-26, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9922.2009.00533.x>. Acesso em: 02 abr. 2023.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. **Praat: doing phonetics by computer**. (Versão 6.3). <http://www.praat.org>, 2023.

CAMPOS ROCHA, W. J.; PACHECO, V. Entre sibilos e chiados do /s/ em coda silábica: um estudo sociofonético de percepção dialetal na Bahia. **Organon**, Porto Alegre, v. 37, n. 73, p. 80-101, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/122778>. Acesso em: 8 abr. 2023.

CHAMBERS, J. **Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance**. 1ª Ed. Oxford, 1995.

DESCHAIES-LAFONTAINE, D. **A sociophonetic study of a Quebec French community: Trois-Rivieres**. 1974. 390 p. Tese (Doutorado em Fonética) - Departamento de Fonética, University College of London, Londres, 1974. Disponível em: https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1541023/1/Deshaies-Lafontaine_453509.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

DIAS, E.; SEARA, I. Redução e apagamento de vogais átonas finais na fala de crianças e adultos de Florianópolis: uma análise acústica. **Letrônica**, v. 6, n. 1, p. 71-93, 2013.

FOULKES, P.; DOCHERTY, G. The social life of phonetics and phonology. **Journal of Phonetics**, v. 34, n. 4, p. 409-438, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.wocn.2005.08.002>. Acesso em: 02 nov. 2022.

GARCIA, G. D.; LIMA JR., R. M. Introdução à estatística bayesiana aplicada à linguística. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 2, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1914>. Acesso em: 05 abr. 2023.

GODOY, M. C.; NUNES, M. A. Uma comparação entre ANOVA e modelos lineares mistos para análise de dados de tempo de resposta. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 1, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1388>. Acesso em: 02 abr. 2023.

GONÇALVES, C. S. Taxa de elocução e taxa de articulação em corpus utilizado na perícia de comparação de locutores. **Letras de Hoje**, v. 52, n. 1, p. 15–25, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2017i.25540>. Acesso em: 12 fev. 2023.

GONÇALVES, C. S.; BRESCANCINI, C. R. Considerações sobre o papel da sociofonética. **Language and Law / Linguagem e Direito**, v. 1, n. 2, p. 67–87, 2014.

GORILLA Experiment Builder. Disponível em: <https://gorilla.sc/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

GUZZO, N.; GARCIA, G. D. Gradience in prosodic representation: vowel reduction and neoclassical elements in Brazilian Portuguese. **Glossa: a journal of general linguistics**, v. 6, n. 1: 74. Disponível em: <https://doi.org/10.5334/gjgl.1413> Acesso em: 04 abr. 2023.

HELLWIG, B.; GEERTS, J. ELAN – Linguistic Annotator. (Versão 5.4.) Disponível em: <http://www.mpi.nl/corpus/manuals/manual-elan.pdf>, 2018.

LABOV, W. **The social stratification of English in New York City**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

LARSEN-FREEMAN, D. Chaos/Complexity Science and Second Language Acquisition. **Applied Linguistics**, v. 18, n. 2, p. 141–165, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/applin/18.2.141>. Acesso em: 02 fev. 2023.

LARSEN-FREEMAN, D.; CAMERON, L. **Complex Systems and Applied Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LEMOIS, R. L. e; BRITO, C. R. dos S. Estudo sociofonético do português falado na Amazônia: uma comparação interdialetoal entre Belém e Macapá. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 124–145, 2020.

LIMA JR., R. M.; ARAUJO, F. A. da S. Produção das vogais altas em sílabas postônicas finais no falar popular de fortalezenses. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 64, n. 00, p. e022017, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8665661>. Acesso em: 02 abr. 2023.

LIMA JR., R. M.; GARCIA, G. D. Diferentes análises estatísticas podem levar a conclusões categoricamente distintas. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 1, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1790>. Acesso em: 31 mar. 2023.

LOPES DE MELO, M. A. S. Padrões de avaliação de duas variáveis sonoras na comunidade de fala do Rio de Janeiro: uniformidade ou diferentes tendências? **Organon**, Porto Alegre, v. 37, n. 73, p. 102-124, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/organon/article/view/122804>. Acesso em: 02 abr. 2023.

MEIRELES, A. R.; GAMBARINI, V. de P.; SCHERRE, M. M. P. Análise acústica e sociolinguística das vogais médias pretônicas faladas em Montanha – ES. **Letras de Hoje**, v. 52, n. 1, p. 58-67, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2017i.25360>. Acesso em: 01 abr. 2023.

MENESES, F. de O. **Uma visão dinâmica dos processos de apagamento de vogais no português brasileiro**. 2016. 140f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

MIRANDA, I. I.; YACOVENCO, L. C.; TESCH, L. M.; MEIRELES, A. R. A variação estilística em diferentes situações de leitura: variedade capixaba. **Letras de Hoje**, v. 52, n. 1, p. 68-76, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2017i.25393>. Acesso em: 01 abr. 2023.

OLIVEIRA, A. M. de; BERTI, L. C. Contorno de língua de crianças brasileiras com desvio fonológico: medidas de duração e deslocamento da língua. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 66, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fcilar.unesp.br/alfa/article/view/13296>. Acesso em: 02 abr. 2023.

OUSHIRO, L. Questões e métodos: vogais médias pretônicas na fala de migrantes nordestinos em situação de contato dialetal. In: VIEIRA, M. dos S. M.; WIEDEMER, M. L. (Orgs.). **Dimensões e experiências em Sociolinguística**. 1ed. São Paulo: Blucher, 2019, v. 1, p. 157-187.

OUSHIRO, L.; MENDES, R. B. O apagamento de (-r) em coda nos limites da variação. **Veredas (UFJF. Online)**, v. 18, p. 251-266, 2014.

PERES, D. O. A identificação das variedades regionais do português brasileiro através da informação entoacional. **Letras de Hoje**, v. 52, n.1, p. 40-50, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2017i.25408>

PINHEIRO, G. de C. **The prosody of speech in a dialect contact situation [recurso eletrônico]: a sociophonetic study of the speech of Alagoan migrants in São Paulo**. 2022. 158f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

PRESTON, D. R.; NIEDZIELSKI, N. (Eds.). **A reader in sociophonetics**. 1º Ed. Haia, 2010.

ROCHA, W. J. C.; PACHECO, V. Entre sibilos e chiados do /s/ em coda silábica: um estudo sociofonético de percepção dialetal na Bahia. **Organon**, Porto Alegre, v. 37, n. 73, p. 80-101, jan/jun. 2022.

ROSINSKI, A.; FERREIRA-GONÇALVES, G. Análise acústica de // pré e pós-vocálico do português brasileiro: descrição com base na influência do polonês como língua de imigração. **Organon**, Porto Alegre, v. 37, n. 73, p. 224-244, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/organon/article/view/122560>. Acesso em: 01 abr. 2023.

SEARA, I. C.; SOSA, J. M. A identidade dialetal do “manezinho” com foco em características entonacionais. **Letras de Hoje**, v. 52, p. 51-57. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2017i.25401>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SILVA, A. R. S.; LIMA JR, R. M. Efeito de tonicidade e vozeamento na redução da vogal /i/e efeito da redução sobre a duração da consoante precedente. **Gradus-Revista Brasileira de Fonologia de Laboratório**, v. 6, n. 1, p. 11-26, 2021.

SILVA, T. C.; SEARA, I.; SILVA, A.; RAUBER, A. S.; CANTONI, M. **Fonética Acústica: os sons do português brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

SILVA-GARCIA, L.; LEMES, M. K.; FERREIRA-GONÇALVES, G. Ultrassonografia de língua na aquisição de língua estrangeira. *In*: FERREIRA-GONÇALVES, G.; BRUM-DE-PAULA, M. R. **A ultrassonografia e os gestos da fala**. São Carlos - SP: Pedro & João Editores, 2021. p. 67-94.

THOMAS, E. R. **Sociophonetics: an introduction**. 1. Ed. Londres. 2011.

THOMAS, E. R. Sociophonetics. *In*: CHAMBERS, J.K.; SCHILLING, N. (eds). **The Handbook of Language Variation and Change**. New Jersey: Wiley-Blakwell, 2013. p. 108-127.

VIEIRA, R. C. Contribuições dos estudos sociofonéticos para a identificação de falantes. **Intercâmbio**, v. 36, p. 86-102, 2017. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/35760>. Acesso em: 08 abr. 2023.



7

Leandro Silveira de Araujo

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA PARA A GRAMATICOGRAFIA

DOI: [10.31560/pimentacultural/2024.99239.7](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2024.99239.7)

INTRODUÇÃO

A presente discussão⁵⁷ visa a (i) refletir sobre como o processo de gramatização desenvolve-se na comunidade linguística, *locus* de convívio e embates de muitas normas linguísticas, bem como (ii) ponderar sobre como a Sociolinguística impacta ou pode impactar a discussão sobre a normatização da língua portuguesa no Brasil.

Portanto, este capítulo revisa postulados importantes a respeito do conceito de normatização de línguas e elaboração de gramáticas (gramaticografia), isso para encontrar na Sociolinguística um importante direcionador do processo de gramatização das línguas na contemporaneidade. Para tanto, na primeira seção, revisamos os conceitos de gramática, gramaticografia e gramatização. Em seguida, passamos a refletir sobre o processo de criação e consolidação teórica e metodológica da Gramática Tradicional, para então, apresentarmos um panorama do desenvolvimento do pensamento linguístico no Brasil.

Uma vez localizado o momento histórico em que nos situamos e a partir do qual a Sociolinguística ganha espaço para interagir e contribuir para a gramatização no Brasil, conduzimos a reflexão a algumas discussões desenvolvidas em torno do conceito de Norma. Finalmente, passamos a refletir sobre o possível despertar de um novo paradigma gramatical, no qual a Sociolinguística, junto a outras disciplinas, ganha espaço na discussão sobre qual modelo de língua deve-se assumir na codificação do português brasileiro.

57

Este estudo desenvolve-se no âmbito do projeto "Mugra - Web-Museo da Gramática," financiado pela FAPEMIG

GRAMÁTICA E GRAMATIZAÇÃO

A relação existente entre língua, indivíduo e sociedade, já amplamente discutida dentro de muitos quadros teóricos da Linguística, também pode ser observada através da análise do desenvolvimento da consciência metalinguística de uma comunidade. Resultante de uma percepção mais racionalizada sobre a língua, a metalinguagem desponta, entre outros, por meio da gramática e pode ser avaliada, por exemplo, a partir dos muitos sentidos que uma comunidade atribui ao termo. Antunes (2007) debruça-se sobre a polissemia da palavra *gramática* e observa cinco principais valores atribuídos a ela:

- Gramática 1: conjunto de regras que definem o funcionamento de uma língua.
- Gramática 2: conjunto de normas que regulam o uso da norma culta.
- Gramática 3: uma perspectiva de estudo dos fatos da linguagem.
- Gramática 4: uma disciplina de estudo.
- Gramática 5: um compêndio descritivo-normativo sobre a língua.

A primeira acepção faz referência à ideia de gramática como sistema linguístico, isto é, o conhecimento do uso da língua adquirido por capacidades biossociais. Como tal, atrela-se à percepção de um todo da língua que permite a interação entre os indivíduos de uma comunidade. Por sua vez, na concepção 2, o termo faz referência apenas aos usos considerados aceitáveis na ótica da língua socialmente prestigiada, isto é, a norma culta ou a variedade de prestígio, avaliada como um padrão de correção e referência.

A definição 3 refere-se às abordagens científicas desenvolvidas pela Linguística nos seus muitos quadros teóricos, os quais procedem ao estudo da linguagem sob diferentes perspectivas, algumas “mais centradas na língua como sistema em potencial, como conjunto de signos” e outras “voltadas para os usos reais que os interlocutores fazem da língua, nas diferentes situações sociais de interação verbal” (ANTUNES, 2007, p. 31). Nessa concepção, inserem-se o gerativismo (gramática gerativa), o estruturalismo, o funcionalismo (gramática funcional) etc. A quarta aceção refere-se à disciplina escolar conhecida como “língua portuguesa”, em que a velha norma-padrão é apresentada e, quando muito, confrontada ao longo da formação do aluno na educação básica.

A quinta conceituação é a que mais interessa a este estudo, pois se relaciona à gramática como suporte da descrição da língua. Portanto, como um gênero do discurso, a gramática assume características composicionais, objetivos específicos e trará sempre limitações, posto que não é possível expor em um documento escrito e manuseável toda a dinâmica e complexidade das línguas – em constante feitura. Além disso, é importante observar que todas as outras aceções introduzidas previamente têm impacto nessa última, pois a gramática como instrumento escrito de referência propõe-se a descrever o conhecimento de uso de uma língua (gramática 1), dando especial atenção à sua variedade culta de prestígio (gramática 2), com orientação de algum referencial teórico desenvolvido pelos estudos linguísticos (gramática 3) e circula com maior especificidade no espaço escolar (gramática 4).

A proposição de manuais de gramáticas resulta de um movimento glotopolítico mais amplo na sociedade, o qual se denomina ‘estandardização’ e se caracteriza, segundo Haugen (1959), por um processo de planificação linguística que inclui a preparação de ortografia, gramáticas e dicionários para orientação dos escritores e falantes em uma comunidade. Monteagudo (1994, p. 145) chama de ‘codificação’ o “*registro e regularización da norma nos manuais, gramáticas,*

diccionarios, etc., por unha autoridade recoñecida, e que axuda a unificar e estabilizar a norma, que adoito está sometida a oscilacións".

O estudo do curso evolutivo do conhecimento linguístico é objetivo da Historiografía da Linguística (SWIGGERS, 2003) e, dentro dessa disciplina, encontra-se na gramática um relevante repositório que permite conhecer como se maturam as ideias linguísticas de uma sociedade. Por associação à lexicografia – disciplina dos estudos do léxico que se ocupa da proposição e análise de dicionários – a ‘gramaticografia’ será então o campo da Historiografía da Linguística que se voltará à abordagem da gramática, como instrumento de codificação linguística.

Com interesse em estudar o processo histórico que levou à consolidação da Gramática Tradicional e sua fomentação entre as sociedades ocidentais, Auroux (2014 [1992])⁵⁸ denominou de *gramatização* o processo de descrição e instrumentação de uma língua compondo seu saber metalinguístico, seja através da gramática ou do dicionário. Embora o termo empregado pelo autor se refira à análise de um período da história das gramáticas no ocidente, emprega-se o termo neste trabalho, por analogia, para referir-se extensivamente ao processo de instrumentação e descrição da língua através da gramática, inclusive nos dias atuais.

Apesar da função fundamentalmente pedagógica que a gramática nas línguas românicas assume – destinada aos que ainda não dominam a variedade de prestígio de uma língua –, sabemos que as primeiras análises gramaticais surgem da necessidade filológica de compreender textos antigos. Isso porque “em tempos remotos, nunca se teve espontaneamente a ideia de fazer uma *gramática* – um corpo de regras explicando como construir palavras, mesmo

58

Trata-se de uma exposição sintética das teses defendidas pelo autor nos tomos I e II da *Histoire des idées linguistiques*, publicados em 1989 e 1992, respectivamente. A primeira versão, traduzida por Eni Orlandi, veio a público em 1992 pela editora UNICAMP.

que sob a forma implícita de paradigmas – para aprender a falar” (AUROUX, 2014, p. 27).

A fim de melhor compreendermos o processo de formação da gramática como conhecemos hoje, passamos a uma breve reflexão sobre sua origem e desenvolvimento.

A GRAMÁTICA TRADICIONAL E SUA HISTÓRIA NO BRASIL

A gramática como instrumento que repercute no comportamento linguístico dos indivíduos de uma comunidade decorre, conforme explica Neves (2005), de um contexto histórico de transformação social:

A disciplina gramatical é uma criação da época helenística, a qual representa, em relação à época helênica, não apenas uma diferença de organização política e social (o fim das cidades-estados), mas também o estabelecimento de um novo estilo de vida, um novo ideal de cultura. Especialmente, verifica-se um esforço de pesquisa; reflete-se e exerce-se crítica sobre tudo o que ficara de séculos de criatividade. A atividade cultural se concentra nas bibliotecas e tem em vista primordialmente a preservação, para transmissão, da cultura helênica (NEVES, 2005, p. 111).

Sua construção resulta, portanto, de um esforço social maior de tentar recuperar a herança política, filosófica e artística que havia experimentado a Grécia em seu apogeu. Nesse movimento de apreço pelo passado, surge uma educação fundamentada na transmissão de um patrimônio literário criado pela filosofia helênica, de modo que a Gramática operou nesse contexto com um interesse filológico, cujo objetivo era conhecer a técnica helênica, prestigiada na sociedade helenística.

Desse modo, a gramática visava a facilitar o acesso aos primeiros poetas gregos, explicitando, por meio da pesquisa filológica, a língua desses autores e “protegendo-a da corrupção”, já que a língua falada cotidianamente nos centros do helenismo era considerada corrompida (NEVES, 2005). Assim, observa-se já na base da fomentação da gramática um conflito cultural e normativo que opunha a memória de uma língua (helênica) ao uso linguístico observado no cotidiano (helenístico) – este mais estigmatizado e menorizado, aquela tida como bela, perfeita e sem corrupção. Essa valoração à língua ideal e escrita permaneceu historicamente atrelada à Gramática, ao menos na sua versão Tradicional.

Leite (2007) observa, especialmente entre os séculos II a. C. e I d. C., uma mudança significativa quando ao objetivo que passa a adotar a gramática, assim:

Da concepção de “gramática como competência em matéria de textos”, em que as regras eram explicativas dos fenômenos ocorridos nos textos de cada autor, passou-se a “uma concepção de gramática como sistema da língua”, em que as regras eram resultantes de usos comuns e deviam tornar-se modelo para o uso comum, isto é, deviam tornar-se norma, padrão de correção (LEITE, 2007, p. 45).

A partir de então, a gramática assume um objetivo mais amplo e aplicado às demandas da sociedade em seu entorno, fomentando a codificação da língua em circulação – embora ainda orientada por princípios cultivados na abordagem inicial, quando a língua escrita dos autores clássicos fora considerada incorruptível e bela, ao passo que o uso cotidiano e falado fora tratado como cheio de desvios e incorreções. Desse modo, a gramática coloca-se em um paradoxo ao “impor regras para o uso da língua sem, no entanto, descrever, efetivamente, a língua em uso”. (LEITE, 2007, p. 48).

Dava-se início à construção do que hoje conhecemos como Gramática Tradicional, uma abordagem que se concentra nas normas

do bem falar e escrever, estipulando uma espécie de lei que regula o uso da língua. Assim, irá considerar como “erro” qualquer uso concreto que fuja os regulamentos de suas folhas.

Antunes (2007, p. 33) observa que essa gramática “focaliza as hipóteses de uso considerado padrão, fixando-se, assim, no conjunto de regras que marcam o que se considera o uso correto da língua”, por conseguinte, pautará como se deve dizer ou não. A RAE (2009) adiciona às características desse modelo o respaldo institucional que pode receber. Além disso, destaca que o adjetivo tradicional designa as características que remontam à tradição greco-latina, as quais chegaram em alguma de suas formas até a atualidade.

Investigando mais profundamente o Paradigma Tradicional de Gramatização, Vieira (2016, 2018) também identifica a criação de um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas corretas e legítimas, encontradas privilegiadamente na escrita literária pregressa, isto é, que compõe o cânone da literatura nacional em seu apogeu histórico. Assim, confunde “gramática, norma e língua, entendendo-as como objetos autônomos, homogêneos e estáticos, independentes de seus usuários e a serviço da expressão do pensamento” (VIEIRA, 2016, p. 22).

Segundo o autor, a Gramática Tradicional tomará a frase como unidade máxima de análise e se valerá de um “aparato categorial conceitual e terminológico comum, fixo e estanque”, que, como vimos, remonta à tradição clássica. Vieira (2018) sintetiza essa perspectiva normativa a partir de 22 características, das quais destacamos que:

1. A gramática constrói um modelo artificial ideal de língua.
2. A gramática, independentemente do seu uso escolar, tem função pedagógica.
3. A língua equivale à sua modalidade escrita.

4. Os usos que se afastam das formas legitimadas pela gramática são ignorados ou classificados como vícios.
5. As línguas das gerações pregressas é melhor que a das gerações atuais.
6. A gramática de uma língua se divide em fonologia, morfologia e sintaxe.
7. A gramática regula a língua, prescrevendo suas formas legítimas.
8. A gramática de uma língua é a gramática das frases (períodos) da língua, tomadas como unidade máxima de análise.
9. As categorias gramaticais são fixas, estanques e avessas a controvérsias.
10. Descrever uma língua se confunde com normatizá-la, prescrevê-la.
11. A melhor língua é a língua do colonizador.
12. A língua é um objeto autônomo, independente dos seus usuários.
13. A língua é homogênea e estática.
14. A língua literária é a mais bem elaborada e deve, portanto, servir de modelo. (VIEIRA, 2018, p. 235).

Se tomamos brevemente a *Gramática elementar da língua portuguesa*, de Said Ali (1965) para análise de características da abordagem Tradicional em seu texto, encontramos na introdução a afirmação de que a “Gramática Portuguesa é a exposição das regras que ensinam a falar e escrever corretamente a língua portuguesa, nascida em Portugal e há quatro séculos implantada no Brasil” (SAID ALI, 1965, p. 06). Notamos que, em um único parágrafo, ressalta-se aquilo que é correto associado ao viés pedagógico da proposta

("ensinam a falar e escrever corretamente"). Além disso, nessas mesmas linhas, observamos um saudosismo da língua originária, de importação ("nascida em Portugal e há quatro séculos implantada no Brasil"), aproximando o correto daquilo que é passado e distante.

Ainda na apresentação da gramática, o autor afirma voltar-se ao estudo da "fonética e fonologia", da "morfologia" e da "sintaxe", limitando-se, portanto, ao estudo da frase. O diálogo com a tradição greco-latina fica evidenciado, por exemplo, pela terminologia, ao apresentar as classes de palavras, os tipos de pronomes pessoais. Nota-se também o uso de uma interpelação deôntica ao afirmar, a exemplo, que "não se começa o discurso pelo pronome átono" (SAID ALI, 1965, p. 127).

Voltando-nos à abordagem histórica da construção da Gramática como instrumento, dirigimo-nos à sua história no Brasil e encontramos na periodização dos estudos linguísticos brasileiros, de Cavaliere (2001), a proposição de quatro principais etapas de formação das ideias linguísticas no país. No (i) 'período embrionário', desenvolvem-se os primeiros textos linguísticos brasileiros, incluindo desde o ano 1595, quando se publica a *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, até 1802, com a publicação do *Epítome da grammatica da língua portugueza*, de Antonio de Moraes Silva. Nessa fase, "os estudos filológicos em toda a sua extensão são esparsos e sem nenhum valor significativo como expressão do pensamento linguístico no Brasil" (CAVALIERE, 2001, p. 58).

O (ii) 'período racionalista', vigente entre os anos 1802 e 1881, é marcado pela tradição dos compêndios didáticos lusitanos que seguiam as bases das gramáticas latinas aplicadas ao vernáculo. Segundo Cavaliere (2001), observam-se "as primeiras manifestações do estudioso brasileiro sobre fatos da língua como expressão de uma nacionalidade emergente, sobretudo após a data expressiva da Independência" (CAVALIERE, 2001, p. 58). Destaca-se nesse

período o chamado “grupo maranhense”, no qual se incluíam Antônio Gonçalves Dias, Odorico Mendes e Francisco Sotero Reis, e vernaculistas como Charles Grivet, autor da *Grammatica analytica da língua portuguesa*, 1865.

Por sua vez, o (iii) ‘período científico’ inicia-se em 1881, com a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, e vai até 1941. Nessa etapa, observam-se “ecos dos estudos histórico-comparativistas europeus” (CAVALIERE, 2001, p. 59). A partir de um *corpus* de trabalho essencialmente literário – com domínio de clássicos portugueses –, volta-se à língua vernácula a partir de uma minuciosa pesquisa etimológica e do comparativismo típico da romanística europeia. São desse período os autores Máximo Maciel, Manuel Pacheco da Silva Jr., Lameira Andrade, Alfredo Gomes, Heráclito Graça, Eduardo C. Pereira, João Roberto e Said Ali.

Finalmente, o (iv) ‘período linguístico’ inicia-se em 1941, com a publicação dos *Princípios de lingüística geral*, de Mattoso Câmara, e permanece até a atualidade. A fase é marcada pela produção resultante da inserção da disciplina de linguística nos cursos de Letras no Brasil e se caracteriza pela maturação da Linguística no país e fomentação de estudos sobre a linguagem sob diferentes abordagens científicas. A esse respeito, Cavaliere (2001) afirma que “jamais anteriormente se dedicara atenção específica à teoria linguística, assim entendida como objeto desvinculado da análise do fato gramatical em português, ou mesmo da área mais abrangente da romanística” (CAVALIERE, 2001, p. 62).

Subdivide-se esse último período em duas fases. A primeira, denominada ‘estruturalista’, encerra-se em 1970 e ficou caracterizada como um período de transição e consolidação da Linguística no Brasil, representada, até então, pelos estudos estruturalistas. Como tal, se observou nessas três décadas uma “atmosfera densa e hostil, que encobre uma ‘guerra’ de interesses e prestígio entre filologia e linguística no Brasil” (CAVALIERE, 2001, p. 65).

Entre 1970 e 1980, inicia-se a fase denominada **diversificada**, a partir da qual novas correntes linguísticas são inseridas nos estudos brasileiros da linguagem. Experimenta-se desde então “uma nova ordem científica, em que a iniciativa pessoal cede espaço para grupos de trabalho organizados em nível nacional, invariavelmente vinculados aos programas de pós-graduação das universidades estatais”. Nota-se maior atenção ao estudo da oralidade – por projetos como o NURC – e a reflexão teórica sai “das entranhas da gramática, para expandir-se no ambiente sem fronteiras dos usos linguísticos” (CAVALIERE, 2001, p. 67).

Os fatos históricos encimados revelam que, até meados do século passado, a reflexão sobre língua no Brasil limitava-se preponderantemente aos impulsos teóricos e metodológicos da Gramática Tradicional, com pouca reflexão sobre as especificidades do funcionamento da língua portuguesa no país. Embora o período Linguístico fomentasse a reflexão sobre o português brasileiro, especialmente sobre a exegese estruturalista, a discussão sobre o funcionamento da língua sob pressupostos pragmáticos, discursivos e sociais só iria se consolidar ao fim do século passado, de modo que as contribuições da Sociolinguística – e de outras disciplinas com um olhar funcional sobre a língua – à gramatização do português brasileiro só começa a ser sentida efetivamente no presente século, com trabalhos como os de Maria Helena de Moura Neves, Mario Perini, Ataliba Teixeira de Castilho, Marcos Bagno etc.

Contudo, antes de refletirmos sobre esse novo paradigma gramatical, passemos por uma breve reflexão sobre como se desenvolveram no Brasil algumas reflexões sobre a normatização do português brasileiro sob a perspectiva Sociolinguística.

REFLEXÕES SOCIOLINGUÍSTICAS SOBRE A ESTANDARDIZAÇÃO NO BRASIL

A já conhecida divisão dos objetivos da Sociolinguística em micro e macro abordagens ajuda-nos a contextualizar o âmbito em que se desenvolve grande parte da discussão sobre standardização no quadro teórico da disciplina. Enquanto a micro Sociolinguística se interessa pelos aspectos sociais da linguagem, isto é, “analisa os efeitos dos fatores sociais sobre as estruturas linguísticas, utilizando-se para tanto de testes estatísticos” e debruçando-se objetivamente sobre a variação linguística (MONTEIRO, 2000, p. 26), a macro sociolinguística volta-se aos aspectos linguísticos da comunidade social, ou seja, “trata das relações entre a sociedade e as línguas como um todo” (MONTEIRO, 2000, p. 26), com suas questões políticas e sociológicas.

Labov (2008 [1972]) inclui a Sociologia da Linguagem nessa última abordagem, atribuindo-lhe o interesse pelos “fatores sociais de larga escala e sua interação mútua com línguas e dialetos”, o que se observa no estudo da “assimilação de línguas minoritárias, desenvolvimento do bilinguismo estável, padronização de línguas e o planejamento do desenvolvimento de língua em nações recém-surgidas” (LABOV, 2008, p. 215).

Calvet (2002 [1993]) adverte que essa divisão não deve ser concebida binariamente, pois se trata de abordagens que não raramente se complementam no estudo da linguagem como fenômeno essencialmente social. De fato, o estudo da normatização das línguas mostra como as duas abordagens podem se complementar. A fim de avançarmos um pouco mais sobre a contribuição da Sociolinguística à padronização das línguas, partimos para a reflexão sobre a Norma Linguística e sobre como tem sido debatida no cenário brasileiro.

Com esse propósito, esta discussão não poderia deixar de partir de Coseriu (1962), quem consolidou o conceito de Norma Linguística como “o simples costume, a tradição simples e constante, o elemento comum em todo o falar de uma comunidade considerada” (COSERIU, 1962, p. 96). Esse constructo teórico será entendido como o hábito resultante da negociação linguística em comunidade, o que a torna democrática e naturalmente comum aos falantes da língua. Somente a partir desse prisma é que se pode afirmar que a “norma impõe-se socialmente e culturalmente, variando, por outro lado, conforme a comunidade” (COSERIU, 1962, p. 98), posto que cada sociedade apresentará suas próprias demandas e acordos compartilhados.

Sob uma perspectiva antropológica, Aléong (2011, p. 143) parte do pressuposto de que a sociedade é mais que a soma de indivíduos, pois se organiza por princípios ou regras que enquadram e condicionam o comportamento individual. Essa regulação social impõe normas ou esquemas de comportamento aos integrantes da comunidade. A língua insere-se nessa organização social como parte de um conjunto de meios de interação simbólica, que compreendem especialmente aspectos não verbais, como gestos, vestimenta, estética corporal, o *savoir-vivre* em sociedade etc. Em outros termos, a vida em sociedade pressupõe um processo de socialização que nada mais é que a aquisição de toda a bagagem cultural e social que regula nossas interações – inclusive, linguísticas. A natureza dos contextos e as características dos falantes vão incidir sobre as escolhas linguísticas feitas.

Destaca-se que a língua se organizará a fim de suprir as demandas da interação com o outro, respeitando sua potencialidade de “marcar e apresentar a identidade do indivíduo e de seus *status* e papel”, bem como sublinhando uma distinção social ou uma solidariedade de uns em relação aos outros (ALÉONG, 2011, p. 145). Por isso, considera-se a norma da língua *variada* – em correspondência à heterogeneidade dos agrupamentos constitutivos da sociedade – e *relativa* – já que a valoração dos elementos só tem sentido inserida no grupo de indivíduos em que circula a língua.

Como desdobramento dessa discussão, Aléong (2011) propõe a dicotomia de duas normas relativas à língua: de um lado, as 'normas implícitas' e, de outro, as 'normas explícitas'. Aquelas definem-se pelo que temos denominado norma linguística segundo a ótica coseriana, isto é, "usos concretos pelos quais os indivíduos se apresentam em uma sociedade imediata", que raramente são "objeto de uma reflexão consciente ou de um esforço de codificação" (ALÉONG, 2011, p. 149). Por outro lado, com 'norma explícita', faz-se referência ao "conjunto de formas linguísticas que são objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de prescrição". Assim, impõem-se socialmente "como o ideal a respeitar nas circunstâncias que pedem um uso monitorado da língua" (ALÉONG, 2011, p. 149). Essa dicotomização permite contemplar duas práticas em torno da língua, a primeira relativa à experiência empírica com ela e a segunda resultante de uma reflexão metalinguística. Quanto mais distantes, menor é a eficiência da norma explícita em cumprir seu propósito. Portanto, julgamos encontrar na Sociolinguística uma aliada importante na promoção da aproximação da tradição codificadora com a realidade observada nas normas implícitas.

A fim de verificar como os estudos linguísticos brasileiros inserem-se nessa discussão, partimos de Bagno (2003, 2019), quem problematiza o conceito de norma culta por envolver concepções normativas ambíguas. O autor observa que, tanto na tradição prescritiva quanto na linguística, atribui-se o mesmo qualificador 'culto' para a norma explícita e para a norma implícita. De um lado, a Gramática Tradicional descreve a norma culta como "a língua ideal, baseada (supostamente) no uso dos grandes escritores (do passado, de preferência), um modelo abstrato (que não corresponde a nenhum conjunto real [...])" (BAGNO, 2003, p. 50) – conforme já discutimos na seção anterior.

Por outro lado, Bagno (2019) também nota o uso do termo culta nas constatações de trabalhos linguísticos, para referir-se, contudo, à "linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que

pertencem aos segmentos mais favorecidos de nossa população”, isto é, com “escolaridade superior completa e antecedentes biográfico-culturais urbanos” (BAGNO, 2019, p. 51). Nesse caso, o uso do adjetivo ‘culto’ passa a assumir uma conotação que faz referência a uma realidade possível da norma implícita, pertencente à parcela da sociedade com acesso aos bens da cultura letrada.

Em ambos os usos do adjetivo ‘culto’, nota-se, contudo, um longo processo de impregnação ideológica que merece ser criticado, posto que insinua que o que foge a ele seria inculto⁵⁹. O autor propõe uma terminologia que distingue as duas acepções. Dessa maneira, a conceituação normativa explícita, isto é, o que apresenta idealmente uma língua certa, seria chamada de norma-padrão por envolver o tratamento daquilo que está acima das atividades linguísticas dos falantes. Trata-se de uma norma no sentido mais jurídico do termo: lei, regra compulsória imposta de cima para baixo, decretada por pessoas ou instituições (BAGNO, 2019). A norma-padrão encontra, portanto, lugar na Gramática Tradicional.

Por sua vez, a norma implícita tida como culta deveria ser chamada de Variedade Urbana de Prestígio por se referir a variedades linguísticas empregadas por cidadãos de alta escolarização e vivência urbana, em contexto de monitoramento linguístico – como as experiências acadêmicas, jurídicas, jornalísticas etc. A codificação dessa norma, por sua vez, resultaria de pesquisas empíricas sobre o funcionamento da língua em uma ou mais variedades dialetais e estaria, portanto, mais sujeita à contribuição da Sociolinguística no processo de sua codificação, à medida que essa disciplina dispõe de referencial teórico e metodológico que permite conhecer e descrever a variedade de prestígio.

59

Há de se considerar que numa perspectiva sociológica “não existe ser humano que não esteja vinculado a uma cultura, que não tenha nascido dentro de um grupo social com seus valores, suas crenças, seus hábitos, seus preconceitos, seus costumes, sua arte, sua técnica, sua língua...” (BAGNO, 2019, p. 55).

Por fim, o autor dedica atenção às variedades que fogem aos dois termos propostos (Norma-Padrão e Variedades Urbanas de Prestígio) por serem consideradas mais populares e, assim, propõe denominá-las de Variedades Rurbanas Estigmatizadas, isto é, comunidades que, mesmo presente em ambiente urbano, conservam traços culturais (e linguísticos) próprios da vida rural – prevalecendo especialmente nas periferias empobrecidas dos grandes centros.

Cabe ainda revisar o tratamento dado por Faraco (FARACO, 2008; FARACO; ZILLES, 2017) à conceituação da norma linguística, para quem o conceito faz referência a um “conjunto de fenômenos linguísticos que são correntes, costumeiros, habituais, numa dada comunidade de fala [...]” (FARACO, 2008, p. 35) e que deve ser compreendido dentro de um contexto sociocultural, que agrega valores às formas comuns da língua. Assim, norma equivale, para o autor, a toda e qualquer variedade linguística, em sua fluidez, dinâmica própria no universo das inter-relações sociais. Tratada como Norma Normal, resulta do “como se diz” habitualmente numa determinada comunidade (FARACO; ZILLES, 2017, p. 12).

Ocorre, contudo, que há variedades que exercem maior força referencial pelo prestígio que possuem frente às demais. Essas variedades prestigiadas são praticadas “pelas populações tradicionalmente urbanas, situadas na escala de renda de média para alta e que, por isso, têm garantido para si, historicamente, bons níveis de escolaridade e acesso aos bens da cultura escrita” (FARACO, 2008, p. 44). Esse prestígio é igualmente construído em sociedade e fica explícito, por exemplo, pelo acolhimento dessa norma nos meios de comunicação, dando-lhe ampla audibilidade e ressonância sobre as demais variedades normais. Para o autor, a norma normal em destaque social pode ser chamada de norma culta e deve ser considerada mais uma das variedades da língua.

Um terceiro conceito é ainda abordado, trata-se norma-curta, que, em suas próprias palavras, é “uma concepção que apequena

a língua, que encurta sua riqueza, que não percebe que o uso tem abundância de formas alternativas” (FARACO, 2008, p. 64). Esse tratamento normativo aproxima-se do que Bagno (2003, 2019) chama de norma-padrão, pois:

[...] não é propriamente uma variedade da língua, mas um constructo sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização. Codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização (FARACO, 2008, p. 73).

Refere-se a uma postura dogmática sem respaldo em fatos propriamente linguísticos, que sustenta “uma nociva cultura do erro e tem impedido um estudo adequado da nossa norma culta” e de outras normas. Desse modo, essa concepção normativa equivale a um conjunto de preceitos que definem o chamado bom uso, e que visa impor “como se deve dizer”. Também chamada de Norma Normativa, observamos nela uma tentativa de regulamentar a língua através de um ideal de uso, posto como normativo, preceituado e prescritivo (FARACO; ZILLES, 2017, p. 12).

A síntese da discussão revela, de um lado, a existência de uma norma normativa, conhecida como norma-padrão, ou, criticamente, como norma curta, já que, de tão distante da realidade da experiência linguística social, torna-se oculta e reservada apenas a alguns selecionados na sociedade, os que desejam impô-la a qualquer preço – mesmo que seu valor seja muito mais simbólico que efetivamente comunicativo. Essa é a norma que por muito tempo orientou a codificação do português e que se associa à Gramática Tradicional.

Por outro lado, vimos surgir e amadurecer o estudo do modo de estruturar naturalmente o funcionamento da linguagem em sociedade, o que se denominou norma linguística, norma implícita, norma normal ou variedade linguística. Destaca-se entre a norma linguística a norma culta ou, como prefere Bagno (2003, 2019), a variedade

urbana de prestígio. Isto é, a norma normal avaliada positivamente pela sociedade por estar relacionada à cultura letrada. O destaque dado à norma culta deve-se à importância dela na formação do cidadão, pois, com seu aprendizado, o indivíduo tem acesso aos bens de consumo que circulam entre os mais favorecidos na sociedade.

Uma vez que a norma linguística de prestígio tem seu uso efetivo observado em condições discursivas e sociais reais, aprendê-la, ensiná-la e codificá-la pressupõe conhecer e remontar todo o contexto em que ela é instaurada. Reflexão que pode ser bem amparada pelas contribuições geradas pela micro e macro sociolinguísticas, já que essas abordagens têm método capaz de revelar aspectos sociais do uso da língua, bem como as relações que a sociedade mantém com ela – a ponto de levar à valorização maior de uma variedade em detrimento de outras.

Entendemos ser a partir da promoção da codificação da variedade urbana de prestígio que se vislumbra a contribuição da Sociolinguística para a codificação de línguas. Contudo, essa nova postura de gramatização não se instaura fácil e automaticamente no seio de uma sociedade. Esse processo passará por embates sobre o quê efetivamente se deve codificar, até que se instaure um novo paradigma gramatical.

A CODIFICAÇÃO DO PORTUGUÊS EM UM NOVO PARADIGMA GRAMATICAL

Já sabemos que a gramática é um instrumento com repercussão no comportamento dos falantes de uma língua, de modo que negligenciar a concepção de língua que assume e o tratamento dado à variação, por exemplo, pode trazer consequências negativas para a organização social e política de uma sociedade. Portanto,

entendemos que a Linguística e, de modo mais específico, a Sociolinguística tem singular contribuição para a standardização e codificação de uma língua. Em particular, no Brasil, observamos que se começa a instaurar essa contribuição a partir da discussão de um novo paradigma gramatical, que se inicia especialmente ao fim dos anos 1970, na fase diversificada do período linguístico.

É importante reconhecer que “a proposição da escrita de um compêndio envolverá sempre a escolha de uma determinada visão de língua” (ANTUNES, 2007, p. 33), de maneira que é impossível conceber esse material como algo neutro, inocente e apolítico. Como pontua Lagares (2018), a concepção da gramática implica necessariamente a redução da linguagem, pois o gramático escolhe determinados usos e os homologa em detrimento de outros, excluídos da descrição. Desse modo, encontra-se, no ato de enunciar o texto gramatical, um posicionamento diante das normas vigentes na sociedade; a escolha de uma confere à gramática uma posição frente às variedades de uma língua, posto que se legitima uma e se negam as outras.

Embora os critérios de seleção de uma norma codificada não sejam puramente linguísticos, a partir da Sociologia da Linguagem é possível estabelecer meios de conhecer o modo como se organiza uma comunidade e contribuir para a proposição de uma standardização que seja mais significativa para o grupo. O revisionismo observado nas últimas décadas quanto ao modelo de norma codificado é resultado da aparente emergência de um novo paradigma, o qual, por sua vez, ocorre no bojo do que se denominou de virada linguística (*linguistic turn*), isto é:

[...] uma espécie de mudança de paradigma nos estudos da linguagem e, posteriormente, no ensino de língua em que se opera uma mudança de perspectiva: a forma (sistema linguístico), antes predominante, cede espaço ao uso (contexto pragmático), que passa a precedê-la

nos contextos de pesquisa e de ensino-aprendizagem (VIEIRA, 2016, p. 32).

Ao se voltar ao uso e ao contexto, abre-se espaço para o crescimento da Sociolinguística, que, como sabemos, defende que “a língua é uma forma de comportamento social [...] usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros” (LABOV, 2008, p. 215). Naturalmente, essas novas ideias conflituam com as defendidas pela Gramática Tradicional, mas podem refrescar, com o passar do tempo, as concepções de linguagem dessa última, permitindo uma renovação da atividade codificadora. De fato, conforme observa Vieira (2016), embora as gramáticas escolares que circulam no Brasil se pautem, na estrutura e conteúdo, pela abordagem Tradicional, já é

[...] nítida a tentativa dessas gramáticas de demonstrar uma visão de língua inovadora, em geral associada à perspectiva sociointeracionista da linguagem, compatível com os desejos do mercado editorial de se adequar a um suposto professor atento às teorias linguísticas e tendências pedagógicas, que utilizará a gramática como complementação do livro didático. Não à toa os títulos das gramáticas escolares, refletindo essa filiação ideológica, costumam vir acompanhados de um qualificador que aponta para os novos tempos do fazer e do saber gramatical. [...]. Além disso, os primeiros capítulos/unidades dessas gramáticas costumam versar sobre linguagem verbal e não verbal, variedades linguísticas, funções da linguagem, intertexto e interdiscurso, entre outros temas e conceitos da sociolinguística, da linguística textual e de outras disciplinas da ciência linguística pós-estruturalista, centrada nos usos da língua (VIEIRA, 2016, p. 35).

Esse novo contexto epistemológico e a promulgação no país de novas diretrizes para o ensino de língua permitem um espaço propício para circulação de um paradigma de gramatização mais aberto ao que trazem as novas disciplinas linguísticas. Desse modo, começa-se a observar, em gramáticas acadêmicas produzidas no

presente século, um “trabalho predominantemente descritivo [...], com foco nos aspectos do Português Brasileiro” e que visa à construção de um modelo de referência coerente com os usos do país (VIEIRA, 2016, p. 43).

Contudo, o novo paradigma parece restringir sua atenção imediata a pesquisadores e professores, isso porque mobiliza uma discussão teórica densa e uma descrição atomizada da língua, que distancia o contato direto do novo texto gramatical com o estudante da educação básica ou o cidadão mais curioso pela língua portuguesa. Por conseguinte, o espaço de circulação da Gramática Tradicional do português ainda tem sido pouco abalado pelas novas publicações, já que ainda não respondem às demandas da gramática no espaço escolar.

A fim de elucidar como a Sociolinguística pode contribuir para a gramatização da língua portuguesa, passemos à observação da *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno (2012). As mais de mil páginas da obra revelam, desde a capa, uma tentativa de ruptura com a tradição gramatical e com ideologias linguísticas supremacistas em circulação no Brasil. Conforme alerta Vieira (2016, p. 44), a proposta aparenta-se a outras, que se erguem “[...] sobre a sombra da norma-padrão portuguesa, à medida que afirmam dela se afastar”. Contudo, não a negligenciam, pois, para questioná-la, pautam-se nela, estabelecendo uma “espécie de errata da tradição normativa, uma gramática de contrastes entre aspectos morfossintáticos prescritos e sua contraparte descritiva e realística”.

Já na capa e nas páginas introdutórias, observa-se uma seleção de imagens que não se limitam à representação dos fatos de língua abordados, são fotos que recuperam diversas situações do cotidiano da classe trabalhadora do país, indicando o contexto social sobre o qual, ao menos em parte, o autor se debruça para refletir sobre os fatos de linguagem. Também o estilo empregado é coerente com o ideal de ruptura, já que se vale de uma seleção

lexical e gramatical mais próxima ao vernáculo de variedades brasileiras de prestígio.

Como uma espécie de manifesto e manual de formação de novos pesquisadores, a gramática de Bagno (2012) divide-se em 5 seções, denominadas pelo autor de livros. Os dois primeiros são dedicados à fomentação de discussão teórica e histórica, na qual se reflete sobre a concepção de língua assumida e sobre a origem e desenvolvimento do português brasileiro. No primeiro livro, visita-se a formação do pensamento linguístico desde os gregos até a contemporaneidade, discutindo as ideias de Platão, do estruturalismo saussuriano, do gerativismo, do círculo bakhtiniano e da Sociolinguística Variacionista, para então apresentar a concepção de língua adotada na gramática:

A gramática de uma língua é sempre emergente, nunca está pronta e acabada [...].

Sujeita à variação e à mudança ininterruptas, a língua não é um todo homogêneo, um sistema único, mas sim um polissistema, composto de múltiplas variedades [...].

Sujeita à variação social, essa descrição [é sempre] a descrição de alguma variedade sociolinguisticamente determinada [...].

Nem sincrônica, nem diacrônica isoladamente, a língua é um fenômeno pancrônico: num mesmo tempo-espaço social e cultural convivem formas antigas e formas inovadoras [...].

A mudança decorre sociocognitivamente da interação entre processamentos cognitivos da língua e fenômenos sociais [...].

Toda manifestação real da língua se dá em forma de textos, falados e/ou escritos [...]. Por isso a educação linguística só pode ser eficaz na medida que partir de textos autênticos.

Língua falada e língua escrita não são dois universos distintos, mas modalidades de uso que se interconectam, se influem mutuamente, se mesclam [...].

Os chamados universais linguísticos não são uma herança geneticamente transmitida em nosso DNA. Eles resultam da interação entre as capacidades cognitivas dos seres humanos [...] e o mundo físico [...].

O sistema e o uso, a gramática e o discurso, o linguístico e o social compõem um todo indissociável [...]. (BAGNO, 2012, p. 76-79, grifos nossos).

A julgar pela recorrência de *sócio* e dos referentes aos princípios da Sociolinguística, observamos uma percepção avessa às concepções defendidas pela Gramática Tradicional. Embora o autor reconheça uma possibilidade normativa em seu escrito por visar “contribuir na criação de um modelo de referência para as práticas sociais da linguagem que exigem maior grau de monitoramento” (BAGNO, 2012, p. 109), é averso a qualquer postura prescritiva, posto que sua descrição não é de um modelo impositivo, mas de uma língua efetivamente empregada pelos brasileiros. Também aqui, soma-se a defesa pela codificação de uma variedade de referência legitimamente nacional, isto é, independente da referência lisboense. Nesse sentido, milita que “Portugal não pode ser parâmetro contra o qual devemos mediar a nossa língua. Portugal não dita os destinos da nossa língua, que é total e exclusivamente nossa, dos brasileiros” (BAGNO, 2012, p. 111).

Dialogando com o modo como a Gramática Tradicional ordena a exposição dos conteúdos, Bagno (2012) começa a descrição da língua, no terceiro livro, a partir das unidades menores, isto é, os aspectos fonéticos e fonológicos são discutidos sob forte base teórica e submerso nas especificidades que caracterizam as variedades do português brasileiro (as realizações dos arquifonemas /R/, /S/ e /L/, apagamento da flexão nominal de número etc.). Também a ortografia é visitada do ponto de vista teórico e histórico, a fim de

informar sua função social e efeitos convergentes e divergentes entre as modalidades escrita e falada.

No livro quatro, o autor volta-se ao que denomina “lexicogramática do português brasileiro” e discute como surgem e se desenvolvem, desde os gregos, as classes das palavras, problematizando os paradigmas clássicos. A classificação de palavras adotada pelo autor é nova e se distribui entre verbo, nomes (substantivo e adjetivo), verbinominais (infinitivo, particípio e gerúndio), índice de pessoas, mostrativo (artigo, não-pessoa, demonstrativos), quantificadores (definidos e indefinidos), advérbios, preposições e conjunções.

Sua escolha é analisar as estruturas que compõem a oração a partir de sua função textual e, como não poderia deixar de ser, insere traços importantes do português brasileiro, tais como a recorrência do sujeito pronominal e do objeto pronominal nulo, mudanças na regência verbal, simplificação do paradigma flexivo de pessoa no verbo, alteração do sistema pronominal de pessoa (inserção de a gente, você, vocês), mistura de tratamento, advérbios flexionados, novos possessivos etc. – aspectos negligenciados pela Gramática Tradicional.

Finalmente, no quinto livro, o autor encerra a gramática com mais uma aula sobre o ensino do português brasileiro. Desse modo, reconhece a função pedagógica vinculada a toda gramática e discute uma série de conceitos e preconceitos em torno da língua e sua avaliação social, destacando a escola como um importante agente na superação de segregações linguísticas, tanto por ampliar as competências linguísticas do aluno, como por promover reflexões sobre os funcionamentos reais da linguagem e seus desdobramentos em sociedade.

LINHAS FINAIS

Em síntese, apresentamos neste trabalho a Gramática Tradicional como um instrumento social milenar que tem passado por muitas transformações até alcançar o formato, o valor e a circulação que conhecemos na atualidade. Embora tenha desenvolvido referenciais teórico e metodológico próprios, que serviram aos mais diversos propósitos ao longo de sua história, entendemos que, diante dos avanços científicos que as sociedades contemporâneas experimentaram, é vital que a gramática dialogue com os avanços da Linguística para cumprir um papel democrático, funcional e coerente com a atualidade.

Por isso, refletimos sobre o modo como a Sociolinguística pode contribuir para esse processo. Vimos que, inicialmente, a disciplina permitiu revisar a concepção de normatização da língua, viabilizando a descrição de uma norma de prestígio real, e não mais uma norma-padrão baseada em modelos distantes e incompatíveis com a realidade brasileira. Finalmente, começamos a encontrar no cenário brasileiro o esboço de um novo paradigma gramatical que atualiza a concepção de língua adotada nas gramáticas e descreve as especificidades do português brasileiro. Embora o caminho ainda seja longo e conflituoso, observamos, a partir de iniciativas como a de Bagno (2012), que esse diálogo com a Sociolinguística já se iniciou e que deve progredir à medida que se ampliem na sociedade as reflexões trazidas pelos estudos linguísticos mais contemporâneos e encontrem respaldo no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

- ALÉONG, S. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. *In*: BAGNO, M. (Org.). **Norma Linguística**. 2 ed. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 141-196.
- ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola editorial, 2007.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. 3. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- BAGNO, M. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola editorial, 2003.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, M. **Objeto língua**. São Paulo: Parábola editorial, 2019.
- CALVET, L-J. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. **Alfa**. n. 45. São Paulo: UNESP, 2001.
- COSERIU, E. **Teoría del lenguaje y lingüística general**. 3 ed. Madrid: Gredos, 1962.
- FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola editorial, 2008.
- FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. **Para conhecer**: norma linguística. São Paulo: Contexto, 2017.
- HAUGEN, E. Planning for a Standard Language in Modern Norway. **Anthropological Linguistics**. v. 1, n. 3. Indiana: Trustees of Indiana University, 1959.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LAGARES, X. C. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

LEITE, M. Q. **O nascimento da gramática**: uso e norma. São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007.

MONTEAGUDO, H. Aspectos da teoria da língua estándar do Círculo Lingüístico de Praga e os seus continuadores. **Revista Grial** 122. v. 22. Santiago de Compostela: Editorial Galaxia, 1994.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.

NEVES, M. H. de M. **A vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

RAE. **Nueva Gramática de la lengua española**: morfología y sintaxis. Madrid: Espasa, 2009.

SAID ALI, M. **Gramática elementar da língua portuguesa**. 9 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**. n. 44 e 45. Rio de Janeiro: Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, 2013.

VIEIRA, F. E. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas? *In*: VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. **Gramáticas brasileiras**: com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola editorial, 2016. p. 19-69.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional**: história crítica. São Paulo: Parábola editorial, 2018.



8

*Leandra Cristina de Oliveira
Livya Lea de Oliveira Pereira
Valdecy de Oliveira Pontes*

TEMPORALIDADE LINGÜÍSTICA E DINÂMICAS SOCIAIS:

DEBATES SOCIOLINGÜÍSTICOS
NA PERSPECTIVA DA TRADUÇÃO⁶⁰

60

Publicação que se encontra sob o escopo do Projeto "Estudo sobre as implicações da variação linguística e seus efeitos de sentido sob uma interface entre Linguística, Literatura e Estudos da Tradução" (OLIVEIRA *et al.*, 2023). Financiado pelo CNPq.

DOI: [10.31560/pimentacultural/2024.99239.8](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2024.99239.8)

INTRODUÇÃO

A questão da variação linguística motivada por fatores externos à própria língua, bem como os processos de interpretações contextualizadas dos significados que impactam na seleção de micro ou macroestruturas, é tema amplamente debatido no âmbito da descrição e análise, assentando-se, recorrentemente, nos campos teóricos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972], 2000), da Sociolinguística Interacional (GUMPERZ, 1989, 2015) e da Pragmática (LEVINSON, 1983). Assumindo a significativa contribuição da descrição das línguas humanas – a partir da realização de estudos de fenômenos diversos, com critérios e rigor científico – para a desconstrução de estigmas infundados e para a compreensão de por que as línguas variam e mudam, nesta proposta dimensionamos alguns conceitos e postulados de campos da Linguística para o âmbito da Tradução. Nosso propósito é sustentar a in(ter)disciplinaridade como uma prática necessária, essencialmente, quando envolve processos meta e epilinguísticos conscientes da linguagem.

Na esteira dessa reflexão, selecionamos como objeto de discussão as formas alocutivas, ou seja, as formas de referir-se ao interlocutor nas diferentes línguas, com ênfase na tradução do/ao espanhol, haja vista o desafio que esse fenômeno representa na tarefa tradutória. A título de exemplificação (e justificando o recorte do referido objeto), Sinner (2020, p. 141) assinala que, em uma entrevista com 28 tradutores (de literatura, filmes e séries de televisão), 26 admitem já terem se enfrentado com dúvidas e problemas consideráveis ao traduzir formas de tratamento pronominais e nominais. O tema também está presente na entrevista com a experiente tradutora audiovisual mexicana Claudia Moreno, quem debate as negociações em contextos linguisticamente demarcados da assimetria social e/ou interacional – como os que sinalizam frases como “a

mí, no me tutees" e "*puedes tutearme*" – na publicação de Oliveira, Távora e Sobottka (2021).

Atentos ao amplo alcance da tradução no universo audiovisual, conforme também discute Romero (2013) – através, sobretudo, das plataformas de *streaming* – e aos recursos humanos e tecnológicos por trás dessa realidade, debruçamo-nos, nas ilustrações aqui analisadas, sobre esse tipo de amostra. Vale mencionar que fatos das línguas em legendas e dublagens têm sido temas de pesquisas anteriores situadas no núcleo CEEMO/UFSC – *Estudios en corpus del español escrito con marcas de oralidad* – e no Grupo de pesquisa CNPq *Projeto Línguas & Histórias (Variação, multifuncionalidade e mudança em perspectiva sociofuncionalista e sócio-histórica)* – UFC, as quais serão oportunamente citadas ao longo deste texto.

Para atender nossos propósitos, acionamos os campos teóricos dos Estudos da Tradução (NIDA, 1963; CATFORD, 1980; MENÉNDEZ, 2012; PYM, 2012 etc.), da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1978), dialogando, ainda, com o conceito de *dêixis* social, a partir, essencialmente de Levinson (2004) – seção 2 adiante. Na sequência, retomamos os postulados aventados, relacionando-os a escolhas e negociações tradutórias presentes no filme *Alatriste* (2006), e nas séries *Anne with an E* (2017) e *42 días en la oscuridad* (2022), focando no fenômeno aqui em debate: as formas de tratamento pronominais.

ACIONANDO CAMPOS DISTINTOS PARA UM DIÁLOGO PERTINENTE

OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E A SOCIOLINGUÍSTICA: CONCEITOS, POSTULADOS E ACHADOS

Parece indubitável a relação que existe entre os Estudos da Tradução e problemas debatidos no âmbito da Sociolinguística; uma afinidade que julgamos pertinente destacar e discutir, com vistas a tentar contribuir para os avanços do olhar teórico-analítico. Nesse sentido, conforme sinalizado na introdução deste texto, tencionamos conciliar dois campos distintos, mas que se situam sob o escopo de uma mesma grande área – a de Letras, a saber –, a fim gerar reflexões e conhecimento que possam ser úteis ao analista e ao tradutor do par linguístico central nesta discussão: português e espanhol.

Herdeiras da tradição linguística, essas disciplinas foram ocupando espaços bem definidos no campo científico, adquirindo certa autonomia que permite estudá-las a partir dos seus próprios princípios e paradigmas. Contudo, segundo reconhece Venuti (2000, p. 5, tradução nossa), “a teoria da tradução sempre repousa em pressupostos específicos sobre o uso da linguagem, mesmo que esses consistam apenas de hipóteses fragmentárias que permanecem implícitas ou desconhecidas”.

No que se refere especificamente ao conceito de ‘equivalência’, percebe-se, de forma bastante genérica, que o termo ocupa lugar de destaque nos campos do conhecimento aqui de interesse, sendo objeto de análises e debates, sob diversas perspectivas, em diferentes contextos. É por essa razão que voltamos nosso olhar para

os sentidos que adquire o termo *equivalência* nos Estudos da Tradução e na Sociolinguística.

Adentrando nas peculiaridades do termo, percebe-se que existem mudanças de sentido quando considerados os diferentes paradigmas que norteiam as ações tradutórias. A esse respeito, Pym (2012) chama atenção para o especial cuidado que demanda a compreensão do termo 'equivalência' na área da Tradução, a fim de evitar confusões provenientes dos múltiplos significados que lhe são atribuídos, bem como dos valores atrelados a esses conceitos em cada um dos paradigmas.

Na década de 1960, os enfoques linguísticos (paradigmas representados por estudiosos como Roman Jakobson, John Catford, Jean-Paul Vinay e Jean Dalbernet, entre outros) centravam a atenção no estudo das relações entre o texto de origem e o texto alvo à procura de paralelismos de valores em seus diversos níveis. Nida (1964), contudo, defende que a equivalência excede o que seria meramente linguístico, propondo um enfoque sociolinguístico e incluindo o fator contextual. Assim, o conceito de "equivalência dinâmica", para esse autor, assenta-se na ideia de que a mensagem na língua de partida, ao ser traduzida, deveria expressar os mesmos efeitos no público-alvo da língua de chegada. Nida (1964) analisa o conceito de equivalência a partir da ótica dicotômica entre a equivalência formal e a equivalência dinâmica. Também Catford (1980) sugeriu dois tipos de equivalência: textual e formal. A primeira diz respeito à equivalência entre o texto original e sua tradução para outra língua. A segunda, por sua vez, refere-se à equivalência de categorias gramaticais.

A partir dessa concepção de equivalência, encontra-se uma perspectiva formalista de adequação ao texto original, na qual se identifica a ideia da existência de valores iguais entre as línguas pressupondo a possibilidade de se expressar o mesmo em idiomas diferentes e desconsiderando os aspectos socioculturais. Nessa conjuntura, "a equivalência é entendida como relação absoluta e estática,

uma correspondência um a um circunscrita ao plano linguístico e, portanto, formal.” (MENÉNDEZ, 2012, p. 120-121, tradução nossa).

Por sua vez, ao iniciar o século XXI, os enfoques filosófico-hermenêuticos, cujos representantes são Paul Ricoeur, Umberto Eco, entre outros, preocupam-se com os conceitos de função, cultura e cognição. De certo ponto de vista, o significado de equivalência tradutória é deslocado para uma suposta equivalência, segundo a qual, o sentido do texto traduzido nunca é idêntico ao do texto original. Nesses enfoques, tem forte apelo a ideia de tradução como negociação de sentidos e “a equivalência é entendida como uma relação funcional, relativa e dinâmica” (MENÉNDEZ, 2012, p. 117, tradução nossa).

De modo geral, percebe-se que ambas as concepções, a dos enfoques linguísticos e a dos enfoques filosófico-hermenêuticos, descansam sobre a ideia de verter um texto, escrito em um idioma, para outro texto, em uma outra língua. Esse é o único elemento que permanece inalterado para ambas as vertentes dentre os conceitos adjudicados ao termo equivalência, sendo que todas as outras concepções consistem em qualidades opostas da relação entre o texto fonte e o texto alvo. Para o termo equivalência, contrapõem-se os binômios: correspondência biunívoca/relação funcional; absoluta/relativa; estática/dinâmica. Em poucas décadas, o termo adquiriu, para os Estudos da Tradução, novos significados e valores opostos, dentro de enfoques diferentes, carregando em si mesmo uma verdadeira antítese conceitual.

No que concerne à Sociolinguística Variacionista, a noção de variação/equivalência tampouco é um tema pacífico. Um exemplo dessa realidade é o famoso debate entre Lavandera (1978) e Labov (1978) sobre os limites da noção de variável sociolinguística, considerando níveis superiores à fonologia, como a morfologia e a sintaxe. A essa discussão estão voltados os parágrafos a seguir.

De acordo com Labov (1978), as variantes constituem os diversos modos de se dizer a mesma coisa, ou seja, remeter ao mesmo estado de coisas, em um mesmo contexto de interação verbal. Os primeiros trabalhos de análise sociolinguística, que se concentravam no âmbito da Fonologia, evidenciaram que diferentes formas de comunicar, que compartilham o mesmo valor de verdade, apresentam diferenças no tocante aos valores sociais e estilísticos. Esse fato dá abertura a críticas em relação à manutenção do mesmo significado pelas variantes de uma mesma regra variável, questionamento explicitado no artigo de Lavandera (1978), ao afirmar que cada construção sintática possui seu significado próprio, sendo complicado substituir uma forma sintática por outra preservando o mesmo valor de verdade.

Para a autora, o estudo sobre a variação linguística fora do âmbito da Fonologia fica comprometido, pois nem sempre há consenso sobre o valor de verdade das variantes analisadas. Propõe que a condição de mesmo significado seja ampliada para o que chama de comparabilidade funcional, na qual a existência, em um mesmo espaço, de formas alternantes ou a troca de uma forma por outra com o mesmo significado referencial não são livres nem totalmente condicionadas por fatores extralinguísticos, mas refletem uma escolha funcional tendo em vista os propósitos comunicativos. Lavandera (1978) critica, também, o fato de que muitas formas que estão fora do campo fonológico não sofrem influências sociais ou estilísticas, apenas linguísticas. O fenômeno que desencadeia esse debate é o uso das construções passivas e ativas, no mesmo contexto e com o mesmo significado, proposto por Weiner e Labov (1977). Tal estudo revelou que é a distribuição da informação no discurso que influencia na escolha entre uma construção e outra, mas essa influência é menor se comparada à tendência mecânica de preservar estruturas paralelas: sucessão de construções passivas e retenção da mesma posição estrutural para o mesmo referente em sentenças sucessivas.

Para responder o questionamento levantado por Lavandera (1978) sobre os limites da variável sociolinguística, Labov (1978, p. 2) afirma que são variantes os enunciados que apresentam o mesmo significado referencial, ou seja, o mesmo significado representacional ou estado de coisas: “dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas têm o mesmo valor de verdade”. O autor ratifica o princípio da equivalência semântica e destaca ser necessário que, como variantes de uma variável, sejam aceitos enunciados que apresentam o mesmo valor de verdade, no mesmo contexto, mas não rigorosamente o mesmo sentido. Seguindo essa lógica, pode haver diferenças em matizes de sentido, desde que o significado referencial não seja afetado. Labov (1978) separa o significado referencial em um nível, considerado como primário, e as funções de identificação do falante e de acomodação do ouvinte em outro nível (secundário) que contemplaria os aspectos sociais e estilísticos. Dessa forma, variantes que portam diferenças de cunho pragmático podem ter o mesmo significado referencial. O autor argumenta, ainda, que a Sociolinguística é “sócio” não só porque lida com fatores estilísticos e sociais, mas por analisar a língua como componente social.

Ainda cabe destacar que, ao verificarmos o funcionamento de uma língua – o que interessa ao sociolinguista e ao tradutor –, percebemos que, nos diferentes contextos, ela apresenta-se de forma heterogênea, sinalizando, portanto, variações. Tarallo (2005), retomando a proposta de Coseriu (1976 [1968]), apresenta essas variações como: *diatópicas* (diferenças em função do espaço geográfico); *diastráticas* (diferenças em função dos aspectos sociais como sexo, idade, etnia etc.) e *diafásicas* (diferenças em função dos diversos estilos de linguagem na comunicação). Partindo do pressuposto de que a variação linguística é inerente a qualquer língua, é imprescindível sua consideração nos Estudos (e nas práticas) da Tradução, uma vez essa heterogeneidade estar repercutida na construção/negociação de sentidos mais amplos atrelados ao conceito, ou conceitos, de ‘equivalência’.

Nesse sentido, nos passos do que postula Agra (2007), traduzir não se reduz a uma atividade mecânica de transcodificação linguística, mas se trata de “desvendar” e interpretar o que está “por trás” de uma palavra inserida num determinado contexto sociocultural e que sentidos esse vocábulo adquire nessa cultura. A autora destaca, ainda, que uma palavra tem seus significados socialmente construídos e que o tradutor deve considerar essa variável tão relevante e decisiva no processo tradutório. Para além do nível lexical, acrescentamos as possibilidades de sentido implicadas na seleção de determinadas variantes morfológicas, morfossintáticas, sintáticas ou pragmáticas por parte do falante-autor, conforme sinaliza Oliveira (2020). O uso de uma variante por outra pode não ser uma mera escolha entre formas concorrentes, mas a sinalização consciente de um registro (diatópico, diafásico ou diastrático).

Importa também mencionar que a questão da variação linguística na tradutologia pode configurar como uma dificuldade ou um problema de tradução. A discussão proposta por Nord (2009) é recorrentemente citada na distinção dessas noções, na qual as dificuldades de tradução são compreendidas como individuais e decorrentes no processo tradutório, sendo necessário superá-las com instrumentos adequados. Referente aos problemas de tradução, Nord os assume como gerais, independente das habilidades individuais, os quais devem ser solucionados mediante procedimentos translativos próprios da competência tradutória. Nessa linha, ao lidar com línguas e/ou variedades de línguas, o tradutor se depara, inevitavelmente, com dificuldades e problemas de tradução relacionados às singularidades sociolinguísticas da comunidade de fala do texto de partida e projetadas para o texto traduzido.

No que se refere aos impactos da variação na Tradução, poderíamos ilustrar como uma dificuldade as limitações do profissional quanto à compreensão do significado social de uma variante linguística no texto-fonte – parece ser um bom exemplo o significado social do *tuteo* como indexador de fala afeminada/gay em certas

variedades da Colômbia, como a da região de Tolima (ZWISLER, 2017). Como problema de tradução, podemos considerar as diferenças tipológicas das línguas referentes à distribuição das formas de tratamento no contínuo entre distância e familiaridade, formalidade e informalidade, como uma ilustração pertinente. Destacamos tratar-se, aqui, de um esforço por exemplificar as noções debatidas por Nord (2009), sem, com isso, deixarmos de reconhecer que problemas e dificuldades não são conceitos discretos, já que os planos individual e geral igualmente se solapam.

Nesse dimensionamento dos debates teóricos na direção do objeto por nós considerado, recordamos que, ao uso das formas alocutivas, estão atrelados diversos fatores extralinguísticos, conforme sinaliza a seção adiante neste texto. Reconhecendo essa realidade e concebendo-a como um problema de tradução (e também uma dificuldade, em alguns casos), julgamos conveniente acionar o estudo amplamente citado de Brown e Gilman (1960).

Ao estudarem as formas de tratamento de segunda pessoa do singular em várias línguas, os autores estabelecem duas dimensões através das quais poderíamos identificar as relações de força existentes entre interlocutores, a saber, as dimensões do poder e da solidariedade. Uma relação na dimensão do poder se define quando um indivíduo controla o comportamento do outro; é, portanto, uma relação marcada pela diferença. No âmbito do poder, o tratamento entre os interlocutores é assimétrico, isto é, um interlocutor superior utiliza uma forma T de poder descendente e recebe V de poder ascendente. O poder, para esses pesquisadores, pode ser marcado de várias maneiras: pelo sexo do indivíduo, sua força física ou riqueza etc. Essas são condições necessárias para que uma pessoa exerça poder sobre a outra.

No entanto, a variação no uso das formas de tratamento constitui um fenômeno muito mais complexo que essa relação binária, proposta por Brown e Gilman (1960). Nessa perspectiva, Morín,

Almeida e Rodríguez (2010) asseveram que as diferentes sociedades e culturas concebem as relações sociais, de forma distinta. Os autores mencionam, por exemplo, que, no ocidente, as relações de poder são baseadas no controle e no domínio. Por outro lado, a sociedade oriental as entende como formas distintas de valores sociais. Essas singularidades sociais constituem um problema recorrente para os tradutores quando precisam transpor formas de tratamento de uma língua a outra. Essas singularidades tipológicas constituem, assim, um problema de tradução.

Nessa linha e sustentando nossa defesa pelo diálogo interdisciplinar, aludimos também a Snell-Hornby (1988, 1995), quem pontua a necessidade de que exista um fundo sociocultural na atividade tradutora e que o enfoque seja interdisciplinar com um lugar específico para a Sociolinguística. Para traduzir, é de vital importância interpretar e analisar não somente as estruturas lexicais e morfo-sintáticas, como também o contexto pragmático-discursivo que configura o pano de fundo do texto a ser traduzido. Desse modo, uma análise sociolinguística poderá contribuir para a ampliação do conhecimento no que tange ao contexto em que o texto foi escrito.

As variedades de uma língua constituem uma abstração que pertence ao contexto pragmático-discursivo de cada comunidade de fala e de cada região, não apenas ao mundo material dos textos originais ou traduzidos. Nesse sentido, segundo Mayoral (1998), o tradutor traduz textos específicos com marcas sociolinguísticas ou de situações específicas. Essa tradução se ajusta, ainda, a um encargo específico e às exigências gerais da eficácia da comunicação para que o receptor possa compreender o contexto situacional traduzido de uma língua a outra.

Nessa mesma linha, para Pontes (2014), a atividade tradutória, os encargos e os eventos comunicativos são únicos e estão submetidos a condicionamentos linguísticos e extralinguísticos; logo, o tradutor deve estar atento às influências sócio-linguístico-culturais de

uma sociedade sobre a teoria e a prática da tradução, considerando os processos de variação e mudança linguísticas. Para o tradutor, as línguas que falam as pessoas, que intervêm em um processo de interação verbal, presentes em um texto oral ou escrito a ser traduzido, não constituem apenas um elemento do contexto situacional a ser traduzido, mas, também, um meio de diferenciação social, regional, étnica ou geográfica, e, inclusive, sexual em alguns casos, que lhe permitirão adotar determinadas estratégias no momento de realizar a tradução da mensagem que se deseja transmitir.

Nesse prisma, o tradutor não pode estar alheio a esse complexo panorama de diversidade linguística; deve, senão, conceber a língua com suas diversas nuances e variedades. Espera-se desse profissional o conhecimento de que, para além de uma língua estandarizada, existem usos reais que repercutem a variação motivada por diferentes fatores. A língua estandar/padrão – a que se veem submetidos projetos editoriais, normalmente – tem um papel unificador e busca neutralizar as variações, tornando-se uma “referência suprarregional”, conforme Faraco (2002, p. 42). A essa língua os usuários buscam recorrer em situações de caráter mais formal, devido ao prestígio que os meios de comunicação e a escola lhe atribuem, sem que, com isso, seja a língua de comunidades de fala reais.

Certos tipos de textos, como os científicos, geralmente, utilizam a variedade escrita e oral do estandar (quase neutra) com uma clara marcação do campo de saber respectivo, mediante o uso de um tecnoleto (língua específica da área de estudo). Por outro lado, segundo Pontes e Francis (2014), outros textos, como os literários ou, ainda, filmes e novelas a serem dublados ou legendados para outra língua, podem apresentar os recursos expressivos (dialetais, socioletais, estilísticos etc.) de uma variedade não-padrão da língua, em clara oposição à pretendida neutralidade da norma padrão ou estandar. Nesse caso, o tradutor deve considerar as normas linguísticas dos grupos sociais em que participam os indivíduos que interagem em situações reportadas pelo texto, pois esses apresentam

características identitárias por se agregarem a certos valores socio-culturais, e, ademais, mesclam-se e se influenciam mutuamente, ou seja, são mesclados ou “hibridizados”, conforme Faraco (2002, p. 39).

A partir da discussão empreendida nesta seção, podemos admitir que, no processo de tradução de uma língua para outra, é fundamental considerar a cultura, o contexto e o público-alvo tanto do texto-fonte como do texto-alvo. Somam-se a esse cenário as implicações das singularidades sociais nas variantes das línguas – tema a que se dedica a seção a seguir.

A DÊIXIS SOCIAL E OS DESAFIOS TRADUTÓRIOS

Devido ao caráter universal da linguagem⁶¹, podemos assumir o sentido de um texto como sempre reproduzível em outra língua. Esse postulado parece facilmente observável quando em relação a sentidos mais concretos e universais, como a indicação de pessoa do discurso – o *eu* e o *tu* da interação, por exemplo. A esse papel dos interlocutores relativamente estático, refere-se à noção de *dêixis* pessoal. Contudo, a presença de sentidos mais abstratos, atrelados a fatores sociais e ao contexto pragmático, são menos perceptíveis e requerem maior atenção do tradutor para que se alcance o sentido do texto-fonte (ou, ao menos, se aproxime a ele).

A questão pragmática da *dêixis social*, a que estão atreladas às formas de tratamento ao interlocutor, é um caso claramente ilustrativo. Nessa linha, importa recordar que a *dêixis* pessoal não abarca o papel social dos participantes, um componente importante da interação. Assim, menos estática, sistematizada e

61 Fazendo referência ao texto *Lecciones de lingüística general*, Eugenio Coseriu (1977), Kabatek (2018) defende a onipresença dos três aspectos da linguagem preconizados pelo linguista romeno – os níveis individual, histórico e universal. Para Kabatek (2018, p. 1), “*El texto traducido es un texto individual que reproduce el sentido de un texto originalmente escrito en otra lengua (nivel histórico) y así da cuenta de la universalidad del lenguaje: (...) cualquier texto es traducible en cualquier lengua.*”

homogênea interlinguisticamente, a *dêixis* social assinala as relações, o status e os papéis sociais dos falantes em uma interação (LEVINSON, 2004, p. 119).

Nos passos do que debate Oliveira (2020), a consideração da *dêixis* social implica extrapolar os limites internos da língua e levar em conta as dinâmicas sociais que se vinculam à distribuição dos papéis sociais dos falantes, que, por sua vez, incidem sobre a escolha da forma de tratamento adequada e oportuna na interação. Essas dinâmicas sociais são fluídas e singulares a cada língua e a cada variedade de língua; logo, um sistema significativamente atrelado às dinâmicas sociais, como é o caso das formas alocutivas, é também particular às línguas e a suas variedades.

Ilustramos essa reflexão a partir do uso do *ustedeo*⁶² como um marcador diastrático, debatido por Sinner (2020) como um problema de tradução – tema considerado na seção anterior. Segundo o autor, o emprego do trato *usted* em lugar do *vos* nas relações familiares assinala um *status* social elevado no espanhol argentino, ou seja, uma “consciência de pertencer aos estratos superiores da sociedade” (SINNER, 2020, p. 144, tradução nossa). Refletindo sobre essa questão na perspectiva da tradução do espanhol para o alemão, o autor menciona alguns exemplos literários, como a obra *Hombres en soledad*, do escritor argentino Manuel Gálvez (1938), na qual constam duas passagens recortadas por Sinner: (i) “*y dándose el trato de usted que reservaban para ciertos casos*” – em que a expressão “*ciertos casos*” faz referência a momentos de intimidade do casal – e (ii) “*dijo Andrea con el tratamiento de usted que denotaba el retorno al afecto*” – páginas 40 e 90, respectivamente de Gálvez (1986 *apud* SINNER, 2020, p. 144). O significado pragmático resultante dessa alternância – a qual aparece em outras obras argentinas –, se perde

62

Emprego da forma pronominal *usted* do espanhol em contexto de intimidade.

(ou se transforma) na tradução dessa variedade do espanhol para o alemão⁶³, pois, conforme aduz o autor:

No alemão, não é possível a alternância situacional de *Du* (T)³ e *Sie* (V), e muito menos a alternância de duas formas situadas no mesmo nível T com indicador de classe social (...). O uso do *Sie* alemão indicaria não um marcador de distinção social, senão um contexto cômico, já que o *Sie* entre casais provocaria riso dos leitores, ou conduziria à interpretação da cena como especialmente jocosa, sinalizando cumplicidade e humor singulares entre as pessoas implicadas – intenção não pretendida no texto original (SINNER, 2020, p. 144-145, tradução nossa).

Do acima exposto, podemos abstrair que as negociações tradutórias são ainda mais complexas quando se está em jogo um fenômeno sensível a fatores externos à língua, relacionado aos papéis sociais da interação, os quais são singulares a cada sociedade. Não queremos assumir com isso a não existência de paradigmas que codificam a *dêixis* social, pois, em diversas línguas, são atestadas unidades que definem o papel social dos participantes – o que se pode caracterizar como um uso de caráter universal, conforme postula Pérez García (2007, p. 808). Nesse sentido, é importante que o tradutor esteja sensível ao modo como as formas de tratamento se organizam nas diferentes línguas ou variedades de línguas, atendendo para os graus de familiaridade, distância, (in)formalidade, afetividade, poder etc. que as unidades de cada sistema denotam, e, ainda, que outros sentidos mais sutis essas aportam no texto-fonte.

Cabe ainda advertir que a sutileza do sentido pragmático-discursivo impresso pelas formas de tratamento em cada contexto interacional é algo que inviabiliza, a nosso ver, a discretização dos significados sociais e sua sistematização, embora sejam imensos os esforços para sua descrição por parte de pesquisadores da área, alguns deles citados neste estudo. Trata-se de um objeto muito

63

E possivelmente se perderia na tradução a outras variedades do espanhol, importa citar.

suscetível à interpretação subjetiva, razão pela qual coadunamos com o que pontua Sinner (2020, p. 143, tradução nossa) – “As decisões assumidas pelos tradutores refletem, obviamente, sua própria interpretação das relações sociais”. Ao que essas decisões podem refletir, acrescentamos a sensibilidade do tradutor quanto à complexidade do fenômeno e os múltiplos sentidos (linguísticos e sociais) que são capazes de expressar.

Aos postulados contemplados nas seções teóricas anteriores, tentamos relacionar exemplos vinculados à tradução das formas de tratamento no contexto audiovisual, buscando refletir sobre os problemas e dificuldades implicados com o objetivo de sustentar a in(ter)disciplinaridade como uma prática necessária, essencialmente, quando envolve processos meta e epilinguísticos conscientes da linguagem.

AS FORMAS DE TRATAMENTO COMO PROBLEMA E DIFICULDADE DE TRADUÇÃO: ALGUNS CASOS ILUSTRATIVOS

Na esteira do que pontua Romero (2013, p. 192, tradução nossa), a variação linguística é um tema a que não está alheia a tradução de gêneros de ficção, nos quais “a língua dos personagens que intervêm nos diálogos aparece continuamente recheada de marcas dialetais.” Linhas adiante, a autora adverte que o auge da tradução audiovisual na dublagem e na legendagem tem renovado o interesse sobre como traduzir as marcas da variação linguística. Assim, tencionamos contribuir para esse cenário, problematizando algumas negociações tradutórias no âmbito das formas de tratamento em diálogos dublados ou legendados.

Apoiados na discussão de Hurtado Albir (2017, p. 597) sobre as singularidades do estado da língua a cada época, bem como as especificidades nas dinâmicas sociais e nos movimentos estéticos e ideológicos de cada período, coincidimos ao assumir a variável distância temporal como um fator complicador no processo tradutório. A essa questão, dedicam-se Oliveira, Távora e Sobottka (2020) ao debaterem sobre o emprego das formas alocutivas singular no âmbito da *oralidade fingida*⁶⁴ manifesta no filme *Alatriste* (2006)⁶⁵, uma produção do século XXI que busca plasmar a realidade sócio-histórico-cultural da capital espanhola do século XVII, ao que se vê implicado, obviamente, o tratamento da linguagem.

Tomando como base de análise o material de áudio (original/espanhol e dublado/português) dessa produção do cinema, e considerando a realidade da sociedade europeia nela representada – amplamente discutida na literatura como uma sociedade organizada nas dimensões de poder e solidariedade “em que estão preservados, em menor ou maior proporção, os costumes aristocratas, aos quais se vinculam as formas de tratamento existente e emergentes” (OLIVEIRA; TÁVORA; SOBOTTKA, 2020, p. 279, tradução nossa) –, as autoras constataam a consonância do sistema de tratamento de segunda pessoa singular empregado no texto-fonte (original/espanhol) em relação ao sistema do período histórico representado – o Século de Ouro Espanhol, a saber. Em contrapartida, no áudio dublado em português, observa-se a ausência do tratamento deferencial singular *vós*, e uso de um tratamento ainda não gramaticalizado no período ilustrado, a forma *o senhor*, a qual, no período em tela era, ainda, uma fórmula honorífica. A essa constatação, as

64 As autoras lidam com a noção de “oralidade fingida” a partir da concepção de Sinner (2011), assumindo-a como uma oralidade representada na ficção, que, embora não possa ser confundida com a língua oral real, evoca características típicas dessa manifestação.

65 Baseado na série literária *El Capitán Alatriste*, de Arturo e Carlota Pérez Reverte, com sua primeira versão publicada em 1996.

autoras relacionam a noção de “rejuvenescimento linguístico”, como ilustram os dados que seguem.

Quadro 1 - De vuestra merced a o senhor

Texto fonte/áudio espanhol (CEEMO/Película/ <i>Alatriste/Texto fuente/Español</i>)	Texto traduzido/dublagem português (CEEMO/ <i>Película/Alatriste/Texto traducido/Português</i>)
(1) CONDE DE GUADALMEDINA: Ruego a <i>vuestra merced</i> que no pase adelante.	CONDE DE GUADALMEDINA: Imploro que <i>o senhor</i> não avance.
(2) SECUNDARIO: [...] Sin embargo, he oído que a <i>vuestra merced</i> sí le importaría que perdiera la vida.	COADJUVANTE: [...] No entanto, eu soube que <i>o senhor</i> se importaria se ele perdesse a vida.

Fonte: adaptado de Oliveira, Távora e Sobottka (2020, p. 281).

Outra observação registrada pelas pesquisadoras diz respeito à perda funcional da polaridade, poder e solidariedade nas díades interacionais. Trata-se de uma obra com diálogos entre desconhecidos, entre interlocutores de classe social, hierarquias e sexo distintos, entre amantes e núcleos familiares – papéis que repercutem na escolha do tratamento oportuno, sobretudo no período histórico representado. O que constata Oliveira, Távora e Sobottka (2020, p. 281) é a presença no texto fonte da codificação da diferença entre a distribuição das formas T/*tú* e V/*vos*, mas, no texto traduzido, o que se verifica é a supressão das marcas de assimetria com a generalização do trato T/*tu*, conforme ilustram os recortes de diálogos a seguir.

Quadro 2 – A negociação nas dimensões de poder e solidariedade

Texto fonte/áudio espanhol (CEEMO/Película/Alatriste/Texto fuente/Español)	Texto traduzido/dublagem português (CEEMO/Película/Alatriste/Texto traducido/Português)
<p>(3) ANGÉLICA: Debéis apartaros de esas conspiraciones de la Corte. <i>Donad</i> cien mil ducados para la guerra con Francia. Eso satisfará al rey y aplacará al tirano, que a buen seguro ya habrá oído de <i>vuestras</i> andanzas. Por ahora es mejor ser prudentes. Conde Duque puede aplastarnos sin que nadie mueva un dedo en nuestra ayuda, ni siquiera la reina. <i>¿Vos no sois</i> un Grande de España?</p> <p>LUIS DE ALQUÉZAR: Pero <i>tú</i> lo serás pronto. Y también <i>tus</i> hijos. Y los hijos de <i>tus</i> hijos. La reina quiere que <i>te cases</i> con el conde de Guadalmedina</p>	<p>ANGÉLICA: Devemos nos separar dessas conspirações da corte. <i>Doa</i> cem mil ducados para a guerra com a França. Isso satisfará o rei e aplacará o tirano, que certamente já sabe de <i>tuas</i> andanças. Agora é melhor sermos prudentes. Conde Duque pode nos esmagar sem que ninguém mova um dedo a nosso favor, nem mesmo a rainha. <i>Tu</i> não és um nobre de Espanha?</p> <p>LUIS DE ALQUÉZAR: Mas <i>tu</i> serás em breve. E também <i>teus</i> filhos. E os filhos de <i>teus</i> filhos. A rainha quer que <i>te cases</i> com o Conde de Guadalmedina.</p>
<p>(4) MALATESTA: Íñigo, tienes que tener cuidado. ÍÑIGO BALBOA: No <i>os</i> conozco.</p>	<p>MALATESTA: Inigo. <i>Tens</i> que ter cuidado. INIGO BALBOA: Eu não <i>te</i> conheço.</p>
<p>(5) ÍÑIGO BALBOA: Yo <i>os</i> llevaré. [...] ANGÉLICA: <i>¿Cómo te llamas?</i></p>	<p>INIGO BALBOA: Eu <i>te</i> levarei. [...] ANGÉLICA: Como <i>te</i> chamas?</p>

Fonte: adaptado de Oliveira, Távora e Sobottka (2020, p. 283).

Na seção anterior, chamávamos a atenção ao fato de que sentidos mais abstratos, atrelados a fatores sociais e ao contexto pragmático, costumam ser menos perceptíveis, exigindo sensibilidade e conhecimento do tradutor para não perder de vista o sentido do texto-fonte. A *dêixis social* implicada em cada um dos diálogos de (3) a (5) é codificada, no texto-fonte, a partir de unidades linguísticas gramaticalizadas nessa função – as formas de tratamento *tú* e *vos*, nesses casos. Contudo, a informação pragmática se perde na estabilização do sistema *tu* no texto traduzido. Melhor contextualizando, em (3), a díade interacional inclui a personagem feminina Angélica e Luis Alquézar, secretário do rei e o tio que a acolheu e educou desde pequena quando se tornava órfã. Devido a essa assimetria no

seio familiar, o tio dá o trato T/*tú* e recebe, de sua sobrinha, o trato respeitoso V/*vos*. Em (4), a assimetria é demarcada inferencialmente pelo fator idade. Gualterio Malatesta é um homem adulto que está a serviço do personagem Luis de Alquézar. No ano em que se situa a cena (1622), Balboa é um adolescente de 12 anos. No dado, o interlocutor mais jovem recebe o trato T/*tú* e devolve o trato da assimetria ascendente V/*vos*. O dado em (5) envolve a interlocução entre dois indivíduos jovens de sexo diferente. Segundo a literatura – King (2010), entre outros –, no período do Século de Ouro, era comum as mulheres destinarem aos homens o trato V e receberem desses o trato T. Em (5), porém, a realidade é inversa, já que a posição social dos personagens parece ter maior impacto. Apesar da coincidência etária entre os jovens Balboa e Angélica, existe uma distância de poder motivada pelas posições sociais que ocupam: Angélica, uma dama introduzida na corte, recebe o trato V/*vos* do jovem de classe baixa, respondendo-lhe ao rapaz com o trato de poder descendente T/*tú*. (OLIVEIRA; TÁVORA; SOBOTTKA, 2020, p. 284).

Os usos linguísticos nos diálogos comentados acima parecem ilustrar o que poderia ser interpretado como um problema de tradução, no caso de observada uma assimetria de sistemas de línguas diferentes. No entanto, segundo apontam diversos estudos situados na Sociolinguística e na Linguística Histórica, resenhados por Oliveira e colegas (2020) por exemplo, o quadro sócio-histórico do paradigma das formas de tratamento demonstra expressivas aproximações entre o português e o espanhol em diferentes séculos. A estabilização do trato *tu* nas díades ilustradas no quadro (2) repercute uma homogeneização linguística que, se por um lado sustenta a padronização na boca de todo tipo de personagem – debatida por Zabalbeascoa (2008) –, por outro, debilita a demarcação do papel social dos participantes explícita no texto-fonte. Assim, a escolha do tradutor parece ilustrar, a nosso entender, um caso de dificuldade

de tradução, justificada pela variável complexa “historicidade das línguas de trabalho”⁶⁶.

Retomar as reflexões das autoras supracitadas nos parece um bom gatilho para ilustrar a questão da temporalidade linguística como um problema e também uma dificuldade de tradução, observável, frequentemente, na tradução audiovisual (mas não apenas). Os ajustes a registros específicos (variedades regionais, sociais e temporais, por exemplo) costumam se restringir ao nível semântico (ZABALBEASCOA, 2008; OLIVEIRA; TÁVORA, 20220), pois, para o usuário, o léxico é mais facilmente percebido (OLIVEIRA, 2020). Como os pronomes de tratamento circulam entre o semântico e pragmático, conforme antes debatido, é com certa frequência acionado nos ajustes estilísticos dos personagens. É o que observamos, por exemplo, no contexto a seguir, recortado da série canadense *Anne with an E*, baseada no livro *Anne of Green Gables*, de Lucy Maud Montgomery.

Na narrativa ambientada nas últimas décadas do século XIX, a jovem órfã Anne Shirley interage com vários personagens, como: seus pais adotivos (dois irmãos de idade avançada que levam uma vida simples no campo), colegas de vilarejo e de escola, professores e outros. Em seu círculo de amizade, destaca-se a relação com Diana, uma menina criada sob a rigidez dos princípios conservadores da época. No quinto episódio da primeira temporada da série⁶⁷, Anne e Diana, após serem proibidas pela mãe desta última de levar

66 O leitor poderia recordar que a tradução para dublagem e legendagem se pauta em normas e orientações específicas, fator que justificaria as escolhas aqui problematizadas. Todavia, Oliveira, Távora e Sobottka (2020) não ignoram essa realidade na discussão dos dados, observando que certos usos linguísticos impressos no texto traduzido se distanciam expressivamente do sistema das formas de tratamento do texto-fonte, tanto em termos formais, funcionais como técnicos. Defendem as autoras: “Parece-nos que preservar a equivalência pronominal e morfológica entre *vuestra merced* > *vossa mercê* y *vos* > *vós* em alguns casos teria sido uma eleição mais conveniente em favor da simetria entre dois sistemas linguísticos, tecnicamente falando” (OLIVEIRA, TÁVORA, SOBOTTKA, 2020, p. 286-287, destaque e tradução nossos).

67 Disponível no catálogo da plataforma de streaming Netflix, até o momento da escrita deste artigo.

adiante a amizade, fazem um pacto de cumplicidade e amor eternos. No diálogo intimista, Anne aciona uma linguagem solene e convida sua interlocutora a estabelecer um *pathos*.

(6) *Then, we must speak the most **pathetic language** that we can think of (...) That way we will never forget the **pathos** of this moment.*

Nesse esforço por adaptar a linguagem, ou seja, por imprimir o *pathos* daquele momento, a unidade linguística que se destaca é a forma pronominal de tratamento – um fenômeno recorrente em enunciações meta e epilinguística de personagens da ficção nesse movimento de mudança de registro. Diana, diante da orientação de Anne (transcrita acima), tanto no áudio como na legendagem originais, questiona:

(7) *With "thees" and "thous"?⁶⁸*

Interessados no objeto à luz das escolhas e estratégias tradutórias, com foco na escolha linguística sinalizada pela personagem Diana (7), transcrevemos o recorte do diálogo acima, considerando a tradução para legendagem nas línguas em que a série está disponível na plataforma.

(8) Alemão

Anne: *Dann müssen wir die ergreifendste Sprache überhaupt sprechen.*

Diana: *Mit Ihr und Euch?*

(9) Francês

Anne: *Alors nous devons parler de la façon la plus dramatique possible (...)*

Diana: *En se vouvoyant?*

(10) Italiano

Anne: *Allora useremo la lingua piu commovente di sempre.*

Diana: *Iniziamo a darci del "voi"?*

(11) Português

Anne: *Então, devemos falar na linguagem mais trágica possível.*

Diana: *Com ti e tu?*

Observamos que, no texto fonte em inglês, o *pathos* se estabelece em um movimento de arcaização da linguagem. As formas *thee* e *thou* pertencem ao paradigma T do *Middle English* até o *Early Modern English*, já que são abundantes nas obras de Shakespeare e na versão bíblica de King James.⁶⁹

No movimento tradutório para o alemão, encontramos as formas *Ihr* e *Euch*, pertencentes ao paradigma V do alemão arcaico, ou seja, à semântica da distância e do respeito, expressa no alemão atual pela forma *Sie*. Tanto na legendagem do francês como do italiano, o estabelecimento do *páthos* se dá pela demarcação da distância social através dos enunciados *se vouvoyant* e *darci del voi*, respectivamente, consoante ao adjetivo empregado no pedido de Anne: *dramatique/francês* e *commovente/italiano*. Por fim, no caso das escolhas tradutórias no texto em português, o uso do tratamento tuteante (*ti/tu*) atenderia, na perspectiva do projeto tradutório, ao apelo por uma linguagem "trágica".⁷⁰

À luz dessa observação, corrobora-se a complexa tarefa tradutória em contexto de arcaização da linguagem, sobretudo quando implicado um fenômeno linguístico complexo, como é o caso

69 Cabe lembrar que, desde o século XIV, o pronome de segunda pessoa plural *ye* vinha expandindo seu uso em contexto de formalidade no tratamento singular. Disso assumir a distribuição *thou/T* e *ye/V* no inglês de sincronias passadas.

70 Nossos agradecimentos aos colegas Luciana Rassier, Sergio Romanelli e Werner Heidermann, respectivamente das áreas de francês, italiano e alemão (DLLE/UFSC), pelo generoso debate sobre esses movimentos tradutórios.

das formas de tratamento ao interlocutor. Traduzir contextos e usos dessa natureza envolve, inevitavelmente, perdas e ganhos semântico-pragmáticos. No caso do alemão, o contexto aqui analisado preserva a pátina linguística, mas a dinâmica da solidariedade se vê comprometida. No francês e no italiano, as construções sustentam a estilística pretendida, mas, igualmente ao caso do alemão, orientam para a distância social. O caso do português é, sem dúvida, o mais intrigante, haja vista a correlação do uso das formas *ti* e *tu* – presentes em diversas variedades do português brasileiro, conforme atestam estudos sociolinguísticos, como o de Scherre *et al.* (2009) – com a “linguagem trágica”.

Cabe recordar, contudo, que, aos ouvidos do tradutor acostumado com a estabilização do *você* e do paradigma formalmente correlato em 3ª pessoa (prototípico da tendência padronizadora das editoras brasileiras), o paradigma de 2ª pessoa pode imprimir o sentido de uma estilística dramática, conforme ilustra o dado em (11), como também um tom arcaizante, como apontam as observações emergentes a partir dos diálogos do filme *Alatriste*, ilustrados no quadro 2, anteriormente neste texto.

Ainda buscando ilustrar questões da variação linguística na tradutologia, considerando o par linguístico português e espanhol, sustentamos a complexidade de traduzir contextos em que está implicada a *dêixis* social, em que é necessário captar e acomodar sentidos de graus de hierarquia, intimidade ou confiança média expressos pelo voseo de diferentes variedades da língua espanhola. Em ambas as línguas supracitadas, encontramos propostas de divisões de subsistemas de tratamentos pronominais, como a de Fontanella de Weinberg (1999), no caso do espanhol, e de Scherre *et al.* (2015), no português brasileiro, que podem auxiliar a tarefa do tradutor ao escolher a melhor opção tradutória para esse fenômeno, de acordo com cada texto-fonte.

De modo a exemplificar essa questão de tradução com a marcação dialetal de um sistema pronominal triádico – realidade encontrada no Chile e em outras variedades hispano-americanas –, destacamos trechos da série chilena *42 días en la oscuridad* (2022), do gênero drama policial, dirigido por Gaspar Antillo e Claudia Huaiquimilla, disponível na Netflix. O enredo acontece no âmbito de uma família de classe média alta do Chile, em que Verônica desaparece de forma misteriosa de sua casa, desencadeando a busca incansável por parte de sua família, em especial de sua irmã, contando com a ajuda de detetives e policiais. A seguir, apresentamos alguns dados provenientes do áudio original em espanhol e a dublagem para o português, presentes no episódio 05 da série:

Quadro 3 - A tradução do voseo chileno ao Português

Áudio em espanhol	Dublagem em português
<p>(12) Nora: Las declaraciones de Medina están llenas de inconsistencias.</p> <p>Braulio: Pero esto no es suficiente, si vos sabís. No se puede tomar detenido a este huevón por inconsistencias. (8:23)</p>	<p>Nora: As declarações do Medina estão cheias de inconsistências.</p> <p>Braulio: Mas isso não é suficiente, vocês sabem disso. Não dá pra levar ese cara sob custódia por puras inconsistências.</p>
<p>(13) Nora: Sabís que con todas las pruebas que perdieron tus excompañeros... la única que tiene la verdad aquí es la señora Verónica.</p> <p>Victor: Quizá la señora Verónica nos dé lo que nos falta para seguir adelante.</p> <p>Nora: ¿Y qué querís una tabla una tabla ouija o qué? (8:43)</p>	<p>Nora: Sabem, com todas as provas que os seus excolegas perderam...a única que sabe a verdade aqui é a senhora Verônica.</p> <p>Victor: Talvez a senhora Veronica nos dê o que precisamos para seguir em frente.</p> <p>Nora: Você quer brincar com o tabuleiro Ouija?</p>
<p>(14) Señor Fiscal: Usted sabe perfectamente que esto no prueba nada.</p> <p>Victor: Son indicios sólidos.</p> <p>Señor Fiscal: Con indicios no podemos formalizar a nadie, y usted lo tiene muy claro. (11:17)</p>	<p>Senhor fiscal: Doutor, doutor, sabe perfeitamente que isso não prova nada.</p> <p>Victor: São indícios sólidos.</p> <p>Senhor fiscal: Não podemos acusar ninguém só com indícios. E o senhor sabe muito bem disso.</p>
<p>(15) Victor: Sabes, tuve una emergencia con el caso en el que estaba [...]</p> <p>Ex de Victor: Mira, Victor, yo sé perfectamente que tú vas a tener mil excusas siempre, pero con el Joaco no. Él solo te buscó. Tienes que darle tiempo. (13:28)</p>	<p>Victor: É naquela vez eu tive uma emergência no caso que eu tava, [...]</p> <p>Ex de Victor: Olha, Victor, eu sei perfeitamente que você vai ter mil desculpas sempre, mas com o Joaco não. Ele te procurou porque quis, você tem que dar tempo pra ele.</p>
<p>(16) Victor: Eh, Joaquin, soy yo, sé que tú no quieres hablar conmigo, pero me quería saber cómo estás. Me gustaría verte, si tú puedes. Me gustaría perderte perdón. Llámame, estoy bien. Espero que tú estés bien. Te quiero. (Llamada telefónica, 14:46)</p>	<p>Victor: É... Joaquim, sou eu, sei que você não quer falar comigo, mas eu queria saber como você tá. Gostaria de te ver, se der...queria pedir desculpa pra você. Me liga, eu tô bem, espero que você esteja também. Te amo.</p>

Fonte: Recortes do material de áudio disponível na Netflix (elaboração própria).

Os dados do quadro acima representam interações entre personagens com relações variadas, companheiros de trabalho (12 e 13), hierarquia profissional (14), vínculos familiares (15 e 16), com usos pronominais variados na dublagem original em espanhol, coocorrendo o *voseo* completo do tipo chileno, os sistemas de *tú* e *usted* com concordância canônica. No entanto, na tradução ao português, constatamos um intento de padronização, através do emprego das formas *você/o senhor*, que é característica da prática tradutória audiovisual e literária. Dessa prática, decorre, em grande medida, a neutralização das marcas dialetais expressas no material fonte e o desbotamento de aspectos sociolinguísticos e culturais da língua e cultura de partida, nos termos do que pontuam Snell-Hornby (1988, 1995) e Mayoral (1998).

No que concerne ao uso do tratamento pronominal nas regiões chilenas, Fontanella de Weinberg (1999) aponta que há uma alternância generalizada entre *tuteo* e *voseo*, sem distinção funcional, mas com indexação social. A autora assevera que o *tuteo* pronominal é preferido por falantes “cultos” em estilos mais cuidados, enquanto o *voseo* (em especial o completo, *vos creí*) seria mais usado por falantes de menor nível sociocultural e em contextos informais/íntimos. Embora não caiba aqui nos estendermos na descrição do objeto, apenas cabe mencionar que o *voseo* chileno difere-se do argentino tanto em sua conjugação verbal quanto em sua alternância pronominal, ocorrendo também o *voseo* misto (*tú creís*).⁷¹

Nos dados (12) e (13), verificamos a ocorrência do *voseo* completo do tipo chileno entre as personagens Victor, Nora e Braulio, os quais trabalham juntos para resolver o caso do desaparecimento da personagem Verônica, apresentando características de intimidade. No que diz respeito à tradução do sistema *voseante*, é interessante notar que, nas duas primeiras ocorrências, opta-se, na

71

Para compreender melhor essa questão, recomendamos a leitura de Fontanella de Weinberg (1999) e Rivadeneira (2009).

versão dublada, pelo verbo em terceira pessoa do plural com sujeito elidido (sabem), distanciando-se, em certa medida, da equivalência funcional, visto que a forma *sabís* (vos chileno) destina-se a um interlocutor direto singular. Já na terceira ocorrência (*querís*), observamos a explicitação do pronome *você* acompanhado do verbo conjugado em 3ª pessoa singular no presente do indicativo.

Como mencionado, em regiões chilenas, o uso do *voseo* completo pode ser percebido como fala vulgar, não escolarizada, rural. O uso do pronome *vos*, mais do que a morfologia *voseante* em si – já que uma unidade lexical é mais perceptível que uma unidade morfológica – costuma ser, portanto, estigmatizado. Segundo Rivadeneira (2009), essa percepção social pode decorrer do forte impacto e influência do gramático e intelectual Andrés Bello no sistema educativo chileno, quem assumia o *voseo* como uma rebeldia, um barbarismo na língua espanhola. Para o gramático, o *vos* era uma forma de tratamento em plural e que não poderia ser usada no lugar das formas *tú* ou *usted* no tratamento singular, tampouco ser acompanhada das formas verbais de segunda pessoa singular.

Assim, de acordo com Rivadeneira (2009), devido à desvalorização normativa do *vos* na educação chilena, o *tuteo* pronominal ganhou espaço nos usos orais e informais dos falantes cultos, embora o *voseo* verbal tenha se mantido. Nos dados (15) e (16) observamos o uso do *tuteo* canônico partindo da personagem Victor, primeiro direcionado à sua ex-mulher, e segundo a seu filho, em uma chamada telefônica. Nessas interações, percebemos que o uso do *tuteo* pode demarcar o grau de distanciamento na relação familiar conflituosa que se estabelecia entre os personagens nessas cenas. No processo tradutório, porém, essas demarcações dialetais, estilísticas ou pragmáticas se perdem com a estabilização do uso de *você* + concordância em 3ª pessoa singular.

Sobre essa questão, é interessante apontar que, no âmbito do PB, de acordo com Castilho (2014), onde há o uso expandido do

você nos diversos contextos interacionais, pode ocorrer o uso da forma *tu* quando se quer expressar distanciamento. Desse modo, como destaca Oliveira (2020), no caso das formas de tratamento pronominais, há que levar em conta as dinâmicas dos papéis sociais entre as personagens da enunciação, em especial no ato tradutório.

Concernente ao uso das formas de tratamento pronominais no Chile, Torrejón (2010) analisa os valores do *tuteo*, *voseo* (autêntico e misto) e *ustedeo* em interações de programas televisivos, constatando que o *voseo* misto verbal se estendeu a outros setores sociais como forma de tratamento verbal solidário e íntimo entre pessoas de um mesmo grupo etário e de *status* social semelhante, tanto em áreas urbanas como em regiões afastadas. É o que indicam os dados em (12) e (13), que envolvem idades e papéis sociais em equilíbrio, como já discutimos. O *tuteo* estabelece um grau de distanciamento entre os interlocutores, substituindo o *ustedeo* no trato não solidário entre jovens e adultos de um mesmo grupo etário. Poderíamos assumir este tratamento como intermediário entre mínima e maior distância, seja concreta ou intencionada, como debatido a partir dos dados em (15) e (16). O *usted*, por sua vez, reserva-se a situações formais ou assimétricas.

Sobre esta última, em (14), o trato *usted* ilustra a relação de formalidade e assimetria entre Victor (advogado da família de Verônica) e o fiscal jurídico. Ao traduzir essa díade interacional, observa-se a convencional forma nominal *o senhor*, acompanhada do título *doutor* e verbos em terceira pessoa singular. Trata-se da seleção de uma variante que está a serviço da indicação de assimetria entre as personagens, já que a forma *você*, por sua extensão ao trato solidário e informal, perde a semântica deferencial de sua forma de origem (*vossa merced*). Distâncias etárias e sociais são fatores que motivam o emprego das formas *o senhor/a senhora* no paradigma do português brasileiro (SCHERRE *et al.*, 2015).

As reflexões trazidas a partir da análise da série chilena buscaram ilustrar a complexidade envolvida na tradução de um fenômeno com expressiva variação nas línguas envolvidas. No espanhol, conforme descreve Fontanella de Weinberg (1999), as formas de tratamento podem se organizar em sistemas binários (*tú/usted; vos/usted*) e triádico (*tú/vos/usted*) – isso sem pormenorizar a questão do *tuteo* e *voseo* pronominal, verbal e completo. No português, tal como descreve Scherre *et al.* (2015), encontramos sistemas binários (*tu/o senhor/a senhora; você/o senhor/a senhora*) e também triádico (*tu/você/o senhor/a senhora*) – igualmente, não detalhando as singularidades morfossintáticas. Como a Sociolinguística vem dando conta, o emprego de uma variante ou outra não indica, simplesmente, diferentes formas de dizer o mesmo, como se isso fosse alheio a motivações internas ou externas ao sistema linguístico. Discutimos os dados do quadro 3, anteriormente, com fins de indicar as funções das variantes e como essas repercutem (ou se apagam) nas escolhas tradutórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título atribuído à segunda seção deste texto parece dar conta do propósito que assumimos, qual seja “acionar campos distintos para um diálogo pertinente”. Atravessados pelas leituras e debates da Sociolinguística, da Pragmática e dos Estudos da Tradução, e sensíveis às complexidades do fenômeno das formas de tratamento singular no espanhol e no português, buscamos ilustrar a pertinência do diálogo in(ter)disciplinar tanto para quem procura compreender os sistemas em questão, em termos descritivos, como para quem reflete sobre eles no contexto prático da tradução. Os estudos resenhados e as reflexões ilustradas a partir de dados de amostras audiovisuais somam-se aos esforços de atestar a variação motivada por fatores sociais, a qual incide nas escolhas e efeitos tradutórios.

REFERÊNCIAS

- AGRA, K. L. O. **A integração da língua e da cultura no processo de tradução.** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2007. Disponível em: [www.bocc.ubi.pt/pag/agra-klondy-integracao da lingua.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/agra-klondy-integracao-da-lingua.pdf).
- BROWN, R.; GILMAN, A. The Pronouns of Power and Solidarity. *In*: SEBEOK, T. A. (ed.). **Style in Language.** Cambridge, Mass: MIT Press, 1960. p. 252-281.
- CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do Português Brasileiro.** 1ª ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2014
- FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. *In*: BAGNO, Marcos (Org.). **A linguística da norma.** São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-61.
- FONTANELLA DE WEINBERG, M. B. Sistemas pronominales de tratamiento usados en el mundo hispánico. *In*: BOSQUE, I. / DEMONTE, V. (Eds.): **Gramática Descriptiva de la lengua española**, 1. Madrid: RAE, 1999. p. 1399-1425.
- GUMPERZ, J. **Sociolinguistique interactionnelle.** Une approche interprétative. Paris: L'Harmattan, 1989.
- GUMPERZ, J. J. Interactional Sociolinguistics: A Personal Perspective. *In*: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. **The handbook of discourse analysis.** Reino Unido: Wiley Blackwell, 2015.
- KABATEK, J. Traducción y dignificación lingüística. *In*: DEL REY QUESADA, S.; DEL BARRIO DE LA ROSA, F.; GONZÁLEZ GÓMEZ, J. **Lenguas en contacto, ayer y hoy:** traducción y variación desde una perspectiva filológica. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2018.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos.** Tradução de Marcos Bagno; Marta Scherre; Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LABOV, W. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, 44. Texas, 1978.
- LABOV, W. **Principles of Linguistic Change:** external factors. Blackwell, Oxford UK, Cambridge USA, 2000.
- LAVANDERA, B. Where Does de Sociolinguistics Variable Stop? **Language in Society**, v. 7, p. 171-182, 1978.

LEFEVERE, A. **Translating Literature Practice and Theory in a Comparative Literature Context**. Nova York: MLA, 1992.

LEVINSON, S. C. Deixis. *In*: HORN, L. R.; WARD, G. **Handbook of Pragmatics**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 97-121.

LEVINSON, S. C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MAYORAL, R. **La traducción de la variación lingüística**. [Tesis doctoral]. Universidad de Granada, Granada, 1998.

MENÉNDEZ, M. N. El concepto de equivalencia. *In*: CAGNOLATI, B. E. (Comp.). **La traductología: miradas para comprender su complejidad**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata / Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2012. p. 117-187.

MORÍN, A.; ALMEIDA, M.; RODRÍGUEZ, J. Variación y cambio en el sistema pronominal de trato: el caso del español canario. *In*: HUMMEL, M.; KLUGE, B.; VÁSZQUEZ LASLOP, M. E. (Orgs.). **Formas y fórmulas de tratamiento en el mundo hispánico**. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 2010. p. 717-734.

NIDA, E. **Toward a Science of Translation**. Leiden: E. J. Brill, 1964.

NORD, C. El funcionalismo en la enseñanza de traducción. **Mutatis Mutandis**. Vol. 2, nº. 2. 2009. p. 209 – 243. Disponível em: <http://goo.gl/7kdLWX>. Acesso em: 03 mar. 2023.

OLIVEIRA, A. R. Equivalência: sinônimo de divergência. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, n. 19, p. 97-114, 2007.

OLIVEIRA, L. C. de. Del léxico a la deixis social: reflexiones sobre las formas de tratamiento en el ámbito de la Traducción. **Fórum Linguístico**, v. 17 n. 2, 2020, p. 4770-4786. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2020v17n2p4770>

OLIVEIRA, L. C. de; PEREIRA, W. M.; PONTES, V. de O.; TÁVORA, B.; SOBOTTKA, M. A. W. **Estudo sobre as implicações da variação linguística e seus efeitos de sentido sob uma interface entre Linguística, Literatura e Estudos da Tradução**. Projeto de Pesquisa. Aprovado e financiado pelo CNPQ – Edital Chamada CNPq/MCTI N. 10/2023 – Faixa A – Grupos emergentes, 2023.

OLIVEIRA, L. C. de; TÁVORA, B. Marcas de oralidade e temporalidade linguística: estudo sobre as formas clínicas em traduções de Don Quijote para o português. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 64, 2022, p. 1-17 DOI: 10.20396/cel.v64i00.8665735. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8665735>.

OLIVEIRA, L. C. de.; TÁVORA, B.; SOBOTTKA, M. A. W. S. Reflexões no entorno da tradução audiovisual: Entrevista com Claudia Moreno. **Belas Infiéis**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 01-16, 2021. DOI: 10.26512/belasinfiéis.v10.n1.2021.35517. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/35517>.

OLIVEIRA, L. C. de.; TÁVORA, B.; SOBOTTKA, M. A. W. La negociación en la oralidad fingida: un estudio sobre las formas de tratamiento en la representación artística del Siglo de Oro español. **Gragoatá**, Niterói, v. 25, n. Comemorativo, julho 2020, p. 268-290. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/34203/25377>.

PEREIRA, L. L. de O.; PONTES, V. de O. A tradução das formas de tratamento do espanhol para o português brasileiro e a questão da variação linguística. **Transversal**, Fortaleza, v.1, n.2, 2015, p. 48-67. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/index.php/TRANSVERSAL/article/view/2495>.

PÉREZ GARCÍA, E. La deixis social como concepto pragmático en la interpretación sociolingüística: delimitación de estudios. **Interlingüística**, n. 17, p. 807-816, 2007. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2317676>.

PONTES, V. de O.; FRANCIS, M. A noção de equivalência para os Estudos da Tradução, Lexicografia e Sociolinguística Variacionista. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, n.34, p. 229-247, 2014.

PONTES, V. de O. A tradução da variação linguística e o ensino de língua estrangeira: da teoria à prática docente. **Cadernos da UFF**, dossiê - tradução n. 48, p. 223-237, 2014.

PYM, A. **Teorías contemporáneas de la traducción**: materiales para un curso universitario. Tarragona: Intercultural Studies Group, 2012. Disponível em: http://isg.urv.es/publicity/isg/publications/2011_teorias/pym_teorias_traducccion_web.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

RIVANDEIRA, M. **El voseo en medios de comunicación de Chile**: descripción y análisis de la variación dialectal y funcional. 2009. 400p. Tese – (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto Universitário de Linguística Aplicada, Universidade Pompeu Fabra, 2009.

ROMERO, L. La variación lingüística en los géneros de ficción: conceptos y problemas sobre su traducibilidad: conceptos y problemas sobre su traducibilidad. **Hermeneus**: Revista de la Facultad de Traducción e Interpretación de Soria, n. 15, p. 191-249, 2013. Disponível em: <http://uvadoc.uva.es/handle/10324/8625>.

SCHERRE, M. M. P.; LUCCA, N. N. G.; DIAS, E. P.; ANDRADE, C. Q.; MARTINS, G. F. Usos dos pronomes você e tu no português brasileiro. **II SIMELP** - Universidade de Évora, 2009.

SCHERRE, M. M. P. *et. al.* Variação dos pronomes Tu e você. *In:* MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (Org.). **Mapeamento sociolinguístico do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015. p.133-172.

SILVA, V. L. P. Notícias recentes da presença do pronome *tu* no quadro de pronomes no Português falado no Rio de Janeiro. *In:* COUTO, L. R.; SANTOS, C. R. L. (Org.). **Las Formas de Tratamiento en Español y en Portugués**. Variación, cambio y funciones conversacionales. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011. p. 245-261.

SINNER, C. Las relaciones sociales como problema en la traducción de la oralidad fingida y la transformación necesaria del contenido. *In:* BELTRÁN, G.; DŁUŻNIEWSKA-ŁOŚ, K. (coord.). **Traducción: ¿manipulación o transformación necesaria?**, vol. III. Varsovia: Instituto de Estudios Ibéricos e Iberoamericanos, de la Universidad de Varsovia 2020. p. 139-148.

SNELL-HORNBY, M. **Translation Studies: an Integrated Approach**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company / Philadelphia, 1988/1995.

TARALLO, F. **A Pesquisa Sociolinguística**. 7a. ed. São Paulo: Ática, 2005.

TORREJÓN, A. Nuevas observaciones del voseo en el español de Chile. *In:* HUMMEL, M. *et al.* **Formas y Fórmulas de tratamiento en el mundo hispánico**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y literarios; Graz, Austria, Universidade Karl Franzens, 2010. p.757-769.

VENUTI, L. **The Translation studies reader**. London: Routledge, 2000.

ZABALBEASCOA, P. La credibilidad de los diálogos traducidos para audiovisuales. *In:* BRUMME, J. (Coord.). **La oralidad fingida: descripción y traducción: teatro, cómic y medios audiovisuales**. Vervuert Verlagsgesellschaft, 2008. p. 155-176.

ZWISLER, J. J. Tú, Usted and the construction of male heterosexuality in young, working class men in Tolima. **Cuadernos de Lingüística Hispánica**, (29), 2017, 39-62. doi: <http://dx.doi.org/10.19053/0121053X.n29.20175846>.



9

*Patrícia Araújo Vieira
Valdecy de Oliveira Pontes
Rodrigo Nogueira Machado
Stephanie de Lima Lessa
Mariana Farias Lima*

LÍNGUAS EM CONTATO, VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA NA LIBRAS:

**MAPEAMENTO DE ESTUDOS BRASILEIROS SOB
A PERSPECTIVA DA SOCIOLINGUÍSTICA LABOVIANA**

INTRODUÇÃO

Este capítulo trata do mapeamento de estudos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), que envolvem discussões pertinentes às línguas de contato e aos fenômenos de variação e mudança linguística, levando em consideração os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (Laboviana).

Ao mapearmos os estudos sociolinguísticos de cunho variacionista, é importante deixarmos claro que não só a variação linguística, mas também o “contato entre as línguas, questões relativas ao surgimento e extinção linguística, multilinguismo, [...] e mudança constituem temas de investigação na área” da Sociolinguística (MOLLICA, 2013, p. 10).

Dessa forma, apesar de o fenômeno de variação ser o foco da vertente variacionista, o escopo da Sociolinguística Variacionista (Laboviana) vai além disso, visto que examina, também, outras questões que permeiam a relação entre língua e sociedade. Nesse sentido, Labov (2008) assevera que o objeto de estudo da Sociolinguística é a língua falada⁷² em relação ao contexto social, partindo da comunidade de fala. Labov (1978) argumenta, inclusive, que a Sociolinguística é “sócio” não só porque lida com fatores estilísticos e sociais, mas por analisar a língua como componente social.

Vale salientar, ainda, que, de acordo com Labov (2008), a comunidade de fala é delimitada pelo compartilhamento de normas linguísticas e sociais, que “podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso” (LABOV, 2008, p. 150).

72

É salutar pontuarmos que, mesmo com foco em dados de fala, a Sociolinguística Variacionista não exclui a escrita de suas possibilidades de análise e de seus estudos, posto que nela a variação também pode se manifestar.

Em nosso contexto de análise, a Libras é a língua oficial da comunidade surda, reconhecida pela Lei 10436/2002⁷³, mas seus usuários vivem em um país em que a maioria dos habitantes usam uma língua oral, e esse contato linguístico entre línguas de modalidades diferentes pressiona o sistema linguístico da Libras, ocasionando interferência e mudanças linguísticas. Além disso, com o advento das tecnologias de comunicação humana, reduziram-se as barreiras comunicativas entre surdos do mundo todo, aumentando, dessa forma, as possibilidades de influência de outras línguas de sinais sobre a Libras. Conforme Pêgo (2013), muitas das transformações linguísticas são resultados de demandas sociais entre os grupos de falantes das línguas em contato.

Dessa forma, neste estudo, propomo-nos a aportar um panorama dos estudos sociolinguísticos realizados sobre a influência das línguas orais e de sinais sobre a Libras. Para atingir o nosso objetivo, elencamos estudos que tratam da interferência resultante do contato entre línguas orais/ línguas de sinais e a Libras e, ainda, resenhamos esses trabalhos com o propósito de apresentar o estado da arte sobre esta temática.

Inicialmente, realizamos o levantamento de artigos, dissertações e teses no portal Capes e no Google Acadêmico entre os anos de 2010 a 2022. A seleção dos artigos levou em consideração revistas que apresentassem qualis A ou B. Também, selecionamos teses e dissertações que apresentassem a mesma temática proposta neste capítulo.

Na próxima seção, tecemos uma discussão no que tange ao contato das línguas de sinais e línguas orais com a Libras.

73 Reconhecemos as diversas línguas de sinais emergentes de comunidades minoritárias no Brasil. De acordo com Araújo *et al.* (2022, p. 722), "são relatadas no Brasil diferentes línguas de sinais emergentes, com diferentes graus de descrição e documentação". Temos exemplos das línguas de sinais indígenas, como Ka'apor e a Terena (SOARES; FARGETTI, 2022).

CONTATO NAS LÍNGUAS DE SINAIS

De acordo com Pêgo (2013, p. 19), até os estudos linguísticos de Stokoe (1960), as línguas de sinais eram vistas como “gestos ou pantomima, incapazes de expressar conceitos abstratos”. Stokoe, a partir dos estudos sobre a ASL (*American Sign Language*), evidenciou que as línguas de sinais são um sistema complexo de símbolos abstratos com uma estrutura interna, que atende a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, tanto no léxico, pela formação de palavras; na sintaxe, pela capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças. Além de outros aspectos linguísticos: fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático. Stokoe também, conforme Xavier (2019), apontou para a variação na ASL quando verificou em um dicionário publicado em parceria com Casterline e Croneberg em 1965 a existência de dialetos diferentes da ASL na Virgínia e na Carolina do Norte e de um dialeto comum em Maine, Vermont e New Hampshire. A esse fato, Xavier (2019) reforça que o reconhecimento de que as línguas de sinais variam se sustenta desde o princípio.

Silva (2021, p. 09), sobre o número de línguas de sinais no Brasil, aponta aproximadamente vinte e uma línguas de sinais utilizadas pelas comunidades surdas e por comunidades isoladas no Brasil, identificadas nas zonas rurais e em comunidades indígenas. Logo, de acordo com Machado (2022), nesse contexto de diversidade linguística, o contato entre línguas de sinais e entre línguas de sinais e língua orais pode acontecer, e as consequências vão desde uma escala simples até as de alcance mais amplo, ou seja, desde a produção de fenômenos linguísticos simples como empréstimos até o efeito de línguas mistas.

Para Xavier (2019, p. 51), por ser uma língua minoritária e por estar em constante contato com as línguas orais majoritárias,

isso favorece a incorporação de elementos das línguas orais sobre as línguas de sinais.

Em Machado (2022, p. 45), o autor expõe as possibilidades de interferência no sistema linguístico das línguas de sinais quando em contato com outras línguas de sinais e/ou orais por:

1. Modalidade oral-auditiva: a influência das línguas faladas a partir do contato com as línguas de sinais;
2. Modalidade gráfico-visual: a influência do sistema escrito de uma língua oral sobre uma língua de sinais;
3. Modalidade gesto-visual: a influência de gestos culturais tanto dos ouvintes quanto de surdos sobre uma língua de sinais.

Para Quinto-Pozos e Adam (2015, p. 29, tradução nossa), “o contato entre línguas é parte de uma evolução das línguas no mundo”⁷⁴. Os autores explicam que é comum, em uma determinada região do mundo, acontecer o uso de mais de uma língua de sinais, como no caso da Universidade de Gallaudet, em Washington, nos Estados Unidos, em que há constante contato entre o inglês oral, ASL e línguas de sinais de diversos países. Dessa forma, os autores classificam esse contato em dois tipos de interação (QUINTO-POZOS; ADAM, 2015, p. 30):

1. Contato unimodal – interação entre as línguas em mesma modalidade: falada - falada; sinalizada - sinalizada; escrita - escrita;
2. Contato bimodal (ou multimodal) – interação entre línguas de modalidade diferentes: sinalizada - falada; sinalizada - escrita; falada - escrita.

74

Language contact is part of the evolutionary history of languages in the world (QUINTO-POZOS; ADAM, 2015, p. 29).

Sobre o contato unimodal, Rathmann (2020) chama atenção para a necessidade de mais estudos sobre essa relação de contato. Com o advento das redes sociais, a possibilidade de interação por vídeos expandiu o contato entre surdos do mundo todo, possibilitando contato unimodal entre as línguas de sinais. Por isso, o autor expõe a necessidade de mais estudos sobre esse contato pela mesma modalidade, orientando a estudar a relação entre a língua de sinais majoritária e as línguas de sinais de comunidades de surdos menores, fora dos centros urbanos. Ainda conforme o autor, o estudo sobre contatos linguísticos favorece a compreensão de áreas como o Léxico, a fonética-fonologia em interface com a prosódia e a morfossintaxe.

Machado (2022) também enfatiza que a alta influência da língua oral sobre a língua de sinais influencia a formação da articulação-boca (*mouthings*) que é uma característica de contato entre a língua falada e a língua sinalizada. É quando um falante das línguas de sinais produz um sinal com o movimento de articulação da boca, mas sem voz audível. Quando há a presença de línguas de modalidades diferentes ao mesmo tempo, temos o *code-blending* (SOUZA; QUADROS, 2012). Sobre esse fenômeno, Quadros (2017) explica que, como as línguas de sinais usam articuladores independentes das línguas orais, pessoas bilíngues podem produzir as duas línguas simultaneamente, em sobreposição. Esse fenômeno, conforme Grovitz (2020), é muito comum na produção linguística de Codas (*Children of Deaf Adults*) e tradutores da Libras.

Na próxima seção, apresentaremos um mapeamento sobre os estudos sociolinguísticos brasileiros desenvolvidos, que tratam da influência das línguas em contato (línguas orais e sinalizadas) sobre a Libras.

A INFLUÊNCIA DE LÍNGUAS ORAIS E O FENÔMENO DE VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA NA LIBRAS:

MAPEAMENTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

A seleção dos artigos, teses e dissertações não foi uma tarefa fácil, uma vez que, em sua maioria, a discussão está mais centrada no âmbito dos estudos gramaticais da Libras, como foi a dissertação de Pêgo (2013) – Sinais não-manuais gramaticais da LSB nos traços morfológicos e lexicais: um estudo do morfema-boca.

Destarte, como o objetivo desse capítulo é mapear os estudos sociolinguísticos brasileiros sobre a Libras, relacionados ao tema – línguas em contato e mudanças linguísticas, selecionamos, portanto, 1 dissertação, 1 tese e 3 artigos:

Dissertação:

1. Diniz (2010) – A história da Língua de Sinais Brasileira (Libras): um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais;

Tese:

2. Machado (2022) – Empréstimos linguísticos na Libras: modalidades e categorização.

Artigos:

3. Gorovitz e Duarte (2020) – Uma análise sociolinguística do fenômeno de contato de línguas de *code-blending* no par linguístico Libras-português;

4. Covezzi e Padilha (2018) – Contato de línguas no estudo de empréstimos linguísticos: Língua de Sinais Francesa/Libras;
5. Silva (2015) – Variação sociolinguística na língua brasileira de sinais: o caso dos sinais mãe e pai em Florianópolis;

Em Diniz (2010), a autora faz um estudo descritivo sobre a mudança linguística na Libras, procurando entender todo o processo de mudança no uso desta língua atualmente. Para isso, ela recuperou dicionários que trazem os registros da Libras e que foram produzidos em épocas distintas. Esses dicionários, conforme documentação do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), são: *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, de Flausino José da Gama (1875); *Linguagem das mãos*, de Eugenio Oates (1969); *Dicionário digital do INES* (2006), produzido em CD-ROOM, por uma equipe de profissionais surdos e bilíngues. Diniz (2010) considera esses dicionários como documentos de base histórica da Libras.

Pelos dicionários, a autora fez uma análise comparativa dos sinais em duas etapas: 1. Escolheu os sinais e os descreveu quanto às características fonológicas; 2. Comparou os sinais observando a mudança linguística e elencando em três categorias: sinais que permanecem idênticos até hoje; sinais que passaram por mudanças em algumas de suas características fonológicas e sinais que passaram por uma mudança lexical.

Sobre a mudança fonológica, a autora observou os seguintes parâmetros fonológicos: configuração de mão (CM); movimento (MOV); locação (LOC); orientação de mão (OP). Em relação à mudança de um parâmetro fonológico, Diniz (2010) destacou a influência da língua portuguesa quanto à configuração de mão que segue o alfabeto manual⁷⁵, conforme constatado no dicionário de Oates (1969) em relação ao dicionário de Gama (1875), como em

75

O alfabeto manual é um empréstimo da língua portuguesa, realizado por meio de configurações de mãos referenciando o alfabeto da língua portuguesa.

sinais como PROFESSOR, FAMÍLIA, COPO, em que a configuração de mão assumiu a letra P, F e C do alfabeto manual.

Diniz (2010, p. 103) explica que, como qualquer língua, a Libras evolui “ao longo do tempo de acordo com suas funções sociais e suas relações da comunidade surda com a comunidade ouvinte e sua Língua Portuguesa”. No entanto, a autora verificou que alguns sinais nos dicionários verificados não são usuais pelos surdos, nem mesmo se qualificam como gestos. Sobre isso, considera a possibilidade de alguns sinais serem uma ideia do autor ouvinte tentando criar ou influenciar na criação de um sinal.

A tese de Machado (2022) foi o primeiro estudo a analisar a relação do contato e influência da língua portuguesa sobre a Libras dentro de uma perspectiva sociolinguística. O autor seleciona os empréstimos linguísticos e desenvolve um estudo de *corpus*, utilizando o Projeto Inventário Nacional da Libras, a fim de identificar sinais que possuem empréstimos linguísticos de outras línguas e os gestos culturais, oriundos de diversas modalidades linguísticas.

Os dados partiram de 35 surdos, de 16 estados brasileiros, sendo oriundos das 5 regiões brasileiras: na região sul com 8 sujeitos; no Sudeste com 11 sujeitos; no centro-oeste com 2; no Nordeste com 10; no Norte com 4; perfazendo um total de 16 estados brasileiros, sendo um deles o Distrito Federal. Dentre os participantes do *corpus* de Surdos, o autor selecionou 12 informantes para a análise, aproximadamente 34% dos participantes, sendo 6 do sexo masculino e 6 do sexo feminino. O autor frisa que esses surdos exercem papéis sociais, liderando uma linha de atos e atividades em diversos níveis sociais, tais como, nos níveis educacionais, esportivos, culturais, políticos, sociais, intelectuais e comunitários.

A metodologia seguiu alguns passos e pressupostos elaborados pelo próprio autor (MACHADO, 2016), com as modalidades falada, escrita, sinalizada e os gestos culturais. Machado (2022)

utilizou os estudos sobre línguas em contato a partir dos estudos de modalidades linguísticas de Meier (2002), Quinto-Pozos e Adam (2020; 2015) e Nascimento e Daroque (2019); dos estudos sobre empréstimos linguísticos de Brentari e Padden (2001), Carvalho (2009), Faria-Nascimento (2009), Adam (2012), a fim de identificar características no processo de formação/incorporação desses empréstimos de diversas modalidades, para o preenchimento de itens lexicais de empréstimos linguísticos na Libras.

Machado (2022) utilizou o *software* ELAN para as anotações e análise dos dados, de onde localizou 3.141 empréstimos linguísticos oriundos de 10 estados brasileiros e das diversas regiões do país. A análise englobou 28.642 itens lexicais, sendo que por modalidade foram identificados: 1. língua falada – 51; 2. língua escrita – 2.298; 3. língua sinalizada – 468; 4. gestos culturais – 324. No entanto, ele reduziu o léxico da sua análise para: 1. Modalidade da língua falada – 27 ocorrências; 2. modalidade da língua escrita – 70; 3. modalidade da língua sinalizada – 43; 4. gestos culturais – 19, formando, assim, 159 no todo.

Os resultados desse estudo revelaram que o contato entre a língua portuguesa e a Libras apresenta mudanças significativas na produção linguística dos surdos, a partir da articulação-boca. Assim como Pêgo (2021), Machado também localizou importantes influências da articulação-boca divergente com o sinal - 0,12%, mas ele frisa que é a menor taxa de todas as modalidades linguísticas interferentes. Embora seja fraca, o autor ressalta que é importante entender como esse processo acontece e influencia a produção linguística em Libras dos surdos.

Sobre a modalidade língua escrita, o autor evidenciou um percentual de 8,02% de ocorrências de influência linguística oriunda da escrita da língua portuguesa, influência do alfabeto manual, conforme também observou Diniz (2010), que são: 1. soletração; 2. iniciação pelo alfabeto manual; 3. sinais compostos. Para o autor, essa

alta interferência se justifica pelo constante contato linguístico que os surdos têm com a escrita no contexto escolar, no dia a dia e nas redes sociais, pois a sociedade brasileira é grafocêntrica e, portanto, esse contato é constante na vida dos surdos.

Em Grovitz e Duarte (2020), no artigo “Uma análise sociolinguística do fenômeno de contato de línguas de *code-blending* no par linguístico Libras-português”, discute-se o fenômeno de contato linguístico entre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o português, a partir de uma perspectiva sociolinguística. As autoras citam Sousa e Quadros (2012, p. 329) ao definir o *code-blending* como um fenômeno linguístico que ocorre quando “duas línguas são produzidas simultaneamente”. Grovitz e Duarte (2020) buscaram entender quais fatores extralinguísticos se relacionam com as variedades de *code-blending* em situações específicas, destacando como essa prática pode ser vista como um recurso linguístico adaptativo que reflete a complexidade e a diversidade da comunicação na sociedade contemporânea.

A partir de uma pesquisa qualitativa, discursos de surdos e ouvintes usuários da Libras foram analisados em contextos espontâneos. Grovitz e Duarte (2020) identificaram que o *code-blending* é um fenômeno frequente na fala desses indivíduos e ocorre de maneira variada, como o uso de expressões faciais do português em conjunto com sinais da Libras, a inserção de palavras em português dentro de frases em Libras e a mistura de elementos gramaticais das duas línguas em uma única sentença.

Além disso, o estudo apontou que o fenômeno de *code-blending* pode ser favorecido por fatores sociolinguísticos, não somente o perfil do falante, sendo eles, Codas, surdos oralizados, ouvintes com fluência em Libras como segunda língua, como também o gênero discursivo que está em uso. A compreensão desse fenômeno é importante para valorizar o multilinguismo, bem como promover a inclusão linguística e cultural da comunidade surda. Nesse sentido, as autoras chamam a atenção para a necessidade de reconhecer e

valorizar a singularidade e autonomia da Libras como língua completa e independente, destacando que políticas linguísticas inclusivas têm sido elaboradas e implementadas lentamente para garantir os direitos linguísticos dos surdos.

Ainda sobre contatos linguísticos e as influências, Covezzi e Padilha (2018) fazem um estudo sobre os empréstimos linguísticos na Libras oriundos da Língua de Sinais Francesa (LSF) e da Língua Francesa Oralizada (LFO), tendo como fundamentação teórica os estudos bakhtinianos e os conceitos de Ecolinguística.

As autoras explicam que a Ecolinguística indica que o contato de línguas ocorre no deslocamento territorial entre povos. Compreendem que o contato linguístico entre as línguas pode ocorrer de forma direta ou indireta. Sendo a direta, pode ocorrer o deslocamento de um povo ou parte dele para o território de outro povo, como também pode ocorrer por um movimento inverso. Uma outra forma seria quando dois povos diferentes ou parte deles mudam-se para um terceiro território. Sendo indireta ou sem contato, ocorre quando um grupo de falantes de uma determinada comunidade se desloca e se fixa em uma nova comunidade e perde o contato com os membros da comunidade anterior.

No caso da Libras, esse contato ocorreu com a atuação do francês E. Huet no Colégio Nacional para Surdos-Mudos, atual INES. Huet ficou surdo aos 12 anos, devido a um sarampo, logo, ele dominava tanto o francês oral quanto a LSF. Com essa experiência linguística, começa a ensinar duas irmãs francesas surdas e a partir daí desenvolve um método gestual que misturava a gramática francesa da língua oral com a LSF.

A convite de D. Pedro II, Huet foi convidado a iniciar a educação de surdos no Brasil. Em 1957 foi fundado o Imperial Instituto Nacional de Surdos-mudos no Rio de Janeiro (atualmente INES). Obras como Iconografia dos Signaes (1875) revelam que a presença

desse francês influenciou a Libras desde a configuração de mão do alfabeto manual, como as letras A, M, N como também a produção lexical. Covezzi e Padilha (2018) verificaram a influência da língua francesa oral na Libras, como o sinal TRABALHAR com configuração em L de *labour*, perguntar com configuração em D de *demander*, feio com configuração em L de *laid*. As autoras verificaram que a LSF não apresentava essas configurações de mãos, o que prova a interferência da língua oral francesa e não da LSF. Também citam a influência da LSF na Libras e que até hoje as duas línguas mantêm os mesmos sinais: année – ano; chocolat – chocolate; viande – carne; voir – ver.

A relação de contato entre as duas línguas é reforçada pelas autoras por meio dos estudos Bakhtinianos quando diz que o enunciado “nasce na inter-relação discursiva. Portanto, a interação entre os sujeitos e o contexto histórico-social, em que ocorre o enunciado, concorre para sua compreensão, assim como influencia a evolução das formas da língua.” (COVEZZI; PADILHA, 2018, p. 18). As autoras ainda explicam que “todo movimento de mudança na língua está intrinsecamente relacionado ao da comunidade discursiva que dela se serve, compreendendo, então, todos os aspectos da vida: social, cultural, político, religioso (COVEZZI; PADILHA, 2018, p. 18).

Covezzi e Padilha (2018) concluem que cerca de 40 a 50% do léxico da Libras é oriundo da LSF, mantendo a mesma constituição morfológica. E levando em consideração os estudos de contato de línguas ecolinguísticos, ou seja, quando uma língua (L1) é deslocada ao território de outro povo com outra língua (L2), como no caso da LSF (L1) sobre a Libras (L2), para a autoras, isso confirma a tese de influência e interferência linguística a partir do contato territorial entre esses povos.

Silva (2015), em seu artigo “Variação sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais: O caso dos sinais mãe e pai em Florianópolis”, busca investigar a variação linguística presente na Libras. O estudo tem como enfoque a sociolinguística e busca analisar a

variação linguística presente na Libras, tendo em vista o seu uso cotidiano. Para a autora, a investigação da variação linguística na Libras pode ser de grande utilidade para questões mais amplas, uma vez que ajuda a compreender como a linguagem se organiza e se estrutura, ao mesmo tempo em que contribui para o avanço do conhecimento sobre essa língua de sinais em particular.

Partindo do pressuposto de que a variação linguística é um fenômeno presente em todas as línguas e que pode ser influenciada por diversos fatores, a autora argumenta que a variação sociolinguística na Libras pode ser influenciada por fatores sociais, culturais e históricos, que refletem a diversidade linguística e cultural da comunidade surda brasileira. Os sinais são analisados sob uma perspectiva diastrática levando em consideração que o fator social idade é de maior relevância no uso das variantes que à função gramatical. O estudo de caso foi feito com 20 surdos que têm a Libras como primeira língua, sendo 10 homens e 10 mulheres, localizados na capital de Florianópolis. Silva (2015) verificou o uso de variantes na reprodução dos sinais PAI e MÃE, utilizando entrevistas gravadas em vídeo onde os participantes contavam suas histórias de vida.

Para o estudo a autora considerou que a variável PAI possui três variantes, sendo o sinal HOMEM+BENÇÃO considerada a forma padrão, a segunda variante sendo a forma soletrada e a terceira o sinal proveniente do Rio grande do Sul, fazendo alusão a um bigode. Para a variante MÃE há três principais variantes, sendo o sinal MULHER+BENÇÃO igualmente considerada a forma padrão, e como forma não padrão apenas o sinal de BENÇÃO com a supressão do sinal MULHER e a terceira variante onde o dedo indicador toca o nariz duas vezes a lateral do nariz.

Os resultados apontaram que a variante-padrão de PAI está em desuso e que a variante proveniente do Rio Grande do Sul foi a mais escolhida entre os jovens, supondo que esta futuramente venha a se tornar a nova variante-padrão. No que diz respeito ao sinal MÃE,

a pesquisa aponta que a variante em desuso é a de BENÇÃÃO, pois não foi utilizada por nenhum jovem. Além disso, de acordo com o dicionário do INES, os sinais de PAI e MÃE são somados ao sinal de NASCER e não ao de BENÇÃÃO, reforçando que ambos os sinais sofreram alterações significativas, sugerindo que essas mudanças estão ligadas a transformações culturais e às experiências sociais. Por fim, a autora comprova a hipótese de que o fator idade é o mais determinante. O estudo contribuiu para uma melhor compreensão da variação linguística na Libras, enfatizando a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade linguística e cultural da comunidade surda brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do mapeamento realizado, podemos verificar que o número de artigos, dissertações e teses sobre a descrição e análise da Libras pelo viés da Sociolinguística Laboviana ainda é muito reduzido no Brasil. Além disso, como pôde ser visto, a pesquisa nesse âmbito está fragmentada, o que poderia ser entendido como um aspecto positivo, uma vez que isso poderia representar uma diversidade no campo de estudo, não fosse o pequeno volume de pesquisas sociolinguísticas, ainda incipientes.

Dentre as poucas temáticas exploradas nos estudos apresentados, podemos elencar as seguintes: (i) a noção de erro, sinalizador nativo e comunidade de fala na Libras; (ii) empréstimos linguísticos; (iii) línguas em contato; (iv) variação linguística e mudança. Nesse sentido, seria oportuna, para os próximos anos, a proposição de uma agenda de pesquisa que ampliasse o escopo dos estudos sociolinguísticos, para a descrição do sistema linguístico da Libras, considerando a análise de fenômenos variáveis, nos diferentes níveis linguísticos (COELHO *et al.*, 2015), a saber: (i) lexical; (ii) fonológico;

(iii) morfo-fonológico, morfológico e morfossintático; (iv) sintático; (v) discursivo. Além disso, seria pertinente a proposição de uma discussão, pelo viés da Sociolinguística, sobre a política linguística para a Libras no Brasil.

REFERÊNCIAS

ADAM, R. Language contact and borrowing. *In*: PFAU, R.; STEINBACH, M.; WOLL, B. (Orgs.). **Sign language: an international handbook**. Berlin, 2012. p. 841-861.

ARAÚJO, P. J. P.; DE OLIVEIRA, A. F.; RODRIGUES, E. O. P. Por que escrever gramáticas de línguas de sinais emergentes. **Domínios de Lingu@gem**, v. 16, n. 02, p. 721-746, 2022.

BRENTARI, D.; PADDEN, C. Native and foreign vocabulary in American Sign Language: A lexicon with multiple origins. *In*: BRENTARI, D. (Ed.). **Foreign vocabulary in sign languages: a cross-linguistic investigation of word formation**. Psychology Press, 2001, p. 87-119, 2001.

CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos na língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2009.

COELHO, I. L. *et al.* **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

COVEZZI, M. M.; DE JESUS PADILHA, S. Contato de línguas no estudo de empréstimos linguísticos: Língua de Sinais Francesa/Libras. **Polifonia**, v. 25, n. 38.1, p. 174-192, 2018.

DINIZ, H. G. **A história da Língua de Sinais Brasileira (Libras): um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, SC, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93667>. Acesso em: 12 maio 2023.

FARIA-NASCIMENTO, S. P. Representações Lexicais da Língua de Sinais Brasileira: Uma Proposta Lexicográfica. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6547>. Acesso em: 12 maio 2023.

GAMA, F. J. **Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1875.

GOROVITZ, S.; DUARTE, L. R. Uma análise sociolinguística do fenômeno de contato de línguas de code-blending no par linguístico Libras-português. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 23, n. 4, p. 1097-1120, 2020.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, W. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, 44. Texas, 1978.

MACHADO, R. N. **Empréstimos linguísticos na Libras: Primeira turma do curso de Letras Libras da UFSC**. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/173253>. Acesso em: 12 maio 2023.

MACHADO, R. N. **Empréstimos linguísticos na Libras: modalidades e categorização**. 2022. 167f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. (a tese ainda não está disponível).

MEIER, R. P. **Modality Issues in Signed and Spoken Language**. Editora: Elsevier, 2006.

OATES, E. **Linguagem das Mãos**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora S.A. COLTED, 1969.

PÊGO, C. F. **Sinais não-manuais gramaticais da LSB nos traços morfológicos e lexicais: um estudo do morfema-boca**. 2013. 88f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13303>. Acesso em: 12 maio 2023.

PÊGO, C. F. **Articulação-boca na Libras: um estudo tipológico-semântico-funcional**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227070>. Acesso em: 12 maio 2023

QUADROS, R. M. de. **Língua de herança: Língua brasileira de sinais**. Porto Alegre: Penso, 2017.

QUINTO-POZOS, D.; ADAM, R. Sign languages in contact. *In*: SCHEMBRI, A. C.;

LUCAS, C. (Eds.). **Sociolinguistics and Deaf Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 29-60.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. *In*: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9 -14.

NASCIMENTO, V.; DAROQUE, S. C. Língua oral-auditiva e língua gesto-visual. /n: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. dos; MARTINS, V. R. de O. **Libras: aspectos fundamentais**. Curitiba: InterSaberes, 2019. p. 43 - 76.

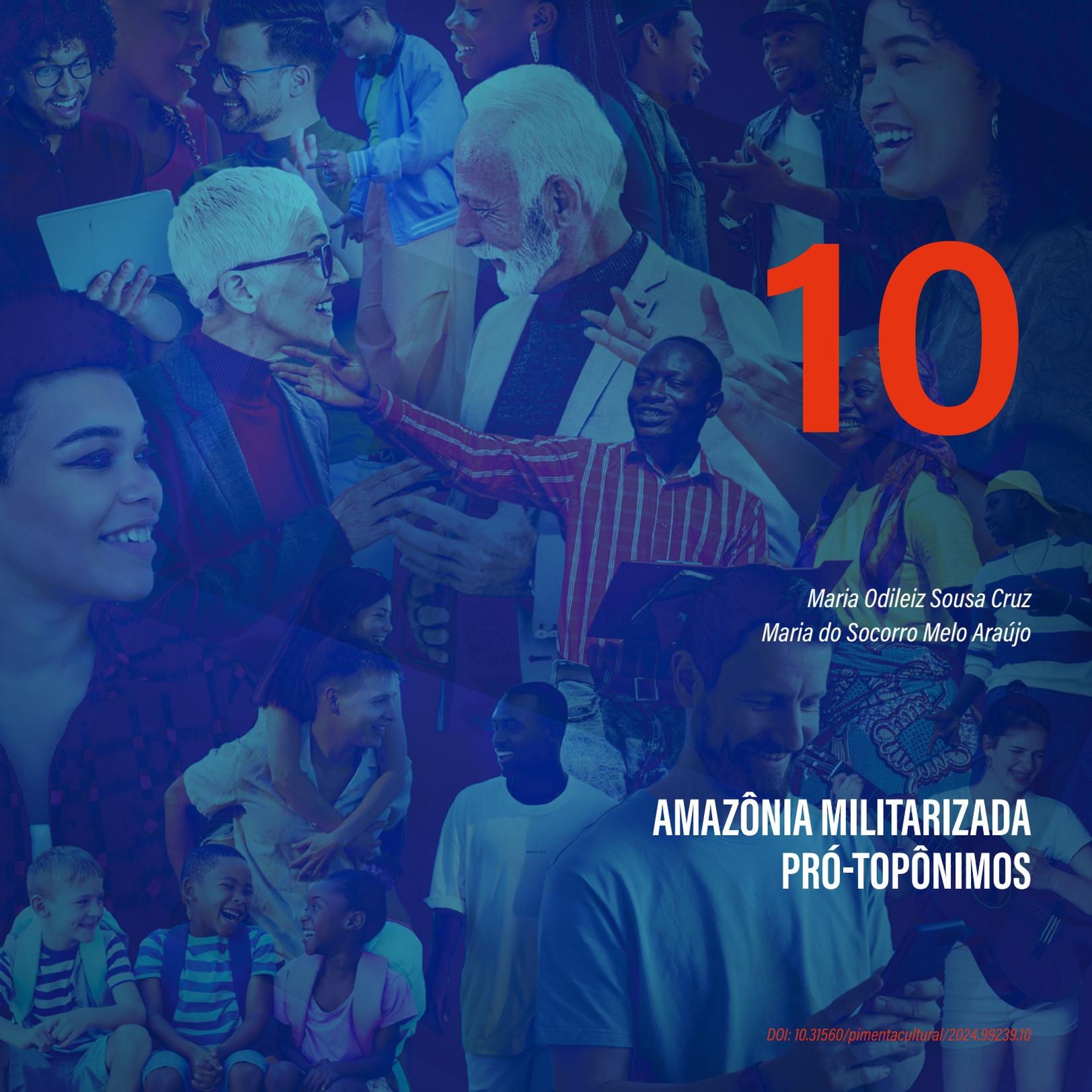
RATHMANN, C. Unimodal language contact in dyadic conversations. **Canal do Ciclo Internellis**, YouTube, 21 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VdBtOww1t4U&t=2037s>. Acesso em: 20 out. 2022.

SILVA, S. G. de L. da. Variação Sociolinguística: estudo de caso na LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS. **Línguas & Letras**, [S. l.], v. 15, n. 31, 2015. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/10554>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SOARES, P. A. S.; FARGETTI, C. M. Línguas indígenas de sinais: pesquisas no Brasil. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, v. 22, p. 1-14, 2022.

SOUSA, A. N.; QUADROS, R. M. de. Uma análise do fenômeno “alternância de línguas” na fala de bilíngues intermodais (Libras e Português). **ReVEL**, v. 10, n. 19, 2012.

XAVIER, A. N. Panorama da variação sociolinguística nas línguas sinalizadas. **Claraboia**, v. 12, p. 48-67, 2019. Disponível em: <https://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/1538>. Acesso em: 12 maio 2023.



10

*Maria Odileiz Sousa Cruz
Maria do Socorro Melo Araújo*

AMAZÔNIA MILITARIZADA PRÓ-TOPÔNIMOS

INTRODUÇÃO

O presente estudo⁷⁶ remete para uma leitura aplicada à zona urbana de Boa Vista (BV), capital do estado de Roraima, na qual surge um conjunto de topônimos motivados pela passagem de militares naquela cidade. Esta leitura, inserida no contexto da Amazônia brasileira, admite a hipótese de que há uma parcela significativa de topônimos de origem militar⁷⁷ na região. Portanto, chamamos de toponímia militarizada cuja motivação está pautada em personagens ligados a eventos, fatos e história da região nos últimos dois séculos, pois nomes de rios, vilas, cidades e estados são indicadores da participação de homens que contribuíram para a região, especialmente os que adentraram na mata espessa e cravaram seus nomes naquele espaço.

Os topônimos militarizados que se manifestam no agrupamento urbano em foco são do tipo, av. Capitão Bessa, rua Cel. Pinto, av. Ville Roy, rua Lobo da Almada, lembrando que nos dois últimos as patentes não estão expressas, mas são consideradas como militar não marcada (\emptyset). Deste cenário queremos saber o quão é representativa a taxa Axiotopônimos – “topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais.

76 Trabalho apresentado no VI SIMELP (SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA, na Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Santarém - Portugal) de 24-28 de outubro de 2017, Simpósio 9 - Estudos Onomástico-Toponímicos: Questões Teóricas e Desafios Metodológicos. Os dados no aspecto geral da população foram atualizados, mas não alteram a amostra analisada pela pesquisa em 2017.

77 “O termo militar(res) vem do Latim miles “soldado”, e possivelmente da língua Etrusco. Em *lato sensu* o termo remete às instituições, aos membros, infraestrutura física e logística que compõe uma organização com poderes autorizados à defesa e segurança de um país, no caso o Brasil. O período militar para este trabalho se sobrepõe à periodicidade dos diferentes regimes militares pelos quais o país passou. São consideradas nesta análise todas as patentes que compõem as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) brasileiras. Vale notar que, até a presente data, em Roraima não há uma Capitania dos Portos da Marinha, a despeito da previsão de instalação de uma unidade com vistas ao apoio das atividades inerentes aos caminhos fluviais roraimenses.

Ex.: Presidente Prudente (AH SP)" (DICK, 1992, p. 32) –, diante de uma territorialidade indígena, a despeito da toponímia predominante ser indígena e expressa a partir das taxas Zootopônimos, Mitotopônimos, Fitotopônimos e Ergotopônimos (ARAÚJO, 2014, 2019), e se essa taxa pode sugerir uma nova subclassificação.

A metodologia adotada é de ordem (quali)quantitativa, por considerar uma amostra subtraída de 56 bairros, como se descreve a seguir: 2 bairros da zona urbana de Boa Vista, 21 praças, 108 ruas das quais 39 são de patentes militar. As consultas basilares da amostra se concentraram junto ao Plano Diretor da capital em foco, IBGE, mapas dos Correios, projeto "Minha rua fala"⁷⁸

ELEMENTOS DINÂMICOS DA OCUPAÇÃO NA AMAZÔNIA COLONIAL

A ocupação da Amazônia no período colonial pode ser vista sobre várias perspectivas europeias, pois, já no início do século XVII, europeus do Norte, como holandeses, irlandeses, ingleses e franceses conheciam melhor a região amazônica mais que portugueses e espanhóis (CARDOSO, 2003, p. 38). Enquanto àqueles primeiros europeus interessava o comércio da Amazônia ligado ao Caribe (CRUZ *et al.*, 2014), à época, Portugal pouco dedicava sua atenção à região. Esse país ibérico não tinha um projeto de ocupação para as terras amazônicas e estava desprovido de recursos financeiros, por isso buscou ajuda em Pernambuco e Maranhão para efetivar a conquista (CARDOSO, 2003, p. 42).

78

Trata-se de uma coluna regularmente publicada no jornal local Folha de Boa Vista, desde 2001 pelo jornalista Francisco Cândido.

A despeito da preocupação portuguesa por ocupar a região com uma população não-índia, o avanço e defesa dela se deu graças à população indígena arrebanhada daqueles dois estados (CRUZ *et al.*, 2014). Assim, o controle da mão-de-obra nas plantações e a economia marcou a história colonial da região, envolvendo especialmente missionários e colonos, além de indígenas e africanos (HULSMAN; CRUZ, 2016). Por exemplo, em Belém, no início do século XVII, a ordem portuguesa era para que todos os moradores fossem “(...) militares, senhores, estrangeiros, religiosos, oficiais e em alguns casos até os chamados ‘pobres’, tinham índios para seu serviço” (CHAMBOULEYRON, 2003, p. 103).

No período colonial da Amazônia, a Lei intitulada *Diretório*, assinada pelo rei D. José I em 17 de agosto de 1757, passou a ser uma das legislações que mais afetou a formação do povoamento da região. Porquanto, os agentes responsáveis pela execução dessa lei, Marquês de Pombal e Mendonça Furtado, planejavam alçar o indígena à condição de súdito da Coroa visando a garantir a posse colonial. A régia ordem era “povoar” todo o território com população portuguesa, incorporar os índios nessa sociedade, designar vilas e povoados com nomes portugueses (MAGALHÃES, 2008).

A priori, nosso recorte contempla a participação de militares na Amazônia. Todavia, vale notar o que Cardoso *et al.* (2015) enfatizam sobre os conquistadores que penetraram na Amazônia: desde Vieira a Pombal, do capitão português Martim Soares Moreno ao general francês Daniel de La Touche, todos reconheceram que os primeiros e principais militares da região foram os índios. Entre os indígenas com forte expressão nas guerras da Amazônia portuguesa, estavam Lopo de Sousa, Cabelo de Velha, Antônio da Costa Marapião, Arco Verde ou Maria Moaçara, além de outros agentes anônimos. De fato, na história oficial da região, os nomes públicos reconhecidos são de militares não indígenas.

No Norte do país, há nomes de estado, município e cidade que revelam motivação “militar” em seus respectivos topônimos. Por exemplo, o estado Rondônia (RO) em alusão ao Marechal Rondon e a cidade Marechal Traumaturgo (AC) sob a mesma patente motivadora, enquanto a cidade de Benjamin Constant (AM) se vincula ao general; já outras cidades se reportam aos ex-presidentes da república Presidente Figueiredo (AM) e Presidente Médici (RO), e muitas outras. Vale notar que nem sempre a patente militar se revela em seus respectivos topônimos, pois ela está subjacente aos denominados, por exemplo, Couto de Magalhaes (TO), cujo título de general não está marcado (Ø).

Oportunamente, fazemos uma leitura piloto aplicada ao Estado de Roraima (RR) em particular à capital, Boa Vista. A despeito do número menor de militares neste período, o papel histórico e social desses atores é significativo no contexto da formação urbana da atual Boa Vista, pois prédios públicos, principais avenidas e ruas da cidade têm seus emblemáticos nomes vívidos na história desse lugar.

A CONSTITUIÇÃO URBANA NA AMAZÔNIA

O povoamento no Norte do país e a simbólica constituição urbana na Amazônia é bem anterior ao período colonial. Assim aponta uma matéria publicada na *Scientific American Brasil*: Michael J. Heckenberger (arqueólogo) reitera que Kuhikugu, chamada de sítio X11, é a maior cidade pré-colombiana já registrada na área do Xingu na Amazônia. A estimativa é que a cidade abrigasse cerca de mais de mil pessoas e era referência central de uma rede de aldeias menores circundantes. Havia organização estrutural e distribuição de áreas especializadas para plantio, moradia e urbanização ambiental (MARINI, 2016).

Entre passados longínquos e os mais recentes, observamos que o processo de urbanização no cenário brasileiro, regulado pela utopia de “uma disponibilidade de espaço quase infinita, remodelou profundamente as paisagens urbanas e rurais e transformou a sociedade” (MELLO-THÉRY; THÉRY, 2016, p. 107-108).

Os autores apontam que, na metade do século XX, a urbanização foi uma das vertentes da modernização brasileira, tendo motivado a mobilidade social e espacial através do avanço de frentes pioneiras, ao absorver concomitantemente novas fronteiras, formar municípios e cidades. Isto resultou no agravamento das desigualdades e diferenças socioespaciais. Enfatizam os autores que essa realidade reverbera atualmente na configuração do sistema de cidades consolidadas ou naquelas em processo de construção, inclusive as da região amazônica.

Nos tempos modernos, segundo Becker e Stenner (2009), a Amazônia comporta três categorias de cidades: a) as da floresta, taticamente localizadas que podem organizar a estrutura produtiva da região; b) as conectadas às redes e cidades e c) a cidade urbanizada na floresta, que deve suscitar inovações. Um exemplo dessas cidades é Manaus, que, no meio da floresta, se configura como um enclave regional, com realidades históricas de riqueza, beleza natural, e desenvolvimento, mas também de marcantes diferenças sociais (MELLO-THÉRY; THÉRY, 2016, p. 109).

A difusão na literatura nacional aponta que Boa Vista foi apenas uma cidade periférica que serviu para abastecer Manaus com o mercado de carne bovina (OLIVEIRA, 2003). Contudo, se olharmos a posição geográfica e as redes de comércio secularmente estabelecidas no contexto das Guianas, Boa Vista transcende fronteiras geopolíticas e pode ser considerada como o “umbigo” das Guianas, operando de forma econômica e estrategicamente ativa na macrorregião.

O LEGADO MILITAR

A presença do colonizador no Vale do Rio Branco foi marcada por vários episódios, todavia, a construção do Forte São Joaquim em 1775 foi um marco decisivo na ocupação dessa região.⁷⁹

Uma herança desse Forte, ao longo de séculos, foi a eternização de seus comandantes militares, cujos nomes estão cravados como topônimos nas ruas de Boa Vista: Capitão Phillip Sturm (1775), Capitão Nicolau de Sá Sarmento (1787), Capitão Inácio Lopes de Magalhães (1830), Capitão Ambrósio Aires (1835), Capitão José Barros Leal (1839), Major Coelho (1842), Capitão Bento Ferreira Marques Brasil (1852) e o último o Cabo Pedro Rodrigues Pereira (1889) (CÂNDIDO, 2015; VIEIRA; GOMES FILHO, 2015). Vale notar que o Rio Branco, à véspera da revolta da Cabanagem, contava com poucos habitantes e, justo em 1833, Baena estimava que a população do povoamento de São Joaquim era de 46 índios e 48 índias, entre esses estavam alguns vaqueiros e soldados casados. (HULSMAN, 2016, comunicação pessoal).

Paralelo às patentes de representação militar, alguns agentes foram também reconhecidos pelo poder público com o título de “pioneiros” justo por serem fazendeiros, a saber: capitão Inácio Lopes de Magalhães (rua Inácio Magalhães), Coronel Manoel Pereira Pinto (rua Coronel Pinto), capitão Bento Ferreira Marques Brasil (rua Bento Brasil), todos homenageados e presentes no centro histórico dessa

79

Notando que outros momentos de ocupação se deram pela criação de vários povoados como o de Nossa Senhora do Carmo e Santa Bárbara (no rio Branco), Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio (no rio Uraricoera), São Felipe (no rio Tacutu) junto aos quais circundavam aldeamentos indígenas. Em 1858 tínhamos apenas um povoado que foi elevado à categoria paroquial com a denominação de *freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco*. Em 9 de julho de 1890, esta freguesia foi alçada à categoria de vila, sede do município denominado *Boa Vista do Rio Branco*, criado pelo governador da Província do Amazonas, o coronel Augusto Ximeno Villeroy. A área municipal da vila de Boa Vista foi desmembrada do antigo município amazonense de Moura, dentre outras passagens. (OLIVEIRA, 2003).

capital. Reiteramos, assim, que, pela passagem daqueles militares no Forte, os topônimos memorialistas impactaram na atual área urbana de Boa Vista.

DE KWAIKÎRÎ (BOA VISTA) AO ROROIMÎ (RORAIMA)

Aquiescente aos fatos históricos da região, Kwaikîrî, nome original em língua Makusi, o município de Boa Vista do Rio Branco foi criado por meio do decreto nº 049, em 9 de julho de 1890, pertenceu ao Estado do Amazonas (VERAS, 2009) e teve 27 prefeitos, sendo 4 deles militares: Cap. Júlio Bezerra, Cap. Trigueiro, Bento Brasil (Cap. Ø), tendo João Capistrano da Silva Mota, Coronel Mota ocupado o cargo por 4 mandatos. Quando município do Amazonas (1890 a 1943) esteve mais tempo sobre o domínio político de militares, cuja representação militar atinge 17% num período de 54 anos de ação, indicando aproximadamente 2,25% de uma relação tempo/prefeito. A despeito do número de militares neste período, o papel histórico e social desses atores foi significativo no contexto da formação urbana da atual Boa Vista, pois prédios públicos, principais avenidas e ruas da cidade têm seus simbólicos nomes vívidos na história desse lugar.

Enquanto no período do Território Federal⁸⁰ e Estado (1944 a 2017) dos 40 prefeitos, João Danilo Souto Maior Nogueira (Danilo Nogueira) esteve no cargo por 3 mandatos, Mozart Cavalcante com 2, porém Tereza Jucá lidera o ranking no seu 5 mandato. Os 3

80

Através do decreto n. 5.812 de 13 de setembro de 1943, “no dia 13 de setembro de 1943 foi criado o Território Federal do Rio Branco, com terras desmembradas do município amazonense de Moura. No dia 13 de dezembro de 1962, recebeu a denominação de Território Federal de Roraima. E, no dia 05 de outubro de 1988, com a promulgação da atual Constituição federal, o Território foi transformado em Estado (CÂNDIDO, 2015, p. 04).

prefeitos militares da época foram Maj. Alcides Rodrigues dos Santos, Brig. Miguel Guerra Balvé, Otomar Pinto (Brig. Ø) com 2 mandatos. No contexto de Território Federal e Estado, Boa Vista esteve mais tempo sobre o domínio político de civis e grupos de famílias (Nogueira, Cavalcante, Jucá). Ao longo de 72 anos, pós-independência municipal, os militares representam 12,5% de governança sobre Boa Vista e, numa relação tempo/prefeito, temos 1,4% aproximadamente de permanência no posto.

Assim, podemos dizer que Boa Vista, à época do pertencimento ao Estado do Amazonas, foi proporcionalmente governada mais por militares do que ao tempo do Território e Estado.

De fato, o Estado de Roraima foi criado em 05 de outubro de 1988, através do artigo 14 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira. Atualmente ele é formado por 15 municípios, quais sejam, Alto Alegre, Boa Vista, Bonfim, Iracema, Normandia, São João da Baliza e os respectivos nomes de origem indígena Amajari, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Mucajaí, Pacaraima, Uiramutã e 2 nomes híbridos português e makusi São Luiz do Anauá e Rorainópolis.

Para Roraima a população estimada pelo IBGE (2023), em Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022, é de 634.805 pessoas, no que resulta ser a menor população da região Norte e do país enquanto estado da federação. Ao município de Boa Vista, a estimativa circunda pela cifra de 408.157 pessoas.

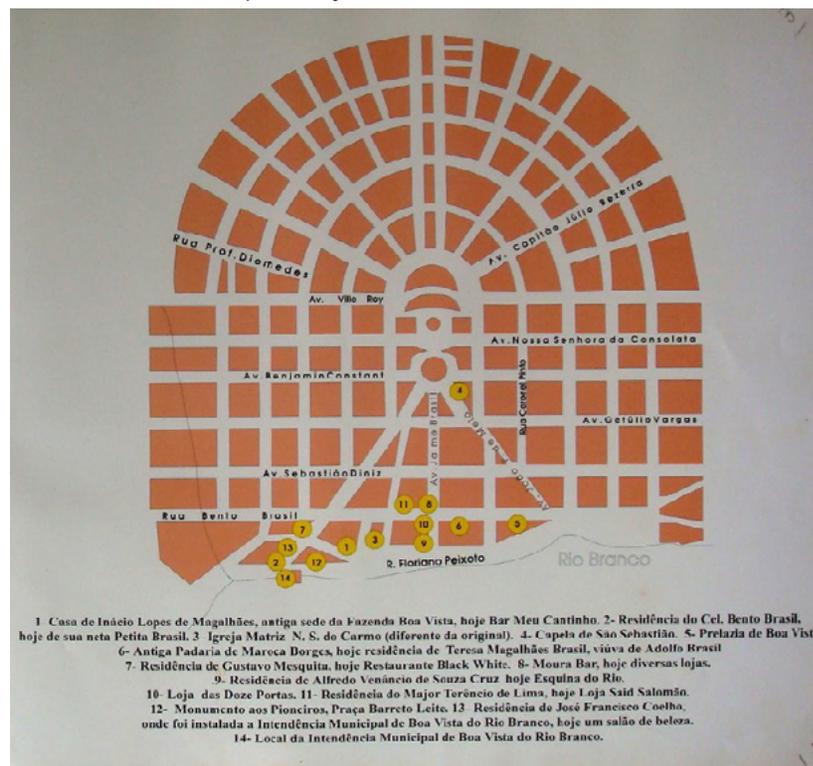
Quando se trata da população indígena desse estado, a nota Prévia referente ao Censo de 2022, supracitada, informa que a população do estado por municípios até 25 de dezembro de 2022 é a seguinte: Amajari 16.994, Alto Alegre 23.582, Boa Vista 408.157, Bonfim 16.169, Cantá 18.030, Caracaraí 20.780, Caroebe 10.555, Iracema, Mucajaí 17.058, Normandia 15.264, Pacaraima 19.317, Rorainópolis 29.932, São João da Baliza 8.011, São Luiz 6.192 e Uiramutã 13.764

(IBGE, 2023), perfazendo no conjunto a menor população da região Norte e do país enquanto estado da federação.

A despeito dos números, proporcionalmente a presença indígena é uma das maiores do país, sendo também responsável pelos indicadores de uma diversidade de culturas e línguas tanto no estado quanto no município. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) registra 11 grupos étnicos, a saber Makusi, Wapixana, Jaricuna, Taurepáng, Ingarikó, Waimiri Atroari, Mawayána, Yanomámi, Wai-Wai, Karafawyana e Katuena, distribuídos em 32 Terras Indígenas (TI) regularizadas e dois grupos em investigação (FUNAI, 2020).

O legado desses grupos lardeados pela cultura material e imaterial resultam na diversidade sociolinguística e na toponímia regional. Inclusive, do próprio nome do estado Roroimê (grande monte verde-azul; cajueiro grande) em Ingarikó/Taurepang e Makusi respectivamente. Lembrando que muitos topônimos de origem indígena são hoje incorporados ao Português, mas facilmente são reconhecidos pelas suas taxes, por exemplo, Fitotopônimos, Zootopônimos e Hidrotopônimos (CRUZ, 2014). Outra taxe que se mostra na formação urbana do município em foco e tende prestigiar a chegada de pioneiros e militares à região é o Axiotopônimo, muito expressivo nesse cenário de territorialidade indígena.

**Figura 1 – A Formação Urbanística de Boa Vista –
Representação do arco central da cidade**



Fonte: Brasil (1996).

De acordo com Martins (2010, p. 120-122) o plano inicial do centro da cidade de Boa Vista, conforme figura anterior, parte do arco da Praça do Centro Cívico e até atingir as avenidas Terêncio Lima e Major Williams. A referência desse arco é a avenida Benjamin Constant, além de outras que se lardeiam ao longo do rio Branco. A partir do Centro Cívico projetam-se 6 grandes avenidas radiais e, na sequência, a partir do segundo e terceiro arcos, aparecem pequenas ruas que atravessam os quarteirões, assim, os grandes blocos vão se distanciando gradualmente do centro. Mas também há casos de

avenidas que nasceram do projeto radial e que adentraram em novas zonas, por exemplo, av. Ataíde Teive (Cel. Fernando da Costa de Ataíde Teive), patente (Ø), que ultrapassa 13 bairros da cidade. Às avenidas e ruas do centro da cidade foram denominadas com nomes de pessoas ilustremente reconhecidas pelo poder público, bem como pelas famílias influentes da sociedade local.

Nesta parcela estão os militares que de vulto nacional têm seus nomes nas principais vias de Boa Vista, por exemplo, Deodoro da Fonseca, Benjamim Constant, Getúlio Vargas, Floriano Peixoto, e outros. Para Martins (2010, p. 122), as 10 ruas e avenidas principais representam um terço do total das vias centrais, corroborando ao que já dissemos anteriormente sobre a forte representação militar nas ruas centrais dessa cidade. Na verdade, houve uma parceria entre militares e “pioneiros”, de modo a influenciar e muito na estrutura urbana de Boa Vista. Segundo a autora, os “pioneiros” de Roraima, a partir do Regime Militar estabeleceram

(...) determinada versão do passado da região. Pressionando os governos locais com vistas à preservação de sua memória, uniram-se aos militares em busca de valorização em detrimento dos demais grupos que compõem a sociedade roraimense. Em meio às transformações sociais, econômicas e culturais surgidas da intervenção violenta do Estado Nacional sobre o espaço roraimense, esse grupo buscou garantir, como já havia feito nos livros da historiografia memorialista, a fixação de suas ideias nos Monumentos erigidos na cidade de Boa Vista. Cravada em livros e concreto, mantém-se, no novo espaço que surge, uma memória hegemônica sobre a formação de Roraima e seu povo (...) (MARTINS, 2010, p. 122).

Oriunda desta composição político-histórico, a Boa Vista atual é formada por 66 bairros, distritos e localidades e dividida em quatro segmentos, Centro, Zona Norte e Zonas Leste e Oeste. Desse conjunto 12 têm nomes de origem indígena, a saber (Paraviana, Buritis, Caçari, Caimbé, Cambará, Calungá, Caranã, Cauamé,

Jardim Caranã, Mecejana, Pricumã, Truaru) (BIBLIOTECA CIDADE, 2023) e apenas 2 em alusão aos militares: Pintolândia, para homenagear o brigadeiro Otomar de Sousa Pinto, e Marechal Rondon. Paradoxalmente a esses bairros com nomes indígenas vinculados à fitotoponímia, não temos conhecimento de personagens indígenas locais (exceto da rua Ajuricaba, centro) que tenham recebido nomes de ruas. No entanto, reconhecemos que no bairro Aparecida existem ruas com nomes das etnias regionais, por exemplo, rua Wai-wai, Angaricó, Macuxi, Yekuana, Xiriana, Uapixana/Wapixana, Aruaque, Jaricuna, Paraviana. (CEPCONSULTA, 2023).

Assim, para nosso interesse, subtraímos os dois bairros Centro e Caranã, por serem os mais expressivos na indicação de patentes militares. A demonstração dessas patentes no cenário urbano da cidade indica que há uma hierarquia social e institucionalizada, pois, aos soldados a periferia e aos coronéis e capitães a glória histórica, por exemplo, 1 alferes (Paulo Saldanha), 2 coronéis (Mota e Pinto), 4 capitães (Júlio Bezerra, Ene Garcez, Bessa e Francisco Ferreira), além de 1 general (Penha Brasil) e 2 majores (Williams e Manoel Correia). Nos comentários de Martins (2010), a pertinência de destaque às patentes é cautelosamente zelosa no sentido de garantir uma alusão precisa e, ainda que o tempo

se deixe de saber quem foi, em que época viveu ou em quê contribuiu, para a cidade, cada um dos patronos citados, qualquer pessoa que venha a caminhar pelas ruas e avenidas às quais emprestam os nomes saberá que se trata, antes de tudo, de militares (MARTINS, 2010, p. 129).

Reforçando a ideia supracitada, o projeto “Minha rua fala” de Francisco Cândido (2017) é um dos esforços atuais que tenta preservar e recuperar a memória da cidade, através de narrativas orais, de caráter politicamente menos hegemônico. Ele nos conta sobre a história daqueles que dão nome às ruas da cidade e de forma acurada enriquece a memória local adicionando fontes documentais. Porém, pouco sabemos sobre os personagens indígenas.

TRAÇOS TEÓRICOS DE SINTAGMA E TAXIONOMIA TOPONÍMICA

No que concerne à designação dos topônimos, optamos pela nomenclatura 'termo', com base em Dick (1992, p. 10), ao descrever a estrutura do signo toponímico depreende dois dados básicos, um que se convencionou denominar termo ou elemento genérico, relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação, e o outro, o elemento ou termo específico, ou topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes.

A propósito, Carvalhinhos (2002-2003, p. 173), considera que o topônimo seja um vocábulo que mudou de categoria gramatical no léxico, saiu da classe dos substantivos comuns para a classe dos substantivos próprios; "passou de lexia virtual (antes do momento da enunciação) a lexema (como ocorre com qualquer palavra-ocorrência) e a termo, quando se configura o sintagma toponímico, composto por dois termos".

Baseadas em Dick (1990a), tomamos o conceito de sintagma nominal toponímico que trabalha com o sistema de 27 taxes, sendo 11 de natureza física (AF) e 16 de caráter antropocultural (AH) e, numa composição morfológica de elementos específicos simples, compostos e híbridos. Esses componentes se organizam nas formas de justaposição e de aglutinação formando um todo de ideias que relaciona o sintagma com o objeto batizado.

Segue a descrição da morfologia dos topônimos conforme a categorização: a) o toponônimo simples, ou elemento específico simples, se define por um só formante, que pode ser acompanhado ou não de sufixo (-lândia, -pólis e -burgo), como em "Pintolândia" (AH RR), bairro de Boa Vista cujo elemento singularizante se refere ao nome do brigadeiro Otomar de Sousa Pinto; b) o topônimo

composto, ou elemento específico composto, apresenta-se com mais de um elemento formador de origens diversas, como em “Praça Cabos e Soldados” (AH RR); e c) o topônimo híbrido, ou elemento específico híbrido, forma-se por elementos linguísticos de diferentes procedências como em “São Luiz do Anauá” (AH RR), topônimo com formação linguística nas línguas Portuguesa e Makusi.

Na língua portuguesa, podem ser seguidos por um componente que gera sua classe gramatical, e sua classificação é determinada pela natureza do elemento que constitui o seu núcleo. Assim, em português são classificados de: Sintagma Nominal [SN(N)], o núcleo é um nome; Sintagma Verbal [SV(V)], o núcleo é um verbo; Sintagma Adjetival [SA(A)], o núcleo é um adjetivo e o Sintagma Preposicional [(SP)], formado por uma preposição mais um sintagma nominal, composição [SP(P)+(N)] (ARAÚJO, 2019).

Em línguas indígenas, produtivamente na Makusi, o Sintagma Nominal tem o nome como núcleo, podendo ser seguido de posposição, como em Apo' po, Popó, composição [SN(N) + (Posp.)]. Entre as línguas Karib, é possível que a posposição assuma a posição de nome, ou seja, quando ocupar o núcleo do sintagma nominal e, por conseguinte receber também prefixos e sufixos inerentes a essa classe (ARAÚJO, 2019).

Assim, o batismo do lugar assume uma função que vai além de marcar geograficamente o espaço, mas especialmente tornar esse ato motivado. Para Dick (1992, p. 25), “o mecanismo de nomeação, causado, portanto, por influências externas ou subjetivas, transparece em topônimos das mais diversas origens e procedências” e acrescenta que, primeiro o homem dá nomes aos lugares considerando todos os impulsos a que foi sujeito, e depois o estudo toponímico é direcionado por essa denominação. Esse fenômeno motivador configura no estudo toponímico o que acontece com o estudo das taxes.

OS BAIRROS EM FOCO, CENTRO E CARANÃ⁸¹

Entre as 21 praças existentes na área urbana de Boa Vista, apenas 2 recebem nomes de militares: Praça Capitão Clóvis (Centro) e Praça Cabos e Soldados (Caranã), o que corresponde a 9,5 % de representatividade.

Enquanto isso, na toponímia das ruas e avenidas, observamos um percentual significativo atribuído a nomes com patentes militares. A representatividade para o bairro Centro de Boa Vista é a que segue entre as 62 avenidas, ruas e travessas, sendo 21 delas com nomes de militares (taxe Axiotopônimo), atingindo um percentual de 34% em relação às outras taxes. No mesmo viés se encontra o bairro Caranã, cuja soma de 46 nomes abrange avenidas, ruas e travessas, sendo 16 delas designadas com topônimos de militares, o que corresponde a 35% em relação aos demais topônimos.

O percentual anterior diz respeito à toponímia militarizada marcada, ou seja, está explícita a patente dos militares homenageados. No entanto, da mesma importância são os topônimos militares não marcados (\emptyset), aqueles cujas patentes estão subjacentes aos nomes, mas reconhecidas facilmente pela população. Na amostra que segue, estão apenas alguns exemplos do nosso banco de dados. Dos itens 1 ao 5, estão os Axiotopônimos/Militotopônimos e 13 Militotopônimos localizados no bairro Caranã, e dos itens 6 ao 12 estão os Axiotopônimos/Militotopônimos no Centro. Essa última zona, mediante sua localização, está delimitada como sendo taxe de prestígio político-histórico.

81

Neste bairro a coleta de dados só foi possível graças ao suporte de Derimando Cerqueira Gonçalves, cuja contribuição foi imprescindível para este trabalho.

Quadro 1 – Os topônimos militares em Boa Vista – Roraima

ORD	PATENTE MARCADA	PATENTE (Ø)	BAIRRO	ESTRUTURA SINTAGMA	
1.	Avenida Cabo-Polícia Militar José Tabira de Alencar Macêdo		Caranã	Híbrido: Português e Árabe (Tabira: ruína)	Axiotopônimo/ Militotopônimo
2.		Rua Félix Valois de Araújo	Caranã	Híbrido: Alemão (Félix: antropônimo); Francês (Valois: antropônimo) e Português (Araújo: antropônimo)	
3.	Avenida Soldado-Polícia Militar João Alves Brasil		Caranã	Composto	
4.	Rua Soldado-Polícia Militar Jacinto José de Santana da Silva			Composto	
5.	Rua Soldado-Polícia Militar Wilson Paulino da Silva			Híbrido: Português e Inglês	
6.	Rua General Penha Brasil		Centro	Composto	
7.	Avenida Capitão Ene Garcez		Centro	Composto	
8.	Avenida Major Williams		Centro	Simples	
9.		Av Ville Roy	Centro	Composto	
10.		Av Floriano Peixoto	Centro	Composto	
11.		Travessa Castelo Branco	Centro	Composto	
12.	Praça Capitão Clóvis		Centro	Simples	
13.	Praça Cabos e Soldados		Caranã	Composto	Militotopônimo

Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

De modo geral, a estrutura dos sintagmas analisada é de [SN(N)] - Sintagma Nominal, com elemento específico composto, no conjunto dessa representação. Porém os sintagmas híbridos apontam para traços de uma herança estrangeira na região através de

nomes de origem inglesa (5, 8), alemã (2), francesa (2, 9), além da portuguesa (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12).

INTERPRETAÇÃO DO NOME DO LUGAR

A nomeação do lugar, fenômeno inteiramente motivado por um processo de vivência pessoal ou coletiva, incorpora características linguísticas, geográficas, históricas e socioculturais de um grupo. Podemos dizer que a imposição toponímica quase nunca é bem aceita pelos moradores do lugar, resultando muitas vezes em coocorrência de dois topônimos, por muito tempo no mesmo espaço, como 'Bananal', nome dado à comunidade indígena 'Makayapan' (língua Taurepang) em Boa Vista (RR) que, mesmo tendo recebido nome em português, sobrevivem subjacentemente as nomações indígenas. Isso demonstra que o estudo do léxico toponímico pode ser peculiar em uma língua e pode trazer estruturas complexas que dificultam a sua interpretação e exigem metodologias específicas, por exemplo: "Contão" que se desfez a primeira interpretação de "/kõdã/" (língua Macuxi) e, com o passar do tempo, tomou forma na língua portuguesa (ARAÚJO, 2014).

Os nomes próprios de lugar guardam, em sua estrutura, além da função identificadora, uma significação precisa, particularizante, que, muitas vezes, dado ao distanciamento tempo-espaço, já não fica muito perceptível (DICK, 1992). Não é indiferente, por exemplo, a relação de um topônimo vinculada a um fato histórico, seja pela representação do próprio fato, seja pela representação do nome de um líder, como é o caso dos topônimos foco dessa pesquisa, que, em sua maioria remetem aos personagens históricos a partir de Axio-topônimos. Esse conflito, de possíveis taxes, merece novas discussões a posteriori.

Conforme dito e baseadas em Dick (1992), a real compreensão de um elo entre “o objeto denominado e seu denominador” é que conduzirá sua taxionomia, pois o fato de esses topônimos pertencerem à classe dos Axiotopônimos, não nos impede de olhar para os seus elementos formadores, designações de patentes militares quer estejam explícitos ou não. A motivação para todos eles tem caráter histórico e valorização da categoria significativa que foi e é o militar nos países latinos. Dessa forma, fomos conduzidos “pela interpretação linguística de seus elementos formadores” (DICK, 1992, p. 26) a sugerir uma sub-classificação para os Axiotopônimos que estejam representados pelo elemento específico antecedido (marcado ou não) de patente militar, os Militotopônimos. Podemos representá-los com os exemplos a seguir:

Exemplo 1.

Sintagma: Avenida Cabo-Polícia Militar José Tabira de Alencar Macêdo

Elemento genérico: Avenida

Elemento específico (nome próprio individual) antecedido de um título de patente militar: Cabo-Polícia Militar José Tabira de Alencar Macêdo

Taxionomia: Axiotopônimo/Militotopônimo

Exemplo 2.

Sintagma: Rua Félix Valois de Araújo

Elemento genérico: Rua

Elemento específico (nome próprio individual) antecedido de um título de patente militar (subjacente): Rua (Coronel) Félix Valois de Araújo

Taxionomia: Axiotopônimo/Militotopônimo

Exemplo 13.

Sintagma: Praça Cabos e Soldados

Elemento genérico: Praça

Elemento específico: Cabos e Soldados

Taxionomia: Militotopônimo

Os exemplos 1 e 2 são simbólicos e caracterizam os demais dados, com exceção do exemplo 13, o qual peculiarmente traz o topônimo (elemento composto específico – justaposto) representado pelo título patente militar, Cabos e Soldados, ou seja, é o próprio termo específico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Associando a presente amostra junto à Sociolinguística, é possível firmá-la numa vertente interdisciplinar aplicada ao português, mas o legado da diversidade linguística encontrado na toponímia regional, lardeado pelos grupos indígenas e línguas locais traz uma contribuição para com os estudos macrorregionais a partir das taxas Fitotopônimos, Zootopônimos e Hidrotopônimos, cuja realidade distende a várias regiões do país. Há um paradoxo nessa amostra visto a formação urbana prestigiar pioneiros e militares na região e tornar preponderante a taxa Axiotopônimo, em um cenário expressivo de territorialidade indígena.

Por certo que este estudo sob o viés da toponímia militar ainda está em processo de construção, pois a participação de agentes militares nas expedições, incluindo estrangeiro, indígena e africano, segue como uma lacuna que merece ser investigada.

A toponímia urbana de Boa Vista é marcada por eventos históricos, por personagens militares e por aliadas famílias com domínio político e econômico, cuja realidade pode ser compartilhada com outros estados do norte (Amazonas, Rondônia, Acre, Pará e outros).

Entre os dados a categoria (AH) representa cerca de 34% e 35% com topônimos de origem militar em dois bairros na zona urbana de Boa Vista, dentro de um cenário de territorialidade indígena. A partir desses percentuais e considerando o processo histórico do município, motivamo-nos a defender a criação de uma nova subclassificação junto à taxa Axiotopônimos, nominada como Militotopônimos (AH). Esta nova taxa pode se sustentar também pelo argumento de que, nas américas e em outros países europeus, grande parte das conquistas geopolíticas foram e são gerenciadas pelos poderes militares. Neste sentido, acreditamos que os Axiotopônimos possam revelar reflexões mais profundas sobre uma região através da taxa Militotopônimos de motivação militar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. S. M. **Toponímia de comunidades indígenas do município de Pacaraima**. Dissertação (mestrado). 157 f.: il. Universidade Federal de Roraima. Programa de Pós-Graduação em Letras. Boa Vista, 2014.

ARAÚJO, M. S. M. **Estudo toponímico antropológico de Uiramutã** – Roraima. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). 204 f.:il. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). 2019.

BRASIL. Amazonas. **Berço histórico de Boa Vista**. Boa Vista: DLM, 1996.

CÂNDIDO, F. **A Presença Militar no Vale do Rio Branco (Roraima)**. Disponível em:<http://www.folhabv.com.br/coluna/Minha-Rua-Fala-06-09-2017/4728>.

CÂNDIDO, Francisco. Boa Vista 125 anos - **Da fazenda à capital do estado**. Folha de Boa Vista, RR, p. 04, 7 jul. 2015.

CARDOSO, A. C. Belém na conquista da Amazônia: antecedentes à fundação e os primeiros anos. *In*: FONTES, E. (Org.). **Coleção Contando a História do Pará**: da Conquista à Sociedade da Borracha (séc. XVI – XIX). Belém: Editora E. Motion, 2003. p. 32-58.

CARDOSO, A. C. *et al.* (Orgs.). **História Militar da Amazônia** – Guerra e Sociedade (séc. XVII – XIX). Curitiba: CVR. 2015.

CARVALHINHOS, P. de J. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os Sociotopônimos de Aveiro (Portugal). **Revista USP**, São Paulo, nº 56, p. 172-179, dezembro/fevereiro 2002-2003.

CHAMBOULEYRON, R. Belém e seus moradores no século XVII. *In*: FONTES, Edilza (org.). **Coleção Contando a História do Pará**: da Conquista à Sociedade da Borracha (séc. XVI – XIX). Belém: Editora E. Motion, 2003. p. 84-110.

CEPCONSULTA. **CEP e endereços no bairro Nossa Senhora Aparecida em Boa Vista RR**. Online. Disponível em: <https://www.cepconsulta.com.br/roraima/boa-vista/nossa-senhora-aparecida/>. Acesso em: 08 Mar. 2023.

CRUZ, M. O. S.; HULSMAN, L.; OLIVEIRA, R. G. **A Brief Political History of the Guianas**: From Tordesillas to Vienna. Boa Vista-RR. EdUFRR, 2014.

CRUZ, M. O. S. (Org.); ARAÚJO, M. S. M.; OLIVEIRA, I. R.; SILVA, G. B. da; OLIVEIRA, R. G. de; BARBOSA, A. R. V.; CARNEIRO, HULSMAN, L. J.A. **Relatório técnico final do projeto Topônimos**: reflexos dos contatos linguísticos. CNPq (481540/2011-3/Universal 14/2011), 2014. Disponível em: <http://www.carloschagas.cnpq.br>. Acesso em: 20 jan. 2019.

DICK, M. V. P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. Edições Arquivos do Estado de São Paulo, 1990a.

DICK, M. V. P. do A. **Toponímia e antropologia no Brasil**: Coletânea de estudos. 3. Ed. FFLCH/USP, 1992.

FUNAI. **Modalidades de terras indígenas**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/índios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 26 ago. 2020.

HULSMAN, L. O caso de Berbice: Relato de uma pesquisa arquivista. *In*: CRUZ, M. O. S.; HULSMAN, L. (Orgs.). **Fazenda e Trabalho na Amazônia, Mão de Obra nas Guianas**: o caso de Berbice (1726-1736). Boa Vista-RR: EdUFRR, 2016. p. 41-137.

IBGE. **Censo Demográfico**. On line. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Brasil_e_UFs.pdf. Acesso em: 07 mar. 2023.

MAGALHÃES, M. das G. S. D. **Amazônia. O extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988**. Boa Vista. Editora da UFRR, 2008.

MARINI, L. **As cidades perdidas da Amazônia** – A floresta tropical amazônica não é tão selvagem quanto parece. Disponível em: http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/as_cidades_perdidas_da_amazonia.html. Acesso em: 20 set. 2017.

MARTINS, E. **Memória do Regime Militar em Roraima**. (Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em História). Manaus. Universidade Federal do Amazonas. 2010.

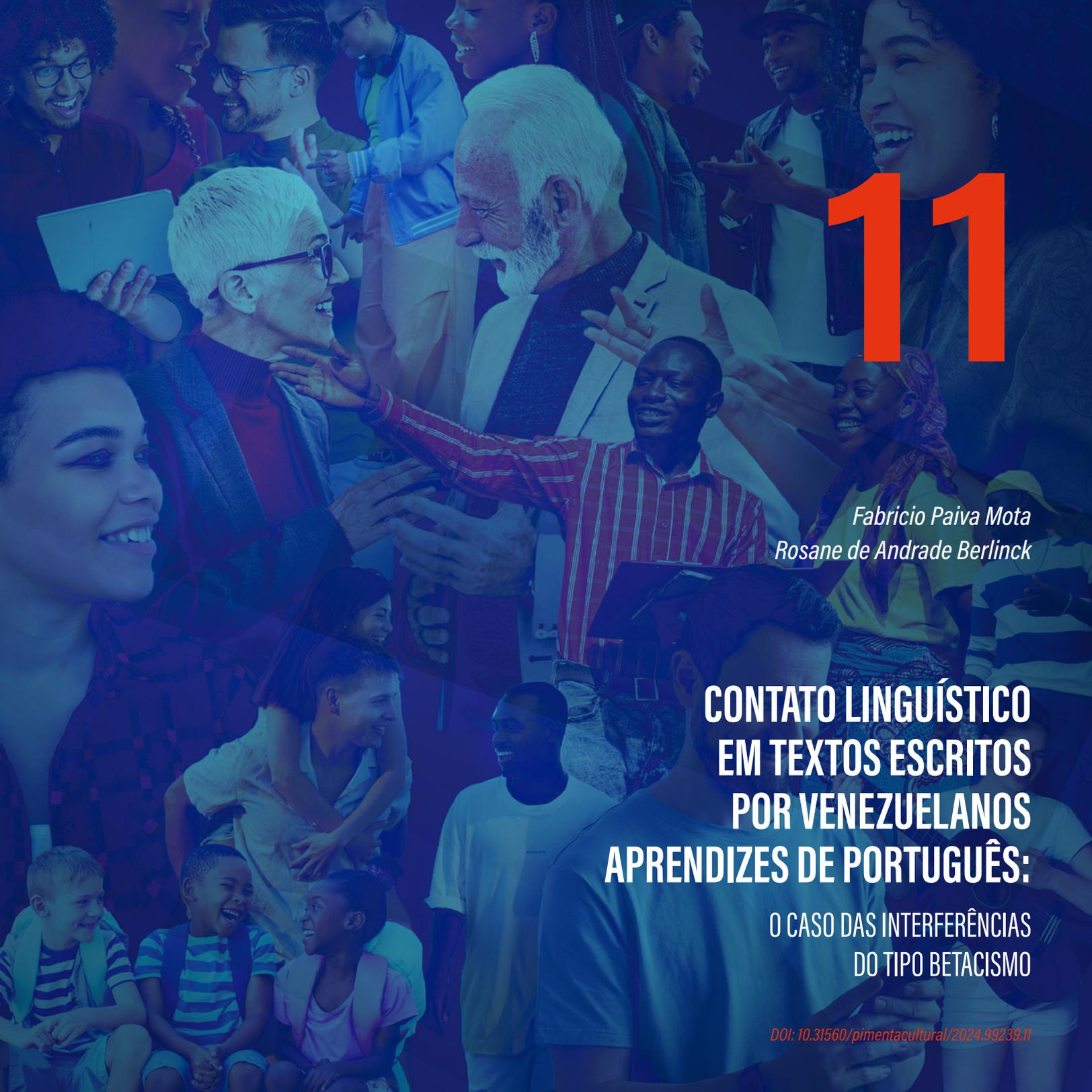
MBI. BIBLIOTECA ONLINE. Disponível em: **Lista dos 66 bairros, distritos e localidades no município de Boa Vista (RR)**. Disponível em: <https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/cidade/boa-vista-rr-br/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

MELLO-THÉRY, N. A.; THÉRY, H. Cenários urbanos contemporâneos: novas ou velhas práticas no Brasil e na Amazônia? **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 9, n. 1, p. 107-126, jan./jun. 2016.

OLIVEIRA, R. G. de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2003. p. 327-358.

VERAS, A. T. R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista** – Roraima. 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIEIRA, J. G.; GOMES FILHO, G. F. **Forte São Joaquim**: de Marco da Ocupação Portuguesa do Vale do Rio Branco Às Batalhas da Memória – Século XVIII ao XX. **Textos e debates**, Boa Vista, n.28, p. 117-136, jul./dez. 2015.



11

*Fabricio Paiva Mota
Rosane de Andrade Berlinck*

**CONTATO LINGUÍSTICO
EM TEXTOS ESCRITOS
POR VENEZUELANOS
APRENDIZES DE PORTUGUÊS:**

**O CASO DAS INTERFERÊNCIAS
DO TIPO BETACISMO**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2024.99239.11](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2024.99239.11)

INTRODUÇÃO

O Brasil faz fronteiras com dez países sul-americanos, sendo oito falantes de espanhol, um de inglês e um de francês. Em muitas dessas regiões, existe a presença de línguas indígenas e crioulas⁸², potencializando o contato linguístico em ambiente multilíngue⁸³. O cenário fronteiriço é o lugar mais prototípico do contato, em que podemos observar claramente falantes de idiomas distintos.

Nas fronteiras é possível observar a circulação de indivíduos entre os países. Esse é um movimento pendular comum para brasileiros e venezuelanos residentes nas cidades de Pacaraima/BR e Santa Elena/VE. As interações cotidianas podem acontecer apenas em português ou apenas em espanhol ou numa mescla de português/espanhol. A escolha pelo idioma vai depender dos falantes.

A comunidade estudada por si só é reduzida, 23 informantes, e estabelecer critérios específicos, tais como mesmo número de homens/mulheres, nível de escolaridade e faixa etária, poderia restringir esse estudo. Isso não significa que os fatores sociodemográficos ficaram de lado. Neste estudo, eles complementam os dados linguísticos e compõem um cenário multilíngue na fronteira Brasil/Venezuela.

Por contato linguístico, entendemos o contato entre duas ou mais línguas em uma mesma comunidade. Essas línguas compartilham espaços comuns, tais como áreas de comércio e de educação.

82 Segundo Bagno (2017, p. 70), crioulo é "uma nova primeira língua de uma comunidade que anteriormente tivera de recorrer a um pidgin como sua língua franca. Acreditava-se que o crioulo fosse uma versão consideravelmente desenvolvida surgida da transformação numa primeira língua de um pidgin (uma segunda língua rudimentar) sem uma língua alvo disponível." Sugerimos também a leitura de Couto (1996).

83 Conforme Bagno (2017, p. 297), o multilinguismo "caracteriza a existência, no interior de um mesmo território - dotado ou não de soberania política -, de diferentes comunidades linguísticas. Trata-se, de fato, da situação mais comum em todas as sociedades humanas.

Ao longo da história do Brasil, o português esteve/está em contato com línguas indígenas, africanas e de imigrantes. O foco desta pesquisa foi o contato do espanhol venezuelano e do português brasileiro na região de fronteira entre Brasil e Venezuela.

Dentre os fenômenos do contato linguístico, escolhemos a interferência, temática abordada em Mota (2014) e aprofundada em Mota (2020). Por interferência entendemos a influência de uma língua A sobre uma língua B, resultando, muitas vezes, em estruturas agramaticais, ou seja, estruturas que não pertencem ao sistema gramatical de nenhuma das línguas envolvidas. Embora essa influência entre idiomas produza estruturas que não se encaixam nos ditos sistemas, a interferência não é considerada resultado de um conhecimento linguístico insuficiente entre os informantes.

Para contextualizar o ambiente de pesquisa, de um lado temos Pacaraima, um dos 15 municípios de Roraima. A sede municipal dista 215 km da capital roraimense, e seu acesso terrestre se dá única e exclusivamente pela rodovia BR-174. Antes de sua emancipação, quando vila, era conhecida como BV-8, em referência ao marco fronteiro Brasil/Venezuela nº 8. O município está localizado em uma região de fronteira com outro país, a Venezuela, e duas áreas indígenas. O cenário (socio)linguístico é complexo, pois, além do português como língua oficial, falam-se o espanhol e as seguintes línguas indígenas: o taurepang, o makuxi, o arekuná e o wapixana.

Do outro lado da fronteira está Santa Elena de Uairén, um dos 11 municípios do Estado Bolívar, extremo sudeste da Venezuela. A localidade, que surgiu do garimpo na região, foi fundada por Lucas Fernández Peña no ano de 1923. No entanto, foi apenas em 1990 que a Assembleia Legislativa do Estado Bolívar formalizou esse estatuto. O acesso à bibliografia específica sobre Santa Elena é mínimo, mas o seu perfil se assemelha ao de Pacaraima.

Este trabalho foi dividido em cinco seções, incluindo a introdução: estudos sobre interferência linguística, procedimentos metodológicos, análise e discussão dos dados e conclusão.

ESTUDOS SOBRE INTERFERÊNCIA LINGUÍSTICA

Para alguns autores, interferência linguística significa desvio da norma padrão, erro; para outros, estratégia de comunicação (SIGUAN, 2001; WEINREICH, 1974 [1953]⁸⁴; SILVA-VALDIVIA, 1994).

De acordo com Silva-Valdivia (1994), o termo *interferência* é polissêmico, sendo utilizado em diferentes áreas do conhecimento, por exemplo, Física, Psicologia, Antropologia Cultural, Pedagogia e Sociolinguística. Para Weinreich (1974), duas línguas estão em contato quando dois indivíduos as utilizam de forma alternada. Esse fenômeno é chamado de bilinguismo, e os falantes são denominados bilíngues.

Weinreich (1974) define *interferência* como um desvio da norma em uma das línguas, do ponto de vista da fala dos bilíngues. Tal desvio pode ocorrer devido à familiaridade com mais de um idioma, ou seja, resultado do contato linguístico. Para o autor, o termo interferência

implica a adequação de padrões resultantes da introdução de elementos estrangeiros nos níveis mais estruturados da língua, como parte do sistema fonológico, uma grande parte da morfologia e da sintaxe e certas áreas do

84

A versão que utilizamos neste trabalho é uma tradução da língua inglesa para a espanhola realizada por Francisco Rivera, da Faculdade de Humanidades e Educação da Universidade Central da Venezuela no ano de 1974. O original, em inglês, tem duas versões: a primeira de 1953; e a segunda, de 1963, revisada e ampliada por Weinreich.

léxico [...]. Nos níveis menos estruturados de uma língua – partes da sintaxe ou do léxico de natureza secundária, – se poderia falar mais corretamente de “empréstimo” quando a transferência de um elemento deste tipo será destacada. Porém, inclusive nesses casos, a possibilidade de adequações subsequentes nos padrões, ou a interferência, não pode ser excluída (WEINREICH, 1974, p. 17-18).⁸⁵

Por outro lado, Payrató (1985, p. 58 *apud* SILVA-VALDIVIA, 1994, p. 165), define interferência não como um desvio da norma, mas como “uma mudança linguística [...] que acontece em uma língua A (ou registro) e que está motivada diretamente pela influência de uma língua B (ou de outro registro de uma mesma língua)”⁸⁶

Para Weinreich (1974), quanto maior a diferença entre os sistemas, maiores serão as dificuldades em aprender uma L2 e maior a quantidade de interferências. Por outro lado, neste trabalho, observamos as interferências em textos escritos entre as línguas portuguesa e espanhola, línguas geneticamente próximas. Essa aproximação pode fazer com o que o indivíduo se envolva tanto com (falsas) semelhanças, por exemplo, que ele mesmo não percebe as estruturas específicas de ambas.

Em seu trabalho, Weinreich (1974) cita o critério de inteligibilidade comum empregado por Voegelin e Harris (1951) com o sueco e o dinamarquês. Esses compreendem aqueles, mas o contrário não acontece. O processo entre português e espanhol é muito parecido.

85 No original: *implica el reajuste de patrones que resulta de la introducción de elementos extranjeros en los campos más altamente estructurados de la lengua, como, por ejemplo, la mayor parte del sistema fonológico, una gran parte de la morfología y la sintaxis y ciertas áreas del vocabulario [...]. En los niveles menos estrictamente estructurados de una lengua – parte de la sintaxis, o el vocabulario de la naturaleza incidental –, se podría hablar más correctamente de “préstamos” cuando la transferencia de un elemento de este tipo ha de ser subrayada. Pero aun en esos casos, la posibilidad de reajustes subsecuentes en los patrones, o la interferencia, no puede ser excluida.*

86 No original: *Unha interferencia, en sentido amplo, é un cambio lingüístico [...] que tén lugar nunha lingua A (ou rexistro), e que está motivado directamente pola influencia dunha lingua B (ou doutro rexistro dunha mesma lingua, se así se especifica).*

Em geral, um brasileiro entende um hispanofalante, porém o oposto não necessariamente ocorre. O fato de o português ter mais vogais que o espanhol, por exemplo, facilitaria a um luso-falante, pelo menos, compreender um hispano⁸⁷.

Em nosso cenário de pesquisa, essa informação é importante, pois os venezuelanos se deslocam da cidade de Santa Elena para Pacaraima para estudar português. Em diversas visitas a Santa Elena, nunca localizamos cursos de português na cidade. O português que se aprende é pelo contato com brasileiros ou pelo curso de português em Pacaraima, por exemplo. Os 15 km que separam as duas cidades marcam apenas uma divisão geográfica estabelecida ao longo da história dos dois países.

Do lado brasileiro, fizemos uma enquete com os moradores sobre cursos de língua espanhola no município, haja vista a proximidade com a Venezuela. Muitos acreditam que o espanhol é uma língua fácil ou já *falam espanhol por morar na fronteira* e, pelos motivos expostos, não necessitariam dos cursos.

Desde 2015 o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil cresceu significativamente, e a fronteira intensificou seu espaço multi-, plurilíngue. Não são apenas os hispanos⁸⁸ que cruzam a fronteira, mas também indígenas, chineses e haitianos, dentre outros grupos.

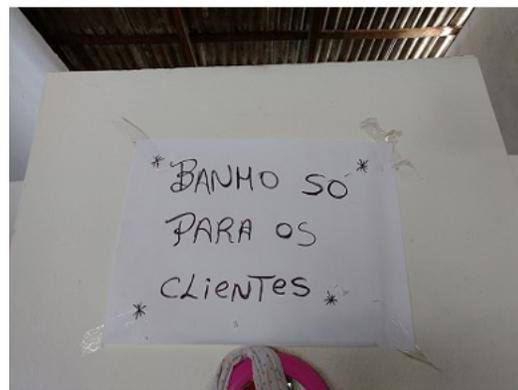
Para contextualizar nossa realidade, após realizarmos uma atividade no Curso de Português como Língua Estrangeira (PLE) em 2016, buscamos um restaurante na cidade de Pacaraima para almoçar. Rapidamente, observamos um aviso em português: *Banho só para clientes* (grifo nosso). O número de falantes de espanhol aumentou na região, potencializando o contato que já existia. Nossa hipótese é de que os venezuelanos chegavam ao estabelecimento

87 Sugerimos a leitura de Pereyron e Alves (2016).

88 Na fronteira Brasil/Venezuela, é possível encontrar, além de venezuelanos, colombianos, peruanos e argentinos residindo na região.

e pediam para ir ao *baño*, sem consumir nenhum produto. O dono, brasileiro, fez o cartaz para controlar o uso do *banheiro* do local, como se vê na foto 1:

Foto 1 – Cartaz em restaurante na cidade de Pacaraima/Brasil



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Ao redigir o aviso, o brasileiro grafou a letra ñ como *nh*, por semelhança fonética. No entanto, *baño* ou *cuarto de baño*, em espanhol, significa *banheiro*; já *banho*, em português, *molhar o corpo*. Esse exemplo ilustra uma interferência que classificamos como lexical do tipo decalque⁸⁹. Em suma, tal semelhança entre as línguas portuguesa e espanhola pode ser um fator positivo, pois muitas palavras e estruturas são idênticas; como também pode ser negativo, haja vista os falsos cognatos, por exemplo.

Para Weinreich (1974, p. 20-23), a interferência pode ser analisada pela Linguística Descritiva por meio de métodos linguísticos, tais como a comparação dos sistemas fonético e gramatical das línguas envolvidas. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa do autor foi “mostrar até que ponto a interferência é determinada pela estrutura de duas línguas em contato em contraposição aos fatores não

lingüísticos no contexto sociocultural do contato de línguas”⁹⁰ São 12 os fatores extralingüísticos elencados pelo autor, a saber:

- a) A facilidade de expressão verbal que tem o falante em geral e sua habilidade para manter separadas as duas línguas;
- b) A habilidade relativa em cada língua;
- c) A especificidade no uso de cada língua por temas e interlocutores;
- d) A maneira de aprender cada língua;
- e) As atitudes frente a cada língua, sejam estas idiossincráticas ou estereotipadas;
- f) O tamanho do grupo bilíngue e sua homogeneidade ou diferença sociocultural; a divisão em subgrupos que usam uma ou outra língua como língua materna; os dados demográficos; as relações sociais e políticas entre esses grupos;
- g) O predomínio de indivíduos bilíngues com certas características de comportamento linguístico [...] em diversos subgrupos;
- h) As atitudes estereotipadas frente a cada língua; a condição de nativas ou imigrantes das línguas em questão;
- i) As atitudes frente à cultura de cada comunidade linguística;
- j) As atitudes frente ao bilinguismo em si;
- k) A tolerância ou a intolerância com relação à mescla de línguas e aos usos incorretos em cada língua;

90

No original: *mostrar hasta qué punto la interferencia es determinada por la estructura de las dos lenguas en contacto en contraposición a los factores no lingüísticos en el contexto sociocultural del contacto de lenguas.*

- l) A relação entre o grupo bilíngue e cada uma das comunidades linguísticas das quais constitui um segmento marginal. (WEINREICH, 1974, p. 20-23).⁹¹

Alguns desses fatores nos balizaram quando da elaboração de questionários para o Curso de PLE. A pesquisa foi realizada na fronteira Brasil/Venezuela, local de encontro de brasileiros, venezuelanos e indígenas de ambos os países. Da mesma forma posta por Weinreich (1974), também estamos interessados tanto na atuação de fatores linguísticos como de extralinguísticos.

Siguan (2001) estabelece seis tipos de interferência, a saber: fonéticas e prosódicas, ortográficas, lexicais e semânticas, morfosintáticas, gramaticais e discursivas. Sobre as *fonéticas e prosódicas*, o autor indica que, após a primeira infância, o aparelho fonador vai perdendo a flexibilidade. Por esse motivo, as interferências fonéticas acabam sendo inevitáveis. As discussões giram em torno de definir se as interferências são sons da Língua Materna (LM) na Língua Estrangeira (LE) ou são novos sons, pois, na tentativa de produzir o

91 No original:

- a) *La facilidad de expresión verbal que tiene el hablante en general y su habilidad para mantener separadas las dos lenguas;*
 b) *La habilidad relativa en cada lengua;*
 c) *La especialización en el uso de cada lengua por temas e interlocutores;*
 d) *La manera de aprender cada lengua;*
 e) *Las actitudes hacia cada lengua, ya sean éstas idiosincrásicas o estereotipadas;*
 f) *El tamaño del grupo bilingüe y su homogeneidad o diferenciación sociocultural; la división en subgrupos que usan una u otra lengua materna; los datos demográficos; las relaciones sociales y políticas entre esos subgrupos;*
 g) *El predominio de individuos bilingües con ciertas características de comportamiento lingüístico [...] en los diversos subgrupos;*
 h) *Las actitudes estereotipadas hacia cada lengua; la condición de indígenas o inmigrantes de las lenguas en cuestión;*
 i) *Las actitudes hacia la cultura de cada comunidad lingüística;*
 j) *Las actitudes hacia el bilingüismo en sí;*
 k) *La tolerancia o la intolerancia con respecto a la mezcla y a los usos incorrectos en cada lengua;*
 l) *La relación entre el grupo bilingüe y cada una de las comunidades lingüísticas de las que constituye un segmento marginal.*

som da LE, usa recursos da LM. Essas observações também valem para as interferências prosódicas (entonação de frases).

No que diz respeito às *interferências ortográficas*, o pesquisador afirma que, quanto mais próximas as línguas, mais fácil acontecerá uma interferência desse tipo. O autor compara o sistema ortográfico do catalão e do espanhol, por exemplo, a grafia de sons como *b/v, x/s, mn/mm*, em que um bilingue nesses idiomas pode escrever *haber, estraño* e *immoral* por influência do catalão. As formas em espanhol seriam *haber, extraño* e *inmoral* (haber, estranho e imoral). No âmbito ortográfico, a língua que o bilíngue mais domina exerce uma maior influência na sua escrita.

Diniz (2012) investiga o contato linguístico no registro escrito entre português e espanhol na fronteira Brasil/Bolívia. A autora analisa um *corpus* de 33 textos escritos por 20 alunos bilíngues do terceiro ano do Ensino Médio, sendo uma escola brasileira e outra boliviana. Com relação ao par português-espanhol, concluiu-se que o informante bilíngue não distinguia na escrita o emprego das letras *b/v* e de *z/s* e havia ausência de acentuação. Vejamos os exemplos de interferências da L2 (espanhol) na escrita em L1 (português) de brasileiros: [...] tambem estaba pensando [...] e [...] o que eu devo fazer para alcanzar [...] (grifo da autora); e casos de desvios da norma padrão na produção de alunos bolivianos, a saber: [...] *es como si mi país en el cual nací estubiera dividido en dos [...]* e *Es como si yo pertenesco a un partido [...]* (grifo da autora).

De acordo com Siguan (2001), as *interferências léxicas e semânticas* se referem às palavras e seus significados. Nesse sentido, um sujeito bilíngue pode substituir uma palavra de sua LM por uma semelhante da língua estrangeira (LE). Esse tipo de interferência pode mudar o significado de determinada palavra com o objetivo de adaptá-la a determinada palavra da outra língua. Um bilíngue espanhol-inglês utiliza *editor* por influência do inglês, que pode significar *aquele que prepara a edição de um texto*.

Sobre as *interferências morfossintáticas*, Siguan (2001) sinaliza que se deve ter em mente que a palavra da LE combina características estruturais e morfossintáticas da LM. Seguindo com os exemplos em catalão-espanhol, temos *conill* (coelho), em catalão; e *conejo*, em espanhol. O bilíngue nesses idiomas pode produzir *conillo*, aplicando a seguinte regra: palavras que terminam em consoante em catalão, em espanhol acabam em *-o*.

As *interferências gramaticais* dizem respeito às mudanças nos sistemas gramaticais de duas ou mais línguas. Quanto mais semelhantes forem os sistemas gramaticais dos idiomas envolvidos, mais específicas são interferências, por exemplo, as preposições *a* e *em* no par catalão-espanhol possuem regras parecidas, mas não coincidentes, o que pode ocasionar interferências. Já na relação basco-espanhol, as interferências são mais visíveis, pois são línguas distantes, vejamos: a ordem de palavras no basco é diferente do espanhol e há mudança de categorias gramaticais. (SIGUAN, 2001).

A última interferência elencada por Siguan (2001) é a *discursiva*, que vai além de questões léxicas e gramaticais e engloba aspectos culturais entre as línguas. O autor cita o caso da língua tai em Kampuchea, hoje Camboja. Seus falantes utilizam vocabulário específico para se dirigir a homens, mulheres, conhecidos e desconhecidos. Quando um bilíngue tai entra em contato com o inglês, ele busca em seu repertório fórmulas que possam corresponder ao outro idioma. Na direção inglês → tai, o bilíngue utiliza outras estratégias que não fazem parte do inglês para se expressar em tai.

Embora os tipos de interferências apresentados pelos autores citados neste trabalho se apliquem a *corpora* orais, podemos adaptá-los ou sugerir novas categorias a partir dos dados que forem coletados em um *corpus* escrito, já que, do ponto de vista funcional, oralidade e escrita oralidade e escrita são modalidades que se alinham em um continuum e não como categorias dicotômicas, conforme Marcuschi (2010).

Na próxima seção, apresentamos os passos metodológicos utilizados para este trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto para turmas de português para estrangeiros na fronteira começou no ano de 2006 e terminou em 2017. O curso surgiu da demanda de alunos venezuelanos que faziam graduação no *campus* Pacaraima da UERR. O referido curso tinha duração de seis semestres (três anos) com carga horária total de 360h/a. Eram seis níveis assim distribuídos: Iniciante 1 e 2; Intermediário 1 e 2, doravante Int1 e Int2; e Avançado 1 e 2, Av1 e Av2. As aulas aconteciam aos sábados pela manhã para jovens e adultos na Escola Municipal Casimiro de Abreu, em Pacaraima/RR.

Em setembro de 2016, aplicamos um questionário, adaptado de Mota (2014), aos estudantes do curso, totalizando 36 discentes, sendo quinze do nível In1, doze do Av1 e nove do Av2. A escolha pelos níveis intermediário e avançado se deu por duas questões: a primeira porque nos níveis citados os alunos já possuem um maior conhecimento formal da língua portuguesa e a segunda, porque não havia turmas de nível inicial, haja vista o encerramento das atividades do curso de Letras/UERR em Pacaraima. No dia da aplicação, orientamos os informantes que respondessem as perguntas de forma clara e objetiva.

Com base no que coletamos e analisamos, podemos afirmar que o alunado do curso de PLE/UERR:

1. Era majoritariamente feminino;
2. Tinha nível superior;

3. Encontrava-se na faixa etária adulto, com idade entre 23 a 58 anos;
4. Localizava-se na Venezuela, onde nasceu, mora e trabalha, mas estuda no Brasil;
5. Encontrava-se ocupado no setor de serviços;
6. Estudava português como segunda língua porque gosta do idioma;
7. Apresentava relativas ligações familiares com falantes de português;
8. Estudava português há 2 anos e fala há 11 anos, em média;
9. Afirmava ter um bom domínio do português;
10. Gostava de estudar essa língua para se comunicar com brasileiros;
11. Falava e escrevia português às vezes;
12. Falava e escrevia em contextos públicos, principalmente entre amigos e na escola;
13. Tinha o espanhol como LM;
14. Estudava poucas línguas estrangeiras, sendo o inglês a principal delas;
15. Não era falante de nenhuma língua indígena.

No que se refere à coleta dos dados, optamos por não influenciar docentes e discentes no processo de produção escrita⁹². Dessa forma, a coordenação nos repassava cópias dos textos dos alunos.

Selecionamos 47 produções escritas por 23 venezuelanos entre os anos de 2015 a 2017, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Quantidade de produções escritas por período, nível e tema

Período	Nível	Quantidade de produções	Não selecionadas ⁹³	Tema ⁹⁴
2015.2	Intermediário 1	05	---	A
2016.1	Intermediário 2	09	01	D, E
	Avançado 1	07	---	E
2016.2	Intermediário 1	03	---	D
	Avançado 1	20	03	F, G
2017.1	Intermediário 2	04	---	H
	Avançado 2	06	03	D, I
	Total	54	07	

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Em síntese, ter acesso ao perfil sociodemográfico dos alunos do curso nos proporciona ter mais detalhes dos nossos informantes, por exemplo, parentes falantes de português, tempo que reside na fronteira e tempo de estudo de língua portuguesa.

Por ser um recorte de um trabalho maior, selecionamos a interferência do tipo betacismo, em que o informante alterna entre o uso ora da letra B ora da V, de acordo com o que será discutido na próxima seção.

93 Não selecionamos textos que contivessem plágios, reescrita, ausência de interferências, fuga do tema proposto e que resultassem de atividades em grupos. Caso o aluno tivesse cometido plágio em questões com mais de um item, optamos por não selecionar toda a atividade.

94 A – Um acontecimento importante em minha vida; D – Resumo da aula sobre o gênero crônica; e de filmes: *Dois filhos de Francisco*, *Olga*, *Central do Brasil*, *O pagador de promessas*, *Macunaíma*, *Tropa de Elite 1*, *O ano que meus pais saíram de férias*, *Carandiru*, *Ônibus 174*, *Dona Flor e seus dois maridos*; E – Corrupção; F – Corrupção; G – Atividade sobre *O Auto da Compadecida* e *O Auto da Barca do Inferno*; H – Confecção de um Cordel; I – Relatos sobre o curso de PLE.

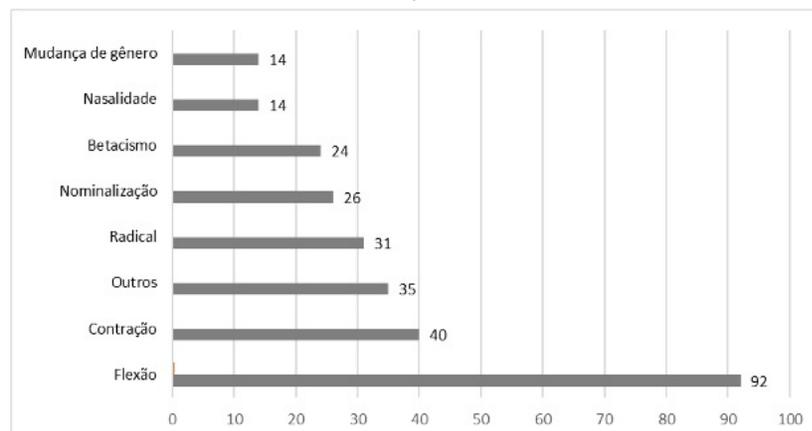
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, analisamos e discutimos a interferência do tipo betacismo. Em algumas ocorrências, recorremos aos dados socio-demográficos dos alunos para complementar a análise linguística. Sendo as línguas portuguesa e espanhola próximas tipologicamente, em alguns momentos tivemos dificuldades em afirmar categoricamente se determinada palavra pertencia ao português ou ao espanhol. Para fins de organização, não incluímos todos os exemplos na análise, pois muitos deles se repetem.

Em nossas leituras sobre interferência linguística, os pesquisadores adotam a seguinte classificação: interferência fonético-fonológica, interferência morfológica ou morfossintática ou morfofonológica, interferência sintática e interferência semântica (WEINREICH, 1974; SILVA-VALDIVIA, 1994; SIGUAN, 2001; MENÉNDEZ; MENDÉNDEZ, 2003). Para este trabalho, adotamos classificação própria, tendo em vista a composição dos dados e as particularidades das línguas portuguesa e espanhola no contexto fronteiriço, descritas na seção sobre as cidades de Pacaraima e Santa Elena. De maneira geral, optamos por agrupar as ocorrências por processos de interferência e não por classes de palavras (método recorrente em várias pesquisas). Buscamos estabelecer padrões linguísticos de funcionamento das interferências, possibilitando um outro viés de estudo para esse fenômeno.

Em suma, definimos uma proposta que pudesse abrigar vários fenômenos de interferência linguística em uma categoria. No entanto, algumas ocorrências, nesse momento, não puderam ser rotuladas e foram inseridas em *outras interferências*. Apresentamos, a seguir, um gráfico geral dos tipos de interferências elencados a partir dos dados:

Gráfico 1 – Classificação das interferências



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Foram 276 *ocorrências* de interferência coletadas de 102 *produções escritas* por venezuelanos aprendizes de português. Como podemos observar no gráfico 1, a flexão foi o tipo de interferência mais recorrente no *corpus*, com 92 ocorrências (33,3%) e a mudança de gênero e a nasalidade, as menos frequentes com 14 *ocorrências* (5,1%) cada. Para este trabalho, analisamos interferência do tipo betacismo.

As ocorrências de **betacismo** somam 24 *casos* (11 verbos, 11 substantivos e 2 adjetivos), o que corresponde a 8,7% dos dados da pesquisa. Betacismo é um fenômeno linguístico que consiste na troca dos fonemas /v/ por /b/. Geralmente, o fonema /b/ corresponde ao uso das letras *b* e *v* em espanhol. Segundo a RAE (2010), as letras *b* e *v* representavam fonemas distintos em latim e tinham, no espanhol antigo, valor fonológico distintivo. Na Idade Média, essa distinção fonológica se perdeu. A seguir, analisamos exemplos do *corpus* que representam padrões diferentes de betacismo:

(01) Ela **moraba** na Francia, ela ja faleceo, mas para aquela epoca minha avó **estaba** muito bem de saude, conhecer ela foi muito legal porque tambem conheci “Francia” um pais muito bonito, com muita historia e monumentos; aquele ano more com minha avó dois meses e conheci muitos lugares perto donde ela **moraba**, tambem muito bem “Paris” e a segunda cidade em importancia na Francia que é “Lyon”, uma cidade onde meu pai trabalho muitos anos quando ele era mas joven. (69.Int1.15.A)

(02) Mauro **falaba** para o filho que não era permitido erro. (64.Av2.17.D)

(03) Eles muito asustados os meninos **choraban**, chegaram uma casa baixo a chuva, Francisco começo a trabalhar de albañil. (50.Int1.16.D)

(04) Tambem como parte da chamada guerra economica os comerciantes chineses **deixaban** de venden para os venezuelanos para então vender a os estrangeiros apreços elevados. (71.Av1.16.F)

De acordo com os dados coletados, a interferência no pretérito imperfeito⁹⁵ ocorreu na terceira pessoa do singular e do plural. A seguir, temos um quadro comparativo entre os idiomas:

95

As ocorrências com verbos no pretérito imperfeito também poderiam ser classificadas como interferências na flexão.

Quadro 2 – Verbos no pretérito imperfeito em ambos os idiomas

Língua Portuguesa				Língua Espanhola			
Pronome	Pretérito Imperfeito			Pronome	Pretérito Imperfecto		
	morar	ter	partir		<i>dejar</i>	<i>tener</i>	<i>vivir</i>
Ele/Ela	morava	tinha	partia	<i>Él/Ella/Usted</i>	<i>dejaba</i>	<i>tenía</i>	<i>vivía</i>
Eles/Elas	moravam	tinham	partiam	<i>Ellos/Ellas/Ustedes</i>	<i>dejaban</i>	<i>tenían</i>	<i>vivían</i>

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Os informantes mantêm o padrão espanhol, principalmente nas formas verbais do pretérito imperfeito. Nos exemplos (01) e (02), os informantes utilizaram o radical dos verbos em português (*est-*, *mor-* e *fal-*) e a desinência modo temporal (DMT) em espanhol (*-ba*).

Em língua espanhola, utiliza-se *vivir* quando se trata de *habitar* em determinado lugar; *morar* também possui esse mesmo significado, porém restringe-se a um uso mais culto, conforme consulta ao dicionário online RAE. Quando comparamos as frequências no *Corpus* do Espanhol⁹⁶, obtivemos os seguintes resultados: *morar* 324 ocorrências e *vivir*, 640.258, o que nos levou a classificar os exemplos como interferências.

Os informantes têm conhecimento que, em língua portuguesa, é *morar* e que, no contexto de produção dos textos, também deveriam utilizar o *pretérito imperfeito*. No entanto, a DMT escolhida foi a da língua espanhola, *-ba*.

96

Utilizamos o *Corpus* do Português e do Espanhol NOW (2012 até o mês passado), ambos organizados por Mark Davies. Desta maneira, apresentamos a frequência de uso nos *corpora* organizados por Davies de determinadas palavras presentes nas produções dos informantes. Por exemplo, em português, *agrupação* aparece 54 vezes e *agrupamento* 13.595; já em espanhol temos *agrupación* com 230.077 ocorrências e *agrupamiento*, 4.432.

De forma semelhante, temos *falar / hablar*. O informante, mais uma vez, escolhe o radical português, *fal-*, e a DMT espanhola, *-ba*, redigindo *falaba*. Pelo conceito clássico de interferência, *moraba* e *falaba* não são palavras nem do português nem do espanhol, ou seja, não se encaixam em nenhum dos dois idiomas.

Nos exemplos (03) e (04), *choraban* e *deixaban*, respectivamente, os informantes utilizam radical português e as desinências em espanhol. Essa combinação foi bastante frequente no *corpus*. O correspondente da forma *choraban* em português é *choravam* e em espanhol, *lloraban*; *deixaban*, em português fica *deixavam* e em espanhol, *dejaban*. No processo de ensino-aprendizagem do pretérito imperfeito, os professores tanto de espanhol como língua estrangeira (ELE) como de português como língua estrangeira (PLE) costumam enfatizar as diferenças ortográficas entre a DMT *-ba*, em espanhol, e *-va*, em português. Esse tema requer atenção do aluno, pois os contextos de uso e os valores desse tempo verbal são semelhantes em ambos os idiomas.

O conjunto de dados de (05-08) ilustra outros padrões de interferência por betacismo.

(05) ela foi mandato de superioridade militar pego segurança dele, porque ela foi una mulher muito comprometida con a luta revolucionaria, a causa de isso ela se foi de sua casa, fico no movimento militar revolution **recivendo** entrenamiento militar. (50.Int1.16.D)

(06) Na atualidade a corrupção está fazendo estrago no mundo inteiro, nossa sociedade ficou atrapalhada pela evolução individualista, onde a maioria das pessoas em búsqueda do progresso incorre em erros de **governo** para satisfazer suas necessidades básicas e sobreviver; esqueciendo-se da ética e dos valores morales, muitas

vezes impulsados pela mesma situação económica e política atual, ainda que o fim não justifique os meios. (01.Av1.16.E)

(07) O mal representado sempre as **devilidades** do homen, so acreditar em Deus. Era necesario para salvar sua alma. (64.Av1.16.G)

(08) Na comparação com a obra a barca do inferno poderia dizer que a semelhança ocorre no momento do juízo final cuando se enfrenta a **recever** o jugamento pra definir se vai para o ceu ou para o inferno. (71.Av1.16.G)

De acordo com Matte Bon (2009), a pronúncia de *b/v* é idêntica, o que gera inclusive problemas ortográficos em falantes nativos de espanhol. O autor cita três regras ortográficas gerais para os aprendizes de língua espanhola: sempre se escreve *b* diante de consoantes, como *libro*, *cobrir*, *hablar* e *obtener*; depois de *m* se escreve *b*, como em português, *combinar* e *cambiar*; e palavras de origem latina com *p*, geralmente seguem o mesmo padrão em espanhol, por exemplo, *lobo* e *cabra*.

Nos exemplos (05), [...] *movimento militar revolution recivendo entrenamiento [...]*; (07), [...] *as devilidades do homen [...]* e (08) [...] *a recever o jugamento [...]* (grifos nossos), os informantes grafam *v* nas palavras destacadas. No entanto, em ambos os idiomas se escreve com *b*, *recibiendo*, *debilidades* e *recibir / recebendo*, *debilidades* e *receber*, respectivamente, corroborando com Matte Bon.

No exemplo (06), [...] *em erros de gobierno para [...]* (grifo nosso), temos o substantivo *gobierno*. Foram seis ocorrências divididas entre três informantes nos textos sobre a situação da Venezuela. Em espanhol se escreve *gobierno* com *b* e, em português, *governo*, com *v*. Nesse caso, podemos observar que a dificuldade do informante está em grafar *b/v*, o que ocasiona a interferência.

Na próxima seção, apresentamos as considerações finais para esta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é um recorte de um trabalho maior que se dedicou à descrição e análise do contato linguístico entre o português brasileiro e o espanhol venezuelano. Nosso *corpus* foi composto de 47 redações, contendo 7.957 palavras, escritas por 23 informantes, todos venezuelanos. A coleta dos dados aconteceu entre os anos de 2015 e 2017 em um curso de português para estrangeiros na fronteira do Brasil com a Venezuela na cidade de Pacaraima, Roraima.

Por ser um recorte, optamos por escolher um tipo de interferência, a saber, betacismo. No que se refere ao processo de betacismo, podemos concluir que a interferência aconteceu em verbos e substantivos. Além da substituição do /v/ pelo /b/ nas produções escritas, destacamos que alguns informantes substituíram o /v/ pelo /b/ em contextos em que a palavra se escreve com a letra *b*.

O número de informantes não nos permite chegar a afirmações definitivas sobre a relação entre as interferências e as características sociodemográficas dos falantes. No entanto, foi possível verificar que o número de ocorrências foi maior no grupo que tinha parentes brasileiros. O fato de ter parentes brasileiros poderia aumentar a segurança na aprendizagem, de português, pois esse estudante mantinha contato com falantes de português fora do ambiente formal de aprendizagem o que não aconteceu. Sem falar que a fronteira geográfica entre os países é apenas uma abstração, levando em consideração que seus habitantes estão em intenso contato, inclusive nas relações familiares.

Com a crise migratória na Venezuela, a demanda por ensino de português aumentou não apenas em Boa Vista, onde existe a maior concentração de venezuelanos, mas também em outros municípios que abrigam esses refugiados. Em consulta aos projetos pedagógicos dos cursos de Letras das instituições públicas de Roraima

(IFRR, UERR e UFRR), as duas últimas oferecem duas disciplinas obrigatórias relacionadas ao PLE, o que demonstra um avanço frente a outras instituições de ensino superior brasileiras. No entanto, faltam políticas linguísticas em Roraima. Essa lacuna está sendo preenchida com a *Decisão nº 013/2018-CEPE-UFRR*, que aprovou a minuta de resolução sobre *políticas linguísticas* no âmbito da UFRR. É um passo para que outros órgãos públicos, acadêmicos ou não, possam discutir e regulamentar políticas dessa natureza.

A partir dessas informações, podemos pensar, no âmbito do ensino de PLE, questões inerentes à formação e à atuação dos professores, tais como: a concepção e percepção de língua; abordagem de ensino e variedade do português a ser ensinada, em particular em regiões de fronteiras. Ensinar e aprender um outro idioma nessas regiões requer maior atenção por parte do docente aos processos resultantes do contato linguístico, contato que constitui e constrói a realidade diária dos alunos.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2017.

COUTO, H. H. do. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília: EdUnB, 1996.

DAVIES, M.; BYU. **Corpus do Português** (NOW 2012 – o mês passado; 1,1 bilhão de palavra). Disponível em <http://www.corpusdoportugues.org>. Acesso em: 29 jan. 2020.

DAVIES, M.; BYU. **Corpus del Español** (NOW 2012 – el mes pasado; 5.100 milhões de palabras). Disponível em <https://www.corpusdelespanol.org>. Acesso em: 29 jan. 2020.

DINIZ, M. A. de S. **Contato transfronteiriço: interferências da L2 na escrita em L1 de alunos de escolas de Brasília (Brasil) e Cobija (Bolívia)**. 2012. 176f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2012.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATTE BON, F. **Gramática comunicativa del español**. Tomo I. 12. reimp. Madrid: Edelsa, 2009.

MENÉNDEZ, F. G.; MENÉNDEZ, M. V. G. **El desplazamiento lingüístico del español por el inglés**. Madrid: Cátedra, 2003.

MOTA, F. P. **A interferência linguística em redações de venezuelanos estudantes de português na fronteira Brasil/Venezuela**. 2020. 185f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2020.

MOTA, F. P. **Contato linguístico na fronteira Brasil/Venezuela**: produções textuais de hispanos aprendizes de PLE. 2014. 105f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Comunicação, Letras e Artes Visuais, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

PAYRATÓ, L. **La interferencia lingüística**. Barcelona: Curial Edicions Catalanes, 1985.

PEREYRON, L.; ALVES, U. K. A aquisição do sistema vocálico do português por falantes nativos da variedade rio-platense de espanhol: uma discussão sobre a bidirecionalidade da transferência vocálica. **Domínios de Lingu@gem**, v. 10, n. 2, p. 616-645, 27 jun. 2016.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Ortografía de la lengua española**. Madri: Espasa/Calpe, 2010.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. Disponível em <https://www.rae.es/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

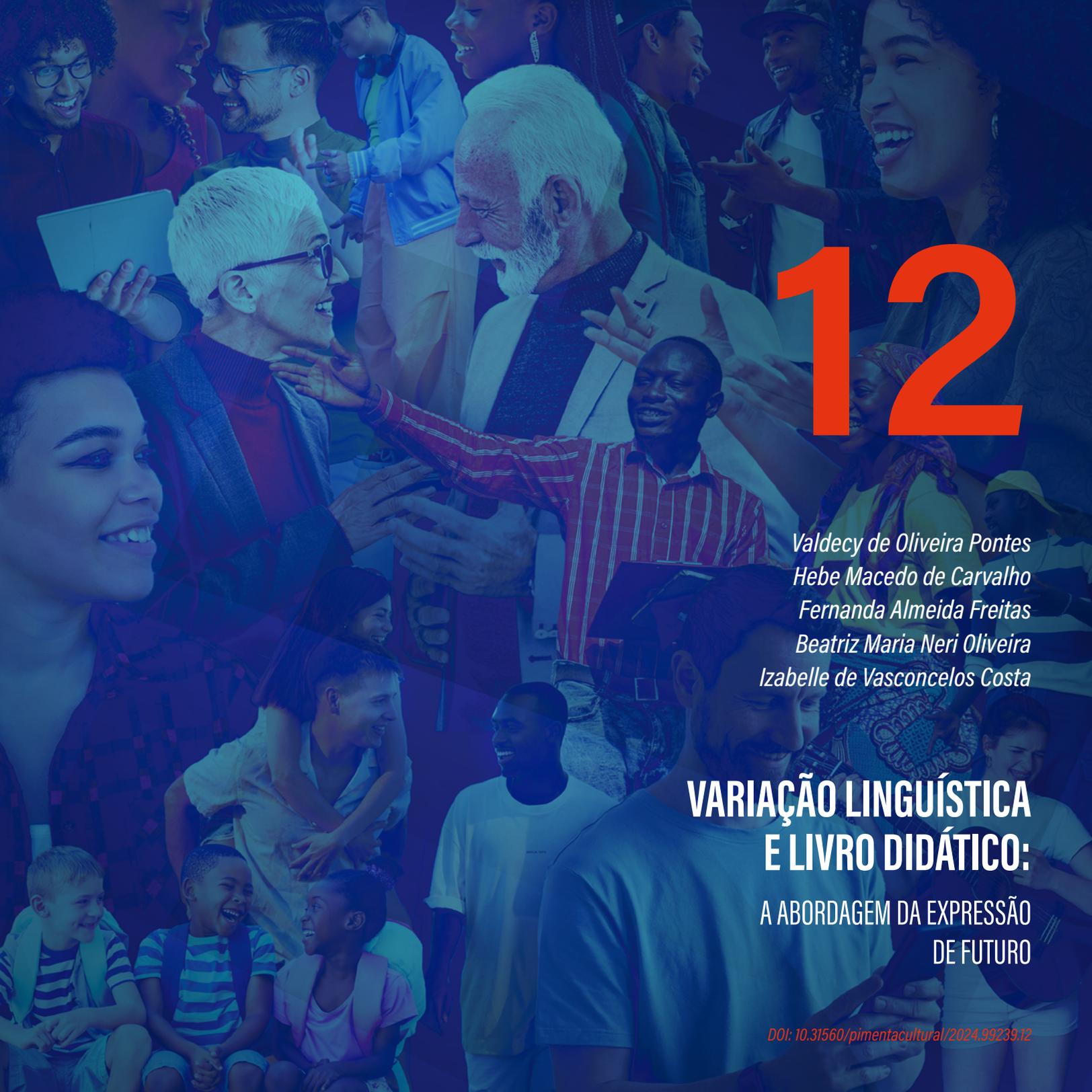
SIGUAN, M. S. **Bilingüismo y lenguas en contacto**. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

SILVA-VALDIVIA, B. Cambios de código, alternancias e interferencias linguísticas: unha perspectiva didáctica sociocomunicativa. *In*: SILVA-VALDIVIA, B. (Coord.). **Didáctica da língua en situacións de contacto linguístico**. Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1994. p. 151-176.

VOEGELIN, C. F.; HARRIS, Z. S. Methods for determining intelligibility among dialects of natural languages. **Proceedings of the American Philosophical Society**, v. 95, n. 3 (Jun. 12, 1951). p. 322-329.

WEINREICH, U. **Languages in contact**: finding and problems. The Hague: Mouton, 1953.

WEINREICH, U. **Lenguas en contacto**: descubrimientos y problemas. Caracas: Ediciones de la Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela, 1974.



12

*Valdecy de Oliveira Pontes
Hebe Macedo de Carvalho
Fernanda Almeida Freitas
Beatriz Maria Neri Oliveira
Izabelle de Vasconcelos Costa*

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E LIVRO DIDÁTICO: A ABORDAGEM DA EXPRESSÃO DE FUTURO

INTRODUÇÃO

De um modo geral, o senso comum avalia como inadequado todo e qualquer uso linguístico que não se ajusta à norma padrão. Por esta razão, falantes de formas linguísticas, tidas como não padrão, sofrem frequentemente discriminação social (preconceito linguístico). Faraco (2015) aduz que uma possível mudança, nesta percepção, passa pelo desenvolvimento sistemático de práticas pedagógicas, que estimulem a reflexão a propósito das variedades (sociais, regionais e estilísticas manifestas nas línguas naturais), coordenadas com atividades motivadas pelo recurso articulado à situação comunicativa, de modo que as habilidades da leitura, da fala e da escrita possam ser objetivamente efetivadas.

A mudança requerida por Faraco (2015) é tal que inclui um gênero de tratamento pedagógico para o fenômeno da variação, a que o sociolinguista brasileiro tem denominado Pedagogia da variação linguística. Com efeito, a aplicação ao contexto educacional dos postulados teórico-metodológicos e dos resultados das pesquisas variacionistas constituiu uma área específica de estudo denominada Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2005).

No que diz respeito ao manejo com o fenômeno linguístico da variação e o livro didático (LD) de Português, Lima (2014) entende que os autores e as autoras do LD não deveriam reduzir esse importante recurso didático à sua materialidade, por vezes formal. Antes deveriam se comprometer tacitamente em defendê-lo e, no limite, discuti-lo. No entanto, é demasiadamente superficial a forma como o LD aborda o fenômeno da variação (FARACO, 2015). Grosso modo, o que se vê amiúde é a ênfase em um ou outro tipo de variação, em uma dinâmica que opera consoante à permissiva lógica da inclusão e exclusão: incluem e celebram a dimensão diatópica daquele fenômeno linguístico em detrimento de sua manifestação diastrática, comprometendo seriamente os fatores socioculturais intervenientes

e subjacentes a toda e qualquer comunidade de fala. Não é fortuita, por exemplo, a observação de González (2015, p. 244) a propósito do ensino da língua portuguesa: “a distinção entre norma culta e norma-padrão é extremamente importante para uma pedagogia de língua, pois insiste sobre o fato de que há uma distinção entre aquilo que os falantes ‘mais cultos’ usam em suas interações sociais e aquilo que é preconizado como ‘o certo’”.

Essa questão se torna mais aguda no âmbito do ensino de Língua Estrangeira⁹⁷, uma vez que os alunos não têm, em princípio, intimidade com as diferentes variedades da língua a ser estudada. Porém, tal limitação seria amenizada se o LD se pautasse por uma pedagogia centrada no uso e na comunicação, licenciando formas coloquiais e canônicas a partir de práticas discursivas concretas.

No entanto, é importante ponderarmos que os autores de LD lidam com uma série de questões orientadas à didatização e ao mercado editorial, do que pode decorrer certo apagamento da variação linguística, por nós reivindicada. Além disso, o trabalho docente com a variação linguística em sala de aula vai muito além do insumo do livro didático; concernente à LE, vai no consumo da língua-cultura por diferentes meios (Youtube, TikTok, plataformas digitais, streaming etc.).

Nessa direção, na prática docente, segundo González (2015, p. 245), “é necessário refletir sistematicamente sobre a variação, discutir suas contribuições para a construção de sentidos, percebê-la atuando em todos os níveis linguísticos e em todas as interações, entendê-la como sinal de riqueza da língua”. Em particular, Coelho *et al.* (2015) propõem uma reflexão sobre a heterogeneidade da

97 Evidentemente, a questão se aplica ao ensino de toda e qualquer língua estrangeira. A esse respeito, Rodrigues (2005) entende que o LD de Inglês deveria fornecer meios para que o aluno pudesse interagir nas diversas situações comunicativas, querendo com isto dizer que se a língua tem um caráter heterogêneo, estes subsídios deveriam contemplar as variações da língua alvo em função de diversos fatores, como a região geográfica, os aspectos sociais e os contextos.

modalidade falada em contraste com a escrita, a partir das variedades da língua, para que o aprendiz tome conhecimento dos fenômenos variáveis, das regras que regem a variação e dos preconceitos e estereótipos linguísticos relacionados ao uso efetivo de uma língua viva.

Em contrapartida, Bagno (2007) afirma que a maioria dos LDs de Português limitam-se à utilização de exercícios mecânicos classificatórios e de análise sintática com viés estruturante, sem a devida e necessária contextualização para uma prática real de uso, revelando uma concepção de língua estável e homogênea. De igual modo, esse fato é recorrente no ensino de LE, conforme atestam pesquisas sobre o ensino da variação linguística em Inglês e Espanhol (BUGEL, 1999; RODRIGUES, 2005; KRAVISKI, 2007; PONTES, 2009; COAN; PONTES, 2013; PONTES; NOBRE, 2018; PONTES, MOREIRA; FERREIRA, 2019; BRASIL, 2020; FREITAS, 2022).

Freitas (2022) analisou o tratamento concedido ao pluricentrismo normativo da Língua Espanhola⁹⁸ e as orientações teórico-metodológicas dadas ao professor sobre o conteúdo *variação linguística* no LD de Espanhol como Língua Estrangeira, destinado aos anos finais do ensino fundamental. A pesquisadora concluiu que, em todas as coleções analisadas, as atividades sobre o conteúdo *variação linguística* privilegiaram o ensino das variantes próprias da norma padrão madrilenha, afastando-se do que é recomendado pelos documentos oficiais brasileiros para o ensino da variação das línguas naturais e alinhando-se ao que é proposto pelo Plano Curricular, do Instituto Cervantes⁹⁹, que defende a escolha de uma única norma para o ensino do Espanhol como Língua Estrangeira.

98 Reconhecimento das diferentes normas de prestígio de cada país hispano-falante como norma padrão de seu Estado.

99 O Instituto Cervantes é uma instituição do Estado espanhol que, de forma aberta e permanente, desenvolve o papel de vitrine da língua e da cultura espanhola no exterior. Seu objetivo em matéria de projeção cultural é o de difusão da cultura espanhola e do mundo hispânico.

Possivelmente, essa desproporcionalidade da abordagem da variação linguística nos LDs se deve a uma ausência de orientação quanto à sua abordagem por nível de aprendizagem ou faixa etária. Pois, apesar de os documentos oficiais (Parâmetros Curriculares Nacionais, Orientações Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum Curricular), que norteiam o ensino de Língua Materna (LM) e de Língua Estrangeira (LE), ressaltarem a importância dos conhecimentos sociolinguísticos, eles não indicam como deve ser explorada a variação linguística em cada nível de aprendizagem (inicial, intermediário, avançado) ou, ainda, em cada ano da Educação Básica, tanto no que diz respeito à LE quanto à LM.

Quanto ao tratamento da variação linguística em cada nível de ensino, há países que orientam, em seus currículos, quais aspectos dos conhecimentos sociolinguísticos devem ser abordados em cada fase do ensino. A título de ilustração, Trousdale (2011) apresenta o caso dos currículos nacionais da Inglaterra e do País de Gales, que incluíram, em 1998, uma perspectiva de ensino de gramática não prescritivista, levando em conta a diversidade e a adequação linguísticas nas diferentes situações, inclusive nas que exigem a norma padrão. O autor explica que, na Educação Básica, muitas crianças entram na escola dominando apenas as variantes não padrão e considerar tais variantes pode ser um recurso útil para desenvolver práticas de letramento, aquisição da variedade padrão e conhecimento da linguagem em geral. Assim, nestes currículos, nos estágios primários (KS1 – a partir dos cinco anos de idade), as crianças são apresentadas às principais características do inglês padrão falado e a alguns usos de acordo com o contexto e a audiência. A partir do KS 2 (continuação do nível primário), são introduzidos, de forma explícita, os conceitos e as diferenças entre o inglês padrão e os dialetos e até o KS4 (aos dezesseis anos, ao realizar o exame nacional). Os estudantes devem saber:

- Por que o inglês padrão é importante e o seu lugar no contexto nacional e internacional;
- A gama de influências sobre o desenvolvimento da linguagem escrita e falada;
- Atitudes em relação ao uso;
- As principais diferenças linguísticas entre a fala e a escrita;
- Algumas diferenças centrais, lexicais e morfossintáticas, entre o padrão e os dialetos não-padrão;
- Algumas questões-chave em linguística histórica (inovações lexicais, etimologia), incluindo o uso do inglês na era eletrônica (TROUSDALE, 2011, p. 263, tradução nossa)¹⁰⁰.

Talvez, se nos documentos brasileiros fossem descritos estágios para a abordagem da variação linguística, de forma progressiva em cada nível de ensino – conforme o exemplo dos currículos supracitados – subsidiar-se-iam tanto a prática docente quanto a elaboração de LDs, de forma a considerar a variação linguística em todos os níveis de ensino.

Diante do exposto, considerando a relevância do LD para o ensino de língua, nas próximas seções, apresentamos a análise da abordagem da expressão de futuro em um LD de Português, adotado no ensino fundamental, e um outro de Espanhol como Língua Estrangeira, destinado a alunos brasileiros do Ensino Médio. Para além das análises empreendidas, propomos não somente reformulações, mas também reflexões, consoante as contribuições da Sociolinguística Educacional.

100

· Why standard English is important, and its place in a national and international context; · The range of influences on the development of written and spoken language; · Attitudes to usage; · The main linguistic differences between speech and writing; · Some central lexical and morphosyntactic differences between standard and non-standard dialects; · Some key issues in historical linguistics (lexical innovations, etymology), including the use of English in an electronic age (TROUSDALE, 2011, p. 263).

A EXPRESSÃO DE FUTURO NO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA MATERNA (P/LM)

Estudos sociolinguísticos (GIBBON, 2000; OLIVEIRA, 2006; TORRES, 2009; TESCH, 2011; FIGUEIREDO, 2015) sobre a expressão de futuro apontam que a perífrase *ir* no presente + verbo principal no infinitivo (*vou cantar, vou andar*) para expressar o futuro do presente do indicativo pode indicar mudança em progresso. Os estudos apontam uma preferência por esse uso em competição com a forma simples de futuro do presente indicativo (*cantarei, andarei*). O estudo de Oliveira (2006) mostra, com base em amostras do século XX, compostas de textos orais e de textos escritos da década de 1970, que a frequência de uso de perífrases de futuro em falas monitoradas (aulas, cultos etc.) e em entrevistas orais nos moldes labovianos é em torno de 72%. A frequência de perífrases de futuro, em entrevistas orais sociolinguísticas aumenta para 82%, na década de 1990. A forma simples mostrou-se mais frequente em textos escritos, especificamente, em editoriais dos jornais “A Tarde” e “Jornal do Brasil”, de Salvador e do Rio de Janeiro, respectivamente. Gibbon (2000) destaca que a forma verbal *-rei* está em desuso na fala de Florianópolis, perdendo espaço para a forma perifrástica de futuro. Para Bagno (2012), o futuro do presente composto (*vou cantar, vou falar*) é a forma recorrente no vernáculo do português do Brasil, estando o futuro simples mais circunscrito à escrita de gêneros textuais mais monitorados.

A considerar os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN/LP), documento elaborado, no final da década de 1990, é possível ler a importância de a escola abordar a variação linguística como conteúdo de Língua Portuguesa. Consta como orientação para o ensino da análise linguística a comparação dos fenômenos linguísticos observados na fala e na escrita em variedades do

português, bem como a afirmação segundo a qual, no sistema dos tempos verbais, predomina o emprego das formas compostas e das locuções verbais do futuro.

Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo, componente de Língua Portuguesa, contempla, a partir de competências e habilidades comunicativas, a valorização de variedades linguísticas. O documento define o estudo da variação linguística, bem como o significado social de variantes de prestígio e de variantes estigmatizadas na língua como parte da aprendizagem linguística escolar, incluindo os valores sociais atribuídos à língua, muitas vezes, relacionados a preconceitos de base social como tema de estudo na escola (BNCC, 2018).

Para a BNCC e para os PCN/LP, o estudo da análise linguística/semiótica deve contemplar “conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma padrão» (BNCC, 2018, p. 71), estando o lugar da variação linguística como objeto de ensino com enfoque na variedade padrão do português. Observam-se, no documento, pressupostos básicos da Sociolinguística laboviana (LABOV, 2008 [1972]), tendo em vista a concepção de língua como constituída de variedades linguísticas.

Os documentos, em certa medida, orientam e normatizam a elaboração de materiais didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que se constituiu como política pública do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do MEC. É atribuição do PNLD analisar, indicar, comprar e distribuir as obras didáticas, pedagógicas e literárias em caráter gratuito e regular. A pergunta que fazemos é: em que medida a variação de futuro do presente é contemplada nesse instrumento didático chamado livro didático?

Nesta seção, faremos uma análise da abordagem da coleção *Se Liga na Língua: Leitura, Produção de Texto e Linguagem* (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2018), destinada a alunos do Ensino

Fundamental I, quanto à categoria verbal de futuro. Partimos da categoria de futuro do presente como entidade linguística variável constituída de variantes em uso frequente no português do Brasil, como atestam estudos sociolinguísticos.

Ao examinarmos as orientações, que constam no manual do professor, encontramos a informação de que os gramáticos (CUNHA; CINTRA, 1985) descrevem a preferência pela locução verbal de futuro na língua falada, bem como diz que estudos linguísticos demonstram que não há estigma em relação a esse uso. Essa informação contempla a recorrência dessa forma na fala do português do Brasil já atestada nos estudos sociolinguísticos de produção, bem como a avaliação linguística de que o futuro perifrástico está abaixo do nível de consciência dos falantes, não apresentando estigma. O manual orienta que o professor reforce com os alunos a ideia segundo a qual a língua oferece várias possibilidades de uso, a depender da necessidade do usuário.

No livro do 7º ano, há uma nota sobre a locução verbal de futuro que aparece no título de uma notícia veiculada na internet (figura 1). A nota destaca que a locução verbal *vai subir* substitui a forma simples *subirá*, e diz que a locução verbal é a forma preferida dos falantes do português, no Brasil, para expressar o futuro do presente.

Figura 1 – Nota explicativa sobre locução verbal de futuro

Conta de luz vai subir 17,2% no Rio a partir de sábado

Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/11/05/conta-de-luz-vai-subir-172-no-rio-a-partir-de-sabado.htm>>. Publicado em: 6 nov. 2015. Acesso em: 12 jun. 2018.

Nesse título de notícia, a locução verbal *vai subir* substitui a forma simples *subirá*. Na linguagem coloquial, mas também em muitas situações formais, os falantes do português, no Brasil, têm preferido as locuções verbais para a expressão do futuro do presente e do futuro do pretérito.



Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2018, p. 140).

A abordagem põe em relevo a fala do português do Brasil, situa as duas formas em uso do futuro do presente, contudo, ela aparece em uma nota explicativa apenas, sem o devido destaque ao estudo acerca dessa estrutura verbal típica da fala em confronto com a forma simples, com mais monitoração estilística (BORTONI-RICARDO, 2004), recorrente na escrita monitorada, a exemplo de textos jornalísticos.

A seção *A língua nas ruas*, que, como o próprio nome sugere, tem como objetivo propor a reflexão sobre o uso coloquial da língua, apresenta a locução *vai vim* como mote para a análise linguística, ilustrada na figura 2.

Figura 2 – A língua nas ruas

A língua nas ruas

Você já reparou que, no dia a dia, é comum o uso da expressão *vai vim*?
Exemplo: *Meu primo vai vim à minha casa hoje à noite.*

1. Analise a expressão para entender sua formação.
 - a) Em que tempo verbal está o verbo auxiliar?
 - b) Em lugar de aparecer no infinitivo, o verbo principal está flexionado em um tempo. Qual?
 - c) Como seria a expressão equivalente de *vai vim* se o verbo *vir* fosse substituído por *cantar* e se fossem mantidos os tempos usados?
 - d) O que se conclui, portanto, quanto a esse uso?
2. Agora, procure recolher, ouvindo pessoas diversas, outros exemplos de locução com a forma verbal auxiliar *vai*. Em seguida, conclua: são empregadas outras locuções com a mesma estrutura de *vai vim*? O que explica a confusão entre *vir* e *vim*?

Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2018, p. 143).

A seção *a língua nas ruas* enfoca a locução verbal *vai vim*, em que o verbo principal está flexionado no pretérito perfeito do indicativo e não no infinitivo, construção prototípica de perífrases verbais (verbo auxiliar + verbo principal no infinitivo). O item c da questão 1 conduz à reflexão linguística de que essa estrutura cria uma noção de tempo incoerente se outro verbo ocupar o lugar sintático do verbo principal, tendo em vista que caso o *vir* seja substituído por *cantar* no

pretérito perfeito (vai vim/vai cantou) a locução se torna agramatical. O uso de *vai vim* se dá, possivelmente, pela semelhança sonora entre o infinitivo *vir* e a forma flexionada *vim*, apontado, no livro, como sendo uma “confusão”.

A elaboração das perguntas (a), (b), (c) e (d) é pensada para que o aluno pense qual seria a forma correta da locução verbal *vai vim*, que ocorre preferencialmente quando o verbo *vir* é o verbo auxiliar. O enfoque da observação da *língua nas ruas* está centrado em uma das locuções verbais de futuro bastante específica, sem que outras locuções verbais para exprimir futuro sejam apresentadas, ainda que a própria nota explicativa (figura 1) do livro em estudo afirme que “os falantes do português, no Brasil, têm preferido as locuções verbais para exprimir o futuro do presente (...)”. Retomando a pergunta “em que medida a variação de futuro é abordada no livro didático?”, a abordagem da variação de futuro do presente é bastante tangenciada nos livros didáticos analisados. Sob o viés da Sociolinguística, a coocorrência de locução verbal com valor de futuro *versus* a forma simples de futuro são variantes morfossintáticas, são formas concorrentes, inerentes ao sistema linguístico. Nesse sentido, essas formas constituem objeto de descrição, podendo ser abordadas como objeto de ensino no âmbito da escola.

O futuro do presente tem sido objeto de abordagens teórico-práticas (DURVAL, 2017; OLIVEIRA, 2020; FRANZ; KONKEL; SOUSA, 2022 – para citar apenas alguns estudos) no sentido de pensar o ensino de gramática e contínuos de variação na escola fundamental, sendo a manifestação de regras variáveis (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968), objeto de ensino. Em linhas gerais, esses estudos apresentam propostas de atividades com enfoque no futuro simples e no futuro perifrástico (ir + infinitivo) considerando o ensino de gramática pautado nos eixos *gramática e variação*, *gramática e atividade reflexiva*, *gramática e construção do sentido global do texto* (VIEIRA, 2017, p. 64-82). A ideia é que o(a) aluno(a) conheça e reflita sobre a heterogeneidade linguística do futuro do presente no Português do Brasil efetivamente em uso.

A EXPRESSÃO DE FUTURO NO LIVRO DIDÁTICO DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA (E/LE)

No mundo hispânico, predomina a frequência de distribuição da variante analítica perifrástica (70,8%); seguida do presente do indicativo com valor de futuro (11,4%) e o futuro morfológico (17,8%) (OROZCO; THOMS, 2014). No entendimento de Silva-Corvalán e Terrell (1989), as três variantes têm notável prodigalidade semântica, evidenciada entre os domínios de uso que as fundamentam. A título de ilustração, os significados associados às expressões de futuro também podem ser codificados por intermédio do condicional ou do subjuntivo passado (GUTIÉRREZ, 1995). Por fim, alguns estudos estabelecem uma certa tendência numericamente desfavorável à ocorrência do futuro morfológico diante da perífrase e do presente: na parte norte da Colômbia (OROZCO, 2005); tanto no Caribe quanto no Chile (SILVA-CORVALÁN; TERRELL, 1989); e no México (LASTRA; BUTRAGUEÑO, 2010). Contudo, no espanhol peninsular, essa tendência não é acentuada em razão de dois fatores: o futuro morfológico carrega consigo a marca de prestígio (DÍAZ-PERALTA; ALMEIDA, 2000); o futuro morfológico é mais perceptível devido ao contágio com outras línguas a que o espanhol da Espanha está sujeito (BLAS ARROYO, 2008).

Nesta seção, faremos uma análise da abordagem das autoras da coleção didática *Cercanía joven*, destinada a aprendizes brasileiros do Ensino Médio, no que tange à expressão de futuro em língua espanhola, considerando as variantes e os distintos contextos de uso.

Em relação às variantes linguísticas para a expressão de futuro em língua espanhola, ao realizarmos o mapeamento nos três volumes da coleção didática, identificamos as seguintes ocorrências: (i) presente dos verbos “ser” e “estar” (volume 01 – unidade

01 – capítulo 01); (ii) outros verbos no presente do indicativo (volume 01 – unidade 01 – capítulo 02); (iii) futuro morfológico e futuro perifrástico (volume 01 – unidade 03 – capítulo 05). A seguir, transcrevemos alguns exemplos explorados pelas autoras, no que tange ao estudo de cada variante.

Ao examinarmos as unidades didáticas, verificamos que o conhecimento sobre a expressão variável do futuro em espanhol não é sistematizado, a fim de aprofundar a compreensão do aprendiz sobre o plano complexo da significação, ou seja, apesar de haver o emprego contumaz de gêneros autênticos, esses são usados apenas como pretexto consoante à concepção e ao ensino (idealizado) da língua espanhola, expostos na “*Presentación*”¹⁰¹.

Os gêneros textuais apresentados na coleção são autênticos, mas deles não emerge um estudo, nem mesmo parcial, da variação linguística, em geral, e das variantes de futuro, em particular. A despeito de terem trabalhado a diversidade cultural da hispanoamérica – ver nota abaixo a propósito da polissemia para “transporte urbano público” –, no que pese nosso objeto linguístico, as autoras da coleção não o consideram.

EI ESPAÑOL ALREDEDOR DEL MUNDO

*El medio de transporte colectivo público urbano, **autobús**, recibe nombres distintos en los varios países hispanicos: **guagua** (Cuba), **colectivo** (Argentina y Bolivia), **micro** (Chile), **buseta** (Colombia), **camioneta** (Guatemala), **camión** (México), ómnibus (Uruguay)... Pero cada uno de esos medios de transporte tiene su particularidad que se relaciona con las costumbres y hábitos de cada comunidad que las usa.*

Fonte: Coimbra e Chaves (2016, p. 37).

101

Na “Apresentação” dirigida ao estudante, as autoras explicitamente enfatizam que a coleção favorecerá o ensino e a aprendizagem da língua espanhola orientados aos dois planos de significação (linguístico e extralinguístico) que a ela se interpõem.

O fenômeno de variação linguística é abordado de modo raso, conseqüentemente não revelador da dinâmica linguística. No fragmento acima, as autoras apresentam a mais recorrente das variações: a lexical. Evidentemente, estamos aqui considerando apenas a modalidade escrita da língua. Dessa forma, não analisamos os áudios da coleção didática, visto que as autoras não apresentam atividades orais e de compreensão auditiva para explorar os usos e os valores das variantes examinadas.

Por fim, importa salientar que a variante futuro morfológico pelo presente é derivada – induzida pelos advérbios temporais e pelas locuções adverbiais –, ao passo que as formas morfológica e perifrástica, não. Tais formas estão trabalhadas na unidade 3 (*“El mundo es político: ¡Que también sea ético!”*) no capítulo 5 (*Discurso: ¡Con mis palabras entraré en la historia!*). No entanto, as autoras não fazem esta correlação no que tange à expressão de futuro, tampouco, sugerem, no manual do professor, uma reflexão epilingüística¹⁰² sobre os usos e os valores do futuro morfológico e do futuro perifrástico. Poder-se-ia, por exemplo, propor uma comparação com a língua materna do aluno, ou seja, com a expressão de futuro no Português do Brasil.

Na coleção em análise, o estudo das variantes morfológica e perifrástica é desenvolvido a partir de um gênero textual autêntico, no caso, o discurso político do chileno Salvador Allende, que governou o país de 1970 a 1973, quando então fora deposto por um golpe militar. As autoras tiveram o cuidado em trabalhar as duas expressões de futuro de forma contextualizada, com base em um fato histórico, consoante a compreensão leitora. O texto está apresentado logo abaixo.

102

Na prática de análise linguística, além da escuta, leitura e produção de textos, parece ser necessária a realização tanto de atividades epilingüísticas, que envolvam manifestações de um trabalho sobre a língua e suas propriedades, como de atividades metalingüísticas, que envolvam o trabalho de observação, descrição e categorização, por meio do qual se constroem explicações para os fenômenos linguísticos característicos das práticas discursivas. Por outro lado, não se podem desprezar as possibilidades que a reflexão linguística apresenta para o desenvolvimento dos processos mentais do sujeito, por meio da capacidade de formular explicações para explicitar as regularidades dos dados que se observam a partir do conhecimento gramatical implícito. (BRASIL, 2000, p. 78).

9:03 A.M. RADIO MAGALLANES

Esta será seguramente la última oportunidad en que me pueda dirigir a ustedes. La Fuerza Aérea ha bombardeado las torres de radio Portales y radio Magallanes. Mis palabras no tienen amargura sino decepción, y serán ellas el castigo moral para los que han traicionado su juramento que hicieron como soldados de Chile, comandantes en jefe titulares... El almirante Merino, que se ha autodesignado comandante de la Armada... Más el señor Mendoza, general rastrero que solo ayer manifestara su fidelidad y lealtad al gobierno también se ha denominado director general de carabineros.

Ante estos hechos, solo me cabe decirles a los trabajadores: ¡Yo no voy a renunciar!

Colocado en un tránsito histórico, pagaré con mi vida la lealtad al pueblo. Y les digo que tengo la certeza de que la **semilla** que entregáramos a la conciencia digna de miles y miles de chilenos, no podrá ser segada definitivamente.

Tienen la fuerza, podrán **avasallarnos**, pero no se **detienen** los procesos sociales ni con el crimen ni con la fuerza. La historia es nuestra y la hacen los pueblos.

Trabajadores de mi patria: quiero agradecerles la lealtad que siempre tuvieron, la confianza que depositaron en un hombre que solo fue intérprete de grandes **anhelos** de justicia, que empeñó su palabra en que respetaría la Constitución y la Ley, y así lo hizo. En este momento definitivo, el último tal vez en que yo pueda dirigirme a ustedes, quiero que aprovechen la lección: el capital foráneo, el imperialismo, unidos a la reacción crearon el clima para que las Fuerzas Armadas rompieran su tradición, la que les enseñara el general Schneider y reafirmara el comandante Araya, víctimas del mismo sector social que defendiendo sus granjerías y sus privilegios.

Me dirijo sobre todo a la modesta mujer de nuestra tierra, a la campesina que creyó en nosotros, a la **obrero** que trabajó más, a la madre que supo de nuestra preocupación por los niños. Me dirijo a los profesionales de la

patria, a los profesionales patriotas, a los que desde hace días estuvieron trabajando contra la **sedición auspiciada** por los colegios profesionales, colegios clase para defender también las ventajas que una sociedad capitalista les da a unos pocos.

Me dirijo a la juventud, a aquellos que cantaron, que entregaron su alegría y su espíritu de lucha. Me dirijo al hombre de Chile, al obrero, al campesino, al intelectual, a aquellos que serán perseguidos. Porque en nuestro país el fascismo ya estuvo hace muchas horas presente, en los atentados terroristas, volando las **puentes**, cortando la línea férrea, destruyendo los oleoductos y los gaseoductos, frente al silencio de los que tenían la obligación de custodiar los bienes del Estado... La historia los **juzgará**.

Seguramente, Radio Magallanes será acallada y el metal tranquilo de mi voz ya no llegará a ustedes. No importa; me seguirán oyendo. Siempre estaré junto a ustedes. Por lo menos mi recuerdo será el de un hombre digno, que fue leal a la lealtad del pueblo. El pueblo debe defenderse, pero no sacrificarse; el pueblo no debe dejarse arrasar ni acribillar, pero tampoco puede entregarse.

Trabajadores de mi patria: tengo fe en Chile y su destino. Superarán otros hombres este momento gris y amargo donde la traición pretende imponerse. Sigán ustedes sabiendo que mucho más temprano que tarde de nuevo abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre para construir una sociedad mejor.

¡Viva Chile!

¡Viva el pueblo!

¡Vivan los trabajadores!

Estas son mis últimas palabras. Tengo la certeza de que mi sacrificio no será en vano, tengo la certeza de que, por lo menos, habrá una lección moral que castigará la felonía, la cobardía y la traición.

(Coimbra; Chaves, 2016, p. 98-99)

O estudo das formas gramaticais expressas pelo futuro morfológico (imperfecto) e pela perífrase [ir a + infinitivo] é totalmente conduzido a partir do texto. Os exercícios propostos pelas autoras versam sobre a temática histórica associada ao gênero textual discurso político. Contudo, os condicionantes linguísticos e extralinguísticos, bem como o uso e os valores temporais e modais associados às variantes não são considerados, nem direta nem indiretamente. À vista disso, com base em Tomlinson e Masuhara (2005) – Categoria (+)/expansão – para a adaptação de materiais didáticos, sugerimos as atividades elencadas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Proposta de adaptação didática ao estudo das variantes morfológica e perifrástica

1. Lee el siguiente fragmento del discurso de Allende y analiza el valor de temporalidad futura que es empleado en él.

"Ante estos hechos sólo me cabe decir a los trabajadores: ¡No voy a renunciar!"

a. ¿Qué estructura sustituye al tiempo futuro en ese fragmento? Argumenta tu respuesta.

2. ¿Qué valor (intencionalidad, incoatividad, inmediatez, incertidumbre, voluntad, obligación, exhortación, sorpresa o valor discursivo) tiene el único uso de la perífrasis de futuro *ir + a + infinitivo* en el fragmento del discurso de Allende basándote en tu análisis anterior? Argumenta tu respuesta.

3. Explica el significado de los enunciados en los discursos políticos de Allende y Kirchner, a continuación razona a qué se debería su diferencia respecto al empleo de las variaciones futuro imperfecto y futuro perifrástico.

"Colocado en un tránsito histórico, **pagaré** con mi vida la lealtad al pueblo. Y les digo que tengo la certeza de que la semilla que hemos entregado a la conciencia digna de miles y miles de chilenos, no **podrá** ser segada definitivamente. Tienen la fuerza, **podrán** avasallarnos, pero no se detienen los procesos sociales ni con el crimen ni con la fuerza." (Discurso de Salvador Allende en la Radio Magallanes, 11 de septiembre de 1973).

"Seguramente Radio Magallanes **será** acallada y el metal tranquilo de mi voz ya no **llegará** a ustedes. No importa. La **seguirán** oyendo. Siempre **estaré** junto a ustedes. Por lo menos mi recuerdo **será** el de un hombre digno, que fue leal a lealtad del pueblo." (Discurso de Salvador Allende en la Radio Magallanes, 11 de septiembre de 1973).

"Me resisto y me **resistiré** toda la vida hasta el último aliento, a recordar a los combatientes de la Patria, como viejitos o el día que se murieron. Eran jóvenes comprometidos con ideales, con convicciones, con la Patria, con la política, sí con la política y con el Estado." (Discurso de Cristina Kirchner en Rosario celebrando el Día de la Bandera, 20 de junio de 2015).

"Se la **vamos a dar** y no **vamos a traicionar** su mandato, porque él también ganó su lugar en la historia y merece también esas palmas de general que rodean hoy a San Martín y a Belgrano." (Discurso de Cristina Kirchner en Rosario celebrando el Día de la Bandera, 20 de junio de 2015).

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Na questão 1, o aluno é levado a refletir sobre a produção de efeito de sentido da forma perifrástica e do futuro morfológico. Na segunda questão, podem ser explicitados os valores modais e temporais, enumerados por Gómez Torrego (2002), Gutiérrez Araus (2007) e García (2013). Além disso, o docente pode explicar que o

futuro pode admitir outras realizações. Já na questão 3, é possível analisar os distintos contextos de uso da forma perifrástica e do futuro morfológico, considerando os valores temporais e modais aportados por García (2013).

Por estas atividades, o aprendiz pode se familiarizar com os sentidos depreendidos dos usos e das funções da perífrase e do futuro morfológico. Lembrando que estes usos e estas funções não são, segundo Labov (2008), arbitrários. Pensando nisso, propomos uma atividade na qual as variantes morfológica e perifrástica estivessem correlacionadas, respeitando as singularidades linguísticas e extralinguísticas que favorecem suas frequências de ocorrências. Escolhemos dois discursos políticos, porém, em um (o mais antigo, o de Allende), o uso da variante morfológica é mais acentuado, enquanto no discurso de Cristina Kirchner (mais recente), a perífrase se sobressai. Estas atividades vêm trabalhar o dinamismo linguístico determinado por cada variante. Para o caso em que o professor queira aprofundar as condições que ensejam os valores de sentidos associados às variantes consoante uma variada gama de situações sociocomunicativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ao considerarmos as coleções didáticas analisadas, no que tange à expressão de futuro, verificamos que a realidade no âmbito do ensino P/LM e E/LE é bem semelhante, ou seja, a abordagem da língua sob o viés da heterogeneidade linguística ainda caminha a passos bem lentos nos livros didáticos de P/LM e E/LE. O que predomina é uma exposição fragmentada das variantes de futuro, com exercícios mecânicos de classificação e de análise de estruturas, sem a devida contextualização para uma prática real de uso.

A mera inserção de gêneros orais e escritos de variedades da Língua Materna ou da Língua Estrangeira, com a presença de casos de variação, não é suficiente para um trabalho efetivo com a diversidade linguística em sala de aula, posto que é preciso levar o aluno a uma reflexão no que diz respeito à existência de fenômenos variáveis e aos contextos de uso de cada variante examinada.

Sabemos das limitações de espaço do livro didático e, também, da carga horária das disciplinas de línguas na escola brasileira. Assim, não propomos que os livros didáticos abordem todos os usos variáveis dos conteúdos gramaticais explicitados, mas esperamos que, no século XXI, com documentos oficiais e um tanto de estudos e pesquisas já realizados sobre a incontestável dinâmica variável das línguas, o ensino contemple, em suas práticas pedagógicas, a reflexão sobre as variedades sociais, regionais e estilísticas das línguas naturais e sobre a relação das práticas socioculturais da leitura, da fala e da escrita com a adequação do registro à situação comunicativa.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Nada na língua** é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BLAS ARROYO, J. L. The variable expression of future tense in peninsular Spanish: the present (and future) of inflectional forms in the Spanish spoken in a bilingual region. **Language Variation and Change**, n. 20, p. 85-126, 2008. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/language-variation-and-change/article/abs/variable-expression-of-future-tense-in-peninsular-spanish-the-present-and-future-of-inflectional-forms-in-the-spanish-spoken-in-a-bilingual-region/041528C2B9904033629D993EDC295F04>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S.M. **Nós cheguem na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRASIL. SECRETARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3o e 4o ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** Brasília: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL, J.O. **As formas de tratamento Tú, Vos e Usted nos livros didáticos de espanhol do PNLD (2012-2018):** Uma análise Sociolinguística. 143f. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53961>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BUGEL, T. O espanhol na cidade de São Paulo: quem ensina qual variante a quem? **Trabalhos de Linguística Aplicada**, Campinas, v. 33, p. 117-141, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639293>. Acesso em: 27 abr. 2023.

COAN, M.; PONTES, V. de O. Variação modo-temporal em livros didáticos de Língua Espanhola e de Língua Portuguesa: uma análise comparativa. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 16, n. 2, p. 363 -392, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15452/0>. Acesso em: 27 abr. 2023.

COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.; SOUZA, C. M. N. de *et al.* **Para conhecer Sociolinguística** (Coleção para conhecer Linguística). São Paulo: Contexto, 2015.

COIMBRA, L.; CHAVES, L. S. **Cercanía Joven 1.** 2 ed, São Paulo: Edições SM, 2016.

DÍAZ-PERALTA, M.; ALMEIDA, J. M. Sociolinguistic factors in grammatical change: the expression of the future in Canarian Spanish. **Studia Neophilologica**, n. 72, p. 217-28, 2000. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/003932700458072>. Acesso em: 27 abr. 2023.

DURVAL, L. F. da S. Uma experiência com o futuro do presente: reflexão linguística, variação e ensino. *In*: VIEIRA, S. R. (Org.). **Gramática, variação e ensino: diagnose & propostas pedagógicas.** Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2017.

FARACO, C. A. Norma culta brasileira: construção e ensino. *In*: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Org.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola, 2015. p. 19-30.

FIGUEIREDO, J. G. dos S. **A expressão do futuro na escrita escolar de Irará-BA**. 2015. 130f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Linguísticos) -Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/334>. Acesso em: 27 abr. 2023.

FRANZ, C. KONKEL, H. dos S.; SOUSA, P. de. Formas de representar o futuro do presente uma proposta de ação didática em anos finais do Ensino Fundamental. *In*: MONGUILHOTT, I. de O. e S.; VALLE, C. R. M.; GÖRSKI, E. M. **Gramática, variação e ensino: reflexões teórico-metodológicas e propostas de aplicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p. 170 -188.

FREITAS, F. A. **A abordagem da variação linguística nos livros didáticos de espanhol aprovados pelo PNL D 2017**. 2022. 134f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69695>. Acesso em: 27 abr. 2023.

GARCÍA, J. M. B. **La expresión de la futuridad en el español de Valencia – estudio sociolingüístico**. Tese (Facultat de Filologia, Traducció i Comunicació), Universitat de València, 2013. Disponível em: <https://roderic.uv.es/handle/10550/28499>. Acesso em: 27 abr. 2023.

GÓMEZ TORREGO, L. **Gramática didáctica del español**. Madrid: ediciones SM, 2002.

GONZÁLEZ, C. A. Variação linguística em livros de português para o EM. *In*: ZILLES, A. M.; FARACO, C. A. (org.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola, 2015. p. 225-248.

GUDMESTAD, A.; GEESLIN, K. L. Assessing the use of multiple forms in variable contexts: The relationship between linguistic factors and future-time reference in Spanish. **Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics**, n. 4, p. 3–34, 2011. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/shll-2011-1089/html>. Acesso em: 27 abr. 2023.

GUTIÉRREZ ARAUS, M. L. G. **Problemas fundamentales de la gramática del español como L/2**. Madrid: Editorial Arco/libros, 2007.

LIMA, R. J. Variação linguística e os livros didáticos de português. *In*: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A (org.). São Paulo: Contexto, 2014. p. 115-132.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LASTRA, Y.; BUTRAGUEÑO, P. M. Futuro perifrástico y futuro morfológico en el corpus sociolingüístico de la Ciudad de México. **Oralia**, n. 13, p. 145-171, 2010. Disponível em: <https://ojs.ual.es/ojs/index.php/ORALIA/article/view/8107>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (Org.). **Ensino de Português e Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 81-114.

OLIVEIRA, J. M. **O futuro da língua portuguesa ontem e hoje**: variação e mudança. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 254f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa), Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://silo.tips/download/o-futuro-da-lingua-portuguesa-ontem-e-hoje-variao-e-mudana-josane-moreira-de-ol>. Acesso em: 27 abr. 2023.

OLIVEIRA, J. M. de. Variação linguística e o processo de ensino-aprendizagem nas séries finais do ensino fundamental. *In*: VIANA, R. B. de M.; RODRIGUES, L. da S.; PONTES, V. de O.; CARVALHO, H. M. de. (Orgs.). **Estudos em sociolinguística variacionista e sociofuncionalismo**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/estudos-sociolinguistica>. Acesso em: 18 abr. 2023.

ORMUNDO, W.; SINISCALCHI, C. **Se liga na língua**: leitura, produção de texto e linguagem. São Paulo: Moderna, 2018.

OROZCO, R.; THOMS, J. J. The future tense in Spanish L2 textbooks. **Spanish in context**, v. 11, n. 1, p. 27-49, 2014. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/sic.11.1.02oro>. Acesso em: 27 abr. 2023.

OROZCO, R. Distribution of Future Time Forms in Northern Colombian Spanish. *In*: EDDINGTON, D (ed.). **Selected Proceedings of the 7th Hispanic Linguistics Symposium**. Somerville, MA: Cascadilla, 2005. p. 56-65.

PONTES, V. de O. **Abordagem das categorias verbais de tempo, aspecto e modalidade por livros didáticos de língua portuguesa e de língua espanhola**: uma análise contrastiva. Monografia (Especialização em Linguística Aplicada) – Faculdade 7 de Setembro, Fortaleza, 2009.

PONTES, V. de O.; NOBRE, J. L. A variação linguística em livros didáticos de espanhol do PNLD 2011. **Caminhos em Linguística Aplicada**, v. 18, p. 39-64, 2018. Disponível em: <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/caminhoslinguistica/article/view/2478>. Acesso em: 27 abr. 2023.

PONTES, V. de O.; MOREIRA, G. L.; FERREIRA, J. S. C. Entre la teoría y la práctica: Programa Nacional do Livro Didático y el tratamiento de la variación lingüística en el libro didáctico de español. **Boletín de la Asociación para la Enseñanza del Español como Lengua Extranjera (Online)**, n. 60, p. 53-64, 2019.

RODRIGUES, D. de S. **O tratamento da variação linguística em livros didáticos de Língua Inglesa**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005. Disponível em: <https://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2009/12/DanieldeSaRodrigues.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

TESCH, L. M. **A expressão do tempo futuro no uso capixaba**: variação e gramaticalização. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://ppglinguistica.letas.ufrj.br/index.php/pt/teses-e-dissertacoes-n/teses/teses-2011>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SILVA-CORVALÁN, C. **Sociolingüística**: teoría y análisis. Madrid: Alhambra, 1989.

TOMLINSON, B.; MASUHARA, H. **A elaboração de materiais para cursos de idiomas**. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2005.

TORRES, F. F. **O gerúndio na expressão de tempo futuro**: um estudo sociofuncionalista. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3599>. Acesso em: 27 abr. 2023.

TROUSDALE, G. Variation and education. *In*: MAGUIRE, W.; MCMAHON, A. **Analysing Variation in English**. Cambridge University Press, 2011. p. 261-279.

VIEIRA, S. R. (Org.). **Gramática, variação e ensino**: diagnose & propostas pedagógicas. Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2017.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for theory of linguistic change. *In*: LEHMAN, W.; MALKIEL, Y. (orgs). **Directions for Historical Linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968.

ORGANIZADORES(AS)

Aluíza Alves de Araújo

Doutora e Pós-doutora em Linguística (UFC), Professora associada nível O do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da UECE. Coordenadora do Laboratório de Pesquisas Sociolinguísticas do Ceará – LAPESCE e líder do grupo de Estudos e Pesquisas sociolinguísticas de Fortaleza – CE (SOCIOFOR).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4488551503886186>

E-mail: aluiza.araujo@uece.br

Hebe Macedo de Carvalho

Pós-doutorado em Linguística (UFES) e doutorado em Linguística (UFC). Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas (DLV) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLing/UFC). Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Sociolinguísticas (SOCIOLIN – CE – CNPq).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6077201493351271>

E-mail: hebe@letras.ufc.br

Márluce Coan

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina, com Pós-doutorado em Linguística Histórica pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenadora do *Projeto Línguas & Histórias*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5207079543082428>

E-mail: marluce.coan@unila.edu.br

Sávio André de Souza Cavalcante

Doutor em Linguística (UFC). Docente do Curso de Letras-Espanhol e do Mestrado Profissional em Letras, da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Líder do grupo "Funcionalismo, Texto e Ensino" (UECE) e membro dos grupos "Discurso e Gramática" (D&G – UFRN) e "Grupo de Estudos em Funcionalismo" (GEF – UFC).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2028299838468544>

E-mail: savio.cavalcante@uece.br

Valdecy de Oliveira Pontes

Pós-doutorado em Estudos da Tradução (UFSC) e doutorado em Linguística (UFC). Professor do Curso de Letras-Espanhol (UFC) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLing – UFC. Um dos líderes do grupo de pesquisa Línguas & Histórias (CNPq). Pesquisador do Grupo de Pesquisas Sociolinguísticas (SOCIOLIN – CE – CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Ensino e Aprendizagem de Espanhol (CNPq – UNILA).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0958944549142686>

E-mail: valdecy.pontes@ufc.br

AUTORES E AUTORAS

Angela Cristina Di Palma Back

Doutora em Linguística, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Curso de Letras da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Linha de pesquisa: Educação, Linguagem e Memória. Líder do grupo de pesquisa Littera – Correlações entre cultura, processamento e ensino: a linguagem em foco (CNPq).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2726654686177706>

E-mail: acb@unesc.net

Beatriz Maria Neri Oliveira

Mestrado em Linguística (UFC) e especialização em Linguística Aplicada: Ensino da Língua Portuguesa (FA7). Licenciada em Letras-Português/Francês e Letras-Português/Espanhol e suas respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Línguas e Histórias (CNPq).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9595506007512783>

E-mail: dieupaix@gmail.com

Carla Regina Martins Paza

Doutora em Linguística. Professora do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas (DLLV), do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) e do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Líder do Grupo de pesquisa LabVar - Laboratório de estudos em variação linguística e práticas pedagógicas.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0940826722485050>

E-mail: carlapaza10@gmail.com

Edair Maria Görski

Doutora em Linguística. Professora Adjunta IV (aposentada/voluntária) do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas (DLLV) e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Campos de interesse: variação e mudança linguística, estilo e identidade, gramaticalização, ensino.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9068668791184377>

E-mail: edagorski@hotmail.com

Fabricio Paiva Mota

Pós-doutorado em Linguística (UFC) e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa (Unesp/Araraquara), Professor dos Cursos de Letras-Espanhol (UFS) e dos Programas de Pós-Graduação em Letras (UFS e UFRR).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4855363975410107>

E-mail: fabricao@yahoo.com.br

Fernanda Almeida Freitas

Mestra em Linguística (UFC) e Licenciada em Letras-Português/Espanhol e suas respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora de Língua Espanhola da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME). Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Sociolinguísticas (SOCIOLIN - CE) e do Grupo de Pesquisa Línguas & Histórias (CNPq).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9819304742533752>

E-mail: adnandafreitas@gmail.com

Izabelle de Vasconcelos Costa

Mestra em Linguística (UFC) e Licenciada em Letras-Português/Espanhol e suas respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora de Língua Portuguesa e Língua Espanhola da Secretaria da Educação do Estado do Ceará. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Sociolinguísticas (SOCIOLIN - CE)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7194347833144660>

E-mail: izabellevc@prof.ce.gov.br

Leandra Cristina de Oliveira

Doutora em Linguística. Professora Associada do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-doutorado no El Colegio de México (COLMEX). Coordenadora do Núcleo CEEMO/UFSC e membro do Grupo de Pesquisa Línguas e histórias. Presidenta da Associação Brasileira de Hispanistas (2022-2024).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5585294405425860>

E-mail: leandra.oliveira@ufsc.br

Leandro Silveira de Araujo

Professor da Universidade Federal de Uberlândia, credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Língua e Mestrado Profissional em Letras. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista. Líder do Núcleo de Estudos da Norma Linguística (Normali/CNPq). Tem experiência na área de Sociolinguística e

Marcos Luiz Wiedemer

Doutor em Linguística. Professor Associado (Linguística) do Departamento de Letras e do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Procientista (UERJ/Faperj). Líder do grupo "Gramática de Construções e Interfaces Linguísticas" (UERJ) e membro dos grupos D&G (UFRI) e Sociofuncionalismo (UFMS).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4237755696513203>

E-mail: mlwiedemer@gmail.com

Maria Alice Tavares

Doutora em Linguística. Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuando no Departamento de Letras e no Curso de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Tópicos de interesse em pesquisa: variação e mudança linguística, variação discursiva, sociofuncionalismo, interface variação-gramaticalização e gêneros textuais produzidos em entrevistas sociolinguísticas. Membro do Grupo de Pesquisa SOCIOLIN-CE.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0686664514709473>

E-mail: aliceflp@hotmail.com

Maria do Socorro Melo Araújo

Doutora em Linguística (Unesp/Araraquara). Docente do Curso de Letras da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Interessa-se pelas temáticas: Sociolinguística, Lexicologia, Dialetolegia, Onomástica, Toponímia Ensino de Línguas, Educação indígena.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2902801846590648>

E-mail: araujo.socorro@ufr.br

Maria Odileiz Sousa Cruz

(UFRR-Cód. 61) Pós-doutorado em Linguística (ULeiden), doutorado em Letras (VU), trabalha com Línguas Indígenas (família Karib) e toponímia, colaboradora do Projeto Saberes Indígenas na Escola (SECADI/MEC) junto ao IFRR e coordenadora da Biblioteca Comunitária de Areias-Pacoti (Ce).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9884697849103534>

E-mail: odileiz@mandic.com.br

Mariana Farias Lima

Mestra em Estudos da Tradução pela UFSC. Especialista em Libras: ensino e tradução pela FA7. Bacharel em Letras Libras pela UFSC. Professora assistente do curso de Letras Libras UFC.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3589689465546471>

E-mail: marianafariaslima@ufc.br

Marilucia de Oliveira Cravo

Doutora e Mestre em Sociolinguística. Professora titular da Universidade Federal do Pará. Diretora Científica do Atlas Linguístico do Brasil. Colíder do grupo Geolintem. Desenvolve pesquisa sobre o Português Brasileiro, com destaque para as variedades usadas em comunidades quilombolas e indígenas da Amazônia Brasileira.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9728768970430501>

E-mail: mariluci@ufpa.br

Nara Jaqueline Avelar Brito

Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2018). Mestra e especialista pelo mesmo Programa. Realizou pesquisa pós-doutoral no Dipartimento di Studi Linguistici dell'Università degli Studi di Catania. Docente na Casa de Cultura Italiana - Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística teórica e descritiva, atuando principalmente nos seguintes temas: linguística aplicada, ensino de italiano le, sociolinguística, análise de material didático em língua italiana; e glottodidattica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3264693502521318>

E-mail: naraavelar@ufc.br

Patrícia Araújo Vieira

Doutora e Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista no Ensino da Língua Portuguesa pela mesma instituição. Licenciada em Letras, com habilitação em Português pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora adjunta do curso Letras-Libras (UFC). Professora permanente do POET - Pós-Graduação em Estudos da Tradução e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Linguística, ambos na UFC. Membro pesquisadora do Laboratório de Ciências Cognitivas e Psicolinguística (LCCP - UFC) e do Laboratório de Tradução Audiovisual (LATAV - UECE).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/590194136430905>

E-mail: pattivieira477@gmail.com

Rodrigo Nogueira Machado

Doutor em Linguística (UFAL) e Mestre em Linguística (UFSC). Professor Adjunto do Departamento de Letras Libras e Estudos Surdos - DELLES (UFC). Coordenador do projeto do Inventário da Língua Brasileira de Sinais da Região de Fortaleza (CE). Pesquisador nas seguintes temáticas: estudo sociolinguístico da Libras; Línguas em contato; Interpretação e tradução em línguas de sinais; e Língua de sinais internacional (IntSL).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7833155156220754>

E-mail: roflam@ufc.br

Ronaldo Manguiera Lima Júnior

Doutor em Linguística, pesquisador de produtividade do CNPq, professor do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGLin – UFC). Co-fundador do Laboratório de Fonética e Multilinguismo da UFC (LabFoM) e membro do Laboratório de Fonética e Fonologia da UnB (LAFFON).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9111629117384735>

E-mail: ronaldo.junior@unb.br

Rosane de Andrade Berlinck

Professora de Linguística Histórica e Sociolinguística na FCLAr (Unesp), desde 1997. Doutora em Linguística (KUL – Bélgica) e Mestre em Linguística (Unicamp). Desenvolveu Pós-doutoramento, como professora visitante, no Sociolinguistics Laboratory da University of Ottawa, Canadá (2014-2015). É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa (Unesp). É fundadora e líder do SoLAR – Núcleo de Pesquisas em Sociolinguística de Araraquara. Foi editora-chefe da *Alfa: Revista de Linguística* (2016-2020).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6009854924555046>

E-mail: rosane.berlinck@unesp.br

Stephanie de Lima Lessa

Graduada em Letras-Libras pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Tradutora Intérprete de Libras/Língua Portuguesa, pela Faculdade ViaSapiens. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Educação para as Diferenças e os Estudos Surdos na Perspectiva Interdisciplinar – GEDESPI (CNPq/UFC). Bolsista do Programa de Extensão Universitária da Universidade Federal do Ceará, no programa “Ensinando e aprendendo Libras: vivências da cultura surda por surdos e ouvintes em cenário da saúde, nas perspectivas bilíngue e interdisciplinar”.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4356227632083957>

E-mail: stelessa@outlook.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

abertura comunicativa 57, 63, 72
 agentividade 88, 89, 90, 91
 aloconstruções 18, 19, 21, 27, 29, 39, 47
 amazônia 256, 258
 análise acústica 158, 159, 160, 167, 170
 análise linguística 144, 291, 306, 307, 309
 apódose 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 125
 ausência de formas 81

B

betacismo 277, 290, 291, 292, 297
 boa vista 261

C

cartografia linguística 79, 81
 circunscrição 111, 113, 119
 code-blending 241, 242, 246, 252
 codificação 44, 49, 113, 114, 118, 124, 175, 177, 178, 180, 188, 189, 191, 192, 193, 197, 219
 comunicação 16, 23, 25, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 190, 238, 246, 260, 280, 302
 comunidade afrodescendente 82
 comunidades de fala 12, 16, 213
 comunidades fronteiriças 12
 comunidade surda 238, 244, 246, 249, 250
 concepção de língua 139, 141, 192, 196, 199, 307
 condição contrafactual 108, 111, 112, 113, 115, 116, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126
 conectividade linguística 15
 construção oracional temporal 25, 47
 contato linguístico 126, 238, 246, 247, 278, 279, 280, 286, 297
 contexto da variação 110, 111, 112, 113, 115, 119, 124, 125
 contexto discursivo 25, 26, 47, 136

contexto sociocultural 190, 210, 284
 contrafactualidade 110, 111, 112, 113, 115, 118, 120
 convencionalização 20, 23, 47

D

dêixis 25, 32, 38, 204, 214, 215, 216, 220, 225
 Dialetoлогия 18, 79, 84, 103, 329
 dinâmicas sociais 202, 215, 218
 discurso 14, 17, 21, 25, 26, 28, 29, 32, 34, 44, 48, 50, 57, 61, 62, 64, 65, 72, 76, 85, 155, 177, 183, 197, 208, 214, 313, 316, 317, 318
 diversidade sociolinguística 11, 263
 domínio discursivo 21, 30, 47
 domínio funcional 110, 126, 127

E

educação 147, 148, 149, 177, 179, 195, 196, 229, 247, 278, 320
 equivalência semântica 48, 209
 espaço escolar 177, 195, 199
 espanhol venezuelano 279, 297
 esquematicidade 37, 40, 48
 estandardização 177, 186, 193
 estilo 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 70, 71, 73, 89, 90, 91, 97, 102, 104, 107, 134, 140, 144, 145, 167, 179, 195, 326
 estratificação social 59, 79, 80, 85
 estrutura linguística 22, 26, 37, 158
 estudos geossociolinguísticos 82, 83
 expressão de futuro 305, 306, 311, 313, 318

F

fenômeno linguístico 150, 224, 246, 292, 301
 formas alocutivas 203, 211, 215, 218
 formas variantes 109, 113, 115, 116, 118, 119, 125
 fronteira Brasil/Venezuela 278, 282, 285, 299

função semântico-pragmática 109, 110, 111, 112, 119, 124, 125

G

gênero discursivo 20, 47, 62, 64, 76, 145, 246

geossociolinguística 80, 81, 82, 83, 85, 103, 104, 106

globalização 55, 60

gramática 14, 16, 17, 18, 47, 52, 65, 155, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 247, 310, 321

gramática tradicional 179, 201

gramaticografia 175, 178, 328

gramatização 175, 176, 185, 192, 194, 195

grupos sociais 61, 67, 72, 136, 139, 213

H

heterogeneidade linguística 16, 22, 70, 310, 318

I

identidade do falante 56

identidades 55, 56, 65, 66, 67, 69, 144

identidades sociais 65

inferência bayesiana 168

influência linguística 245

interação dialética 72, 138

interação social 133

interdisciplinaridade 12

interface sociolinguística-funcionalismo 109

interferência linguística 248, 280, 291, 299

irrealis 111, 113

L

Libras 12, 236, 237, 238, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 329, 330, 331

língua em uso 130, 131, 134, 136, 143, 151, 180

línguas de sinais 238, 239, 240, 241, 251, 330

linguística crítica 153

livro didático 194, 300, 301, 302, 306, 307, 310, 311, 319

M

Mazagão Velho 82, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106

mercado editorial 194, 302

metaconstrução 18, 19, 21, 28, 31, 37, 39, 47

metalinguagem 176

metateoria 132, 150

método indutivo 157

militares 93, 255, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 269, 270, 272, 273, 274

mobilização conjunta 151

modelo filosófico-cultural 130, 131, 133, 136

modelos de regressão 165, 166, 168

motivação Sócio-Histórica 12

motivações funcionais 109

mudança linguística 17, 59, 126, 127, 139, 158, 236, 237, 242, 243, 281, 326, 329

multidialealismo 16

multidimensionalidade 61

multilinguismo 148, 237, 246, 278

N

norma culta 176, 188, 190, 191, 192, 302

norma de prestígio 199

norma linguística 188, 190, 191, 192, 200

norma padrão 102, 280, 286, 301, 303, 307

normas sociais 62, 137, 200

normatização da língua 175, 199

O

organização cognitiva da linguagem 158

P

padrões construcionais 16, 20, 26, 27, 28, 32, 51

pandemia 98, 168

paradigma discursivo 16, 18, 20, 21, 22, 23, 38, 39, 47

paradigma filosófico-cultural 150

paradigma gramatical 175, 185, 192, 193, 199

paradigma linguístico 131

Pedagogia da variação linguística 301

percepção de sons 155

perspectiva de terceira onda 82

perspectiva geossociolinguística 104

perspectiva socioconstrucionista 14, 16

perspectiva sociolingüística 81, 244, 246
 planejamento educacional 151
 planejamento lingüístico 148, 149, 150
 plurilingüismo 16
 políticas lingüísticas 131, 147, 150, 247, 298
 português brasileiro 35, 106, 111, 126, 128, 172, 173, 175, 185, 196,
 197, 198, 199, 200, 225, 230, 234, 235, 279, 297, 319
 práticas de comunicação 16
 práticas discursivas 20, 65, 72, 302
 práticas estilísticas 56, 61, 90
 práticas pedagógicas 12, 301, 319, 326
 práticas sociocomunicativas 47, 53
 preconceito lingüístico 301
 predicação 25, 26, 27, 28, 29, 31, 47, 51, 110
 propostas curriculares 130, 131, 151
 prótase 111, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 124, 125
 protocolo da sociolingüística 103

R

referenciação 26, 29, 30, 47, 110
 replicabilidade 157, 158
 resposta social 104
 restrição comunicativa 57, 63
 Roraima 255, 258, 261, 262, 265, 270, 274, 276, 279,
 297, 298, 299, 329

S

sequenciação lingüística 47
 significados gramaticais 110
 significado social 56, 78, 80, 81, 82, 85, 89, 90, 91, 95, 102, 103,
 104, 150, 210, 307
 significados socioestilísticos 57, 62, 77
 silêncio 101, 104, 141, 160
 sintagma 267, 268
 socioestilística 54, 55, 57, 60, 62, 72
 sociofonética 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 167, 168, 171
 sociofuncionalismo 109, 128, 322, 329
 Sociolingüística Educacional 12, 134, 301, 305
 Sociolingüística interacional 139, 140, 143, 144
 Sociolingüística Laboviana 236, 250

Sociolingüística Variacionista 51, 62, 72, 196, 203,
 204, 207, 234, 237

T

técnica da sugerência 80, 96, 104
 Técnica de Três Tempos 80, 86
 tecnologias de comunicação 238
 temporalidade lingüística 222, 233
 Teoria dos Sistemas Dinâmicos 157
 Teoria Histórico-Cultural 129, 130, 131, 135, 139, 146, 150, 151
 terceira onda da sociolingüística 102, 103
 territorialidade indígena 256, 263, 273, 274
 toponímia 255, 256, 263, 269, 273, 274, 329
 topônimos militares 269, 270
 tradução 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 132, 137, 202, 203,
 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217,
 218, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 231, 234, 240,
 280, 305, 329, 330

transformações lingüísticas 238

TTT 80, 81, 85, 86, 87, 88, 103

U

usos lingüísticos 57, 59, 62, 70, 71, 72, 93, 185, 221, 222

V

validade ecológica 157, 158
 valor modal 111, 113
 variação e mudança lingüística 236, 237, 242, 326, 329
 variação estilística 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 75, 77, 157, 172
 variação lingüística 11, 12, 18, 22, 55, 56, 59, 60, 79, 102, 103,
 109, 147, 186, 202, 203, 208, 210, 217, 225, 233,
 234, 237, 248, 249, 250, 301, 302, 303, 306,
 307, 312, 313, 326
 variação socioestilística 62, 72
 variação sociolingüística 55, 74, 126, 155, 249, 253
 variantes verbais 113
 variável lingüística 109, 110, 124, 128
 variedades do português 197, 225, 306
 vazios dialetológicos 80, 81, 88, 103, 106
 Venezuela 12, 278, 279, 280, 282, 285, 289, 296, 297, 299

www.PIMENTACULTURAL.com

SOCIOLINGUÍSTICA

interfaces
e aplicações

